



VI CONGRESSO INTERNACIONAL
LIVRO DE ACTAS



Promovendo a Fraternidade em prol do
Desenvolvimento Sustentável

Ficha técnica

Coordenadores de Edição

Armando Tambo

Nelson Amade

José Caetano

Ali Ahamed Atumane

José Martins Mapera

Maria Albertina Barbito

Martins JC-Mapera

Editora: UCM Editora e Marketing

Autores: Vários

Textos: Vários Autores

Edição: UCM Editora e Marketing

ISBN: 978-989-9165-90-8

Paginação e arranjo gráfico: UCM Editora e Marketing

TIRAGEM: *Online*

Data: Novembro de 2023

Local: Beira – Moçambique

Distribuição gratuita

Limitações de responsabilidade

O conteúdo e as opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Depósito Legal: Universidade Católica de Moçambique

Índice

- 5 Apresentação
- 8 **ESTUDOS POLÍTICOS**
- 9 Cáritas Brasileira: Experiências de uma Sociedade do Bem Viver
Milton César Gerhardt & Edemar Rotta
- 21 **ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO**
- 22 Análise de Viabilidade Económico-Financeira de uma Empresa de Exploração de Gás em Cabo Delgado (2016 a 2021)
Anussa Benjamim Ali Mirasse, Feroz Latife Lourenço Mussa, Sharon Nicolau & Sinodia Samuel
- 31 **ESTUDOS DO AMBIENTE**
- 32 Do problema ecológico de Ngoenha à liberdade para o desenvolvimento sustentável: em busca de uma Cultura de Sustentabilidade
Alba Paulo Mate & Carla Maria Naftal Manguela
- 41 Comitês e Recursos Naturais: uma Análise sobre o Processo da Gestão e Sustentabilidade na Província de Tete
Andissene Andissene
- 48 A Importância da Comunidade Moçambicana na Recolha de Resíduos Sólidos Para Geração de Renda Familiar em Prol de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso da Munhava Matope - Beira (2020 – 2021)
Maria Cristina Majadire, Sidália Natália dos Santos & Amália Merina Maua Dickie
- 60 Resiliência das Mulheres deslocadas em centros de Reassentamento em Metuge-Cabo Delgado
Oswaldo António Lampião & João Nasseco
- 71 As implicações da expropriação de territórios das comunidades locais em Moçambique
Dília Vaz Miguel & Jucimeri Isolda Silveira
- 83 O Cuidado da Casa Comum e o Desafio Africano na Manutenção Tradicional da Natureza
Latifo Fonseca
- 93 **RECURSOS NATURAIS**
- 94 A exploração mineira e os desafios para a sua contribuição para o desenvolvimento Local, caso do Distrito de Montepuez
- 106 **CIÊNCIAS DA GESTÃO**
- 107 Satisfação dos Usuários com os Serviços Oferecidos nos Ginásios Particulares da Cidade da Beira, Moçambique
Djossefa José Nhantumbo, Pedro António Carlos & Bridgette Simone Bruce Nhantumbo
- 118 **CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**
- 119 Educar para Construir Competências Profissionais e Potenciar a Empregabilidade
José Caetano

- 131 O Contributo da Geografia para o Processo da Educação Inclusiva em Moçambique
Alberto José Paulino Silva
- 143 Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança
Jorge Caetano Fonseca
- 157 Avaliação do desempenho de professores no ensino secundário e seu contributo à melhoria da qualidade de educação
Olga João Caetano & Felipe André Angst
- 170 Contribuições da Pedagogia Descolonial no Laboratório de Aprendizagem do Ensino Fundamental
Márcia Helena Dutra Schmidt & Gilberto Ferreira da Silva
- 178 Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique como Dispositivo de Formação Contínua de Professores
Luísa Soares dos Santos
- 191 **ANTROPOLOGIA**
- 192 Contributo da Antropologia Forense na Descoberta da Identidade do Indivíduo, cujos Restos Mortais Estão em decomposição
Iracema Maria de Azevedo Carvalho

Apresentação

Fraternidade e desenvolvimento sustentável

Estas actas do VI Congresso Internacional da UCM lançam olhares sobre diversas áreas de estudos políticos, economia e desenvolvimento, estudos do ambiente, recursos naturais, ciências da gestão, ciências da Educação e antropologia, com ênfase no conceito da fraternidade e sustentabilidade.

É uma publicação constituída por vinte e um textos de diferentes autores nos quais subjazem diferentes olhares e diferentes concepções sobre o conceito de fraternidade. O livro está organizado em áreas.

O livro começa com “Estudos políticos”, integrando apenas um texto de autoria de Milton César Gerhardt em co-autoria com Edemar Rotta. Com o título “Cáritas Brasileira: Experiências de uma Sociedade do Bem Viver”, o texto descreve o desempenho de Cáritas Brasileira, que, trabalhando em parceria com a Cáritas francesa e alemã, tem se envolvido em acções de apoio das populações carenciadas da região do Rio Grande do Sul. A principal preocupação da pesquisa é construir estratégias de fortalecimento da organização, criando formas de acesso às políticas públicas e ampliar possibilidades de geração de trabalho e renda das comunidades.

A segunda área científica, denominada “Economia e Desenvolvimento”, integra igualmente um texto. De autoria de Anussa Benjamim Ali Mirasse, Feroz Latife Lourenço Mussa, Sharon Nicolau e Sinodia Samuel, o texto analisa a “Viabilidade Económico-Financeira de uma Empresa de Exploração de Gás em Cabo Delgado”, num certo período. Segundo os autores, no período de 2016 a 2022, a empresa estudada teve em média uma margem de lucro líquido correspondente a 31,60% das suas receitas, enquanto o retorno sobre capital próprio, cerca de 11,42% dos ganhos em lucro líquido. A parte seguinte da estrutura do livro intitula-se “Estudos do ambiente” e contém seis textos. O primeiro desses textos é construído na base de um título filosófico para a abordagem de um aspecto do desenvolvimento sustentável: “Do problema ecológico de Ngoenha à liberdade para o desenvolvimento sustentável: em busca de uma Cultura de Sustentabilidade”. Os seus autores, Alba Paulo Mate e Carla Maria Naftal Manguuele, alertam para o perigo que Moçambique atravessa devido às manifestações globais das mudanças climáticas. Segundo os autores, esta situação é agravada pelo “uso ‘irracional’ da ciência e técnica” na exploração dos recursos da natureza. Os restantes textos desta secção foram escritos por nove autores. No primeiro, com o título “Comités e Recursos Naturais: uma Análise sobre o Processo da Gestão e Sustentabilidade na Província de Tete”, Andissene Andissene fez um estudo relacionado com a gestão do processo de recursos naturais na província de Tete. Por seu turno, Maria Cristina Majadire, Sidália Natália dos Santos e Amália Merina Maua Dickie

realizaram um estudo de caso na cidade da Beira, com o título “A Importância da Comunidade Moçambicana na Recolha de Resíduos Sólidos Para Geração de Renda Familiar em Prol de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso da Munhava Matope – Beira (2020 – 2021)”. As autoras consideram importante a intervenção da comunidade na recolha de resíduos sólidos que contribuem para a ocorrência das inundações naquela região.

Oswaldo António Lampião e João Nasseco realizaram a pesquisa intitulada “Resiliência das Mulheres Deslocadas em Centros de Reassentamento em Metuge-Cabo Delgado”. Trata-se de um estudo que mexe, na essência, com sensibilidades sociológicas como consequência da acção do garimpo e exploração do gás no norte de Moçambique. O estudo interroga os desafios enfrentados pelas mulheres afectadas pelos conflitos e os factores que contribuem para a sua resiliência, considerando a complexidade e a delicadeza da acção do reassentamento numa região desprovida de meios e recursos sociais e administrativos para a sobrevivências dos reassentados. Já Dília Vaz Miguel e Jucimeri Isolda Silveira falam de um caso muito preocupante nas regiões abrangidas pelos megaprojectos e que contribui para o empobrecimento das comunidades: “As implicações da expropriação de territórios das comunidades locais em Moçambique”. O último texto desta secção é de autoria de Latifo Fonseca e tem como título “O Cuidado da Casa Comum e o Desafio Africano na Manutenção Tradicional da Natureza”. Este título relaciona o conselho papal às circunstâncias da vida africana. O autor constata que enquanto se luta pela defesa da natureza, prevalece a “economia selvagem” adoptada por empresas multinacionais que parecem concorrer para a destruição do meio ambiente.

As duas secções que se seguem têm a designação de “Recursos Naturais” e “Ciências da Gestão”, e apresentam cada uma, um texto. Num caso, João Chissano fala da exploração mineira e dos desafios do desenvolvimento local em Montepuez. Nos últimos anos, o discurso da exploração mineira em Moçambique tem se acentuado demais, uma vez que as operações técnicas estão sempre acompanhadas pela movimentação das populações para outras regiões distantes das áreas abrangidas pelas minas. Já o texto da ciência da gestão é escrito por Djossefa José Nhantumbo, Pedro António Carlos e Bridgette Simone Bruce Nhantumbo. Com o título “Satisfação dos Usuários com os Serviços Oferecidos nos Ginásios Particulares da Cidade da Beira, Moçambique”, o texto analisa aspectos emocionais de satisfação dos usuários com os serviços oferecidos pelos Ginásios Particulares na Cidade da Beira. O estudo constata diferenças significativas nas expectativas relativas à qualidade do serviço e lealdade, assim como qualidade do técnico e funcionário, e qualidade de programas. Por outro lado, existe uma relação recíproca entre os serviços oferecidos nos ginásios e a satisfação dos usuários, destacando-se a influência da qualidade do produto e a qualidade do balneário na determinação da satisfação dos usuários.

As duas últimas secções agregam sete textos de autores diversificados. A penúltima secção com seis textos preocupa-se com a Ciência da Educação. Começa com o texto de José Caetano, cujo título é “Educar para Construir Competências Profissionais e Potenciar a Empregabilidade.” Este texto aborda a problemática da educação e empregabilidade, discutindo uma série de conceitos e estudos sobre esta matéria. Por seu turno, Alberto José Paulino Silva olha para a inclusão a partir do ensino da geografia, como aspecto fundamental

para a formação dos cidadãos. Isac Borge Boné reflecte sobre as políticas de educação inclusiva nas escolas moçambicanas.

O texto seguinte é de autoria de Jorge Caetano Fonseca e João António Dias Júnior, e investiga uma matéria muito importante sobre educação para os empreendedores, partindo do conceito do “ponto crítico das vendas e margens de segurança”. Um estudo sobre a avaliação do desempenho de professores foi feito por Olga João Caetano e Filipe André Angst. Este estudo considera que a melhoria da qualidade de educação está fortemente dependente da prática docente e a avaliação do trabalho surge como um factor importante para a qualidade de ensino. Márcia Helena Dutra Schmidt e Gilberto Ferreira da Silva apresentam os resultados do estudo sobre as Contribuições da Pedagogia Descolonial no Laboratório de Aprendizagem do Ensino Fundamental. O último texto desta secção debruça-se sobre Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique como Dispositivo de Formação Contínua de Professores, da autoria de Luísa Soares dos Santos.

O livro encerra com o texto de Iracema Maria de Azevedo Carvalho, cujo título é “Contributo da Antropologia Forense na Descoberta da Identidade do Indivíduo, cujos Restos Mortais Estão em decomposição”. Este texto ensina que a antropologia forense pode ser usada como instrumento de construção das identidades.

Estudos políticos

Cáritas Brasileira: Experiências de uma Sociedade do Bem Viver

Brazilian Cáritas: Experiences of a Good Living Society

Milton César Gerhardt

miltoncesargerhardt@yahoo.com.br

UFFS – Cerro Largo Rio Grande do Sul Brasil

Edemar Rotta

erotta@uffs.edu.br

UFFS - Cerro Largo Rio Grande do Sul - Brasil

Resumo

A construção de alternativas societárias ao modelo capitalista tem mobilizado movimentos e grupos sociais nas diferentes partes do mundo. A Cáritas Brasileira, a partir de uma parceria internacional com a Cáritas francesa e alemã, tem trabalhado junto às comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, em diferentes municípios do estado do Rio Grande do Sul – Brasil, no sentido de fortalecer sua organização, buscar formas de acesso a políticas públicas e ampliar possibilidades de geração de trabalho e renda. Este artigo quer reflectir sobre esta experiência, evidenciando os aportes teóricos utilizados neste trabalho da Cáritas, apresentando as diferentes formas nas quais as actividades são realizadas e apontando alguns resultados significativos. Do ponto de vista teórico destaca-se a perspectiva da economia social, da sustentabilidade, da inclusão e do bem viver. No que se refere às formas como o trabalho da Cáritas vem sendo realizado, reporta-se às oficinas, rodas de conversa, feiras solidárias, experiências de geração de trabalho e renda, entre outros. No que se refere aos resultados, destaca-se o empoderamento dos grupos e comunidades, o fortalecimento das identidades e o acesso às políticas públicas, especialmente na área do saneamento básico, da educação e da saúde. A sistematização de experiências de cooperação nos desafia a continuar actuando em frentes que historicamente o poder público não atende ou tem sido insuficiente em termos de garantir a cidadania para todos. Os povos e comunidades tradicionais possuem uma experiência de solidariedade e organização comunitária que podem servir de exemplo quando se busca construir sociedades sustentáveis, com a inclusão de todos e o profundo respeito à natureza e aos seres humanos.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; solidariedade; Cáritas brasileira; cidadania; Bem viver.

Abstract

The construction of corporate alternatives to the capitalist model has mobilized movements and social groups in different parts of the world. Brazilian Cáritas is based on an international partnership with the French and German Cáritas, which has worked together with traditional, indigenous and quilombola communities, in different towns in the state of Rio Grande do Sul - Brazil, in order to strengthen their organization, seek ways to access the public policies and expand possibilities for generating work and income. This article wants to reflect on this experience, highlighting the theoretical contributions that is used in this Cáritas work, presenting the different ways in which the activities are carried out and pointing out for some significant results. This paper aims to analyse through a theoretical point of view, the perspective of the social economy, sustainability, inclusion and the good way of living stands out. Regarding the ways in which Cáritas' work has been carried out, it refers to workshops, conversation circles, solidarity fairs, work and income generation experiences, among others. Regarding results, the empowerment of groups and communities, the strengthening of identities and the access to public policies stand out, especially in the areas of basic

sanitation, education and health. The systematization of the cooperation experiences challenges us to continue acting on fronts that, historically, the public authorities do not respond to or they have been insufficient in terms of guaranteeing citizenship for all people. Traditional peoples and communities have an experience of solidarity and community organization that can serve as an example when seeking to build sustainable societies, with the inclusion of everyone and the deep respect for nature and human beings.

Keywords: Traditional communities; solidarity; Brazilian Cáritas; citizenship; good way of living.

Considerações iniciais

Escrever sempre foi uma arte desafiadora. Reflectir sobre um trabalho realizado tem uma responsabilidade ainda maior. Nossa proposta é reflectir sobre possibilidades de trabalhos colectivos com comunidades tradicionais com destaque às indígenas e quilombolas. Antes de tudo, queremos agradecer a Cáritas Brasileira Regional do Rio Grande do Sul por dispor informações muito importantes sobre o trabalho desenvolvido ao longo de 2022 e 2023 com 20 comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) no território do Rio Grande do Sul – Brasil.

O Projecto desenvolvido e amplamente discutido pela Cáritas Brasileira intitulado “Resiliência em tempos desafiantes: ajuda humanitária para migrantes indígenas e quilombolas” com apoio financeiro da Caritas Alemã e Francesa, procurou enfrentar as desigualdades sociais através da implantação de tecnologias sociais de recuperação de recursos naturais, especialmente hídricos, em 20 comunidades indígenas e quilombolas. O público-alvo da acção foram 20 comunidades indígenas e quilombolas de três regiões do estado do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil.

A proposta desde o início foi de empoderar as comunidades mesmo situadas em locais distantes e poucas vezes visibilizadas pela sociedade. O percurso metodológico de escuta e diálogo foi sendo traçado no sentido e ouvir as comunidades em rodas de conversa, oficinas onde estes podiam expor demandas e necessidades que sentiam no seu local de morada. Muitas partilhas foram acontecendo, na medida em que diferentes estratégias de acção foram sendo implantadas e diversas actividades foram sendo realizadas. As reuniões do Comité Gestor; as visitas dos agentes às comunidades; o cadastramento das famílias; e os diálogos estabelecidos no sentido de construção de um diagnóstico da realidade das famílias e de suas comunidades. Os momentos de reflexão com as comunidades ocorreram de várias formas, respeitando as dinâmicas internas, as peculiaridades próprias das famílias ou das comunidades e as oportunidades, como por exemplo, o próprio processo do cadastramento.

Segundo a gestora do projecto, Roseli Dias, da Cáritas RS, em algumas comunidades foi possível, por exemplo, realizar uma ou mais rodas de conversa sobre a temática do projecto. Em outras, a reflexão ocorreu durante caminhadas pelo território das comunidades, nas quais em diálogo com as lideranças e integrantes de algumas famílias, foram reflectidos temas como o saneamento básico, o acesso à água, as condições sanitárias, o tratamento dos resíduos sólidos, entre outros aspectos.

As visitas às famílias, o diálogo com as lideranças e as comunidades nas rodas de conversa, proporcionaram realizar um levantamento da realidade das famílias e de reflectir sobre o tema saneamento e do acesso a água. Além disso, “oportunizou-se” o encontro entre as pessoas e criou-se as condições para a projecção de acções concretas nas comunidades, como resposta a alguns problemas levantados nas rodas de conversa e no diagnóstico junto delas.

Este artigo busca realizar uma reflexão a respeito da experiência vivida e apontar alguns desafios, a partir das elaborações teóricas provenientes de autores identificados com a crítica dos modelos hegemônicos, predominantemente produtivistas, tecnicistas e concentradores de renda. Além dessas considerações iniciais e das considerações finais, o texto apresenta mais três seções. Na primeira delas se busca evidenciar a presença das comunidades tradicionais no Rio Grande do Sul. Na segunda, aporta-se a ideia do “Bem Viver”, como um princípio presente nestas comunidades tradicionais e que pode servir de referência para se pensar o futuro das sociedades humanas. Na terceira, reflecte-se sobre a sociedade do risco e as possibilidades de resistência.

As comunidades tradicionais no Rio Grande do Sul

O projecto de incidência com as comunidades tradicionais ocorreu no sentido de incluir povos de comunidades indígenas e quilombolas, localizadas no território das Dioceses de Igreja Católica que possuem equipes Cáritas organizadas e articuladas dentro do seu espaço territorial. Em alguns locais já existia algum trabalho de acompanhamento que foi fortalecido diante do desafio de desenvolver um projecto com recursos advindos da Cáritas Alemã e Francesa. O público-alvo da acção foram as 20 comunidades indígenas e quilombolas de três regiões do estado do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil. As comunidades são as que seguem: Comunidades quilombolas: Costaneira/Fortaleza dos Valos, Rincão dos Caixões, Júlio Borges e Vila Miloca/Lagoão, na Diocese de Cruz Alta; Arvinha e Mormaça, na Arquidiocese de Passo Fundo; Brasa Moura, Nicanor da Luz e Rincão da Faxina, na Arquidiocese de Pelotas; Rincão dos Negros e São Roque/Arroio do Meio, na Diocese de Santa Cruz e Passo do Araçá, na Diocese de Santo Ângelo.

Comunidades indígenas: Aranduvera e São Roque, na Diocese Erechim; Yvi Krupi/Kairu e Goj Jur (substituta da comunidade de Faxinalzinho), na Arquidiocese de Passo Fundo; Gyro, na Arquidiocese de Pelotas; Foxá, na Diocese de Santa Cruz do Sul; Koenju e Pyau/Ressaca do Buriti, na Diocese de Santo Ângelo.

O dizer do local das comunidades envolvidas é um situar com a comunidade e o local onde se está reflectindo. Milton Santos (2003) aborda a força do lugar como princípio importante da vida. O recorte que optamos em abordar é por conta do princípio de que as mudanças não acontecem na forma/ordem linear da história. Diferentes movimentos de mudança com importância histórica emergem em lugares ignorados e na maioria das vezes não reconhecidos.

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como autores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. (Santos, 2003, p. 14)

As mudanças acontecem em lugares distantes, não reconhecidos pelo conjunto da sociedade como um todo, nos quais diversas situações humanas são valorizadas, tais como a solidariedade, a relação comunitária e o princípio do Bem Viver. Além disso, se pode tratar a política enquanto arte do pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efectivas na sua concretização com políticas públicas afirmativas, que realmente cheguem às pessoas e possam influenciar em suas vidas.

Santos (2003), atenta para compreendermos o mundo além do que não conseguimos compreender ou que nos tentam fazer acreditar.

Devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (Santos, 2003, p. 18)

A construção de um outro mundo, mais justo, fraterno, solidário e humano se faz cada vez mais necessário. Urge colocar a ciência, a técnica, enfim o conhecimento a serviço de fundamentos sociais e políticas a serviço da humanidade no bem comum da sociedade como o princípio do Bem Viver.

3 O Bem Viver como princípio importante e necessário nas comunidades

O Bem Viver, expressão que é usada no Brasil, se trata de conceito que nasce da visão de mundo dos povos indígenas (ACOSTA, 2016). Um princípio característico do mundo do século 21, a partir do momento em que os limites ecológicos do desenvolvimento capitalista entraram com força na agenda global. A complexidade do Bem Viver aborda temas na sua amplitude, como uma alternativa ao desenvolvimento; como uma dimensão dos Direitos da Natureza; como uma semente que pode germinar um novo tipo de Estado que pode ser plurinacional, construído com a participação das pessoas cidadãs, nas diferentes formas de democracia.

Em outras nações o conceito é usado de maneira diferente. No Equador, é usado o *Buen Vivir* e, na Bolívia, *Vivir Bien*. Os princípios do Bem Viver requerem a preservação da pluralidade de expressões, que manifestam a cultura dos diferentes povos para se referir à filosofia em debate. Uma das grandes tarefas do Bem Viver é estabelecer uma harmonia com a natureza e o ser humano, entre os indivíduos e as comunidades, com experiências de vida e resistência. O Bem Viver, uma vez livre dos preconceitos, pode/deve ser assumido como uma proposta de construção de uma sociedade alternativa, disposta a fazer o enfrentamento do individualismo, em um contexto extremamente consumista.

O Bem Viver oferece múltiplas possibilidades para repensar as lógicas de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços, assim como repensar as estruturas e as experiências sociais e políticas dominantes, próprias da civilização capitalista (Costa, 2016, p. 17).

Trabalhar com as comunidades tradicionais é um desafio e um enorme aprendizado, por vezes complexo, pois, remete a mudar nossa postura quanto ao tempo (cronológico) e entender os diferentes ciclos da natureza. “A humanidade pode e deve aprender com os povos que têm convivido comunitariamente e em harmonia com a Natureza, e que acumulam uma longa memória de vida”. (Costa, 2016, p. 18). Aliás, a tradição milenar dos povos indígenas e quilombolas, reconhecidos como tradicionais, remete à sabedoria ancestral de reconhecer os mais velhos por conter na sua vida elementos essenciais para manter viva a memória da vida como sabedoria humana. “O Bem Viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa”. (Costa, 2016, p. 23).

É importante ressaltar que a existência de múltiplos problemas e o agravamento geral da realidade social das famílias/comunidades, entre as quais a fome, parece impor um certo cansaço diante de tantas lutas perdidas ou cujo desfecho não ocorre, como no caso da posse definitiva de seus

territórios. Também são visíveis as consequências dos desmontes das políticas públicas e seus reflexos directos na vida e no cotidiano de muitos, como por exemplo o abandono das comunidades indígenas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão do governo federal responsável pelo atendimento às mesmas. A superação das desigualdades é inescapável. A descolonização e a despatriarcalização são tarefas fundamentais, tanto quanto a superação do racismo, profundamente enraizado em nossas sociedades. As questões territoriais requerem urgente atenção. (Costa, 2016, p. 36)

As questões da busca e da luta pelo território tem sido uma marca forte nos últimos anos das comunidades tradicionais. Territórios que necessitam ser reconhecidos pelo Estado. O Bem Viver aposta em um futuro diferente, que não acontecerá com discursos radicais e inexistência de propostas concretas. “É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciam suficiência, mais que apenas eficiência sustentada na solidariedade.” (Costa, 2016, p.35)

É relevante destacar que as actividades desencadeadas nas comunidades, a partir do projecto desenvolvido, geraram várias iniciativas importantes e significativas. Entre elas, as caminhadas nos territórios, como no caso da comunidade Rincão dos Caixões em Júlio Borges, Diocese de Cruz Alta, as quais impulsionaram visitação às duas cisternas construídas em projectos passados que estão em plena actividade e que foram fundamentais durante a estiagem, com a utilização da água para os animais e para as plantas, bem como para o funcionamento de uma escola. Desta forma, circulando em grupo pelo território, o diálogo foi se dando, informações e reflexões foram sendo partilhadas, despertando as pessoas para iniciativas como a decisão de proteger uma nascente visitada no mesmo território.

Em outra comunidade as acções desencadeadas geraram articulação com o poder público, como no caso da Vila Miloca, que realizou visita à prefeitura em busca de apoio às acções do projecto. O mesmo ocorreu nas comunidades Brasa Moura, Gyro e Koenju, nas quais o diálogo com representantes da prefeitura municipal angariou perspectivas de apoio aos projectos comunitários de saneamento básico. Na comunidade Vyi Kupri, as mangueiras, que foram apontadas como uma necessidade dentro da comunidade, em uma das visitas, foram adquiridas com recurso público.

A solidariedade é outro elemento observado no desencadeamento das acções. Na Vila Miloca/Lagoão, por exemplo, a comunidade, de comum acordo, decidiu apoiar a construção de uma cisterna de placas, no terreno de uma das famílias, por esta ter maior dificuldade de acessar água que os demais, sendo que as demais famílias manifestaram seu apoio, dialogado com a prefeitura. Já, no caso da comunidade quilombola Júlio Borges, a acção na comunidade fez estender a preocupação com a comunidade indígena vizinha que não está participando deste projecto: a comunidade vive com problemas na bomba d'água que dificulta o acesso à água. Após a visita, se deu o encaminhamento de realizar contacto com a Secretaria Especial da Saúde Indígena, para reclamar providência. Com isso, o polo base do Serviço Social da Indústria (SESI), de Passo Fundo, trocou a bomba d'água do poço artesiano da comunidade indígena. Na aldeia Vyi Kupri, a solidariedade veio na forma de contrapartida: a mão de obra necessária para execução do projecto será da própria comunidade.

As visitas às famílias, os diálogos com as lideranças e as rodas de conversa despertaram e mobilizaram as comunidades para retomar assuntos que estavam parados. No caso da comunidade Júlio Borges, por exemplo, foi tirado como encaminhamento, em uma das reuniões, fazer contacto

com a Emater para analisar a possível recuperação de uma fonte que está abaixo de um açude, pois, em um dos terrenos, foi feito um açude em cima de uma fonte. Mas são muitos os desafios apontados. Entre eles as distâncias entre as residências das famílias, o que dificulta reunir para rodas de conversa, como no caso da comunidade quilombola Rincão dos Negros. Também, nesta comunidade, outros dois desafios foram apontados. O primeiro deles é de como chegar aos "isolados", ou seja, naquelas pessoas ou famílias que não participam e não recebem visita de ninguém, que não estão no grupo de *WhatsApp*, que ficam invisibilizados. Outro desafio é superar a acção de alguns agentes públicos que dominam a fala e não escutam o povo das comunidades.

Um dos enfoques deste projecto, trabalhado nas rodas de conversas e visita às comunidades, foi a importância da mobilização de parcerias na comunidade local, de outras organizações e entidades e, especialmente, do poder público local, ou seja, das prefeituras ou órgão relacionados, na perspectiva da luta pela efectivação de políticas públicas do direito ao saneamento básico. Nesta perspectiva foram várias as iniciativas das comunidades para mobilizar recursos para além dos disponibilizados pelo projecto e realizar as acções prioritizadas.

Desde as primeiras reuniões e contactos se percebeu que as necessidades de cada local eram variadas e precisariam ser discutidas para dar conta de atender demandas colectivas das comunidades, muitas vezes distantes e desassistidas quase que por completo pelo poder público. Na sequência, elencamos algumas iniciativas fomentadas pelo projecto, onde destacamos o papel importante da Cáritas Brasileira como um braço social da Igreja Católica, no sentido de apoiar as comunidades na busca pela garantia de seus direitos:

- a) Na Comunidade Indígena São Roque, da etnia Kaingang, situada no município de Erechim/RS (Diocese de Erechim). As acções de saneamento básico naquela comunidade ocorreram com a substituição de uma caixa d'água de 5.000 litros, o remanejamento de local de instalação com construção da base em concreto para duas caixas de 5.000 litros cada e a instalação de 200 metros de rede de encanamento para sete casas da comunidade. A canalização foi realizada até a entrada das casas, substituindo a rede anterior que estava com muitos vazamentos e muito deteriorada, beneficiando as 7 famílias, além da escola da comunidade que está em construção, e mais três pontos para futuras instalações de posto de saúde e outras casas.
- b) Na Comunidade Indígena Foxá, da etnia Kaingang, situada no município de Lajeado/RS (Diocese de Santa Cruz do Sul). As acções do projecto em saneamento básico foram de reactivar um dos banheiros colectivos, existente no centro da aldeia. Foram construídos fossa e sumidouro, instalados novos canos para o esgoto e foram feitas melhorias internas no banheiro com colocação de chuveiros e fechaduras novas. Este banheiro colectivo possui dois chuveiros e dois vasos sanitários. Outra acção realizada nesta comunidade foi a recuperação de uma fonte de água natural, existente na aldeia. Para isto, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi realizado um mutirão de limpeza envolvendo a comunidade e instaladas lages novas. A partir do diálogo com os parceiros estão surgindo novas iniciativas entre as quais a prefeitura está propondo para o futuro, na continuidade deste projecto, a construção de uma estação de saneamento básico ecológica. Também nesta comunidade está encaminhada a construção de outro pequeno banheiro para outras famílias, que vivem mais distantes. Este banheiro novo não estava inicialmente previsto no projecto, mas surgiu como uma iniciativa nova. Para a sua concretização, entretanto, é necessária a mobilização de mais recursos.
- c) Na Comunidade Quilombola Rincão dos Negros, situada no município Rio Pardo/RS (Diocese de Santa Cruz do Sul). As acções nesta comunidade foram no sentido de recuperar uma fonte de água no território quilombola e instalar uma caixa d'água de 2.000 litros na sede da comunidade. Também foram construídos um reservatório de água e um suporte para caixa d'água nas propriedades de 2 famílias cujo

local oferece condições para distribuição para outras famílias. Como os recursos do projecto eram insuficientes diante das demandas, os agentes da Cáritas mobilizaram apoiadores e inclusive famílias da própria comunidade, que contribuíram e arrecadaram, desta forma, mais R\$ 1.800,00 para viabilizar actividades propostas. As acções também estimularam a comunidade a utilizar um pequeno saldo de materiais, como tijolos, para construir um pequeno banheiro na casa de um senhor que vive sozinho e isolado, acção ainda em andamento. Estas acções beneficiaram, directamente, 10 e, indirectamente, 24 famílias do quilombo.

- d) Na Comunidade Quilombola São Roque, situada no município de Arroio do Meio/RS (Diocese de Santa Cruz do Sul). Nesta comunidade o projecto inicial, além da recuperação da fonte, consistia na construção de um suporte e instalação de uma caixa de água com capacidade de 3.000 litros que serviria de reservatório e distribuição para as famílias. Entretanto, com o avanço do diálogo com a municipalidade de Palmas, a mesma elaborou um projecto e captou recursos para a implantação de uma caixa d'água de 10.000 litros, acção implantada no mês de Fevereiro de 2023, sendo que o recurso do projecto será utilizado para refazer e qualificar a rede de distribuição d'água. Assim, serão beneficiadas, directamente, as 25 famílias da comunidade.
- e) Na Comunidade Quilombola de Brasa Moura, situada no município de Piratini/RS (Arquidiocese de Pelotas). Nesta comunidade foi construída uma cisterna de blocos de concreto para proteger uma fonte de água e canalizada até um reservatório, na sede da associação. As acções beneficiaram 17 famílias que moram no local. A fonte recuperada fica no terreno da associação.
- f) Na Comunidade Quilombola de Rincão da Faxina, situada no município de Piratini/RS (Arquidiocese de Pelotas). A comunidade, de comum acordo, decidiu apoiar acções directas para beneficiar três famílias que são as mais afectadas com esta situação e foram instaladas caixas d'água para colectar água da chuva (reservatórios) nas casas de 3 famílias. A instalação dos reservatórios foi realizada pelas próprias famílias beneficiadas com orientação das outras famílias que já possuíam sistema semelhante em suas casas. Esta acção em saneamento básico beneficiou directamente 3 e indirectamente as 29 famílias do quilombo.
- g) Na Comunidade Quilombola de Nicanor da Luz, situada no município de Piratini/RS (Arquidiocese de Pelotas). Nesta comunidade foi construído um reservatório de água com a instalação de uma caixa d'água com capacidade para 3.000 litros que irá receber a água da chuva neste reservatório, provenientes do telhado da sede da Associação que se encontra em construção. A obra não foi totalmente concluída, pois a instalação das calhas e canos para o recolhimento da água da chuva depende da finalização da construção do telhado da sede da comunidade, que ocorrerá mediante a liberação de recursos oriundos do Programa Saúde da População Negra, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde do município de Piratini, em 2022.
- h) Na Comunidade Quilombola de Passo do Araçá, situada no município de Catuípe/RS (Diocese de Santo Ângelo). Esta comunidade optou pela construção de um reservatório de água para o conjunto da comunidade. Para isto foi construída uma estrutura e instalada uma caixa de água com 5.000 litros. A instalação da caixa de água foi feita na parte mais alta da comunidade. Neste lugar também há várias árvores e, portanto, sombra na maior parte do dia e o relevo do terreno propicia um caimento necessário para alcançar todas as residências bem como a sede do Quilombo. A canalização da rede de água para as casas será uma contrapartida do município e que só seria realizada após a colheita da soja, no mês de Março de 2023. Esta acção beneficiou as 11 famílias da comunidade.
- i) Na Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões, situada no município de Jacuizinho/RS (Diocese de Cruz Alta). Na definição das acções, a opção desta comunidade foi a construção de um reservatório de água para apoiar as famílias que estão assentadas num espaço novo e com menos infra-estrutura. O projecto adquiriu e entregou o material para as famílias que estão implantando as acções.

- j) Na Comunidade Quilombola Vila Miloca, situada no município de Lagoão/RS (Diocese de Cruz Alta). Nesta comunidade a reflexão colectiva levou à construção de uma cisterna para armazenamento da água da chuva e recuperação de nove cacimbas (fontes de água), beneficiando assim várias famílias. No terreno de uma família foi construída uma Cisterna de Placas, sendo que as calhas foram contrapartida das famílias e a prefeitura apoiou com serviços de retroescavadeira. A contrapartida das famílias foi na execução das acções. Nesta comunidade também foram plantadas 70 mudas de árvores nativas para protecção de nascentes. Esta acção em saneamento básico beneficiou directamente 14 famílias quilombolas e, indirectamente, 59 famílias.
- k) Na Comunidade Quilombola Júlio Borges, situada no município de Salto do Jacuí/RS (Diocese de Cruz Alta). Uma das acções realizadas nesta comunidade foi a melhoria da estrutura de um poço/fonte e da distribuição da água para as casas, acção que beneficiou as famílias da comunidade. A outra acção planejada foi a construção de uma nova fonte, cuja execução contou com a parceria da prefeitura para a etapa de escavação. Entretanto, no decorrer desta acção, o processo de escavação não resultou no que a comunidade esperava pois não foi encontrada água no local. Diante deste entrave, os materiais disponibilizados para as famílias, que seriam utilizados para implementar a distribuição da água até suas casas, especialmente mangueiras e canos, estão sendo utilizados para captação de água de fontes existentes em terrenos de outras famílias. Importante ressaltar que a contrapartida das famílias consiste na execução das tarefas ao seu alcance. Estas acções beneficiaram directamente 7 das 38 famílias da comunidade.
- l) Na Comunidade Quilombola Costaneira situada no município de Fortaleza dos Valos/RS (Diocese de Cruz Alta). Nesta comunidade foram realizadas acções de recuperação de fontes, com aprofundamento de poços, qualificação da protecção de fontes e da distribuição da água até as casas. Ainda nesta comunidade, o projecto estimulou, através das rodas de conversa, a projecção de outras acções para resolver problemas como a questão dos resíduos sólidos. Esta preocupação levou ao diálogo com a prefeitura na busca por solução para a colecta de resíduos, sendo que as famílias estão dispostas a construir as lixeiras para depositar os resíduos. Esta acção ainda não está concluída, pois aguarda encaminhamentos do poder público, mas é um reflexo directo das reflexões estimuladas nas rodas de conversa que tratou do tema. Outra acção definida pelas famílias foi o plantio de árvores próximas à sede da associação para servirem como quebra ventos contra os venenos utilizados nas lavouras das redondezas do quilombo, sendo que esta acção precisa de condições climáticas favoráveis para ser realizada.

Conforme visto, diferentes projectos foram desenvolvidos nas comunidades envolvidas. Desde a concretização de sonhos antigos como: acesso a água potável, tratamento do esgoto, protecção de fontes e nascentes, construção de cisternas ou reservatórios de água, entre outras inúmeras actividades que remetem a um olhar de resistência diante de uma sociedade capitalista que prioriza projectos maiores com maior publicidade. Pequenos projectos em lugares distantes dos grandes centros urbanos, mas que viabilizam e melhoram enormemente a vida das pessoas envolvidas.

4 A sociedade do risco e as possibilidades de resistências

Existe a necessidade de pensar a sociedade de risco numa perspectiva de destacar as resistências possíveis num contexto complexo e considerar os seus processos sociais que, muitas vezes, também são tão complexos. Por um lado, com as profundas alterações do nosso ecossistema (globo), necessitamos entender os riscos que se agravam no decorrer da história. Riscos estão relacionados ao futuro e por isso tem a ver com antecipação, com destruições que, por vezes, ainda não ocorreram, mas que são iminentes e reais hoje.

O núcleo da consciência do risco não está no presente, e sim no futuro. Na sociedade de risco, o passado deixa de ter força determinante em relação ao presente. Em seu lugar, entra o futuro todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da actuação presente. (Beck, 2010, p. 40)

Boaventura de Sousa Santos (2007) aborda a temática na Sociologia das Ausências, apontando para uma compreensão de que o hegemónico no mundo nem sempre dá conta de explicar as diferentes alternativas que são produzidas. Para isso, Santos (2007) aponta para cinco modos de produção das ausências em nossa racionalidade ocidental que criam essa razão metonímica, preguiçosa, indolente: “O ignorante, o residual, o inferior, o local ou particular, e o improdutivo.” (SANTOS, 2007, p. 32). Uma vez que há uma descredibilização das experiências sociais de maneira especial os países do sul, urge a necessidade de transformar os objectos, as temáticas com seus reais interesses em objectos visibilizados e discutidos.

A maneira pela qual procede a Sociologia das Ausências é substituir as monoculturas pelas ecologias, e o que lhes proponho são cinco ecologias, em que podemos inverter essa situação e criar a possibilidade de que essas experiências ausentes se tornem presentes. As cinco ecologias são as seguintes. Ecologia dos saberes, ou seja, a possibilidades de que a ciência entre não como uma monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla dos saberes, em que o saber científico possa dialogar com ao saber laico, como a saber popular, com o saber dos indígenas, como o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês. (Santos, 2007, p. 32)

As outras ecologias propostas são as das temporalidades, do reconhecimento, da transescala e das produtividades, valorizando as iniciativas alternativas de organização e produção que existem em meio à vastidão da ortodoxia produtivista que o sistema capitalista ocultou ou mesmo desacreditou. A partir da proposta das diferentes ecologias, aponta-se para a tradução como um processo que pode contribuir na integração diferentes experiências existentes, entre elas a dos invisibilizados. “É traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar sem inteligibilidade sem ‘canibalização’, sem homogeneização.” (Santos, 2007, p. 39). Ou seja, a proposta é perceber o que há de comum nos diferentes grupos sociais actuates e possivelmente integrados por causas populares comuns na busca por uma emancipação social.

Contudo, a educação popular para além da democracia, eficiência, equidade, qualidade e respeito às diferenças é prática social, sendo seu papel atribuído historicamente. Segundo Paludo (2001), as políticas e práticas educativas são mediadas por sujeitos políticos e recursos que se articulam em campos de forças políticas e culturais, numa relação que extrapola os envolvidos na relação pedagógica e anuncia organicidade às perspectivas de determinados direccionamentos de projectos ao processo de desenvolvimento e de sociedade no seu conjunto. Dessa forma, podemos vislumbrar possibilidades de resistência dos invisibilizados e excluídos do processo como um todo, em diferentes espaços e práticas educativas. As práticas educativas, por serem um espaço de formação humana, continuam sendo espaços de disputa hegemónica e, por isso, se colocam como concepções e práticas antagónicas de mundo, de sociedade, de homem e de relações sociais. Nesse processo, vislumbra-se a possibilidade de novos ressignificados políticos e pedagógicos de Educação Popular, percebendo que a educação é fortemente valorizada como viabilizadora da mediação entre subjectividades desejosas e práticas sociais realizadoras de processos transformadores.

Evidentemente que um projecto dessa amplitude tem melhorias na vida das comunidades. Os projectos comunitários em saneamento básico foram recentemente implantados o que não nos permite ainda medir os resultados em relação à melhoria da saúde das pessoas com as tais acções.

Mas esta é uma das principais afirmativas das famílias, ou seja, que estas acções são importantes para melhoria da qualidade de vida e de saúde de seus familiares. Ampliação da autossuficiência das comunidades. Podemos afirmar que em todas as comunidades houve ampliação das condições iniciais encontradas, seja em relação ao abastecimento de água, seja em relação ao acesso à banheiros. Entretanto, os recursos disponibilizados para cada comunidade foram insuficientes para dar conta das demandas, pois estas são muitas e resultado de ausência de políticas públicas em todos os âmbitos.

O projecto, como um todo, teve uma amplitude muito grande em boa parte do Rio Grande do Sul. Foram realizadas mais de 60 actividades nas comunidades, sobre temas relacionados ao saneamento básico. Em algumas foi possível realizar mais de uma roda de conversa sobre a temática do projecto. Em outras, a reflexão ocorreu durante caminhadas pelo território das comunidades, nas quais, em diálogo com as lideranças e integrantes de algumas famílias, foram reflectidos aspectos do saneamento básico, como o acesso à água, as condições sanitárias, o tratamento dos resíduos sólidos, entre outros aspectos.

Para as rodas de conversa, foi confeccionado uma cartilha específica sobre saneamento básico que foi encaminhada para todas/os agentes, para reprodução e entrega aos participantes, como apoio ao diálogo e subsídio para aprofundamento do tema. A cartilha abordou especialmente os temas da água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Tratou também de aspectos da história do saneamento no país, as legislações específicas, o saneamento rural, bem como a conjuntura de desmonte das políticas de saneamento no Brasil, as acções de privatização e suas consequências.

Em grande parte, a Cartilha buscou atender a percepção dos grandes problemas vividos por estas comunidades atendidas, como pode ser visto no depoimento de um agente da Cáritas da Diocese de Erechim:

A comunidade vinha sofrendo a anos com a má qualidade da água, em função de a rede de canalização estar muito deteriorada e com muitos vazamentos, ocasionando a falta d'água de forma constante. Era necessário abastecer as caixas com água de poço, não recomendada para consumo, pois o carro pipa da SESAI abastecia semanalmente e às vezes a cada 15 dias. Assim a água do carro pipa não era suficiente. Em função dos muitos vazamentos a água não chegava nas casas com a pressão necessária e quantidade suficiente, prejudicando a higienização pessoal e dos ambientes. A caixa d'água substituída estava sem tampa e soltando as fibras, as quais se misturavam com a água causando o entupimento na rede e tornando-se imprópria para o consumo. Esta ação, sem dúvidas, permitiu considerável melhora no abastecimento, com instalação de caixa d'água e rede de canalização de ótima qualidade, sanando entupimentos, vazamentos, com pressão suficiente para a higienização pessoal, manutenção dos ambientes e principalmente para beber e preparar a alimentação. Agora a água dura o suficiente até o reabastecimento pelo carro pipa evitando reabastecimento com água imprópria para o consumo e permite o uso da água do poço para irrigação de futura horta comunitária, desejo da comunidade.

Um dos mais persistentes desafios vividos nos últimos tempos no Rio Grande do Sul é o impacto das mudanças climáticas, que trazem consequências imprevisíveis, tais como tempestades intensas, elevados níveis de chuvas, ventos e granizos. Mas, tem sido muito recorrente também as estiagens que, lenta e silenciosamente, afectam muito a produção agrícola e a pecuária familiar pela falta de água, agonizando a pobreza no campo e a insegurança alimentar das famílias que vivem da agricultura e das famílias com renda baixa, sem renda ou instável. Junto a isso, a intencionalidade da Caritas RS e outras entidades é tornar conhecida a Tecnologia Social (TS) da construção de cisternas para captação da água da chuva como uma alternativa de enfrentamento à questão das estiagens, a

exemplo do que ocorre em regiões como o Nordeste Brasileiro, diminuindo os impactos nocivos que a falta de água traz para o cotidiano da vida familiar e contribuindo para manter armazenamento de água de qualidade para usos de higiene, limpeza, criação de animais e produção de hortas e pomares.

5. Considerações finais

A ética como princípio do cuidado no caminho do Bem Viver se apresenta como uma alternativa humana possível. A consciência de que precisa haver mudanças radicais está cada vez mais presente nas formas de organização social e nas práticas políticas. O Bem Viver, presente nas comunidades tradicionais antes invisibilizadas, começa a tomar corpo e ser alternativa concreta de resistência de iniciativas humanas frente ao capital que só pensa no crescimento económico a todo o custo. Mais do que nunca é imprescindível construir novos modos de vida baseados nos Direitos humanos e nos Direitos da Natureza.

Em meio a uma crise (ética e ambiental) que, sob certo aspecto, beira o caos, estamos todos e todas inseridos num contexto que requer pensar sobre o sentido humano. A crise está “instalada” pelo desequilíbrio da relação entre o modo de vida contemporâneo e a natureza. Diante dessa situação, um dos maiores desafios actuais à humanidade está relacionado com o rumo e o sentido da relação entre economia e meio ambiente. Em meio a uma “sociedade de consumo”, fundada em desejos e interesses, para além da suficiência às necessidades de uma vida digna, coloca-se a questão da transcendência, isto é, da vida futura. Ou dito de modo simples: até onde o meio ambiente suporta a nossa “pegada” sem comprometer a vida das próximas gerações?

A análise e o legado do pensamento de Hans Jonas (2006), no âmbito da ética, chamam atenção ao problema do futuro da humanidade, da violação do ser humano e da natureza, para a autodestruição da vida no planeta, causada pela aposta incondicional no ideal moderno de progresso, pautado pela exploração da natureza por meio da técnica.

Uma ética fundada na amplitude da existência, do Ser, pode ter significado a partir do imperativo o qual Jonas propõe, fazendo uma releitura do imperativo kantiano: “Age de tal maneira que os efeitos de tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica.” (Jonas, 2006, p.18). Dessa forma, apresenta-se a fundamentação do princípio da responsabilidade, como parte da “desconstrução” da natureza e a “reconstrução” tecnológica do ser humano e do meio ambiente. Remetemos, assim, ao compromisso de não acreditar nas fatalidades que a vida pode ocasionar, mas acreditar que a mudança de paradigma, no sentido de desconstruir modelos que se apresentam como hegemónicos, ainda é possível e depende de nossas atitudes concretas no dia a dia e de nossa mobilização para a transformação da sociedade como ela se apresenta hoje. Embora os modelos hegemónicos estejam embasados em crenças e teorizações, nem sempre fáceis de serem contrapostas, enquanto uma imposição histórica, social e cultural, precisamos agir.

Em tempos que vemos o ser humano e o planeta ameaçados, necessitamos outras formas de pensar e organizar a vida como expressão de um todo. Nesse sentido, a ética como uma reflexão profunda sobre a vida pode nos auxiliar em apontar reflexões sobre os valores e fins a serem buscados como meios de conseguir uma transformação do modo de vida, pautada pelo ter e não pelo ser.

A responsabilidade é princípio primordial e norteador deste momento da história de utopias caídas e novos paradigmas levantados, no qual o ser humano busca desesperadamente categorias que o ajudem a continuar vivendo uma vida digna e que continue merecendo o nome de humana. (Jonas, 2006, p. 19)

Tendo a responsabilidade como grande tema, Hans Jonas discute o princípio da vida no sentido de que expõe e ampara a discussão, mostrando a gravidade da expansão do poder técnico, que põe em risco a existência humana no futuro. A compreensão da vida surgida na era moderna fez com que o conhecimento deixasse de ser realizado pela vida da contemplação e passasse a ser formulado como utilidade, no campo das modernas ciências da vida, que visam, na verdade, a um uso prático objetivado pela necessidade do domínio da natureza.

Se o mundo antigo celebrava o ser e o saber como fins em si mesmos, o mundo moderno transformou o conhecimento do ser em uma estratégia utilitarista, cuja finalidade é dominar a natureza pela via da exploração de suas fontes de energia. A nova face do conhecimento, assim, tenta capacitar o homem para melhorar as condições de vida no planeta às custas do rebaixamento da natureza a um mero meio. O homem separa-se da natureza e transforma-se em seu algoz, por meio da imposição de seu novo poder técnico (Santos; Oliveira; Zancanaro, 2011, p. 10).

A ética, contudo, como reflexão sobre o agir humano e suas potencialidades, não acompanhou o debate enquanto um compromisso à adequação do Ser e o “dever ser”. Dessa forma, para Jonas reflectir sobre o comportamento do ser humano em relação à natureza desponta como tema central da reflexão política e faz surgir novas questões, que acabam perguntando sobre quais seriam as melhores opções para enfrentarmos as ameaças do futuro e que se apresentam, por vezes, como catastróficas. Pensar a ética e a responsabilidade como “pão nosso de cada dia”, acaba por ser um triunfo, como um princípio vital e ético, a partir da reflexão crítica que o autor Hans Jonas percebeu ao longo de toda a sua vida e que continua a nos perturbar como algo a ser buscado por todos os seres humanos!

Referências

- Acosta, Alberto (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.
- Beck, Ulrich (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editor 34.
- Gerhardt, Milton César (2000). *Resistência e Organização: a potencialidade do sujeito coletivo*. Cruz Alta: Ilustração.
- Jonas, Hans (2006). *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Santos, Milton (2003). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007). ***Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social***. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Robinson; Oliveira, Jelson; Zancanaro, Lourenço (2011). *Ética para civilização tecnológica em diálogo com Hans Jonas*. São Paulo: São Camilo.
- Paludo, Conceição (2001). *Educação popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Economia e Desenvolvimento

Análise de Viabilidade Económico-Financeira de uma Empresa de Exploração de Gás em Cabo Delgado (2016 a 2021)

Economic-Financial Viability Analysis of a Gas Exploration Company in Cabo Delgado
(2016 to 2021)

Anussa Benjamim Ali Mirasse

amirasse@ucm.ac.mz

Feroz Latife Lourenço Mussa

fmussa@ucm.ac.mz

Sharon Nicolau

sharonnicolau76@gmail.com

Sinodia Samuel

sinodiasamuel.1@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objectivo analisar a viabilidade económico-financeira de uma empresa de exploração de gás em Moçambique, no período de 2016 a 2021. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um estudo qualitativo numa empresa de exploração de gás em Moçambique, através de dados recolhidos dos seus relatórios de contas. Para calcular, interpretar e analisar o comportamento dos índices económicos da empresa em estudo, recorreu-se a fórmulas dos índices económicos. Como resultado, o lucro líquido da empresa de exploração de gás, em estudo teve uma tendência decrescente, no período em análise, enquanto a receita e o capital da mesma tiveram um comportamento regular. A empresa em estudo teve em média uma Margem de Lucro Líquido (MLL) de cerca 31,60% para cada um dólar americano das suas receitas enquanto o retorno sobre capital próprio (ROE) cerca de 11,42% em que a empresa em estudo ganhou de lucro líquido para cada um dólar americano de capital próprio investido no período em análise. A pesquisa conclui que a exploração de gás por parte da empresa em estudo é viável economicamente, assim como financeira.

Palavras-chave: Viabilidade; Viabilidade Económica- Financeira; e Exploração de Gás.

Abstract

This article aims to analyze the economic and financial viability of a gas exploration company in Mozambique, from 2016 to 2021. For the development of the research, a qualitative study was carried out in a gas exploration company in Mozambique, through of data collected from your account reports. To calculate, interpret and analyze the behavior of the economic indices of the company under study, the formulas of economic indices were used. As a result, the net profit of the gas exploration company under study had a decreasing trend in the period under analysis, while its Revenue and Capital had a regular behavior. The research also found that the company under study had, on average, a Net Income Margin (MLL) of about 31.60% for each US dollar of its revenues, while the Return on Equity (ROE) of about 11, 42% in which the study company earned net income for every US dollar of equity invested in the period under review. The research concludes that the exploration of gas by the company under study is economically viable, as well as financially.

Keywords: Viability; Economic-Financial Feasibility; and Gas Exploration.

Introdução

A análise de viabilidade económico-financeira é uma forma verificar se é viável investir um determinado valor monetário num certo negócio, algo que se aplica identicamente para a actividade de exploração de gás natural.

Neste sentido, segundo Assaf Neto (2002) refere que “a análise dos relatórios de contas visa relatar a posição económico-financeira actual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras” (p.48).

Entretanto, a viabilidade económico-financeira é importante para empresa de exploração de gás natural na medida que permite verificar a capacidade de uma empresa gerar retorno ao seu investimento, assim como conseguir suprir os seus custos de operacionalização.

Assim sendo, devido á turbulência na economia, no período em análise, e tendo em conta a importância da viabilidade económico-financeira como ferramenta de acompanhar o desempenho financeiro de uma empresa de exploração de gás natural, levantamos a seguinte questão: Qual a viabilidade económico-financeira de uma empresa de exploração de gás natural em Moçambique, no período de 2016-2021?

O objectivo do presente artigo visa analisar a viabilidade económico-financeira de uma empresa de exploração de gás natural em Moçambique, sendo subcategorizado nos seguintes objectivos específicos do estudo: (i) Apresentar o lucro líquido da empresa de exploração de gás natural no período em análise; (ii) Descrever o comportamento do capital próprio e receitas da empresa de exploração de gás natural; e (iii) Calcular e Interpretar os índices económicos (Margem de Lucro Líquido e ROE) da empresa de exploração de gás natural disponíveis nas demonstrações financeiras da empresa em estudo.

O presente artigo está estruturado em cinco partes: sendo a primeira apresenta a introdução. A segunda parte aborda a revisão da literatura, assim como estudos empíricos. A terceira menciona os aspectos metodológicos. A quarta mostra os resultados e evidência a discussão da pesquisa e, por fim, na quinta parte, refere se as considerações finais.

Revisão de Literatura

Conceito de Índices Económicos Financeiros

Segundo (Ross, Westerfield e Jordan, 2010), “Índices financeiros são formas de comparar e investigar as relações entre diferentes partes da informação financeira” (p.85).

Para (Gitman, 2006), os índices financeiros visam analisar e monitorar o desempenho da empresa com base na análise da demonstração de resultados e o do balanço patrimonial da empresa” (p.152). De acordo com (Brealey, Myers, & Marcus, 2001) “os índices financeiros são apenas uma maneira conveniente de resumir grandes quantidades de dados financeiros e comparar o desempenho das empresas” (p.115).

De acordo com os autores a cima podemos entender índices financeiros as grandes que visam analisar o comportamento financeiro de uma entidade podendo comparar um período com outro, isto é, sua evolução no tempo.

De acordo com (Brigham e Houston, 2007), os índices financeiros são projectados para ajudar a avaliar uma demonstração financeira. As demonstrações financeiras relatam a posição de uma empresa em um determinado momento e suas operações em algum período anterior, e que o seu valor real reside no facto de que eles podem ser usados para ajudar a prever ganhos futuros e dividendos. Ainda (Brigham & Houston, 2007) refere que os índices financeiros visam ajudar prever o futuro do ponto de vista de um investidor, e enquanto do ponto de vista da gerência, os índices financeiros são úteis para ajudar a antecipar as condições futuras e, mais importante, como ponto de partida para planejar acções que melhorarão o desempenho futuro.

No entanto, percebe-se que os índices financeiros visam obter informações financeiras relevantes a partir de demonstrações de resultados e do balanço patrimonial ajudam analisar o desempenho de uma empresa bem como a sua posição financeira.

Índice de Rentabilidade

Segundo Gitman (2006), os índices de rentabilidade são medidas que permitem avaliar os lucros da empresa com relação a um determinado nível de vendas, um determinado nível de activos ou o investimento dos proprietários.

Para Brigham & Houston (2007), os índices de rentabilidade mostram os efeitos combinados de liquidez, administração de activos e dívida sobre os resultados operacionais.

Os índices de rentabilidade pretendem medir a eficiência com que uma empresa usa seus activos e a gestão das suas operações (Ross, Westerfield, & Jordan, 2010).

No entanto, entende-se que o índice de rentabilidade consiste em medir a lucratividade dos investimentos da empresa. Os índices de rentabilidade medem a geração de retorno de cada centavo de capital investido.

Margem de Lucro Líquido

Segundo Brigham e Houston (2007) refere que a margem de lucro líquido, que também é chamada de margem de lucro nas vendas, é calculada dividindo-se o lucro líquido por vendas ou dá o lucro por valor monetário de vendas.

Para Ross, Westerfield, e Jordan (2010), a margem de lucro líquido refere a percentagem de lucro para cada valor monetário em vendas. Na óptica de Gitman (2006) refere que a margem de lucro líquido mede o percentual de cada valor monetário de vendas restante depois que todos os custos e despesas, incluindo juros, impostos e dividendos de acções preferenciais, foram deduzidos. Quanto maior a margem de lucro líquido da empresa, melhor.

A margem de lucro líquido é calculada da seguinte forma:

$$\text{Margem de Lucro Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido Disponível}}{\text{Vendas}} \quad (1)$$

Portanto, percebe-se que a margem de lucro líquido visa medir a percentagem de lucro resultante de cada valor monetário das vendas efectuadas por uma determinada empresa.

Return on Equity (ROE)

Segundo Brigham e Houston (2007), ROE mede a relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. De acordo Ross, Westerfield, & Jordan (2010), o ROE é uma medida de como os accionistas se saíram durante o ano, pois no sentido contabilístico, este rácio é a verdadeira medida de desempenho final. E para (Gitman, 2006), o “ROE mede o retorno obtido sobre o investimento dos accionistas ordinários na empresa. Geralmente, quanto maior esse retorno, melhor são os proprietários. O ROE é calculado da seguinte forma”:

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido Disponível}}{\text{Capital Próprio}} \quad (2)$$

No entanto, percebe-se que o ROE é uma medida que visa mostrar o retorno do valor investido pelos accionistas na empresa.

Segundo Pereira *et. al.* (2018) numa pesquisa sobre “Análise de Desempenho Económico-Financeiro por Meio das Demonstrações Financeiras de uma Mineradora de Pequeno Porte no período de 2016 a 2017”, recorrendo séries temporais de índices económico-financeiros a partir das demonstrações financeiras da empresa em estudo, teve como resultado de pesquisa que o desempenho de uma empresa impacta directamente sobre sua reputação e significância frente a seus stakeholders. Assim, quanto mais saudável, em termos económico-financeiros, mais factível torna-se sua manutenção no mercado.

Pereira *et. al.* (2018) refere que de forma destacada que quanto a geração de riqueza aos proprietários, para a MLL com excepção de Março, Junho e Dezembro, em 2017, a empresa apresentou maior margem de lucro líquido, quando comparado ao ano anterior (2016) e reforça Pereira *et. al.* (2018) que para ROE, estes foram mais altos que em 2016 sendo que o máximo de lucro mensal gerado aos proprietários neste, foi aproximadamente 2% de cada unidade monetária investida por eles (passivo circulante), com excepção dos meses de Março, Junho e Dezembro devido a recessão que o país se encontrava enquanto em 2017, o máximo foi de 9,24% por unidade monetária investida como património.

De acordo com Rodrigues *et. al.* (2008) numa pesquisa sobre “Análise dos Indicadores Socioeconómicos dos Municípios Mineradores e não-Mineradores do Estado de Minas Gerais”, recorrendo o teste de médias para populações independentes, como metodologia, teve como resultado diferenciação dos municípios mineradores nos indicadores das seguintes variáveis: renda/emprego, em 80% das regiões analisadas; saúde, em 50%; e habitação/meio ambiente, em 40%. Em relação à educação e à segurança pública, as igualdades das médias foram significativas.

Rodrigues *et. al.* (2008) concluem que os municípios mineradores apresentam diferenças significativas apenas no quesito renda/emprego, segundo os quais o processo de desenvolvimento ocorre a partir do momento em que as regiões são capazes de reter e reinvestir, na própria região, parcela significativa do excedente gerado pelo crescimento económico.

Segundo Juvenal *et. al.* (2019) a pesquisa teve como resultado uma estimativa de reserva lavrável de cerca de 3.200.000 m³ apontando para uma vida útil de 127 anos, um VPL positivo e uma TIR de 169,22%, além de um curto período de recuperação do investimento realizado, o que permite concluir pela viabilidade económica do empreendimento mineiro avaliado. Ainda Juvenal *et. al.* (2019) concluiu que o projecto terá lucratividade acima do esperado pelo fato de a TIR (taxa interna de retorno) ser substancialmente maior que a TMA (taxa mínima de atractividade).

Procedimentos Metodológicos

Tipo de Pesquisa

Para a realização da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, tendo servido como instrumento de recolha dos mesmos dados secundários obtidos em relatórios de contas de 2016 – 2021. A pesquisa qualitativa considera que “existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números, na qual o pesquisador visa descrever problemas ligados com fenómenos, grupos sociais, organizações, etc” Gil (1994, p.207).

Quanto á natureza esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, porque envolve verdades e interesses locais. A pesquisa aplicada é dedicada a geração de conhecimento para solução de problemas específicos, é dirigida da verdade para determinada aplicação pratica em situação particular (Gil, 1994).

População, e Participante de Pesquisa

Segundo Gil (2002), população é o conjunto dos elementos que têm características comuns, que podem ser contadas, pesadas, medidas, ordenadas de alguma forma e que sirvam de base para as propriedades que se quer investigar. Segundo Gil (2002), amostra é um subconjunto representativo da população, isto é, a parte do todo que servirá de base para seu estudo.

A pesquisa não seguiu nenhuma metodologia estatística ou de amostragem para a escolha da empresa, como sustenta Vilelas, (2009), a amostragem não probabilística é um procedimento de selecção segundo a qual cada elemento da população não tem probabilidade igual de ser escolhido para formar uma amostra.

A presente pesquisa teve como população todas as empresas de exploração de gás natural, escolheu-se uma empresa como participante da pesquisa, seguindo uma amostragem não probabilística uma empresa de exploração de gás, localizada em Cabo Delgado.

Recolha e Processamento de Dado

Os instrumentos de recolha de dados foram dados secundários, concretamente os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras da empresa em estudo no período de 2016 a 2021 e a pesquisa bibliográfica como artigos científicos e livros.

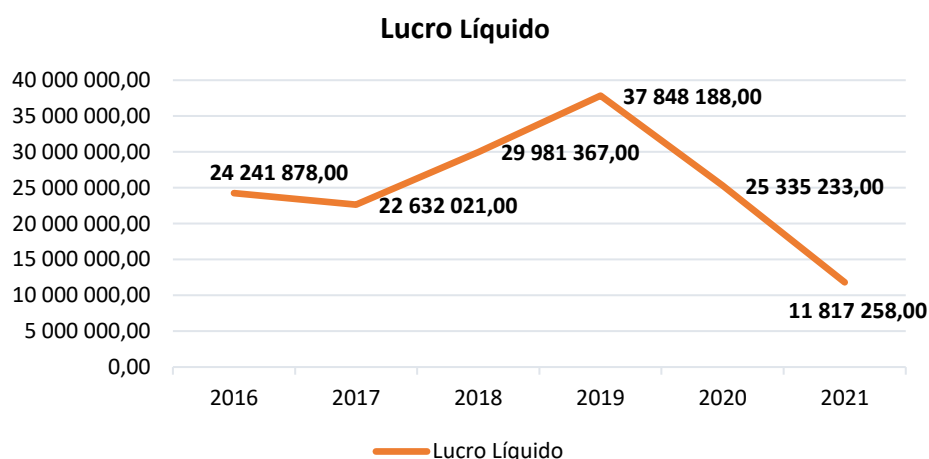
O processamento dos dados foi feito através do Excel, com objectivo de facilitar a organização, e a mensuração das variáveis pesquisadas.

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Nesta parte, são apresentados os resultados e discutidos na base de autores de referência para a área pesquisada, e de acordo análise efectuada dos relatórios de contas da empresa de exploração de gás.

A primeira parte dessa secção da pesquisa visa descrever o comportamento do lucro líquido da Empresa de exploração de gás para o período de 2016 á 2021, através dos seus relatórios de contas e análise de exame visual do gráfico 1.

Gráfico 1: Lucro Líquido da Empresa de Exploração de Gás (Em Milhões de USD)



Fonte: Os autores, 2022.

Com base, no gráfico 1 pode se perceber o lucro líquido da empresa de exploração de gás em estudo, apresenta uma tendência decrescente, com destaque para uma drástica redução do valor de lucro líquido de 2019 para 2021 devido aparentemente da questão da COVID-19 e da intensificação dos ataques do grupo de terroristas que actuam em Cabo Delgado desde 2017.

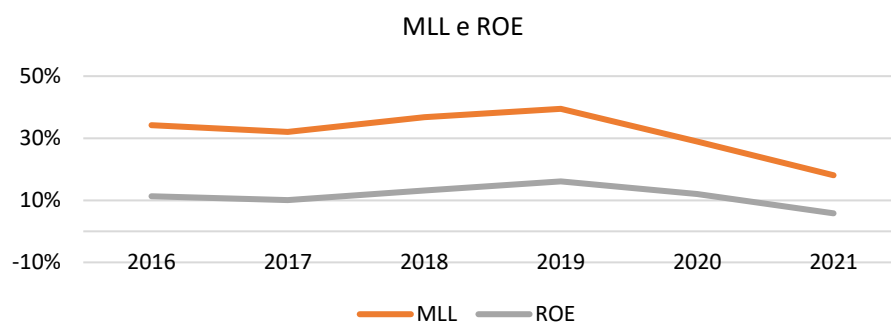
A segunda parte dessa secção visa descrever o comportamento da Receita e Capital Próprio da Empresa de exploração de gás para o período de 2016 á 2021, através dos seus relatórios de contas e análise de exame visual do gráfico 2.

Tabela 1: Receitas e Capital Próprio da Empresa de Exploração de Gás (Em Milhões de USD)

Anos	Receitas	Capital Próprio
2016	70,810,818.00	214,001,507.00
2017	70,625,756.00	224,823,528.00
2018	81,466,600.00	227,429,920.00
2019	95,880,887.00	235,243,656.00
2020	87,413,956.00	210,707,887.00
2021	65,392,787.00	203,540,597.00

Fonte: Os Autores, 2022.

Gráfico 2: Receitas e Capital Próprio da Empresa de Exploração de Gás (Em Milhões de USD)



Fonte: Os Autores, 2022.

Com base, no gráfico 2, a receita e o capital próprio da empresa de exploração de gás em estudo apresenta uma tendência regular, ou seja, constante, o que indicia uma média constante.

A terceira parte dessa secção da pesquisa efectuamos o cálculo dos índices de MLL e ROE para o período de 2016 á 2021, cujo os resultados são apresentados na tabela 2 com base nas fórmulas apresentadas na secção de revisão de literatura da presente pesquisa.

Tabela 2: MLL e ROE da Empresa de Exploração de Gás (Em Milhões de USD)

Anos	MLL	ROE
2016	34.23%	11.33%
2017	32.04%	10.07%
2018	36.80%	13.18%
2019	39.47%	16.09%
2020	28.98%	12.02%
2021	18.07%	5.81%

Fonte: Os Autores, 2022.

Com base, tabela 2 no período em análise a empresa em estudo teve em média uma MLL de cerca 31,60%, mostrando aos gestores a percentagem que obtém de cada \$1 de vendas da empresa após a dedução de todos os custos e despesas, incluindo juros, impostos e dividendos de acções preferenciais.

Para o ROE, no período em análise a empresa em estudo teve em média de cerca 11,42%, o que significa que a empresa em estudo ganhou cerca de 11,42% de lucro líquido para cada \$1 de capital próprio investido.

De seguida a pesquisa discute os resultados acima com a base teórica referenciados no segundo capítulo da presente pesquisa. Para tal, a pesquisa constatou que o lucro líquido da empresa de exploração de gás em estudo, apresenta uma tendência decrescente, com destaque para uma drástica redução do valor de lucro líquido de 2019 para 2021 devido aparentemente da questão da COVID-19, indo de acordo com que abordado por Pereira *et. al.* (2018) a quando refere que de forma destacada que quanto a geração de riqueza aos proprietários, para a MLL com excepção de Março, Junho e Dezembro, em 2017, a empresa apresentou maior margem de lucro líquido, quando

comparado com o ano anterior (2016), com excepção dos meses de Março, Junho e Dezembro devido a recessão que o país se encontrava.

A pesquisa também constatou que a receita e o capital próprio da empresa de exploração de gás em estudo, apresenta uma tendência regular, ou seja, constante, o que indica apresenta uma média constante, algo que difere da abordagem de Pereira *et. al.* (2018) quando refere que para ROE, estes foram mais altos que em 2016, ou seja sendo uma tendência crescente nesse caso quanto itens acima apresentados principalmente o capital próprio.

A pesquisa ainda constatou que no período teve em média uma MLL de cerca 31,60%, e ROE de cerca de 11,42%, percentagens essas acima das médias da pesquisa de Pereira *et. al.* (2018), a quando aborda que o máximo de lucro mensal gerado aos proprietários neste ano, foi aproximadamente 2% de cada unidade monetária investida por eles (passivo circulante), com excepção dos meses de Março, Junho e Dezembro devido a recessão que o país se encontrava enquanto em 2017, o máximo foi de 9,24% por unidade monetária investida como património. Ainda difere da abordagem Juvenal *et. al.* (2019) a quando da avaliação económica através da técnica do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) de um investimento por iniciar, tendo como resultado um VPL positivo e uma TIR de 169,22%, mostrando a viabilidade do investimento em causa, enquanto a presente pesquisa analisa um investimento já em decurso.

No entanto, a partir das análises acima efectuadas, pode se constatar que a exploração de gás por parte da empresa em estudo é viável economicamente, assim como financeira.

Conclusão

A pesquisa teve como objectivo analisar a viabilidade económico-financeira de uma empresa de exploração de Gás em Moçambique, no período de 2016 a 2021. Através dos resultados, constatou-se que, o lucro líquido da empresa de exploração de gás em estudo, teve uma tendência decrescente enquanto a receita e o capital próprio da mesma tiveram uma tendência regular, ou seja, constante no período em análise. A empresa em estudo teve em média uma MLL de 31,60%, mostrando aos gestores a percentagem que obtém de cada \$1 de vendas da empresa após a dedução de todos os custos e despesas, incluindo juros, impostos e dividendos de acções preferenciais.

Para o ROE, no período em análise a empresa em estudo teve em média de 11,42%, o que significa que a empresa em estudo ganhou cerca de 11,42% de lucro líquido para cada \$1 de capital próprio investido.

Por fim, a partir das análises acima efectuadas, pode se concluir que a exploração de gás por parte da empresa em estudo é viável economicamente, assim como financeira.

Referências Bibliográficas

- Assaf, N. A. (2012). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque económico-financeiro*. (10^a.ed.). São Paulo: Atlas.
- Brealey, R. A., Myers, S. C., & Marcus, A. J. (2001). *Fundamentals of Corporate Finance*. Boston: McGraw-Hill.

- Brigham, E. F., & Houston, J. F. (2007). *Fundamentals of Financial Management* (11^a ed.). United States: Thomson South-Western.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (4.^aed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2002). *Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas.
- Gitman, L. J. (2006). *Principles of Managerial Finance* (10^a ed.). San Diego: Addison Wesley.
- Juvenal, Raíza da S.; Mariz, Jorge L. V.; De Assis, Artur Â. A.; De Souza, Júlio C.; & Rocha, Suelen S. (2019). *Avaliação Técnica e Econômica de um Projeto de Mineração de Agregados através da Aplicação da Técnica de Fluxo de Caixa Descontado*. IX Fórum de Mineração, Recife, Pernambuco, p. 112-127.
- Pereira, Ana L. C.; Oliveira, Rômulo A. M.; Gamarano, Clárisson G.; & Policarpo, Renata V. (2018). *Análise de Desempenho Econômico-Financeiro por Meio das Demonstrações Financeiras de uma Mineradora de Pequeno Porte*. Minas Gerais. XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção.
- Rodrigues, A. C. M.; Silveira, Suely de F. R.; Abrantes, Luiz A.; Ferreira, & Marco A. M. (2008). *Análise dos Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Mineradores e não-Mineradores do Estado de Minas Gerais*. Revista de C. Humanas, Vol. 8, Nº 1, p. 51-68.
- Ross, S. A., Westerfield, R. W., & Jordan, B. D. (2010). *Fundamentals of Corporate Finance* (9ed.). New York: McGraw-Hill/Irwin.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Sílabo.

Estudos do Ambiente

Do problema ecológico de Ngoenha à liberdade para o desenvolvimento sustentável: em busca de uma Cultura de Sustentabilidade

From Ngoenha's ecological problem to freedom for sustainable development: in seek of a Culture of Sustainability

Alba Paulo Mate
amate@ucm.ac.mz

Carla Maria Naftal Manguela
carlamanguela4@gmail.com

Resumo

Moçambique é parte de um mundo que se recente das mudanças climáticas, fruto de uma busca quase irracional de um desenvolvimento, diga-se, económico, com uso “irracional” da ciência e técnica, numa exploração desenfreada da natureza. Como diz Ngoenha, uma ameaça para o homem do futuro (e até de hoje) é uma razão, que entendemos, suficiente para discutir a sustentabilidade. Aliás, para responder às suas necessidades, o homem, ancorado à sua racionalidade, problematiza, discute e define caminhos em busca da sua sobrevivência. Neste artigo, a questão que se propõe responder, face à complexidade dos problemas de desenvolvimento que se vive e que impõe reflexões para preservar o que a humanidade já construiu e os cada vez menos (e ameaçados) recursos disponíveis na natureza que indiciam um possível colapso da sobrevivência humana, resume-se no tipo de desenvolvimento alcançado, que se pensa hoje e se espera no futuro. A Educação, sobretudo formal e sistemática, vista tanto como espaço de transmissão da cultura necessária para a sobrevivência das gerações, quanto como espaço de ciência, é, sem dúvidas, um campo apropriado para problematizar a sustentabilidade. Este artigo, entretanto, propõe-se a fundamentar a importância da Educação no desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade, indispensável para qualquer Desenvolvimento sustentável discutindo a sua possibilidade. Baseados em uma pesquisa do tipo bibliográfica, reconhece-se o problema ecológico discutido por Ngoenha e defende-se a ideia de uma educação libertadora, aludindo, por exemplo, a pedagogia Freiriana, e dando ênfase à concepção de Desenvolvimento de Amartya Sen baseada na liberdade. A liberdade, enquanto consciência do eu (nós hoje) e do outro (outros amanhã), fruto de reflexão que resulta da educação, é, assim, a condição para criação de uma Cultura de Sustentabilidade sem a qual não se pode pensar num desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Cultura de Sustentabilidade; Educação; Liberdade; Desenvolvimento Sustentável

Abstract

Mozambique is part of a world that has recently experienced climate change, the result of an almost irrational search for economic development with the “irrational” use of science and technology in the unbridled exploitation of nature. As Ngoenha says, a threat to the man of the future (and even today) and a reason, which we understand, sufficient to discuss about sustainability. In fact, to respond to his needs, man, anchored to his rationality, problematizes, discusses and defines paths in search of his survival. The question that this

article aims to answer, given the complexity of the development problems we are experiencing and which requires reflections at a global level to preserve what humanity has already built and the increasingly fewer (and threatened) resources available in the nature that indicate a possible collapse of human survival, can be summarized in the type of development achieved, which is thought today and expected in the future. Education, especially formal and systematic, seen both as a space for transmitting the necessary culture for the survival of generations, and as a space for science, is, with no doubt, an appropriate field to problematize sustainability. This article, however, aims to substantiate the importance of Education in the development of a culture of sustainability, essential for any sustainable development, discussing its possibility. Based on bibliographical research, we recognize the ecological problem discussed by Ngoenha and defend the idea of a liberating education, alluding, for example, to the Freirian pedagogy and emphasizing Amartya Sen's conception of development based on freedom. Freedom, as self-awareness (us today) and awareness of others (others tomorrow), as the result of reflection from education is, therefore, the condition for creating a culture of sustainability without which sustainable development cannot be thought of.

Keywords: Culture of Sustainability; Education; Freedom; Sustainable development

Introdução

A sustentabilidade é um tema que se insere em vários debates, quer políticos quer académico-científicos, no mundo, em geral, e em Moçambique, em particular. Arelada ao conceito de desenvolvimento, a sustentabilidade é discutida pela Organização das Nações Unidas na relação desenvolvimento e meio ambiente, desde 1972, em Estocolmo (Suécia), cujo debate já alertava para o desgaste do meio ambiente em resultado das acções humanas em busca da sua sobrevivência. Reconhece-se, então, a dependência do homem em relação à natureza. No âmbito académico, vários debates vão realizando-se, resultando em diferentes publicações no mundo fora. Em Moçambique, importa a de Severino Ngoenha, intitulada “o retorno do bom selvagem: uma perspectiva africana do problema ecológico”, cuja primeira edição foi publicada em 1994 (reeditada em 2022-2ª edição), logo após a conferência de Estocolmo.

Severino Ngoenha discute, nesta obra, a relação entre o homem e a natureza, chegando a entender que, com o desenvolvimento tecnológico, o Homem, antes dependente e servo da natureza, tornou-se seu explorador. Incapaz de sobreviver naturalmente e para satisfazer as suas necessidades, progrediu no desenvolvimento da técnica e da ciência, com os quais tem agredido a natureza sem possibilitar a sua autorreconstrução. “Na época tecnológica, o homem agride a natureza e esvazia-a de tudo: ferro, carvão, petróleo, minerais, (...). Em vez de cultivador sábio, o homem do século XX tornou-se um explorador selvagem da natureza” (Ngoenha, 2022, p. 63). Entendemos que selvagem é, também, o homem do século XXI, ainda mais influenciado por teorias e políticas de acumulação de riqueza. É, hoje, quase impossível pensar com sabedoria e agir sustentavelmente, um proceder e ser do homem que trouxe e tem trazido consequências incalculavelmente terríveis para si próprio e, sobretudo, para as gerações futuras.

Agostinho Macane e Alba Paulo Mate, ao reflectirem sobre os efeitos das mudanças climáticas para economia de Moçambique, apontam que os eventos resultantes delas conduzem “à escassez de água, clima extremo, migrações populacionais e instabilidade social, desacelerando o crescimento” (Macane & Mate, 2022), o que periga, indubitavelmente, a vida do Homem. Portanto, é nesta senda dos autores supracitados que também se enquadra o entendimento de Ngoenha (2003), segundo o qual as mudanças climáticas perigam directamente a sobrevivência humana.

Estes efeitos, como já dito, são universais, uma vez que fora de Moçambique são também os mesmos. Ora, em Bangladesh, vulnerável às tempestades, por exemplo, o investimento estrangeiro tem reduzido significativamente (Januário & Gameiro, 2016). Ainda segundo estes autores, cidades como Bombaim, Bangucoque, Istambul e Nova Iorque vêm sua existência ameaçada pela subida dos níveis das águas, e outras como Xangai e Hong Kong propensas a tempestades (Januário & Gameiro, 2016). Com estes posicionamentos, parece indiscutível questionar a sustentabilidade.

Nesta perspectiva, será possível pensar-se na sustentabilidade, num contexto em que o homem não mais se satisfaz e quanto mais explora a natureza mais dela quer? Haverá condições para que se discuta a sustentabilidade onde o homem se deixa dominar, excessivamente, pela ciência e técnica com as quais continua agredindo, sem piedade, a natureza? Que solução haveria para o problema de desequilíbrio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade em sociedades cuja vida, como diz Ngoenha, depende da exploração dos recursos naturais?

Entende-se que um debate reflexivo sobre a crise e suas reais implicações seja necessário, mas também um debate capaz de produzir a consciência (mentalidade e cultura) de que o Homem precisa para encontrar as soluções e, quem sabe, promover uma cultura de sustentabilidade, condição para o desenvolvimento sustentável. Portanto, não bastam os slogans que têm caracterizado as diferentes conferências, reuniões e congressos. Não é suficiente prometer mudanças nos discursos políticos em diferentes conferências internacionais. É preciso algo mais. Como expõe Ngoenha (2022), o problema da relação Homem/natureza não depende de “uma simples mudança de comportamento, (...) para fazer face ao perigo que ameaça a vida do Homem (...) o nível de compreensão, de análise e de decisão deve descer até às raízes profundas da crise” (p. 44). Daí propor-se uma problematização do desenvolvimento sustentável com uma tese inicial que defende a busca por uma cultura da sustentabilidade, que deverá ser capaz de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades do Homem e a reconstrução natural da natureza. Tal como se tornou cultura a exploração da natureza pelo homem, precisa-se, também, de uma dimensão cultural na busca e prática da sustentabilidade para inverter o cenário.

A questão que se coloca, nesse sentido, é: como promover uma cultura de sustentabilidade num ambiente de competição entre as nações? Que cultura de sustentabilidade inverteria o cenário de desequilíbrio, num contexto em que os países mais industrializados não param de emitir gases nocivos e os mais pobres não cessam de agredir as florestas, todos querendo sobreviver? Para responder a estas e outras questões, o estudo procura discutir o papel da Educação na formação de uma consciência e mentalidade sustentáveis, condições para a promoção de uma cultura de sustentabilidade no mundo, com vista a um desenvolvimento sustentável.

O artigo segue uma discussão teórica dividida em três momentos, depois dos quais tecemos as considerações finais. No primeiro, da discussão teórica, discute-se o papel da educação para a promoção da liberdade. A liberdade é tida como condição do desenvolvimento (Sen, 2010), mas é resultante, entende-se, da consciência (Ferreira, S/d; Nkrumah, 1970, cit. em Ngoenha, 2022) e da reflexão, possíveis por meio de uma Educação (Freire, 2001). No segundo momento, debate-se a proposta de solução ao problema ecológico: Cultura de Sustentabilidade resultante do exercício da liberdade, e, já no terceiro, ressalta-se a relação entre a Educação e o desenvolvimento sustentável (Ferreira, 2021; Veiga & Zatz, 2008), baseado na promoção da Cultura de Sustentabilidade.

A liberdade como resultado da consciência

O exercício da liberdade tem sido um grande problema das sociedades hoje. Autointitulada como estar livre para fazer o que quiser, a sociedade tem na liberdade a bandeira do malfez das pessoas e das nações, inclusive o ataque à natureza. É neste espírito e sobretudo baseado num modelo de mercado denominado “livre-comércio” em que o homem e as nações se tornaram cada vez mais insatisfeitos na sua relação com a natureza, provedora de recursos a disponibilizar neste mercado. Como Ngoenha (2022) declara, o mercado tornou o ser humano seu objecto, uma vez “livre” de todas barreiras morais. No presente texto, não se pretende discutir o livre-comércio, pois o problema vai mais além disso. Não é só no campo económico que mal se exerce a liberdade. Nas relações entre nações (e pessoas) também, conforme atesta, estupefacto, Freire (2001, S/p) “que estranha maneira é essa de fazer história, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da democracia, continuar gozando da liberdade de espancar”. Está claro o mau uso da liberdade, ou ao menos, fica claro que o exercício da liberdade é questionável. Porquê? De que liberdade estamos necessitando? Certamente, não da liberdade que coisifica o ser humano, mas sim a que o humaniza.

Para melhor entendimento, recupera-se, em primeiro lugar, o conceito de liberdade defendido pelo filósofo moçambicano José P. Castiano e, depois, por estar ligado ao desenvolvimento, ao do economista Amartya Sen. Em Castiano (2010), destacam-se duas concepções de liberdade, sendo a primeira a que aponta para a capacidade do homem “determinar-se a si mesmo com base na sua consciência e, acima de tudo, após uma reflexão” (p.192). Portanto, a liberdade é a consciência do direito (e capacidade) de expor e defender as suas opiniões. Desmembra-se, nesta concepção, a questão da consciência de si próprio. Na segunda, Castiano diz que Liberdade é a capacidade de o homem “reconhecer o Outro como ser humano que é também «livre» como Eu” (Castiano, 2010, p. 193). O outro é definido em duas dimensões, social e individual. Aqui, o homem é consciente do outro.

Portanto, a liberdade exerce-se com consciência. Aliás, defende Castiano (2010) que “A forma mais dramática e profunda da dominação foi a alienação da consciência” (p.198), sendo a dominação antagónica à libertação. Neste aspecto, vale frisar que a visão ocidental, sobretudo euro-centrista, promotora da dominação do homem pelo homem e do capitalismo liberal, é a principal razão da insustentabilidade. A busca incessante pela hegemonia, baseada em sua superioridade científica, não permite ou não tem dado espaço para um diálogo entre os que mais e os que menos poluem. Refere Ngoenha (2022), os que mais poluem (ocidente-norte) tendem, hegemonicamente e defendendo a tal hegemonia, a definir políticas de sustentabilidade que não as cumprem, mas as impõe aos outros, os dominados. Sobre tal facto, Ferreira (S/d) adverte para que se preserve, a todo custo, a consciência. Como ele afirma, não se deve “oprimir a consciência das pessoas” (Ferreira, S/d, p. 5), ou seja, nem a educação, nem a lei e nem a igreja devem oprimir a consciência, pelo contrário, devem promover a sua autoridade, pois “a consciência sincera é, para todos, a suprema autoridade e tende sempre a levar-nos para o bem (Deus), para a felicidade e para a solidariedade com todos” (Ferreira, S/d, p.4). Por isto, entende-se que a busca da consciência individual, e, quem sabe, colectiva, deve ter como pressuposto (ou fé) a (na) ideia de que o agir consciente, ainda que errado, permite que a(s) pessoa(s) considere(m) diferentes questões ao tomar as suas decisões, tendo em vista a sua dignidade. Como entende Nkrumah, a consciência da responsabilidade individual, enquanto ser criador e activo, mas não egoísta, é condição necessária para o

desenvolvimento. “O consciencismo pretende assegurar o desenvolvimento dos indivíduos, mas de maneira que as condições do desenvolvimento de todos se tornem a condição de desenvolvimento de cada indivíduo” (Nkrumah, 1970, cit. em Ngoenha, 2022, p. 58).

Na sua concepção de desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen define a liberdade como “um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Assim, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (Sen, 2010, p.33). Nesta concepção, vale destacar a questão da participação do homem na condução da sua vida, influenciando e influenciado pelos outros e, conseqüentemente, participando num desenvolvimento que se pretenda sustentável.

Nesta ordem de ideias, entende-se que o problema que Ngoenha levanta só se ultrapassará quando o homem desenvolver, primeiro, a consciência da existência do problema ecológico (Ngoenha, 2022) e seus impactos nefastos contra a vida humana, quer no âmbito económico-social (Macane & Mate, 2022) quer no próprio desenvolvimento e, segundo, a consciência ecológica, baseada em acções concretas de protecção da natureza e de redução da sua exploração. É o agir consciente que torna o exercício da liberdade mais sustentável. Aliás, Paulo Freire entende que a Educação deve contribuir para isso. Para ele, o exercício da liberdade é fruto de processos educativos libertadores (Freire, 2019). Para este autor, o homem (educador) deverá promover acções problematizadoras ou problematizantes dos homens em sua relação com o mundo e com os outros (Freire, 2019), inclusive da sua relação com a natureza. É na problematização (papel da educação) dos seus actos que o homem se torna consciente do que é bom ou mau nos seus actos, porque a problematização, ou seja, o questionamento é reflexivo. Nisto, Morin (2005), entende que consciência é uma aptidão autorreflexiva do homem.

Portanto, a liberdade a que se refere aqui é responsável (Freire, 2001), porque resulta do exercício profundo de reflexão, individual e colectiva, tal que promova uma consciência ecológica capaz de gerar uma cultura de sustentabilidade, sem a qual não se pode esperar um desenvolvimento sustentável.

A cultura de sustentabilidade: uma proposta

Como dito na introdução, o problema da sustentabilidade (ambiental) é aceite, enquanto problema, por, provavelmente, todos. Em várias conferências internacionais, os participantes têm concordado sobre os danos sobre a natureza, e medidas têm sido anunciadas. Todavia, pouco ou nada de concreto se faz. Em resposta, entende-se que a solução passa pela construção de uma cultura ecológica, a Cultura de Sustentabilidade.

Defende-se, neste artigo, a ideia de que a sustentabilidade que tanto se procura em discursos e até em pesquisas científicas não se pode limitar à slogans e nem em inseri-la apenas em lemas de eventos, quer políticos quer científicos. É preciso que se parta para a produção de uma Cultura da Sustentabilidade, entendida como um modo de ver a sustentabilidade, ou seja, um conjunto de formas de questionar, discutir, problematizar e viver a sustentabilidade. Sendo tarefa da ciência (pesquisa científica) problematizar, assim como Nodari (2011) sugere a cultura da paz ao afirmar que “a cultura da paz é uma ciência da paz” (p. 19), entende-se ser possível pensar na Cultura da Sustentabilidade enquanto uma ciência da sustentabilidade.

Se a Cultura da Sustentabilidade deve ser encarada como ciência da sustentabilidade, a Educação é desafiada, iminentemente, a problematizar (pesquisa) e trabalhar em contextos escolares (ensino) a sustentabilidade. Assim, sendo a cultura, qualquer que seja, uma construção ao longo do tempo e, por isso, um conjunto de conhecimentos que, por um lado, entendem Bogdan e Biklen (1994), são imprescindíveis para interpretar as experiências vivenciadas e com os resultados influenciar comportamentos e, por outro, e segundo Goulão e Bahia (2013), através dos quais o homem se relaciona consigo mesmo e com a natureza, a cultura da sustentabilidade será um conjunto de conhecimentos a construir com o tempo numa perspectiva ecológica da vida a bem de si próprio e da sua relação com a natureza.

Portanto, com a cultura da sustentabilidade, o ser humano deverá ser capaz de questionar, contínua e permanentemente, as experiências (sua relação com a natureza e suas ações de desenvolvimento) até hoje vivenciadas, das quais entenderá que o problema ecológico de Ngoenha é real e uma situação a ser transformada e, depois, tomará atitudes concretas, questionando-as sempre, para inverter o cenário. Assim, a Cultura da Sustentabilidade resultará do exercício consciente e reflexivo da liberdade, uma liberdade mais humanizadora e, como tal, mais sustentável.

Educação e a cultura de sustentabilidade: o desenvolvimento sustentável

Os problemas causados pela busca pelo enriquecimento têm sido ignorados, embora façam parte dos discursos em encontros internacionais dos Estados. Januário e Gameiro (2016) entendem, por exemplo, que os países industrializados não levam a sério a questão da fiscalidade ecológica equitativa e, em países emergentes, a industrialização surge num clima de ignorância ecológica. Parece ser este o problema da sustentabilidade: falta de consciência ecológica que só se pode obter com uma educação para a Cultura da Sustentabilidade.

A educação, entende Freire (2001), “é um factor fundamental na reinvenção do mundo” por isso uma “prática indispensável aos seres humanos”, enquanto “processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, capacitação científica e técnica” (S/p). Ao invés da mecanização do homem em nome da praticidade e adopção de inteligências mecanicistas, a educação é necessária para formar um homem “que actua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire” (Freire, 2001, S/p), mas também preocupado em deixar algum legado, consciente dos seus actos. Aliás, no entender de Nodari (2011), a Educação é um processo de ensino e aprendizagem e formação de alguém, que lhe permitam sentir-se, enquanto ser humano dotado de deveres e direitos, “autónomo e responsável pela sua realização, (...), na medida em que é presença de si mesmo, presença com os outros e presença no mundo” (p. 17).

Ressalta-se, nos conceitos acima, a questão do ser humano, por um lado, como um ser dependente, como defende Nodari (2011), é “uma vida de dependência de outros” e “dependentes da natureza” (p.17) e, por outro, como sendo um ser cultural pois, ainda segundo o mesmo autor, o ser humano é um “ser capaz de reflexão” e de “presença cultural” (p. 18). Por isso, entende-se que ele tem a possibilidade que lhe é inerente de construir a sua história, por meio de escolhas conscientes, fruto de processos educativos que vai recebendo ao longo do tempo, perante problemas que vai enfrentando. Portanto, ele é capaz de construir uma forma de ser e de estar face aos problemas que enfrenta, incluindo o da sustentabilidade.

Assim, o entendimento aqui é de que a Educação deve envidar esforços para criação e promoção de uma Cultura de Sustentabilidade a nível mundial, sendo que a sustentabilidade que tanto se procura em discursos e até em pesquisas científicas não seja limitada à sloganização ou em inseri-la apenas em lemas de eventos, quer políticos ou científicos.

A Cultura da Sustentabilidade consistirá, assim, no desenvolvimento de competências em torno do papel do Homem na sua relação com a natureza. Não se pode esperar que este deixe de ignorar o problema ecológico sem que se insista numa educação que desenvolva, entre outras, as competências fundacionais ambientais. Não se pode romper nem mesmo com a realidade actual sem a crítica – resulta da consciência e da reflexão já debatidos acima - à relação até hoje promovida entre o homem e a natureza, uma relação exploradora, como já mencionado. Nisto, vale reler o pensamento de Freire, segundo o qual não se pode superar a opressão, a discriminação e todo mal “sem projectos de natureza político-pedagógica no sentido da transformação ou da reinvenção do mundo” (Freire, 2001, S/p). Por analogia, não se pode superar a problemática da insustentabilidade sem uma compreensão crítica da sua história.

A cultura de sustentabilidade deve romper com os complexos de superioridade e de inferioridade que a história do homem construiu. Nesse aspecto, entende Freire (2001), que o futuro não pode ser conduzido com ideologias autoritariamente discriminatórias. O problema da sustentabilidade é, evidentemente, problema de todos homens e mulheres, de todas as nações, desenvolvidas ou não. Os seus efeitos não fazem escolha. São duras para todos. E a sua solução deve ser partilhada, por todos. Assim, entende-se que é papel da educação superar esta construção histórica que torna uns superiores e outros inferiores. É preciso cultivar a consciência do indivíduo, sujeito da história, pois, diz Freire (2001, S/p), a “consciência é a fazedora arbitrária da história”, enquanto “tempo de possibilidades e não de determinações”, ou seja, ela, a história, é a possibilidade que os homens criam enquanto ela decorre, com vista à sua libertação e assim se salvarem (Castiano, 2010; Freire, 2001). Portanto, onde homens e mulheres se assumem “cada vez mais como sujeitos-objects da História, capazes de reinventar o mundo numa direcção ética e estética mais além dos padrões” (Freire, 2001, S/p).

Com a crítica, fruto da liberdade (consciência e reflexão), a transformação de que se necessita é possível. Isto é um desafio complexo à ciência (que flui ou deveria fluir em ambientes educacionais), um desafio levantado noutra contexto pelo filósofo Edgar Morin. Ele comenta que “não haverá transformação sem reforma do pensamento, ou seja, revolução nas estruturas do próprio pensamento” (Morin, 2005, p.10), pelo que, para este autor, é necessária uma reforma do pensamento, para que a ciência conceba um pensamento complexo, dada a complexidade de todos fenómenos que ela estuda. É no mesmo sentido que apontamos a necessidade da reforma do pensamento em torno do desenvolvimento e em debates sobre sustentabilidade, em busca do desenvolvimento sustentável.

Não haverá, portanto, sustentabilidade e nem, por consequência, desenvolvimento sem uma mudança cultural na relação homem/natureza. Por isso, defendemos que tal mudança seja baseada em uma Cultura de Sustentabilidade, enquanto forma de ser, agir, compreender, estudar o desenvolvimento na relação homem/natureza. A Cultura de Sustentabilidade é a condição sine qua non para o desenvolvimento sustentável, definido como a capacidade de suprir as necessidades humanas de hoje sem o prejuízo das gerações futuras (Veiga & Zatz, 2008). Como se entende em Ngoenha (2022), não se trata de proteger a natureza para as gerações futuras, mas promover uma

forma que assegure “aos homens da nossa geração e a todas gerações futuras a possibilidade de se desenvolverem” (p.127).

Considerações finais: a cultura de sustentabilidade como condição de desenvolvimento sustentável

Não há dúvidas sobre a preocupação que há em torno dos problemas causados pela força humana sobre a natureza e, em contrapartida, dos efeitos dos desastres naturais na vida humana. O “mal-entendido” da liberdade que o Homem tem vem causando danos abismais sobre a natureza, perigando o que este procura, desenvolvimento. No entanto, a natureza, ressentindo-se da exploração humana, tem sido incapaz de se reconstruir à medida de responder as necessidades das gerações actuais e, sobretudo, das futuras, gerando uma situação de insustentabilidade, por um lado, e um clima de incerteza da vida, por outro, dados os eventos cíclicos de desastres naturais em todo mundo.

Com este cenário e sem mudanças radicais, o desenvolvimento sustentável, muito discutido e almejado, não passará de um simples conceito passível, apenas, de discussão académica em eventos científicos e de sloganização política em reuniões nacionais e conferências internacionais. O problema persistirá e a humanidade sentir-se-á cada vez mais em perigo. Todavia, o ser humano é como entende Freire, um ser-em-acção, um agente transformador, mas só quando liberto.

A liberdade freiriana não torna o ser humano uma coisa útil para o mercado. Pelo contrário, é uma liberdade humanizadora que torna o Homem num ser capaz de transformar a realidade em que se encontra, consciente de tal realidade e da sua relação consigo próprio e com a natureza. É esta liberdade que aqui se defende. Uma liberdade de Amartya Sen, capaz de dotar o ser humano de capacidades para construir o seu desenvolvimento, queira-se, sustentável.

No entanto, a liberdade é uma construção e uma conquista, fruto de consciência e reflexão. Para tal, a Educação é chamada a intervir, enquanto espaço da construção, através da problematização, sobretudo científica, com consciência, como diz Morin, do desenvolvimento e da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, ora almejado, dependerá, neste sentido, de uma mudança cultural, da uma Cultura de Exploração para uma Cultura de Sustentabilidade, capaz de induzir todas acções humanas à protecção da natureza em todos aspectos da relação homem-natureza.

Referências bibliográficas

- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Castiano, J. P. (2010). *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjectivação*. Maputo, Moçambique: Ndjira.
- Ferreira, F. C. (S/d). *A objecção da consciência*. Lisboa, Portugal: Edições Conhecer
- Ferreira, J. F. C. (2021). *Desenvolvimento sustentável: apontamentos sobre o conceito*. Matingá, PR, Brasil: Uniedusul.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido (69ª)*. Rio de Janeiro- São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios. (5ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Cortez.

- Goulão, M. F. & Bahia, S. (2013). Diversidade cultural e social dos alunos. Em F. H. Veiga (Coord.). *Psicologia da Educação: Teoria, investigação e aplicação, envolvimento dos alunos na escola*. Lisboa, Portugal: Climepsi Editores.
- Januário, R. e Gameiro, A. (2016). *A globalização e a geopolítica internacional*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Macane, A. & Mate, A. P. (2022). Efeitos das mudanças climáticas na economia de Moçambique. *Boletim GeoÁfrica*, 1, 25-40. Recuperado em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg/article/view/51601/27940>.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. (8ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Ngoenha, S. (2022). *O retorno do bom selvagem- uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico* (2ªed.). Maputo, Moçambique: Ethale Publishing.
- Nodari, P. C. (2011). Educação e cultura da paz: à luz do esboço kantiano à paz perpétua (Zum ewigen Frieden), ainda é possível pensar na cultura da paz? Em E. Cescon e P. C. Nodari (Orgs.). *Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz*. São Paulo, Brasil: Paulinas.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Brasil: companhia das Letras.
- Veiga, J. E. & Zatz, L. (2008). *Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?* Campinas, SP, Brasil: Autores Associados.

Comités e Recursos Naturais: uma Análise sobre o Processo da Gestão e Sustentabilidade na Província de Tete

Committees and Natural Resources: an Analysis of the Management Process and Sustainability in the Province of Tete

Andissene Andissene
Universidade Católica de Moçambique
Faculdade de Gestão de Recursos Naturais e Mineralogia
andythodo@ucm.ac.mz

Resumo

A criação dos comités, tem sido uma das formas de auxílio da comunidade na gestão e sustentabilidade dos recursos naturais em certas regiões de Moçambique. No entanto, parte dos comités da província de Tete não mostravam uma capacidade esperada na gestão, assim como nos fundos provenientes da exploração dos referidos recursos. Isto devido a falta de capacitações específicas e/ou pela falta de conhecimento em como operacionalizar a respectiva gestão. O artigo tem como objectivo fazer uma análise sobre os comités no processo da gestão e sustentabilidade dos recursos naturais. A população foi constituída por actores intervenientes no processo de gestão dos recursos naturais, entre eles autoridades locais, e membros dos comités. Seleccionou-se dez participantes usando uma amostragem não aleatória por acessibilidade. Os dados foram colectados por via de entrevistas individuais e *focus groups* com questões abertas e semiestruturadas. Nesta pesquisa assim como nas demais, constatou-se que há falta de capacitações claras referentes ao uso dos vinte por centos provenientes da receita no âmbito da exploração dos recursos florestais e faunísticos a nível de Tete. Com isso, concluiu-se que este processo culminou com vários tipos de conflitos no seio da comunidade pela divergência entre os membros dos comités e a comunidade. E a paragem da canalização dos vinte por centos, tem incentivado a comunidade a envolver – se na exploração ilegal dos recursos naturais. Assim, sugere-se que efectivem as capacitações e monitoria no uso do fundo proveniente da exploração dos recursos naturais dirigido as comunidades.

Palavras-chave: Comités, recursos naturais, gestão e sustentabilidade

Abstract

The creation of committees has been one of the ways the community helps the management and sustainability of natural resources in certain regions of Mozambique. However, some of the committees in Tete province did not show the expected capacity in management, as well as in the funds arising from the exploitation of the aforementioned resources. This is due to the lack of specific training and/or the lack of knowledge on how to operationalize the respective management. The article aims to analyze the committees in the process of management and sustainability of natural resources. The population was made up of actors involved in the natural resources management process, including local authorities and committee members. Ten participants were selected using non-random accessibility sampling. Data were collected through individual interviews and focus groups with open and semi-structured questions. In this research, as in others, it was found that there is a lack of clear training regarding the use of twenty percent of the revenue in the exploration of forest and fauna resources at the level of Tete. Therefore, it was concluded that this process culminated in various types of conflicts within the community due to divergence between committee members and the community. And the stoppage of the twenty percent pipeline has encouraged the community to get involved in the illegal exploitation of natural resources. Therefore, it is suggested that they carry out training and monitoring in the use of funds from the exploitation of natural resources directed at communities.

Keywords: Committees, natural resources, management and sustainability

Contextualização

A criação, pelo Estado, dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) tem sido uma das formas de auxílio por parte da comunidade na gestão e sustentabilidade dos recursos naturais em diferentes regiões da nossa Província. A Agenda 21 (1992, citado em Teixeira, 2018) refere que:

não só encoraja os governos, mas também os encarrega para que, no nível apropriado, em colaboração com as organizações internacionais, nacionais e regionais estabeleçam procedimentos, programas, projectos e serviços inovadores, de modo a facilitar e estimular a participação activa das comunidades locais no que se refere aos processos de tomada de decisões e de implementação, porque estas desempenham um papel vital na gestão e desenvolvimento do ambiente, devido aos seus conhecimentos e práticas tradicionais (p. 30).

No entanto, parte dos CGRN da província de Tete mostram uma capacidade deficiente de gestão de Recursos Naturais (RN) e dos fundos provenientes da sua exploração. A falta de capacitação sobre como operacionalizar a gestão dos RN tem sido um dos maiores entraves.

Este artigo tem como objectivo, fazer uma análise sobre as dinâmicas dos CGRN da província de Tete no processo da gestão dos recursos naturais. O trabalho resulta de entrevistas semiestruturadas. Como participantes teve-se actores intervenientes no processo de gestão dos recursos naturais, sendo as autoridades das instituições ligadas a este processo, assim como membros dos comités. Nisso, seleccionou-se dez participantes sendo dois representantes dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) e oitos membros representantes de diferentes CGRN, usando uma amostragem não aleatória por acessibilidade. Os dados foram colectados por via de entrevistas individuais e em alguns casos optou-se por *focus group* com questões abertas e semiestruturadas.

A princípio procurou-se identificar e localizar os CGRN com o auxílio das autoridades nas comunidades locais. Onde procedeu-se na selecção dos participantes, isso após a identificação do líder daquela comunidade. Tendo em conta que estes comités são constituídos de forma genérica por pelo menos dez membros, reunia se não com todos estes membros, mas sim de forma conjunta com os principais como o caso dos presidentes, secretários, os líderes e tesoureiros de cada comité.

Por outro lado, com as autoridades dos SDAE as conversas foram de forma individual, visto a que a instituição é que escolhia os representantes das áreas da pesquisa. Foi com estes participantes que se deu a conhecer o processo da gestão dos recursos naturais.

O comité é um conjunto de pessoas que pertencente ou não a certa comunidade que visa contribuir no desenvolvimento da comunidade e na exploração sustentável dos RN. No entanto, em Moçambique tem - se notado a existência de vários comités de gestão de recurso, mas para o caso concreto desta pesquisa foram envolvidos comités da Província de Tete em particular os Distritos de Moatize e Changara com as respectivas autoridades.

Gestão do Fundo dos Recursos Naturais

O Decreto nº 12/2002, de 6 de Junho (Regulamento sobre a Protecção dos Recursos Florestais e Faunísticos), preconiza a criação de conselhos locais “Comités” para a gestão de recursos naturais, assim como para a canalização e uso à luz de um bem comum da comunidade, dos 20% resultantes das actividades de exploração dos recursos florestais existentes na respectiva comunidade. No entanto, estes conselhos locais, são maioritariamente representados por comités de gestão dos referidos recursos. Com a criação dos CGRN, estes passam a ser os representantes legais das comunidades no que tange a gestão destes recursos. Com isso, estes comités passam a ser as entidades as quais são alocados os 20% da receita de exploração dos referidos recursos.

Contudo, após o Estado arrecadar as receitas proveniente dos operadores que exploram os RN em uma determinada área, canaliza-se a referida parte aos comités a partir de uma transacção dos cofres do Estado para a conta bancária do comité responsável ou que responde por esta região. Um cheque gigante é enviado para o comité de modo a simbolizar a disponibilidade do valor monetário na referida conta.

A participação dos CGRN em Moçambique é um facto. Porém, segundo Cunha (1999) citado por Teixeira (2018, p. 30) diz que “todo este processo participativo deve ser baseado num sistema de capacitação e fortalecimento das comunidades e de lideranças locais, que pode ser realizado através de oficinas de cidadania, cursos de capacitação de liderança e de intercâmbios com outras áreas e instituições para partilha de experiências”.

Contudo, constatou-se que nos comités de Changara e Moatize, há falta de capacitações com termos de referência na implementação prática dos comités. Rantala (2022), refere que:

apesar do estatuto legalmente reconhecido dos Comités de Gestão de Recursos Naturais, e da transferência de fundos pelo governo através destes comités, há várias razões que levaram alguns comités a utilizá-los para fins que não têm impacto relevante nas comunidades. Os comités tendem a justificar estas falhas argumentando que não compreendem a legislação sobre a aplicação de fundos, enquanto que, as autoridades apontam para a ganância dos líderes comunitários. (p. 33)

Situação análoga a falta de formações foi constatada, no caso da aldeia de Nacaca, na localidade de Campine, Posto Administrativo de Mesa, distrito de Ancuabe, onde já existia um CGRN, porém, estes não estava em funcionamento, visto que, desde a sua criação em 2010 nunca tiveram formação sobre os papéis, atribuições e funções do próprio comité (Medicusmundi, 2022).

Este é um dos factos que reforça a falta de termos de referências na formação dos comités. No entanto, em Tete os comités funcionavam mesmo sem estas formações, só que este funcionamento era mesmo com base em ideias locais, ou seja, criavam actividades para as comunidades com iniciativas próprias, desde momento que beneficiasse a comunidade. Segundo como partilhavam os representantes dos comités, as informações que vinham das autoridades locais: “Quando tivemos acesso ao dinheiro referente aos 20% o chefe do posto aqui dizia que este dinheiro não é para gastarmos de qualquer maneira, mas sim deveríamos ajudar aqui na comunidade. (Membro 1 do CGRN, entrevista, Changara, 2020)”.

Talvez seja por isso, que para o caso desses comités da Província de Tete, foi se constatando a falta do domínio da lei quanto a aplicação deste valor, o que fez com que a utilização dos 20% tenha sido por iniciativas próprias por parte destes comités o que não trouxe experiências agradáveis.

Um dos exemplos dos episódios vividos, foi quando os comités optaram por pegar neste dinheiro referentes aos 20% em fazerem empréstimos aos membros da comunidade de modo que estes fizessem negócios e devolvessem o valor com pequenos juros, isso acreditando que estavam a fazer um bem comum para a comunidade com aquele acto. Contudo, isto culminou com conflitos, pois muitos deles não conseguiram honrar com os seus compromissos de pagar a dívida que eles criaram. Há relatos de que alguns dos moradores chegavam até a dizer que “Aquele dinheiro que eles levaram por empréstimo, provém das árvores¹ e que ninguém ia rega – las e por isso não viam a razão nem obrigação de ter que pagar a este empréstimo. (Morador citado pelo Membro 2 do CGRN, entrevista, Changara, 2020)”.

Esta mesma prática de fazer empréstimos com o dinheiro dos 20% foi replicada em diferentes pontos de Tete, no entanto, em alguns dos pontos constatou-se membros dos comités que reconheceram que não era para isso que deveria ser feito com o dinheiro, mas também não sabiam ao certo o que deveriam fazer com o mesmo, conforme a citação: “Actualmente tivemos informações de que aquilo que fazíamos era bom mas, não era o adequado até que porque nós não sabíamos nada de como fazer o uso desse dinheiro. (Membro 1 do CGRN, entrevista, Birira, 2020)”.

Por outro lado, com a falta da transparência da gestão deste valor canalizado aos comités, foi se constatando rumores de desvio de aplicação do que foi previsto no plano que foi elaborado pelo comité junto a comunidade. Houve relatos de casos de Administradores Distritais que foram se envolvendo em actos de desvio dos valores monetário em conexão com os assinantes dos comités de gestão.

E essa falta de transparência na gestão dos 20%, tem criado em alguns casos conflitos entre a comunidade e os operadores que praticam as suas actividades de forma legal e que pagam os impostos. Pois, o que tem acontecido é que por a comunidade não ver de forma efectiva os resultados do benefício dos 20%, paralisam as actividades desses operadores na concepção de que eles não estejam a pagar ou a honrar com os seus compromissos ao Estado. E por sua vez, o Estado não esteja a canalizar a tal percentagem a comunidade, quando na verdade é mesmo a falta da transparência do processo de gestão deste valor.

Um facto similar foi descrito por Mabunda (2015, p.4) onde refere que “uma outra fragilidade está relacionada com a gestão dos fundos comunitários. Estes valores nem sempre chegam a beneficiar as comunidades. (...). O que acontece é que na maioria dos casos este fundo é gerido a seu bel-prazer pelos assinantes em representação das comunidades locais.”

Um facto narrado por uma técnica do SDAE é que há praticamente pouca monitoria da gestão deste valor canalizado após este estar na posse dos comités de gestão. A técnica frisou que, o que acontece é uma mera entrega do valor e esperar-se que estes comités possam gerir, e por outro lado sem que haja um acompanhamento ou monitoria por parte do SDAE. Esta falta de um plano de

¹ Referindo se dos recursos naturais.

monitoria, fragiliza a **eficácia e eficiência deste processo** na gestão de recursos naturais, conforme dizia:

Após o acesso aos 20%, a comunidade local por sua vez procura quais são as necessidades que eles têm e qual é a prioridade, e normalmente eles é que decidem. Com o valor fazem aquilo que é o bem para todos, mas o que estava a acontecer quando se entregava esse valor, eles se beneficiavam entre famílias e aquilo começou a criar agitação na comunidade. Em que outros se beneficiavam e outros não. Havia desvio de aplicação, e a culpa também pode ser nossa, porque nós não monitoramos. (SDAE, Entrevista, Moatize, 2020)

Este é um facto que também reforça as narrativas de conflitos entre os membros das comunidades na gestão dos valores monetários após a disponibilização, pois alguns membros dos comités iam se beneficiando entre famílias e isto começou a criar agitação na comunidade, tendo em conta a falta do benefício mútuo nas comunidades. Dentre estes factos, e entre outros levamo-nos a seguinte reflexão: para que servem os 20%?

Dinâmicas na Gestão e sustentabilidade dos Recursos Naturais

Conforme o decreto 12/2002, nos locais onde são explorados recursos faunísticos em que para este caso a madeira foram criados os respectivos comités que gerem estes recursos, isso pelo menos a nível da província. Estes comités por serem constituídos pelos representantes das comunidades, são eles que recebem os benefícios dos 20% que é para o uso em um bem comum para a comunidade a qual é explorada o referido recurso.

Para o caso de Changara e Moatize o que foi constatado é que desde 2017 o estado parou de alocar o benefício dos 20% a estas comunidades. Por sua vez a DINAF (Direção Nacional de Floresta), orientou que estes comités deveriam estar publicados no Boletim da República (BR) para passarem a usufruir destes benefícios. Só que este processo tem estado a ser muito moroso estando a mais de 3 anos.

Além de que o difícil acesso as instituições como bancos, Balcão de Atendimento Único (BAU), tem sido parte dos desafios encarados para a publicação conforme aponta Bila (2005) citado por Sarife, *et. al.* (2020, p. 53) referindo que “a falta de instituições bancárias obriga aos membros da comunidade a se deslocarem à cidade para abertura e movimentação da conta associada ao CGRN, que tem sido enorme desafio para essa comunidade. Há que considerar, no entanto, que essas dificuldades são comuns em várias províncias do país, afectam negativamente na gestão dos recursos naturais”.

Por sua vez, esta situação que faz com que estes membros dos comités se desloquem em busca destas instituições tem feito com que eles façam empréstimos a pessoas das comunidades na esperança de vir – lhes devolver assim que retomarem a receber o benefício dos 20%. Este dinheiro emprestado, tem sido geralmente usado para custear as despesas de viagem, alimentação, acomodação, reconhecimento dos documentos no âmbito da legalização dos comités. Só que a dado momento os tais credores chegam a pedir de volta os seus recursos devido a demora na devolução, algo que cria um constrangimento nos membros dos comités no processo da gestão dos recursos naturais.

Por outro lado, acredita-se que esta situação da falta dos pagamentos esta a intensificar a exploração ilegal dos recursos naturais, fazendo com que a própria população esteja envolvida. Pois percebe-se que não há incentivo para comunidade velar pelos tais recursos e os líderes tem tido um papel extremamente fundamental nessa exploração ilegal, pois são os primeiros a serem aliciado pelos operadores furtivos, através de valores monetários, motorizadas, entre outros recursos.

Actualmente o que nós estamos a constatar é a própria população está envolvida na furtividade, estão a incentivar a furtividade, porque em algum momento os operadores vão para lá, incitam aos líderes com valores monetários, com motorizadas e tudo mais, com isso eles cortam a madeira e vendem para o próprio operador, e não estão a ajudar-nos na fiscalização, porque normalmente eles é que deveriam ser os primeiros guardiões é por aí. (SDAE, Entrevista, Moatize, 2020)

No entanto, este posicionamento por parte do SDAE é por um lado devido a paragem na canalização dos 20% e também o insucesso dos CGRN na tentativa da legalização e publicação no BR, conforme a citação a seguir: “Praticamente os CGRN não estão a ter um resultado bom e eu acredito que talvez esse problema é que está a incitar a furtividade, pode ser por causa disso, já que não há incentivo e não há nada, então, é por isso que eles estão a usar os meios próprios” (SDAE, Entrevista, Moatize, 2020).

Este todo o processo leva – nos a reflexão de que: Até que ponto esta gestão tem sido sustentável para as comunidades?

Conclusões e Sugestões

Com esta pesquisa, constatou-se que o processo de gestão dos recursos naturais nos distritos em referência, há falta de capacitações claras quanto ao uso dos fundos provenientes da exploração dos recursos naturais. E isto, fazia com estes CGRN usassem este fundo por iniciativas próprias. Situação esta que dava origem há vários conflitos na comunidade. Um ponto agravante a isto é a falta de monitoria deste fundo por parte dos SDAE.

Por outro lado, com a paragem na canalização dos 20% aos CGRN, e estes veem-se num processo complexo para o seu reconhecimento ao nível de Estado. Contudo, esta paragem tem incentivado a comunidade a envolver-se na exploração ilegal dos recursos naturais, por falta de motivação, mas também pela aliciação dos operadores ilegais.

Sendo assim, sugere-se às instituições ligadas à gestão dos recursos naturais que realizem as capacitações nos comités e adotem medidas de acompanhamento e monitoria do fundo proveniente da exploração dos recursos naturais o qual é canalizado as estas comunidades por meio dos comités, isso, de modo a garantir o uso adequado e a transparência. Assim como que se dinamize o processo da retoma dos pagamentos dos 20%. Onde, o Estado deve criar comitativas conjuntas com as diferentes instituições inerentes a legalização dos CGRN que se desloquem aos pontos mais próximos destes CGRN para a dinamização deste processo.

Referências Bibliográficas

- Mabunda L. (2015). “A transparência: indício de corrupção nos negócios de madeira em Sofala” Disponível em https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/371_CIP-a_transparencia_20.pdf [Acesso em 28 de Dezembro de 2022].
- Medicusmundi. (2022). “Criação e revitalização de Comitês de Gestão de Recursos Naturais nos Distritos de Namuno e Ancuabe, outros resultados da parceria promovida pela medicusmundi e o Centro Terra Viva”. Disponível em <https://www.medicusmundimozambique.org/pt/actualidad-1/criacao-e-revitalizacao-de-comites-de-gestao-de-recursos-naturais-nos-distritos-de-namuno-e-ancuabe-outro-resultado-da-parceria-promovida-pela-medicusmundi-e-o-centro-terra-viva> [Acesso em 28 de Dezembro de 2022].
- Rantala, J. (2022). “Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique”. Disponível em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/research-report-portuguese-vers.pdf> [Acesso em 28 de Dezembro de 2022].
- Sarife, S. *et. al.* (2020). “Envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos florestais em Unango, Moçambique”. Disponível em http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/EK2GEM7pU3sH8MX_2021-4-9-19-32-26.pdf [Acesso em 02 de Agosto de 2022].
- Teixeira, J. V. (2018). “A participação das comunidades locais na gestão das florestas em Moçambique: caso dos Distritos de Montepuez, Maúa, Marrupa e Majune”. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/31904/1/Tese_Final_imprensa%2C%202018.pdf [Acesso em 29 de Dezembro de 2022].

A Importância da Comunidade Moçambicana na Recolha de Resíduos Sólidos Para Geração de Renda Familiar em Prol de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso da Munhava Matope - Beira (2020 – 2021)

The Importance of the Mozambican Community in Collecting Solid Waste to Generate Family Income for Sustainable Development Case Study: Munhava Matope - Beira (2020 – 2021)

Maria Cristina Majadire
Cmajadire@gmail.com

Sidália Natália dos Santos
Sidalia.natalia@gmail.com

Amália Merina Maua Dickie
amalia.dickie@ucm.ac.mz

Mestrado em Administração e Gestão dos Negócios

Resumo

A comunidade exerce um papel importante no que concerne a recolha de resíduos sólidos nas comunidades, visto que, para além de manter a cidade e o bairro limpo, ajuda na protecção de saúde pública, segurança e na prevenção do meio ambiente. A presente pesquisa teve como objectivo analisar a importância das comunidades moçambicanas na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável. Para a realização da pesquisa utilizou-se a pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória, tendo como método de abordagem a indutiva. O problema da pesquisa se resume na seguinte questão: Qual é a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável? Para a colecta de dados foi utilizado a pesquisa bibliográfica e as entrevistas semi-estruturadas. Com a realização desta pesquisa foi possível concluir que a importância das comunidades na recolha dos resíduos sólidos para geração de renda familiar, é mais-valia, visto que, as comunidades geram renda familiar, comercializando os resíduos sólidos nos pontos de compras dos Bairros e para organizações que compram para a reciclagem, para além de contribuir para a protecção de saúde da população e preservação do meio ambiente.

Palavras- Chave: Comunidade, Recolha dos resíduos sólidos, Geração de renda.

Abstract

The community plays an important role with regard to the collection of solid waste in communities, since, in addition to keeping the city and neighborhood clean, it helps to protect public health, safety and prevent the environment. This research aimed to analyze the importance of Mozambican communities in the collection of solid waste to generate family income in favor of sustainable development. To carry out the research, a descriptive and exploratory qualitative research was used, with the inductive method of approach. The research problem boils down to the following question: What is the importance of the Mozambican community in the collection of solid waste to generate family income in favor of sustainable development? Bibliographical research and semi-structured interviews were used for data collection. With the accomplishment of this research it was possible to conclude that the importance of the communities in the collection of solid residues for generation of familiar income, was an added value, since, with the collection of solid residues in the communities, they generate familiar income commercializing the solid residues in the shopping points in the neighborhoods and for organizations that buy for recycling, in addition to contributing to protecting the population's health and preserving the environment.

Keywords: Community, Solid waste collection, Income generation.

Introdução

O crescimento da população mundial e o aumento da oferta de bens de consumo estão directamente relacionados à geração e destinação de resíduos. O processo de industrialização, a crescente concentração da população urbana e a motivação para consumir como principais características da sociedade moderna agravam os problemas sociais, ambientais e de saúde pública (Siqueira, 2009).

A maioria dos municípios descarta resíduos domésticos sem fiscalização, o que traz graves consequências: poluição do ar, do solo, das águas superficiais e subterrâneas, formação de colónias de organismos patogénicos, vectores de propagação de doenças, que têm impacto significativo na saúde pública. A situação agravou-se devido à presença de resíduos industriais e domésticos em muitos aterros municipais e raramente em aterros ilegais.

Actualmente, o aumento da produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) é uma preocupação das lideranças nacionais e da sociedade em geral, pois seu descarte inadequado pode causar efeitos ambientais negativos.

A população moçambicana em geral e os residentes em particular adoptaram a catálise de resíduos como fonte de rendimento para os ajudar a pôr pão na mesa. Segundo Seibert (2-14), a reciclagem conserva os recursos naturais e gera renda para os catadores, segmento da população cuja sobrevivência depende dos resíduos sólidos descartados.

Hoje, os resíduos sólidos são recolhidos e vendidos para reciclagem na cidade da Beira. Este processo permite que os catadores de lixo/resíduos gerem renda com suas actividades. Em algumas zonas, há famílias que decidiram catalisar os resíduos e vendê-los, criando assim um rendimento familiar.

Observa-se que na maioria dos municípios os resíduos sólidos apresentam características muito semelhantes desde a geração até o armazenamento final, envolvendo apenas colecta regular, transporte e tratamento final em locais quase sempre escolhidos de acordo com a disponibilidade e distância do local. em relação ao centro da cidade e às rodovias, ocorre no exterior, em valas de drenagens.

Desta forma procuramos com a elaboração deste trabalho responder a seguinte questão: Qual é a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope - Beira (2020-2021)?

No entanto, a escolha deste tema deveu-se a grande número de catadores de lixo observados na Munhava Matope, e que usam essa prática como forma de renda familiar, desta maneira buscou-se entender mais acerca dos resíduos sólidos e da sua importância na geração de renda e no desenvolvimento sustentável.

A realização da pesquisa poderá contribuir para o acréscimo dos conhecimentos das autoras sobre a gestão dos resíduos sólidos. E essas informações poderão ser úteis para compartilhar com os próximos, como também para a aplicação prática na área laboral. Também, poderá proporcionar novos conhecimentos sobre a gestão dos resíduos sólidos e sua importância do desenvolvimento sustentável. Através da percepção dos catadores pode-se compreender as inter-relações da comunidade com o meio ambiente e assim usar como instrumento para planeamento da educação ambiental e tentar colocar os princípios de protecção e preservação ambiental mais prático na sociedade.

O objectivo geral do estudo é de analisar a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira.

Especificamente, objectiva:

- Identificar os tipos de resíduos sólidos colectados pela comunidade para o uso e reaproveitamento familiar no Bairro da Munhava Matope – Beira;
- Conhecer os pontos de compra dos resíduos sólidos na cidade da Beira;
- Descrever os benefícios da recolha dos resíduos sólidos no Bairro da Munhava Matope;
- Explicar a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira.

Revisão da Literatura

Neste capítulo, pretende-se trazer várias abordagens de vários estudos acerca do tema, começando por definir os conceitos-chaves, de modo a dar mais a compreender ao leitor do assunto tratado. Também é apresentado estudos realizados a nível internacional e nacional sobre o tema.

Conceito de Comunidade

A comunidade surge do conceito de “*communitas*”, cuja formação se baseia nos conceitos de *cum* e *múnus*, que abrem ao outro, à união (senso de *cum*), relação em que o ar é dado em troca de dever, obrigação, vingança (senso de *munus*), como centro vazio da comunidade, como dom de si mesmo, ao qual o sujeito sente uma obrigação inevitável porque coincide com o seu próprio desejo (Lazari, Mazzari, & Turati, 2017).

Lazari, Mazzari e Turati (2017), argumentam que uma comunidade é tradicionalmente pensada como uma população que vive dentro de um território físico geograficamente limitado e com normas politicamente limitadas. Gonçalves (2009) mencionou duas expressões possíveis de comunidade: territorial/geográfica, que se refere às estruturas sociais definidas por uma região relacionada, a que fala da natureza das relações humanas.

Assim, uma comunidade é entendida como um sistema social espacialmente limitado ou conjunto de subsistemas com funções integradas (económicas, políticas, religiosas, éticas, educativas, jurídicas, sociais e reprodutivas), com população, cultura, materiais ou dispositivos com os quais esses subsistemas funcionam.

Resíduos sólidos

As definições de resíduo sólido ou mais frequentemente “lixo” são definidos como materiais considerados inúteis, desnecessários, sem valor, criados como resultado da actividades humana e que devem ser removidos (Mota, Almeida, Alencar, & Curi, 2011).

Em Moçambique, os resíduos sólidos são definidos como substâncias ou itens que são eliminados ou que se pretende eliminar ou cuja eliminação é exigida por lei, também conhecidos como resíduos. Nas definições gerais, resíduos sólidos referem-se a um conjunto de actividades humanas (domésticas, empresariais, industriais, serviços de saúde) ou produtos não utilizados criados na natureza, como folhas, galhos, solo, areia, que são retirados de ruas e locais públicos e enviado para destino ou instalações de limpeza (Oliveira, 2005).

Segundo Mota, Almeida, Alencar e Curi (2011), resíduo sólido é tudo aquilo que não tem mais utilidade e deve ser jogado fora, ou seja, nos dicionários, como o lixo, é definido como: aquilo que é varrido, fora de casa; sujo; expulso das ruínas; dos esgotos, das valas de drenagens; coisas inúteis; velhas; qualquer material artificial que perca a utilidade e seja descartado.

No entanto, numa perspectiva global, a ONU define resíduos sólidos como todos os resíduos domésticos e resíduos gerais, tais como resíduos comerciais e institucionais, resíduos urbanos e resíduos de construção².

Diante do exposto, entende-se por resíduo sólido o descarte de materiais, substâncias, objectos ou bens resultantes de actividades humanas na sociedade e cuja disposição final ocorreu ou deverá ocorrer. Gases e líquidos no estado sólido ou semi-sólido e em recipientes que, pelas suas propriedades especiais, não possam ser descarregados em esgotos públicos ou corpos de água.

² Por meio do documento Agenda 21, São Paulo (2003a).

Renda familiar

Antes de definir a renda familiar, é importante definir a renda. A renda é formado a partir do verbo 'render' (criar, pagar, retribuir) e do verbo latino 'reddere' (reproduzir), originando 'redito' (juros). É usado em diferentes significados em termos jurídicos e financeiros. Segundo Reis (2010), renda refere-se aos rendimentos ou frutos gerados pelo capital empregado. Pagamento de taxa de ocupação predial.

Simioni (2013), defende que o rendimento de uma família depende das diversas formas de ocupações e actividades desenvolvidas pelos seus membros como resultado de estratégias familiares definidas com base em relações no âmbito da unidade de produção, do mercado e do ambiente externo, enfatiza que é um resultado.

Dessa forma, entende-se que a renda familiar é a renda pessoal total das pessoas que vivem na mesma casa. A renda familiar per capita é calculada dividindo a renda total pelo número de moradores do domicílio.

Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade é o desenvolvimento que consegue atender às necessidades da geração actual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras (Santos, 2018).

Segundo Seibert (2014), sustentabilidade significa a conciliação entre crescimento competente, desenvolvimento económico e amplas necessidades de protecção ambiental, porque tal sustentabilidade lida com novos conceitos e requer necessariamente a manutenção de condições de vida ideais para pessoas de todas as nações.

Araújo (2008) e Seibert (2014), consideram que o objectivo da sustentabilidade criada por meio da reciclagem e outras formas é a não poluição e a não degradação da natureza, o que incentiva a preservação e a protecção do meio ambiente. Se a causa não for respeitada, as gerações futuras herdarão um ambiente artificial, perigoso e, portanto, insustentável.

O desenvolvimento sustentável é geralmente entendido como aquele que visa satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, ou seja, permite que as pessoas alcancem um nível satisfatório agora e no futuro.

Em estudo realizado a nível internacional, Aquino, Alves, Borges e Silva (2016), realizaram um estudo com o objectivo de demonstrar os benefícios económicos da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Os dados deste estudo foram colectados na região central da cidade de Paulista PE por meio de instrumento de pesquisa em 440 domicílios, com base em critérios estatísticos de margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%. Os resultados obtidos mostraram que os resíduos sólidos domiciliares contêm materiais valiosos com potencial de reciclagem. A venda desses materiais pode gerar renda para os moradores locais, reduzir o custo da limpeza urbana e diminuir o impacto ambiental da destinação de resíduos. Há necessidade de desenvolver novas pesquisas que visem melhorar a eficiência dos processos de reciclagem. Além disso, as campanhas de educação ambiental devem ser reforçadas para aumentar a consciência pública sobre a necessidade de

separar os materiais recicláveis do lixo doméstico. Em vez disso, os governos deveriam investir um pouco mais em processos de recolha selectiva para acomodar as empresas de reciclagem.

Num estudo realizado a nível nacional, Langa (2014), realizou um estudo na cidade de Maputo sobre a gestão de resíduos municipais e projectos desenvolvidos pelo município (autoridade pública) com a participação de organizações não governamentais. O estudo foi realizado com base em pesquisas bibliográficas e documentais, além de visitas técnicas a empresas (Recicla, Fertiliza, ComSol, Amor, Pagalata). Os resultados mostram que é possível obter benefícios sociais, ambientais e económicos da gestão doméstica e de resíduos sólidos. A educação ambiental é considerada fundamental porque permite a integração de diferentes actores, como autoridades e produtores. Este texto apresenta um cenário das responsabilidades dos diferentes intervenientes da GRSU em Moçambique, usando a cidade de Maputo como exemplo. Em geral, estes projectos são iniciativas positivas, mas para muitos já representam a possibilidade de acção, embora a sua contribuição em três áreas de questões sociais, ambientais e económicas ainda seja pequena.

Metodologia

Neste ponto evidencia-se os métodos e técnicas usadas para conduzir a pesquisa. As técnicas são descritas no desenho do estudo, população do estudo, procedimento de selecção da amostra, tamanho da amostra, método de colecta de dados e duração da entrevista.

Quanto ao paradigma, uma investigação qualitativa foi adoptada para a pesquisa. Segundo Canastra, Hanstra, Vilanculo (2014), “o paradigma qualitativo não visa medir a realidade estudada, mas sim compreender pelos actores em contexto os significados criados em torno da actividade que desenvolvem” (p.11).

Para Gil (2008), uma população é um conjunto específico de itens que possuem características específicas, onde se fala em população referindo-se ao número total de habitantes de um determinado local ocupado. Nesta pesquisa a população foi formado por munícipes da cidade da Beira, concretamente do Bairro da Munhava.

Para a escolha da amostra, o estudo utilizou amostragem não probabilística (intencional). Segundo Gil (2008), a amostragem não probabilística visa seleccionar um grupo populacional que possa ser considerado representativo de toda a população com base na informação disponível.

Conforme Canastra, Hanstra e Vilanculo (2014), uma amostra é um subconjunto de universos usados para determinar ou estimar as propriedades desse universo. Nesta pesquisa, a amostra foi composta por 4 participantes, 2 são catadores de resíduos sólidos e 2 são gestores de resíduos sólidos do KFC, seleccionados a critério das autoras.

Para a colecta dos dados, foi utilizado as entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Lakatos e Marconi (2007), uma entrevista é uma técnica de colecta de dados na qual o pesquisador faz ao entrevistado perguntas face a face sobre um tópico específico. Nas entrevistas semiestruturadas, as perguntas não são solicitadas para determinar o fluxo da entrevista, pois as perguntas não precisam ser feitas em nenhuma ordem específica ou exactamente como foram dadas.

Apresentação e Discussão dos Resultados

As informações obtidas no caso de estudo, permitiram conhecer o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa. Deste modo, para a validação dos dados obtidos são apresentadas as Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5. Onde na Tabela 1 e 2 apresenta-se o sexo e o nível de escolaridade, o cargo e o tempo de trabalho dos participantes e na Tabela 3, 4 e 5 são apresentadas as respostas dos participantes a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira.

Desta forma, nota-se na tabela 1 que o nível de escolaridade dos participantes é médio e médio técnico, onde 1 participante entrevistado tem o nível médio e 3 com nível médio técnico. Nestes 2 participantes são do sexo masculino e 2 do sexo feminino, como pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 1: Distribuição da amostra em relação ao nível de escolaridade e sexo

Nível de Escolaridade	Masculino	Feminino	Total
Médio	0	1	1
Técnico Médio	2	1	3
Total	2	2	4

Fonte: Autoras, 2023

Para a validação dos dados gerados foi importante conhecer o cargo dos participantes e tempo de trabalho, como ilustra a Tabela 2. Verifica-se na tabela, que os participantes ocupam cargos de separador de resíduos, colector de resíduos e catador de resíduos, onde a maior parte destes trabalham na gestão dos resíduos sólidos de 5 a 7 anos.

Tabela 2: Distribuição da amostra em relação ao cargo e o tempo de trabalho

Sector de Trabalho	2 a 4 anos	5 a 7 anos	Mais de 8	Total
Separador de resíduos	1	0	0	1
Colector de resíduos	0	1	0	1
Catador de resíduos	0	2	0	2
Total	1	3	1	4

Fonte: Autoras, 2023

Conhecido o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, interessa a seguir conhecer a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira. Os nomes dos participantes foram codificados da seguinte forma: E1 (Participante 1), E2 (Participante 2), E3 (Participante 3) e E4 (Participante 4).

Tabela 3: Quais são os tipos de resíduos sólidos colectados pelas comunidades para o uso e reaproveitamento familiar no Bairro da Munhava Matope – Beira?

Entrevistados	Respostas
E1	Os resíduos sólidos recolhidos aqui na Munhava são resíduos de origem industriais e domésticos.
E2	As recolhidos os resíduos provenientes de vários sectores mais são mais frequentes os resíduos de origem industrial e domésticos.
E3	Depende do que fornece mais dinheiro, as vezes são de origem domiciliar, garrafas plásticas, plásticos, bacias e baldes plásticas e metais (alumínio).
E4	Colectamos diferentes tipos de resíduos, desde aquelas produzidos nas casas, nas empresas, nos mercados e nos supermercados, menos dos hospitais.

Fonte: Autoras, 2023

Questionados acerca dos tipos de resíduos sólidos colectados pelas comunidades para o uso e reaproveitamento familiar no Bairro da Munhava Matope – Beira, os participantes responderam que é mais frequente os resíduos de origem industrial e domésticos, tais como bacias, plásticos, papelão, metais e vidro.

Tabela 4: Quais são os pontos de compra dos resíduos sólidos na cidade da Beira?

Entrevistados	Respostas
E1	Na Beira os pontos de compra dos resíduos sólidos são: AMOR (Ecoponto do Palácio de Casamento e de Munhava Matope), ANZATHU, AJUCRE, AMACO e CERECIDE.
E2	Na Beira os pontos de compra dos resíduos sólidos são: AMOR (Ecoponto do Palácio de Casamento e de Munhava Matope), ANZATHU, AJUCRE, AMACO e CERECIDE.
E3	Na Beira os pontos de compra dos resíduos sólidos são: AMOR (Ecoponto do Palácio de Casamento e de Munhava Matope), ANZATHU, AJUCRE, AMACO e CERECIDE.
E4	Na Beira os pontos de compra dos resíduos sólidos são: AMOR (Ecoponto do Palácio de Casamento e de Munhava Matope), ANZATHU, AJUCRE, AMACO e CERECIDE.

Fonte: Autoras, 2023

No que refere aos pontos de compra dos resíduos sólidos na cidade da Beira, os participantes mencionaram os seguintes: Amor, ANZATHU, AJUCRE, AMACO, CERECIDE, Ecoponto do Palácio de casamento e Ecoponto da Munhava Matope.

Tabela 3: Quais são os benefícios da recolha dos resíduos sólidos no Bairro na Munhava Matope?

Entrevistados	Respostas
E1	Os benefícios da recolha dos resíduos sólidos no Bairro da Munhava, primeiro é de prevenir o ambiente, diminuir a quantidade dos mesmos nas casas e nas ruas e também tem o benefício económico, pois ajuda a ter renda extra para os que tem emprego e como base de renda para os que não possuem emprego.
E2	A recolha dos resíduos sólidos no Bairro da Munhava, além de ajudar a manter a cidade limpa, ganhamos dinheiro com a venda de lixo como: garrafas plásticas, plásticos, papelão, bacias e baldes plásticas e metais (alumínio).
E3	Alguns resíduos sólidos que nos recolhemos fazemos a reciclagem nos mesmos para a utilização diária, e outros vendemos para obter fonte de renda.
E4	A recolha destes resíduos no Bairro da Munhava tem benefícios positivos, tanto do ponto de vista do catalisador em particular, bem como da sociedade em geral, a preservação do meio ambiente, o reaproveitamento dos resíduos reciclável e pode ser usado para a geração de renda.

Fonte: Autoras, 2023

Questionados acerca dos os benefícios da recolha dos resíduos sólidos no Bairro na Munhava Matope, os participantes responderam que tem benefícios positivos, tanto do ponto de vista do catalisador em particular, bem como da sociedade em geral, ajuda a prevenir o ambiente, diminuir a quantidade dos mesmos nas casas e nas ruas e reaproveitamento dos resíduos reciclável. Também tem o benefício económico, pois ajuda a ter renda extra para os que tem emprego e como base de renda para os que não possuem emprego.

Tabela 4: Qual é a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira?

Entrevistados	Respostas
E1	Com a recolha de resíduos sólidos, a comunidade moçambicana estará promovendo a redução dos resíduos e contribuindo assim para a sustentabilidade e saúde ambiental. A importância da separação dos resíduos fica cada vez mais evidente. Além de aliviar os contentores e aterros sanitários, chegando até eles apenas os rejeitos (restos de resíduos que não podem ser reaproveitáveis), grande parte dos resíduos sólidos gerados em casa pode ser reaproveitada.
E2	Penso que é importante a comunidade moçambicana neste processo, visto que com a recolha destes resíduos a comunidade moçambicana estará garantindo um ambiente seguro e saudável aos munícipes.
E3	Recolhendo os resíduos sólidos, a comunidade estará contribuindo para a diminuição da poluição do solo e também contribui para gerar renda para as famílias desprovidas de recursos e de outros meios de subsistência.
	No meu ponto de vista é importante porque a recolha de resíduos sólidos reduz o

E4	impacto sobre o meio ambiente: diminui as retiradas de matéria-prima da natureza, gera economia de água e energia e reduz a disposição inadequada dos resíduos. Além disso, é fonte de renda para os envolvidos na gestão. A preservação do meio ambiente começa com pequenas atitudes diárias, que fazem toda a diferença. Uma das mais importantes é a reciclagem dos resíduos.
----	---

Fonte: Autoras, 2023

Quanto a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira, os participantes responderam que é importante na redução dos resíduos e contribuindo assim para a sustentabilidade e saúde ambiental, pois além de aliviar os contentores e aterros sanitários, chegando até eles restos de resíduos que não podem ser reaproveitáveis, estará garantindo um ambiente seguro e saudável aos munícipes e também é importante para gerar renda para as famílias desprovidas de recursos e de outros meios de subsistência.

Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos demonstraram que no bairro Munhava Matope – Beira, os resíduos sólidos mais recolhidos para uso familiar e reciclagem pelos municípios são de origem industrial e doméstica, como: garrafas plásticas, plásticos, papelão, bacias e baldes plásticas, vidros e metais.

Segundo Mota, Almeida, Alencar e Curi (2011), os resíduos sólidos, especificamente o lixo, correspondem a qualquer material proveniente das actividades humanas diárias na sociedade. Eles podem existir no estado sólido, líquido e/ou gasoso. Segundo os autores, esses resíduos podem ser: resíduos domésticos ou residenciais (resíduos gerados em casas, apartamentos, e outros edifícios residenciais); resíduos comerciais (resíduos gerados em empreendimentos comerciais); resíduos em geral (resíduos gerados em locais públicos como: folhas, terra e galhos); resíduos domésticos (resíduos de construção, baterias, lâmpadas fluorescentes e pneus); e resíduos de fontes específicas (resíduos industriais; resíduos radioactivos; resíduos de portos, aeroportos e terminais rodoviários); resíduos agrícolas (resultantes de resíduos de embalagens impregnadas com pesticidas e fertilizantes químicos) e resíduos de serviços de saúde (todos os resíduos gerados nas instituições que lidam com a saúde da população como: farmácias, hospitais, clínicas, laboratórios e casas dos idosos). Relativamente aos benefícios da recolha de resíduos sólidos no bairro da Munhava Matope, foi reconhecido que tem benefícios positivos tanto especificamente para o catalisador como para a sociedade em geral, ajuda a prevenir o meio ambiente, a reduzir a quantidade de resíduos nas casas e nas ruas e na reciclagem de resíduos recicláveis. Também traz benefícios financeiros, pois ajuda a gerar renda para as famílias, aumenta a qualidade de vida da população, e para quem não tem emprego, vira uma base de renda para subsistência e auto emprego.

Seibert (2014), explica que a reciclagem permite aumento de emprego e renda para as camadas mais pobres da população que podem trabalhar como catadores, levando à melhoria ambiental em todo o processo. Economicamente, a reciclagem permite reaproveitar toneladas de resíduos utilizados nesse processo, o que gera mais riqueza para as empresas e, ao mesmo tempo, mais renda para os grupos mais modestos da sociedade.

O resto dos resíduos é recolhido, vendido, consumido por pessoas que normalmente estão sem trabalho, abrigo, segurança, a quem chamamos de catadores, que arriscam a saúde para sobreviver e fazem dos resíduos a sua fonte de vida (Langa, 2014). Portanto, pode ser a única fonte de subsistência de muitas pessoas envolvidas na reciclagem, ao passo que os resíduos devem ser cuidados para não prejudicar a saúde desses trabalhadores (Langa, 2014).

Aquino *et. al.* (2016), estimaram que o benefício potencial da reciclagem para a sociedade poderia ser de 8 bilhões. Segundo o Instituto Compromisso Empresarial com a Reciclagem CEMPRE (2013), a indústria da reciclagem facturou R\$ 10 bilhões em 2012 com a colecta, triagem e processamento de materiais.

Relativamente à importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de rendimento familiar para o desenvolvimento sustentável no bairro Munhava Matope – Beira, ficou óbvio que isto é importante na redução de resíduos e assim promover a sustentabilidade e a saúde ambiental, como aumentar o número. A criação de contentores vazios e aterros onde os resíduos residuais não podem ser reciclados garante um ambiente seguro e saudável para os residentes e é também importante para a geração de rendimentos, recursos e outros recursos para as famílias que necessitam de meios de subsistência.

Segundo Langa (2014), a colecta selectiva e a reutilização de materiais recicláveis promovem a redução de resíduos e a racionalização do descarte e promovem directamente a sustentabilidade das cidades e a saúde do meio ambiente e das pessoas ou a contribuição dos catadores.

De acordo com Aquino *et. al.* (2016), a colecta de resíduos sólidos é crucial para conservar os recursos naturais e reduzir o impacto ambiental do seu descarte inadequado. Uma vez nascido um RS, este não deixa de ter valor e pode ser utilizado como reintegrado no ciclo económico. A eliminação inadequada de resíduos provoca a propagação de vectores de doenças, a contaminação das águas subterrâneas e do solo com lixiviados (um líquido escuro e altamente tóxico produzido pela decomposição de resíduos orgânicos) e a poluição do ar proveniente do fumo das instalações (Seibert, 2014).

Conclusão

A presente pesquisa teve como objectivo analisar a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira. Para a realização da mesma, foi utilizado a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, tendo como técnicas de recolha de dados primários (entrevistas semi-estruturadas) e dados secundários (pesquisa bibliográfica).

Os resultados obtidos indicaram que os tipos de resíduos sólidos colectados com mais frequência pelas comunidades para o uso e reaproveitamento familiar no Bairro da Munhava Matope – Beira, são de origem industrial e domésticos, tais como: baldes e bacias plásticas, garrafas plásticas, plásticos, papelão, vidros e metais (Alumínio).

No que refere aos pontos de compra dos resíduos sólidos na cidade da Beira, os participantes mencionaram os seguintes: : AMOR (Ecoponto do Palácio de casamento e Ecoponto da Munhava Matope), ANZATHU, AJUCRE, AMACO e CERECIDE.

Sobre os benefícios da recolha dos resíduos sólidos no Bairro na Munhava Matope, notou-se que tem benefícios positivos, tanto do ponto de vista do catalisador em particular, bem como da sociedade em geral, ajuda a prevenir o meio ambiente, a diminuir as doenças provenientes dos mosquitos, a diminuir a poluição do solo, e a quantidade dos mesmos nas casas e nas ruas e reaproveitamento dos resíduos reciclável. Também tem o benefício económico, pois ajuda a ter renda extra para os que tem emprego e como base de renda para os que não possuem emprego.

Quanto a importância da comunidade moçambicana na recolha de resíduos sólidos para geração de renda familiar em prol de desenvolvimento sustentável no Bairro da Munhava Matope – Beira, evidenciou-se é importante na redução dos resíduos e contribuindo assim para a sustentabilidade e saúde ambiental, pois além de aliviar os contentores e aterros sanitários, chegando até eles restos de resíduos que não podem ser reaproveitáveis, estará garantindo um ambiente limpo, seguro e saudável aos munícipes e também é importante para gerar renda para as famílias desprovidas ou menos assistidas socialmente, mantendo assim o estilo de vida sustentável para o bem estar das suas famílias.

Referências Bibliográficas

- Aquino, J. G. de; Alves, D. de L.; Borges, E. dos S. e Silva, T. A. C. da (2016). *Benefícios financeiros da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos domiciliares*. São Paulo, Brasil.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Mota, J. C.; Almeida, M. M. de; Alencar, V. C. e Curi, W. F. (2011). *Características e impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos: uma visão conceptual*. São Paulo, Brasil
- Langa, J. M. do R. C. (2014). *Gestão de resíduos sólidos urbanos em Moçambique, responsabilidade de quem?* v. 02, n. 10.
- Lakatos, E. M; Marconi, M. A. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica*, 5ª ed. Reimpressão. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Lazari, A.; Mazzari, J.. M. e Turati. (2017). *Comunidade: a busca de um conceito*. Brasil
- Oliveira, M. M. de (2005). *O aporte da comunidade escolar a coleta diferenciada de resíduos sólidos domiciliares*. Uberlândia.
- Reis, F. T. P. (2010). *A definição de renda: uma análise da filosofia dos conceitos tributários*.
- Seibert, A. L. (2014). *A importância da gestão de resíduos sólidos urbanos e a conscientização sobre a sustentabilidade para a população em geral*. Medianeira.
- Simioni, F. J. (2013). *Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão*. São Paulo, Brasil V. 15, n. 3.

Resiliência das Mulheres deslocadas em centros de Reassentamento em Metuge-Cabo Delgado

Resilience of displaced women in resettlement centers in Metuge-Cabo Delgado

Oswaldo António Lampião³
osvaldolampiao@gmail.com

João Nasseco⁴
jnasseco@ucm.ac.mz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5385-1963>

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise sobre a resiliência das mulheres deslocadas em centros de reassentamento de Metuge-Cabo Delgado. O estudo tem como objectivo geral de analisar como as mulheres afectadas por conflitos armados lidam com estresse e a violência em suas vidas cotidianas nos centros de reassentamento. Para tal, será sustentado pelos objectivos específicos: identificar as principais estratégias de resiliência utilizadas pelas mulheres deslocadas durante o conflito armado; compreender os factores individuais e socio culturais que influenciam a resiliência das mulheres deslocadas durante o conflito armado; analisar como as mulheres deslocadas adaptam-se a novas condições de vida e superam os desafios enfrentados no contexto do conflito armado. As questões de investigação são: Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres afectadas pelos conflitos? Que factores que contribuem para a resiliência das mulheres deslocadas? Em termos de procedimentos metodológicos, o estudo apoiou-se no paradigma interpretativo ou fenomenológico, o qual fez a interpretação do significado da acção humana. Como também se concentrou nas histórias pessoais das mulheres deslocadas. Esta pesquisa é de revisão bibliográfica e de análise documental, na qual compreendeu a consulta e leitura de diversos materiais incluindo livros, artigos científicos e outros como parte de referências que estão relacionadas com as causas que afectam a resiliência. Os resultados da pesquisa indicam que a resiliência das mulheres deslocadas é frequentemente construída em torno do seu envolvimento em redes de sociais de apoio. Essas redes incluem amigos, familiares, comunidades e organizações locais e internacionais. O autor ressalta a importância da resiliência das mulheres deslocadas e que não deve ser vista como uma resposta individualizada, porque a sua abrangência e efectividade depende também do acesso dos serviços e políticas específicas para as mulheres deslocadas, por forma a abordar suas necessidades específicas e garantir que possam cessar os recursos essenciais.

Palavras-chave: Mulheres; Conflito Armado; Resiliência; Deslocados.

Abstract

This article presents an analysis of the resilience of displaced women in resettlement centres in Metuge-Cabo Delgado. The general objective of the study is to analyse how women affected by armed conflict deal with stress and violence in their daily lives in the resettlement centres. To this end, it will be supported by specific objectives: to identify the main resilience strategies used by displaced women during armed conflict; to

³ Estudante do 2º ano de Curso de Gestão de Projectos de Desenvolvimentos, UCM-2023.

⁴ É doutor em Inovação Educativa pela UCM. Mestre em Comunicação para o Desenvolvimento na Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique (2016). Graduou-se em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Pedagógica, em Nampula (2011). Foi professor da disciplina de Língua Portuguesa nas Escolas Secundárias: Samora Moisés Machel –Beira (1983-1984), Nhamatanda-Sofala (1985-1989) e Mateus Sansão Mutemba (1990-1991) na cidade da Beira. Assistente de Recursos Humanos da Faculdade de Educação e Comunicação (2011-2014) onde é Docente desde 2015. Email: jnasseco@ucm.ac.mz

understand the individual and socio-cultural factors that influence the resilience of displaced women during armed conflict; to analyse how displaced women adapt to new living conditions and overcome the challenges faced in the context of armed conflict. The research questions are: What are the main challenges faced by women affected by conflict? What factors contribute to the resilience of displaced women? In terms of methodological procedures, the study relied on the interpretative or phenomenological paradigm, which interprets the meaning of human action. It also focused on the personal stories of displaced women. This research is a literature review and documentary analysis, which involved consulting and reading various materials including books, scientific articles and other references related to the causes that affect resilience. The results of the research indicate that the resilience of displaced women is often built around their involvement in supportive social networks. These networks include friends, family, communities and local and international organizations. The author stresses the importance of the resilience of displaced women and that it should not be seen as an individualized response, because its scope and effectiveness also depends on access to specific services and policies for displaced women, in order to address their specific needs and ensure that they can access essential resources.

Keywords: Women; Armed Conflict; Resilience; Displaced.

Introdução

Sabendo que a população moçambicana tem sido recorrentemente afectada por situações traumáticas devido a catástrofes naturais (ciclones, secas, inundações) ou provocadas pelo homem (conflitos armados), que podem levar ao desenvolvimento de perturbações mentais que, se não forem identificadas e tratadas, deixarão sequelas graves e causarão cronicidade. De Outubro de 2017 a Outubro de 2020, os insurgentes realizaram mais de 600 ataques terroristas nos distritos do norte e centro da província de Cabo Delgado, causando cerca de 2000 mortes entre a população, das quais mais de 60% são de civis (CIP 2020). Para além da barbaridade na forma de actuação, a face mais visível dos ataques em Cabo Delgado é o crescente número de deslocados internos, que atingiu mais de 300 mil até ao final do mês Setembro de 2020, correspondente a cerca de 13% da população da província nortenha de Cabo Delgado (CIP 2020). No entanto, com o ataque a Palma no dia 24 de Março de 2021, o número de deslocados ultrapassou os 700 mil (CIP 2021). Pelo que, o presente trabalho aborda sobre a resiliência das Mulheres Deslocadas em centros de Reassentamento de Metuge em Cabo Delgado.

Para todas as vítimas da guerra, o deslocamento traz consequências trágicas, como a perda do ambiente familiar, dos pontos de referência e das fontes de renda, e uma possível separação familiar. Além disso, as causas dos deslocamentos e as circunstâncias nas quais isso acontece são muitas vezes traumáticas, seja por um abandono do lar sob uso da força, seja por uma fuga para salvar a vida.

Neste contexto Gardam (1997), entende que as mulheres são ainda mais afectadas pelos deslocamentos, não somente porque elas se encontram numa situação onde, sem a companhia do homem, elas não gozam mais de mecanismos tradicionais de protecção, estando mais expostas a riscos de violência e exploração, mas também porque elas passam a ter que desempenhar tanto sua função doméstica tradicional, quanto outras novas funções, acumuladas pela ausência de seus maridos ou outros membros masculinos de suas comunidades. Além disso, as mulheres têm que atender as necessidades das crianças e cuidar de sua educação.

Na perspectiva de Morgan *et. al.* (2013) resiliência é um construto psicológico dinâmico, caracterizado pela capacidade da pessoa para enfrentar dificuldades ou situações de risco sem que essas interfiram ou abalem sua saúde física e mental, trazendo ao indivíduo adaptações positivas para o enfrentamento de futuras adversidades. Se olharmos para a interdisciplinaridades ou a complementaridade da ciência, pode-se verificar que este termo “Resiliência” tem sua proveniência da Física onde significa a capacidade de um material em voltar ao seu estado normal depois de ter sofrido uma pressão.

Enquanto as ciências humanas aplicam esse termo para interpretar a capacidade de um indivíduo em manter uma conduta sã num ambiente insano, ou seja, a capacidade do indivíduo de sobrepor-se e construir-se positivamente frente às adversidades. Esta capacidade pode ser consciente ou inconsciente. No contexto das mulheres deslocadas afectadas pelo conflito armado, a resiliência pode ser entendida como a capacidade de lidar com as consequências do conflito e reagir de forma positiva as adversidades. Pois, por causa disso, Braudy (2008) aponta que o desenvolvimento da resiliência é possível para muitos adultos, independentemente de origens sociais e culturais ou deficiências físicas e cognitivo.

Julga-se pertinente fazer a pesquisa, pois no campo científico permitirá analisar as formas de procedimento da prática da resiliência nas mulheres e fazer-se uma reflexão com vista a melhoria das intervenções e aprendizagem, evitando desta forma a exposição das mulheres a mais danos. É importante referir ainda que desenvolver esta pesquisa, vai trazer uma imagem mais aproximada sobre os factores de risco e de protecção necessários para garantir o bem-estar físico e psicossocial das mulheres afectadas pelos conflitos armados. Para tal, o trabalho contara com a seguinte estrutura: Introdução, revisão da literatura onde busca-se informações relevantes para que o leitor tenha noção aquando da análise e interpretação dos dados. Ainda serão discutidas as teorias de autores de referência, investigações recentes sobre o estudo e respectivos resultados.

Resiliência das Mulheres deslocadas nos centros de reassentamento de Metuge-Cabo Delgado

Conflitos Armados

O Artigo de opinião, datada de Março CICV (2008), aborda sobre a história da humanidade na qual presenciou guerras que mudaram o rumo de diversos países e disseminaram atrocidades, tornando necessária a criação de regras específicas para os conflitos armados. O Direito Internacional Humanitário define conflito olhando para estes factores: Um conflito armado existe quando há um choque entre (a) forças armadas de dois Estados distintos, (b) forças armadas de um Estado e um grupo armado organizado, ou (c) dois ou mais grupos armados organizados dentro do território de um Estado. Dessas situações descritas o caso de Moçambique e em Cabo Delgado em específico se caracteriza como conflito armado não internacionais, ou “non-international armed conflicts” (NIAC), visto que são conflitos armados entre forças governamentais e grupos armados não governamentais.

E por esse motivo, a presente discussão forçar-se-á ao conflito armado não internacional que é a causa deste estudo. Ainda de acordo com o Direito Internacional Humanitário no artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 1949:

Conflitos Armados Não Internacionais na Acepção do Artigo 3º Comum:

O artigo 3º comum aplica-se a “conflito armado sem carácter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes”. A definição compreende conflitos armados nos quais haja o envolvimento de um ou mais grupos armados não governamentais. Dependendo da situação, as hostilidades podem ocorrer entre forças armadas governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente entre estes grupos. (p. 109)

Ainda de acordo com o artigo 3º distingue as formas de conflito armado, sendo das formas menos graves de violência, como tensões e distúrbios internos, tumultos ou actos de banditismo, a situação deverá atingir certo limiar no que diz respeito aos confrontos. Para tal, são utilizados dois critérios:

Em primeiro lugar, as hostilidades devem atingir um nível mínimo de intensidade. Pode ser o caso, por exemplo, quando as hostilidades são de natureza colectiva ou quando o governo é obrigado a empregar força militar contra os insurgentes, ao invés de apenas as forças policiais.

Em segundo lugar, os grupos não governamentais envolvidos no conflito devem ser considerados “partes do conflito”, o que significa que eles possuem forças armadas organizadas. Isso quer dizer que estas forças devem estar sob uma estrutura de comando e ter a capacidade de manter operações militares.

Diante do exposto acima, pode se inferir que a convenção de Genebra aceita a existência de um conflito mediante a formas que este se apresenta atingindo um nível mínimo de intensidade. No caso de Moçambique o conflito até o final de Setembro de 2021, os ataques resultaram na perda de vidas humanas de mais de 2.000 cidadãos e forçaram a deslocação de mais de 817.000 pessoas, com impacto nas perspectivas económicas e sociais do país e da região em particular (Centro de Integridade Pública, 2021).

Ainda pode se perceber que para além da intensidade do conflito os confrontos devem ser prolongados entre as forças armadas não estatais e as governamentais. Estes confrontos armados devem atingir um patamar mínimo de intensidade e as partes envolvidas no conflito devem apresentar um mínimo de organização.

Deslocamentos internos e conflitos

De acordo com alguns estudos publicados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados-ACNUR (s/d), em 2016 conflitos armados, violência generalizada e violações dos direitos humanos obrigaram cerca de 5 milhões de pessoas a se deslocar dentro de seus próprios países. Com isso, o número de deslocados internos atingiu a marca de 40,3 milhões de pessoas. E reconhecendo os esforços realizados pelas autoridades nacionais em muitos países e visando informar aqueles que ocupam posições de responsabilidade em outros países afectados pelo deslocamento interno, no manual *Protecting Internally Displaced Persons*, Kálian (2007) elucida que cerca de metade dos deslocados internos do mundo vive no continente africano e cerca de metade destes está concentrada na região dos Grandes Lagos (Kálin, 2007). O principal motivo dos deslocamentos nesta região são os conflitos armados, o que reforça a urgência da busca de soluções duradouras para os deslocados para a construção da paz.

O Manual for Law and Policymakers que aborda sobre a proteção de pessoas deslocadas internamente evidencia-se a vulnerabilidade das mulheres e crianças como também se destaca a importância da formação dos funcionários governamentais sobre novas leis e políticas com explicação sobre o problema do deslocamento interno, incluindo acerca das obrigações do Estado.

O deslocamento de milhares de pessoas não só deixa feridas nas vítimas deste processo, como também tem impacto directo na vida dos acolhedores e nas localidades para onde estas pessoas fogem.

Em Moçambique, e em particular em Cabo delgado uma província onde quase metade da população (1.046,055 milhão, do total de 2,5 milhões de habitantes segundo censo de 2017) foi forçada a se deslocar por conta dos ataques armados (INGD, 2022), a absorção destes deslocados também acarreta consequências directas nas comunidades acolhedoras.

De acordo com (Breaking the Impasse, Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU [OCHA], 2017), quando as pessoas deslocadas são incapazes de restabelecer as suas vidas e meios de subsistência durante um longo período de tempo, são referidas como vivendo em deslocamento prolongado. Por sua vez o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados-Acnur (s/d) os cidadãos, eles devem ser protegidos por seus países e têm seus direitos previstos nos tratados internacionais de Direitos Humanos e do Direito Humanitário.

Olhando para o exposto pode se aferir que o deslocamento é utilizado como um termo descritivo, em vez de um estatuto legal, para identificar movimentos forçados ou involuntários que podem ocorrer dentro de um país ou através de fronteiras internacionais. Para o contexto em análise o deslocamento está associado a conflitos, mas também se aplica a movimentos forçados associados a desastres súbitos e lentos (deslocamento por desastres). Neste contexto, as pessoas que fogem dentro dos seus próprios países são chamados deslocados internos (IDPs) pois a população é obrigada a movimentar-se quando são evacuadas para evitar exposição a ameaças, a evacuação é normalmente considerada uma forma de deslocamento, embora seja normalmente de curto prazo.

Em 1998, através do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), foi apresentado à ONU um documento chamado de Princípios Orientadores para os Deslocados Internos, que moldou a definição de PDI utilizada até hoje e é baseado na complementaridade e no respeito ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao Direito Internacional Humanitário e ao Direito Internacional dos Refugiados: “Pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vistas a evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado”.

Teoria e conceitos relacionados a resiliência

A resiliência tem vindo a ser estudada em diferentes populações mediante o recurso a instrumentos padronizados capazes de medir este construto nos sujeitos, (Pinto 2011, p.51). De facto que este tema tem chamado muita atenção na ala académica e social, não só pelas divergências e discussões

que o termo resiliência traz, mas por ser na actualidade um tema que transcende as dimensões da psicologia bem como pelo interesse da análise do seu próprio termo. Pinto (2011) aborda ainda que o termo resiliência era inicialmente associado como resultado de traços de personalidade, os quais permitiam com que a criança, apesar de confrontada com a adversidade, conseguisse progredir no seu desenvolvimento (p.21).

Mas, com o desenvolvimento da ciência, o termo resiliência passou a ser compreendido de um modo sistémico, atentando para a relação entre o indivíduo e o seu contexto (Waller, 2001), pelo que actualmente, os autores defendem sobretudo a perspectiva da resiliência como processo dinâmico (Masten, 2001; Luthar, Cicchetti e Becker, 2000; Waller, 2001). Tornou-se assim, menos comum a visão daqueles autores que entendiam a resiliência como resultado de uma característica da personalidade (Lundman, Strandberg, Eiseman, Gustafson e Brulin, 2007). Na perspectiva de a resiliência ser um processo dinâmico, são incorporados alguns termos novos como a relação de exposição a riscos e a existência de factores protectores por forma que o indivíduo tenha adaptações futuras positivas. Tal como defende MORGAN *et. al.* (2013), que a Resiliência é um construto psicológico dinâmico, caracterizado pela capacidade da pessoa para enfrentar dificuldades ou situações de risco sem que essas interfiram ou abalem sua saúde física e mental, trazendo ao indivíduo adaptações positivas para o enfrentamento de futuras adversidades.

Olhando as definições dos autores acima citados e em correlação ao tema abordado neste trabalho, o termo *Resiliência* será definido tomando em conta o objecto de estudo (mulher), olhando a sua capacidade de adaptar-se a nova realidade e criar mecanismos de defesa emocional e seguir novos caminhos de vida. Esta ideia é sustentada pelos autores Junqueira e Deslandes (2003) que também procuram estabelecer a diferença entre a resiliência definida no âmbito da física e naquilo que concerne ao ser humano. Para as autoras, a resiliência não significa um retorno a um estado anterior, mas sim a superação (com adaptação) perante uma dificuldade considerada de risco e a possibilidade de construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjectivação a partir do enfrentamento de situações 'stressantes' e/ou traumáticas (p.228). Ainda esse conceito pode ser abordado sob ponto de vista do autor Lindström (2001), segundo a resiliência é tratada abarcando as noções de stress, sentido de coerência e controle da vida, centralizando-se na presença de dificuldades. São realçados os mecanismos que permitem às pessoas comportar-se ou desenvolver-se normalmente sob condições adversas. Olhando para essa última perspectiva sobre o conceito, existem diferentes instrumentos de autoperenchimento, e, neste trabalho, é simplesmente a apresentada a Escala de Resiliência Connor-Davidson (Connor-Davidson Resilience Scale; Connor & Davidson, 2003) constitui um instrumento de 25 itens onde as pontuações mais elevadas obtidas no instrumento reflectem uma maior resiliência do sujeito. A análise factorial indicou uma estrutura composta por 5 factores (competência pessoal; confiança na intuição e tolerância à adversidade; aceitação positiva da mudança; controlo; espiritualidade).

Situação das Mulheres nos Conflitos Armados

A Plataforma de Acção das Nações Unidas (1995), descreveu como as raparigas e as mulheres são especialmente afectadas pelos conflitos armados devido ao seu estatuto desigual na sociedade e ao seu sexo. Entre os efeitos específicos sentidos pelas mulheres de todas as idades contam-se a deslocação, a perda de casa e de bens, a perda ou o desaparecimento involuntário de parentes próximos, a pobreza e a separação e desintegração da família, a vitimização através de actos de

homicídio, terrorismo, tortura, desaparecimento involuntário, escravatura sexual, violação e abuso sexual. Durante o conflito armado em Cabo Delgado foram notórios movimentos de massa em direcção ao sul da província onde situação de perda de familiares, separação, violência sexual também não foram evitados. Quando se pretende destruir uma cultura, as mulheres são alvos tácticos de especial importância devido ao seu importante papel na estrutura familiar (Seifert, 1993). A agravar estes efeitos específicos do género estão as consequências sociais, económicas e psicologicamente traumáticas, para toda a vida, dos conflitos armados e da ocupação e domínio estrangeiros (ONU, 1995). O Artigo de opinião, datada de Março CICV (2008), aborda sobre a história da humanidade na qual presenciou guerras que mudaram o rumo de diversos países e disseminaram atrocidades, tornando necessária a criação de regras específicas para os conflitos armados.

Advogados Sem Fronteiras Canadá -ASFC (s/d) realçam uma característica essencial dos conflitos armados que ocorrem nas últimas décadas é o facto de ocorrerem dentro das fronteiras nacionais do estado. Os conflitos armados internos, quer oponham o governo e um grupo armado ou vários grupos armados, são cada vez mais caracterizados por tácticas assimétricas e estratégias de guerrilha que resultam na penetração das forças rebeldes no seio da população para se camuflar ou para violentá-la. Dessas situações descritas o caso de Moçambique e em Cabo Delgado em específico caracteriza-se como conflito armado não internacionais, visto que são conflitos armados entre forças governamentais e grupos armados não governamentais. As responsabilidades das mulheres durante e após os conflitos armados são formidáveis. Mantêm as famílias e as comunidades unidas através dos seus papéis fundamentais na produção de alimentos, nas actividades económicas, na de cuidados às crianças e a outros membros da família (Bennett, Bexley, & Warnock, 1995) e actuam para preservar a ordem social (ONU, 1995).

No entanto, torna-se indispensável estudar sobre a situação das mulheres durante os conflitos armados, mas o autor propõe uma avaliação comparativa da situação da mulher em tempos de paz. Do ponto de vista formal, o Estado protege as mulheres e estimula sua emancipação e igualdade de direitos e deveres, mas, a sociedade ainda se rege por hábitos e costumes tradicionais. É importante perceber as relações sociais em Moçambique e compreender a cultura moçambicana. O relatório dos Advogados Sem Fronteira do Canada (s/d) evidencia de um modo geral que a sociedade moçambicana não reserva os mesmos direitos para homens e mulheres. Na região Sul, as influências católicas mantêm a mulher submissa ao marido, enquanto no Norte do país é a influência islâmica que a mantêm nesta mesma posição de submissão. A mulher é também tratada de forma diferenciada nas sociedades matrilineares do Norte e patrilineares do sul. A ideia de que as sociedades matrilineares são menos exclusivas do que as sociedades patrilineares, não é verdadeira. As mulheres, no Norte, sofrem as mesmas formas de violência física, psicológica, moral, económica que as mulheres do sul.

Há um alarmante índice de violência doméstica em Moçambique que tem suas raízes no entendimento social do papel de submissão e sujeição da mulher explicitado acima. Os abusos físicos e psicológicos contra a mulher podem ser ainda exacerbados por outros factores como os baixos níveis de escolaridade, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e a frustração decorrente de falta de actividades remuneratórias.

Percepção Social da Motivação da Violência Contra a Mulher no Conflito Armado em Moçambique e seus impactos

Na literatura sobre a violência contra a mulher em conflitos (Jeanne Ward & Beth Vann 200223, Michelle Hynnes *et. al.* 200424, e UN Women 201325) pode-se encontrar uma vasta lista de motivações para a escolha das mulheres como alvo de violência. Alguns autores defendem que a violação é usada como estratégia para impor terror e intimidar a população de uma certa região de modo a deixar de colaborar com as autoridades governamentais ou com as forças armadas. Outros defendem que a violação sexual, principalmente aquela cometida em grupo, é um meio de criação de coesão entre combatentes no sentido em que todos partilham do mesmo troféu. Na mesma perspectiva, as mulheres são usadas como prémio ou espólio de guerra principalmente depois de uma batalha vitoriosa, uma vez que, em cada fase do conflito ou situação de guerra elas estão, segundo um relatório das Nações Unidas para a População (2011), sujeitas aos diferentes tipos de violência. A violação visa criar uma atmosfera de submissão da população, como forma de demonstrar poder e controlo, além de ser um meio para a contaminação forçada de doenças sobre um povo (p.26).

Durante os conflitos armados são visíveis os efeitos da violência na vida das mulheres tais como: violações sexuais, deslocamento em busca de segurança, casamentos forçados etc. Depois dos conflitos o sofrimento torna-se invisível e compreende danos psicológicos como a rejeição a nível da comunidade, sentimentos de ódio, aflição, desespero, depressão, vingança entre outros (Pereira, 2016). A violência dos conflitos armados produz efeitos ou consequências diferentes em cada indivíduo e cada indivíduo tem os seus mecanismos de superação ou gestão de dor e angústia. Gardam (1997) argumentou que [as raparigas e] as mulheres sofrem de uma dupla incapacidade em comparação com os combatentes, porque as mulheres possuem um estatuto inferior não só como civis, mas mais ainda como mulheres civis.

Em todo o mundo e em particular na comunidade moçambicana, para além das deslocamentos em massa que provocaram uma pressão na comunidade afectada, a situação de violência armada trouxe diferentes tipos de impactos na vida das mulheres e raparigas. As mulheres sofrem múltiplas situações negativas porque quando são obrigadas a refugiar-se, as mulheres sentem a necessidade de carregar todos os seus dependentes, desde crianças a idosos e a perda de qualquer um destes dependentes afecta sobremaneira a mulher que muitas vezes é obrigada a ver o seu filho a ir a guerra e a abandonar a família.

O relatório sobre o impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique conduzido pela ASFC (s/d), evidencia que um dos impactos do Conflito Armado dos Dezasseis Anos foi o colapso das famílias, das comunidades e a destruição do tecido social. Muitas raparigas perderam seus pais e se tornaram órfãs. Aquelas que tinham familiares perto de suas aldeias foram acolhidas por essas famílias enquanto outras foram obrigadas a permanecer em suas regiões de origem. Após a intensificação dos conflitos em cabo Delgado criadas massas de deslocamento interno da população (IDP) oriunda de zonas de conflitos. As pessoas que se deslocavam para as zonas seguras eram alojadas em residências de familiares, amigos, conhecidos ou mesmos eram sujeitas a arrendarem casas para o seu alojamento. Porém nem todos tinham as mesmas condições e que forçaram as autoridades locais a criarem centros de reassentamento.

Muitas meninas que foram aos centros de reassentamentos foram vítimas de abuso sexual ao longo do caminho ou dentro dos centros de reassentamento cometido por pessoas ligadas aos centros (ASFC s/d). Situação comuns são verificadas em todas as guerras, deslocamento de pessoas em massa, destruição de infraestrutura, perda de laços familiares. Comunidades inteiras ou aldeias ficaram desabitadas por força dos ataques ou por força da fuga da população.

Diante disso, pode se verificar que o conflito armado tem resultados negativos a vida da população e em especial a vida das mulheres, seja em que esfera de vida esta se encontrar, mas pode se evidenciar que as mulheres rurais são as que mais sofrem dessa deslocação. Na perspectiva de que a população das zonas rurais vive em círculos de aldeias com estritas ligações de familiaridade. Com o êxodo rural e a perda dos seus círculos ou vínculos familiares a violência nas zonas de acolhimento tem a tendência de uma taxa crescente. Alguns relatórios como o Estudo Machel, bem como outras fontes (por exemplo, Levy & Sidel, 1997; Mann *et. al.* 1994) mostram que as mulheres sofrem estigma ou discriminação pelos actos de violação. Mas também, devido a quebra de dos tecidos familiares as mulheres são marginalizadas pelas suas famílias e não são aceitas de volta às suas comunidades por várias razões entre elas o estigma e passaram a viver como indigentes renegadas pelas suas famílias e comunidades tendo desenvolvido distúrbios psicológicos e emocionais que nunca mais foram tratados.

Por outro lado, verifica-se o impacto económico que afectam a vida das mulheres em tempos de conflitos. As mulheres são ainda mais afectadas pela destruição das infraestruturas económicas como estradas e pontes, a inflação sobre os preços dos produtos, a escassez de produtos nos mercados, a interrupção da circulação rodoviária e ferroviária com suas consequências para a redução do comércio e a mobilidade de bens e pessoas e a interrupção do fornecimento de serviços básicos tais como água, energia, na medida em que elas por natureza trabalham no sector de comércio informal e muitas delas perderam seus bens e seus negócios em decorrência do conflito.

Outros impactos directos estão relacionados com a perda de emprego devido ao encerramento de muitas fábricas e empresas, a incapacidade de vender os excedentes de produção nos mercados locais e as dificuldades de aquisição de produtos alimentares e de higiene básicos nos mercados. Muitas mulheres que regressaram as suas zonas de origem viram seus direitos de propriedade recusados pelos seus familiares, principalmente aquelas mulheres que regressaram para o convívio das famílias de seus cônjuges mortos ou desaparecidos (Bennett, Bexley, & Warnock, 1995).

Impacto Físico e Psicológico

O conflito armado moçambicano teve impactos diferentes entre os homens e as mulheres, no domínio físico e psicológico. Os impactos psicológicos da guerra resultaram de vários factores: (i) foram as acções de combate que provocavam o caos; (ii) o facto de terem vivido sob fogo cruzado diariamente obrigou muitas mulheres a experimentarem situações de grande pressão emocional e de pânico pelos tiros e bombardeamentos que resultavam em mortes indiscriminadas que deixavam as comunidades e as mulheres e crianças, em particular, extremamente assustadas; (iii) as sevícias sofridas pelas mulheres durante o período de cativo nas bases militares que alimentavam o receio de ser capturada ou raptada para as bases ou de ser morta e em (iv) as situações de violação sexual que as mulheres vivenciaram em suas zonas de origem ou mesmo nas bases militares. A maior parte das sequelas resultaram das violações sexuais a que as mulheres eram

submetidas. Eram notórias as consequências da violência cometida contra as mulheres durante o conflito durante os círculos de conversa: muitas demonstravam pavor, medo e choravam.

As consequências emocionais da violência contra mulher durante o conflito armado não desapareceram após o fim do conflito armado pois muitas mulheres manifestaram durante muito tempo um sentimento de angústia, dor e tristeza. As expressões de perda irreparável ainda são visíveis durante a conversa que mantivemos com algumas mulheres. Muitas mulheres que foram violadas até hoje vivem traumatizadas e com vergonha do que aconteceu. Outras manifestam sentimento de culpa e têm dificuldades de manter relações amorosas. (Mann *et. al.* 1994)

Conclusão

O conflito em Cabo Delgado tem tido um impacto devastador, especialmente para as mulheres e as raparigas que estão a experimentar novas e contínuas formas de Violência Baseada no Género. A crise agravou múltiplas formas de VBG, incluindo a violência praticada por parceiro íntimo, violência física e sexual, rapto, tráfico sexual, exploração e abuso sexual, casamentos prematuros e forçados, e violência económica. As estruturas de apoio e de medidas de prevenção existentes têm sido amplamente comprometidas por conflitos e por deslocamentos forçados, tendo como consequência a não satisfação das necessidades urgentes de sobreviventes de VBG.

El-Bushra e Lopez (1994) observaram como existem poucos sistemas de apoio a nível comunitário para as mulheres que sofrem os efeitos psicossociais do conflito armado e como a maioria das agências governamentais não considera a assistência psicossocial como parte do seu trabalho. As ONG centram-se exclusivamente nos problemas psicossociais das mulheres resultantes de conflitos armados (El-Bushra e Lopez, 1994). Apesar do sistema de resiliência criado pelas mulheres para ultrapassar as eventualidades difíceis causadas pela guerra é importante que ao nível das comunidades sejam criados movimentos de apoio as vítimas de violência. Esta afirmação pode ser sustentada pelos autores (Ferris, 1993; McKay, no prelo; Nações Unidas, 1995), que o maior enfoque no género não se limita aos efeitos do conflito armado, mas defende o desenvolvimento das capacidades das mulheres, envolvendo-as nas negociações para pôr fim aos combates, no desenvolvimento de acordos de paz e processos judiciais e na reconstrução das comunidades, bem como na construção da paz e na reconciliação.

Referências Bibliográficas

- CICV (2008). *How is the Term "Armed Conflict" Defined in International Humanitarian Law?* International Committee of the Red Cross (ICRC), Opinion Paper, March. Recuperado em: <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/opinion-paper-armed-conflict.pdf>. Acesso em: 20 Maio. 2023.
- Connor, K. M., & Davidson, J. R. (2003). *Development of a new resilience scale: the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC)*. *Depression and Anxiety*, 18(2), 76-82.
- Dietrich, S. (1979). *The Different Types of Armed Conflicts According to the Geneva Conventions and Protocols*. RCADI, Vol. 163, -II, p. 147.
- Fonseca, J. J. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.

- Friborg, O., Hjemdal, O., Rosenvinge, J. H., & Martinussen, M. (2003). *A new rating scale for adult resilience: what are the central protective resources behind healthy adjustment?* International Journal of Methods in Psychiatric Research, 12(2), 65-76.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Sao Paulo.
- Lundman, B., Strandberg, G., Eisemann, M., Gustafson, Y., & Brulin, C. (2007). *Psychometric properties of the Swedish version of Resilience Scale*. Scandinavian Journal of Caring Sciences, 21(2), 229-237.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2006). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Masten, A. S. (2001). *Ordinary magic: Resilience processes in development*. American psychologist. 56(3), 227-238.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Sinclair, V. G. & Wallston, K. A. (2004). The development and psychometric evaluation of the Brief Resilient Coping Scale. *Assessment*, 11, 94-101.
- Waller, M. A. (2001). *Resilience in ecosystemic context: Evolution of the concept*. American Journal of Orthopsychiatry, 71, 290-297.
- Lindström, B. (2001), "O Significado de Resiliência". *Adolescência Latino Americana*, II, (3), pp. 133-137.
- Junqueira, Maria de F. P. da Silva e Suely Ferreira Deslandes (2003), "Resiliência e maus tratos à Criança", *Cadernos de Saúde Pública*, I, (19), pp. 227-235.
- ACNUR (2007), *Instrumentos sobre Pessoas Deslocadas Internamente*, Recuperado em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/idp/idp.htmconsultadoem13/08/2023>.
- Kälin, Walter (2008), *Strengthening the Rights of Internally Displaced Persons*, Washington, DC, disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2008/1016_internal_displacement_kalin.aspx (consultado em 13/08/2023).
- Mann, J., Diucker, E., Tarantola, D., & McCabe, M. (1994). *Bosnia: A guerra contra a saúde pública*. *Medicine and Global Survival*, p.130-146.
- McKay, S. (1998). *Da guerra à paz: Women and societal reconstruction (As mulheres e a reconstrução da sociedade)*. Em L. Lorentzen & J. Turpin (Eds.), *The women and war reader* (pp. 348-362). New York-. Imprensa da Universidade de Nova Iorque.
- Mendelsohn, M., & Straker, G. (1998). *Crianças-soldados: Implications of the Graça Machel/UN Study*. *Paz e Conflito: Journal of Peace Psychology*, 4, 399-413.
- Seifert, R. (1993). *Guerra e violação: Atriofyc approaches*.

As implicações da expropriação de territórios das comunidades locais em Moçambique

The implications of the expropriation of territories from local communities in Mozambique

Dília Vaz Miguel⁵
dmiguel@ucm.ac.mz

Jucimeri Isolda Silveira⁶
jucimeri.silveira@pucpr.br

Resumo

Este estudo analisa as implicações da expropriação dos territórios pelos megaprojectos na perspectiva da violação dos direitos humanos das comunidades locais em Moçambique. De forma específica, descreve os efeitos da globalização na construção social dos direitos humanos, mas relacionados ao processo de expropriação de territórios das comunidades locais; compreende como os megaprojectos contribuem para as desigualdades sócio territorial ao expropriarem os territórios das comunidades locais; explica as implicações que advêm da expropriação de territórios das comunidades locais feitas pelos megaprojectos que repercutem na violação dos direitos humanos das comunidades locais;. O estudo pautou pela metodologia de análise bibliográfica, coadjuvada a abordagem qualitativa e o método dialéctico. A justificação para abordar o tema é pelo facto de Moçambique ser, receptor dos grandes projectos de investimentos na exploração de recursos naturais e pelo fato deste tema estar relacionado com um dos maiores pilares da construção de vida do indivíduo, os direitos humanos. Os resultados mostram que os megaprojectos promovem o desenvolvimento económico para o país, partir dos estilos da globalização, os Estados adoptam diversas políticas públicas para acomodar esses investimentos, e entende-se que os grandes projectos de investimento propostos, com sua ânsia em nome do desenvolvimento do país, expropriam os territórios das comunidades locais, violam os direitos humanos, reproduzem a pobreza e desigualdades sócio-territorial (insuficiência de serviços básicos) às comunidades locais. Contudo, conclui-se que basta que falte direitos fundamentais a um indivíduo e a colectividade, em detrimento de um pequeno grupo de elite ou para satisfazer os benefícios de um só grupo de pessoas, de imediato lhe está sendo violado o direito humano. Portanto, os Estados têm de criar condições favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento abrangente as dimensões, económica, política, cultural, social, ambiental ou humanitária, visto que é um direito humano inalienável, uma prerrogativa tanto das nações quanto dos indivíduos que compõem as nações.

Palavras-chave: expropriação de territórios, megaprojectos, direitos humanos.

Introdução

O presente estudo intitulado “as implicações da expropriação de territórios das comunidades locais em Moçambique”. Pressupõe a discussão sobre expropriação de territórios das comunidades locais em Moçambique, mas numa perspectiva dos direitos humanos, analisando a expropriação dos

⁵ Professora Doutora, em [Humanidades](#) na Universidade Católica de Moçambique.

⁶ Professora Doutora, em Direitos Humanos e [políticas públicas](#) na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

territórios das comunidades locais pelos megaprojectos empresariais na violação dos direitos humanos das comunidades locais em Moçambique.

Os territórios das comunidades locais têm tido impactos de expropriação pelos megaprojectos empresariais, denominados de grandes investimentos em curso no sector mineiro (carvão, pedras e semipreciosas e metais, areias pesadas), assim como no sector energético (petróleo e gás), num contexto de crescente procura destes recursos devido à emergência de grandes economias com elevadas taxas de crescimento e conseqüente aumento da procura internacional (Mosca & Selemene, 2013).

Trata-se de uma realidade que recaem implicações impactadas pelos megaprojectos e percebe-se que as regras institucionais sobre os direitos humanos pouco se fazem actuar perante essa realidade. Mas, tudo isso tem factores adjacentes ao surgimento dessas implicações. É a partir da alteração ou revisão legislativas, que o nosso país abriu as portas ao capital internacional, aprovando vários e grandes projectos de exploração de recursos naturais trazendo implicações directas ao nível do território das comunidades locais. Contudo, essas alterações e revisões legislativas favoreceram a introdução de políticas neoliberais em Moçambique. “As políticas neoliberais se tornam um espaço aberto às incursões do capital internacional. As revoluções nas legislações de terras e de minas tiveram impactos significativos nos territórios de comunidades nativas, onde estas são espoliadas em função do interesse do capital internacional, ombreados pelo suposto desenvolvimento nacional” (Matos, 2017, p.281).

Importa desenvolver este tema pelo facto de Moçambique ser actualmente receptor de grandes projectos de investimentos na exploração de recursos naturais. Neste âmbito o país abriu uma página diferente e desenhou um novo percurso da sua história. Em África, particularmente em Moçambique, identifica-se a actuação de megaprojectos.

com a descoberta dos bens naturais ou do *boom* dos recursos naturais, na primeira década do presente século no país, identifica-se um dos principais episódios de sucesso depois de duas sucessivas, guerras de libertação nacional e a guerra civil. Assim, não são estranhos a euforia e o desejo dos políticos e outros actores sociais em abrir uma página diferente e traçar um novo percurso na história. (Bernardo *et. al.* 2016, p. 580)

O tema está relacionado com um dos maiores pilares da construção de vida de um indivíduo que são os direitos humanos, particularmente quanto à materialização da dignidade humana no direito à moradia e usufruto de serviços sociais e bens produzidos socialmente. Estes investimentos levam a transferência das populações de um local para o outro dando lugar esses investimentos.

O Problema do estudo parte do princípio de que Moçambique vem de forma excessiva optando por expansão de exploração de recursos naturais e investimentos de capital internacional. Exploração que vem desde o tempo em que o nosso país era colonizado por Portugal. Mas, diante dessa actividade praticada por diversos megaprojectos, por um lado exploração mineira e outro de hidrocarbonetos leves, este modelo de extrativismo traz espaço para que as comunidades locais sejam transferidas ou reassentadas para outros locais para acomodar a prática da actividade de explorações de recursos naturais.

São projectos tidos como a alavanca do desenvolvimento nacional, o que os torna “intocáveis” e “inadiáveis” dado o seu peso económico na economia nacional e, por isso, com “passe livre” para gerarem as transformações necessárias à sua implantação” (Matos, 2016, p.23-24).

Ainda, na mesma linha de pensamentos, fundamentam Frei *et. al.* (2016) que:

o processo de apropriação dos territórios em Moçambique e conseqüente expropriação de terras das comunidades locais se afigura como duas faces da mesma moeda. Por um lado, o capital (re) organiza os territórios locais para deles se apropriar a fim de alentarem às demandas do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, esse processo de apropriação enquanto condição fundamental para a obtenção da mais-valia, para além de expropriar as comunidades, ao mesmo tempo, intensifica os conflitos sobre posse e segurança de terra e demais recursos no meio rural moçambicano, que para a maioria das populações significa a base de sua reprodução social e (i)material. (p. 2)

De forma geral assiste-se o processo de reassentamento a nível nacional e provincial, em troca de recursos naturais que se destinam apenas a grandes indústrias e aos mercados internacionais, sendo que a população reassentada é a menos beneficiada. Observa-se, ainda, a desterritorialização das populações locais para a implementação do projecto de extracção de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), que poderão causar danos sociais e ambientais para além de perda de suas terras. Mas, todo esse processo de reassentar populações é defendido como fundamental para o desenvolvimento do país, sendo facilitado por políticas governamentais sob o pretexto de que tais megaprojectos são fundamentais para alcançarem os níveis de desenvolvimento que as sociedades almejam, além de possibilitarem a entrada de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no país em detrimento das comunidades locais (Frei, 2017; Revista Nera 2018).

Por essa razão, segundo Flores (2009), somente haverá desenvolvimento e direitos humanos em um país, quando existir uma distribuição igualitária de recursos monetários, bem como recursos técnicos e meios de aprendizagem, mas que permitiam a criação de condições adaptáveis as comunidades afectadas. Nesta senda, a transferência das comunidades para outro local de habitação deve proporcionar condições favoráveis de vida a comunidade em causa. Ressalta-se, assim, que haverá desenvolvimento e direitos humanos nelas quando se observar as condições igualitárias não só em recursos, mas também em serviços básicos e condições favoráveis para que as comunidades possam se adaptar. Nesta senda, o estudo teve a seguinte pergunta: de que forma a expropriação de territórios feita pelos megaprojectos violam os direitos humanos, reproduzem a pobreza e desigualdades sócio -territoriais das comunidades locais? Tentando trazer prévia resposta ao problema exposto, defende-se o pressuposto que: os grandes projectos de investimento propostos ao país, com sua ânsia em nome do desenvolvimento do país, expropriam os territórios, violam os direitos humanos, reproduzem a pobreza e aumentam as desigualdades sócio -territorial às comunidades locais.

Metodologia

A partir de uma pesquisa bibliográfica, usando várias contribuições de livros, artigos, teses relacionadas ao tema, relatórios e legislações vigentes no país foi desenvolvida a tese, e culminou também com este artigo. Optou-se pela abordagem qualitativa aliada pesquisa do tipo exploratória, tendo como método de reflexão e análise do objecto, pautou-se pelo método crítico dialéctico em

Marx (2008), cuja finalidade é realizar aproximações sucessivas possibilitando uma síntese das múltiplas determinações do fenómeno social pesquisado, encontrando relações entre os impactos dos megaprojectos empresariais e o desenvolvimento capitalista.

No contexto pré pandemia e de acirramento dos conflitos, estava planejada a realização de uma pesquisa empírica, com uso de metodologia qualitativa do tipo exploratória sobre as implicações da expropriação de territórios das comunidades locais no distrito de Palma na Província de Cado Delgado no norte de Moçambique, a partir da análise das percepções sociais. Mas, devido a violência armada que teve início nos finais de 2017, uma guerra que pouco se percebe até aos dias de hoje a origem e o porquê de dizimar pessoas inocentes.

A violência armada se alastrou até hoje, o que faz com que as comunidades locais do distrito de Palma, bem como dos distritos arredores abandonem suas habitações, identidade cultural e sua história para se refugiarem na cidade Pemba capital da província de Cabo Delgado. De acordo com o Jornal os países do dia 26 de Outubro de 2020, os becos do bairro de paquitequete, na periferia da cidade de Pemba, levam-nos a uma realidade social degradante, resultante da chegada massiva de deslocados das zonas afectadas pelo terrorismo no norte da província de Cabo Delgado. Numa das casas que escalamos viviam cinco pessoas, mas de um momento para o outro o número disparou para 58 pessoas, pois, muitos chegaram na última semana, fugindo da violência armada, com a intensificação das incursões dos terroristas; a casa é pequena para acomodar tanta gente, por isso, o recurso encontrado foi improvisar cabanas no quintal para garantir o mínimo de protecção durante a noite.⁷ E para além da violência armada, vive-se o actual momento da pandemia, de emergência e calamidade pública, de crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus (covid-19), a situação em Moçambique torna-se ainda mais problemática, mais um factor que impossibilitou a pesquisa de campo, levando-nos a optar por uma pesquisa bibliográfica porque continua não havendo condições para o deslocamento para colher informações sobre o tema proposto.

Após o reordenamento metodológico, definiu-se pela realização de uma pesquisa exploratória a partir de indicadores, legislações e relatórios e demais materiais disponíveis nas redes sociais. A natureza da pesquisa foi de carácter exploratória, que segundo Gil (2002, p.41), “tem como objectivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estes tipos de pesquisas têm como objectivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Revisão da literatura

O que são megaprojectos empresariais?

Tomando como base a análise feita por Castelo-Branco (2008), megaprojectos são actividades de investimento e produção com características especiais; a sua dimensão definida pelos montantes de investimento e impacto na produção e comércio, é enorme. Dado que são poucos e concentrados sobretudo na indústria extractiva e de energia, as dinâmicas assim geradas são estruturantes de uma economia excessivamente concentrada, produtora de produtos primários, pouco diversificada em

⁷ <https://opais.co.mz/noticia/paquitequete-pemba-tem-casas-com-mais-de-60-pessoas-acomodadas>.

termos de produção, comércio, qualificações e tecnologias e ligações, e de base social e regional estreita (concentrada em algumas regiões e com impacto social limitado). Os megaprojectos, , abrangem grandes produtividades e geram acumulação e reproduzem a economia. Engloba tanto as grandes obras de infra-estruturas, equipamento e edificação. Essa ideia corrobora com as dos vários autores: que os megaprojectos são áreas quase exclusivas de intervenção de grandes empresas; são geralmente concentrados em torno de actividades mineiras e energéticas - carvão em Moatize, gás de Pande e Temane, gás em Cabo Delgado, areais minerais de Moma e Chibuto, Hidroeléctrica de Cahora-Bassa (HCB), e a Mozal (intensiva em energia), são apenas alguns exemplos ilustrativos por (Castelo-Branco, 2008; Mosca & Selemene, 2013). E de acordo com Frei (2017) o termo megaprojecto é utilizado para identificar acções de diversas naturezas envolvendo grande volume de capital e complexidade de gestão. O termo megaprojecto também engloba tanto as grandes obras de infra-estruturas, equipamentos e edificações quanto as grandes barragens hidreléctricas, a mineração, as fusões ou aquisições corporativas, a exploração espacial, a construção de aceleradores de partícula, entre outras realizações dos mais diferentes segmentos e sectores da economia.

Direitos humanos na particularidade Africana: previsões legais e desigualdades sócio-territorial

Segundo Frei *et. al.* (2016), em Moçambique a actividade de exploração de recursos naturais teve início no período pré-colonial e, desde então, a economia do país foi sempre caracterizada pela exploração de recursos naturais, transformando-os pela acção humana para outros fins.

Segundo Santos (1994), nos últimos anos o capitalismo e a concorrência se estabelecem como regra e eliminam toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma, onde a todo custo, o desejo de vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar é maior e vencedor. Essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força, a que assistimos em diversos países, um apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética da competitividade que caracteriza nosso tempo. Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa (Santos, 1994). Portanto, a falta de ética na competitividade, a falta de compaixão com o outro e o individualismo excessivo são actos visíveis com o impacto da economia global em nossos tempos, promovendo-se impactos na cultura.

Mas, uma outra análise é feita, pois as tendências do mundo de hoje dominado pela globalização tem efeitos directos e indirectos sobre a sociedade e na economia moçambicana, isto é evidenciado na Agenda 2025, onde as tendências internacionais no presente momento permitem inferir que alguns países se tornarão economicamente e socialmente inviáveis e ignoráveis, outros irão perdendo e perderão definitivamente a sua importância económica relativa ao nível global, sendo que uma outra parte caminhará no sentido de se tornarem países de rendimento médio, capazes de iniciarem internamente políticas de redução da pobreza. Muitos destes países estão na África Subsaariana onde se concentra a maior parte da pobreza extrema.

A Agenda 2025 preconiza o desenvolvimento e a construção de uma sociedade contemplada em valores da justiça social, igualdades de oportunidade aos cidadãos e perante a lei; a construção de uma sociedade baseada no conhecimento onde os cidadãos convivam tranquilamente com o universalismo e as culturas locais; o asseguramento da educação básica de qualidade, a melhoria da qualidade de vida e o respeito pelo ambiente.

Fazendo uma alusão para o caso específico de Moçambique, referencia-se as mudanças das características resultantes da instalação dos megaprojectos empresariais, de estudos feitos por Sambo (2018), no que se refere a pobreza e suas prováveis causas que advém da globalização económica aliada à revolução tecnológica, trazendo alterações substanciais que fazem com que hajam novas formas de socialização das comunidades rurais, pois, instalam-se o isolamento e a exclusão social, e enfraquece as economias tradicionais bem como a suas culturas. Os estudos feitos nas comunidades de Murrua e Topuito por Sambo (2018), relatam a vidas dos nativos destas comunidades antes e depois da chegada dos megaprojectos empresariais. O autor percebe que de facto a vida dessas comunidades se alterou com a introdução da globalização económica. Tais comunidades quase não existiam aos olhos do governo. Estas comunidades serviam-se da natureza para quase tudo, desde a alimentação, saúde e educação tradicional para a passagem da fase adulta. A comunidade de forma geral não se queixa do seu estilo de vida passado, pelo contrário retractavam como quem perdeu algo precioso. E estas comunidades por estarem isoladas, estavam desprovidas de qualquer instituição de ensino formal, de hospital ou de qualquer unidade básica de cuidados de saúde convencional bem como maternidade, água canalizada, nem saneamento do meio havia e nem energia eléctrica. Em termos comerciais somente o peixe era vendido, não havia registos de trabalhos assalariados e não havia memórias de encontro com o governo antes da chegada dos megaprojectos empresariais para exploração de recursos naturais nestas comunidades (pacatas). Neste contexto, as descrições demonstram tratar-se de comunidades pobres não sob ponto de vista dos nativos dessas comunidades, mas a julgar-se pela ausência do que geralmente se considera prioritário para uma vida digna, isto é, para garantir os cuidados de saúde, a existência de escolas para garantir a educação, assim por diante, mesmo antes da chegada dos megaprojectos. Por essa razão estas comunidades podem não se considerar pobres do ponto de vista local, mas depois da instalação dos megaprojectos, a condição de vida revelou uma certa deterioração.

O Estado tem por obrigação, proteger e garantir os direitos fundamentais dos indivíduos para que não sejam violados. Diante disso, a Guia da Carta Africana (CA) (2006, p.1), “cada ser humano tem certos direitos e liberdades fundamentais que os governos devem preservar e respeitar, pois, parte-se do princípio que todas as pessoas têm as mesmas necessidades básicas. E são conhecidos universalmente e vêm se desenvolvendo ao longo das décadas”. A Carta Africana (CA), é um dos tratados regionais redigidos em 1981 pelos países africanos através do seu organismo Organização da União Africana (OUA). Este tratado era para reforçar a crença universal de que cada governo é obrigado a proteger os direitos das pessoas dentro das suas fronteiras. “Compete à comunidade internacional no seu conjunto proteger os direitos para o bem das pessoas de todo o mundo” (GCA, 2006, p.3).

A Violação dos direitos humanos e as desigualdades sócio-territorial nas comunidades locais

A globalização económica passou a ser sinónimo das medidas económicas neoliberais voltadas para a reforma e a estabilização das denominadas economias emergentes. Tem por plataforma o neoliberalismo, a redução das despesas públicas, a privatização, a flexibilização das relações de trabalho, a disciplina fiscal para a eliminação do *deficit* público, a reforma tributária e a abertura do mercado ao comércio exterior. Entretanto, o triunfo do mercado é impensável sem a actuação dos Estados nacionais, subordinados aos organismos internacionais. As expropriações de territórios que advém dos megaprojectos, enquadram-se na crescente procura de recursos devido à emergência de grandes economias com elevadas taxas de crescimento e conseqüente aumento da procura internacional (Mosca & Selemene, 2013). A expropriação de territórios é feita de forma compulsiva sem pelo menos ouvir a opinião das comunidades e são transferidas para zonas de reassentamento sem noção de quais são as capacidades existentes de subsistência das áreas para onde serão transferidas. Contudo, nesta perspectiva os direitos humanos das comunidades locais, parecem atropelados ou passados por cima para dar lugar a IDE com vista a promoção de desenvolvimento económico. “É de acordo com os relatórios de Desenvolvimento Humano de 2016, Moçambique esteve em entre os oitos países mais baixos na posição 181 do *rankin* contra a posição de 170 do *ranking* de 2002” (UNDP, 2016 *cit.* Sambo 2018 p.323).

Todavia, os direitos humanos são socialmente necessários, pois, é visível a precarização da realidade vivida pelas comunidades locais. Tal questão social é compreendida como desigualdade, expressão do conflito entre capital e trabalho de acordo com (Cerqueira Filho, 1982 *cit.* Silveira, 2019), assim com engendra a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, além das formas de resistência, insurgência, luta social pela dignidade humana. O acirramento da desigualdade social coincide com a ampliação da violência e dos conflitos, das diversas e dramáticas violações dos direitos humanos, considerando os “constrangimentos na efectivação da cultura dos direitos e a redução de políticas que componham um amplo, universal e distributivo padrão de protecção social”. Silveira (2020, p.140) explica que:

O reconhecimento dos direitos não se reduz às legislações, às normas, aos pactos produzidos nos limites de uma democracia formal. Os direitos humanos resultam das lutas emancipatórias concretas, na dinâmica da relação contraditória entre as classes sociais e destas com o Estado, no enfrentamento da questão social, da desigualdade em suas expressões quotidianas. As conquistas sociais em direitos humanos, por sua vez, conduzem processos de plena expansão dos sujeitos sociais, das subjectividades políticas dos sujeitos de direitos, tendo como horizonte uma sociedade humanamente livre e socialmente igualitária.

Nesse sentido, “a questão social assume contornos e particularidades reveladoras de pobreza associada a outros fenómenos que vulnerabilizam indivíduos e produzem violações diversas” (Silveira, 2019, p.58). Vive-se uma crise económica, mas também moral, resultante de laços sociais frágeis, que conformam sociedades inseguras, consequência da chamada modernidade líquida (Bauman, 2000 *cit.* em Silveira 2019). A tal realidade que se vive é resultado do agravamento do avanço do neoliberalismo e pela redução do papel do Estado, diante da flexibilização e desmonte dos direitos. Esse mesmo Estado apresenta sua face “penalizadora, do ponto de vista social, e gerencialista, para atender aos interesses do mercado” (Silveira 2019, p.58).

E segundo Mário e Bila (2015) uma das consequências imediatas da implantação dos megaprojectos ao expropriarem os territórios das comunidades locais em Moçambique é fazer com que elas se desloquem de forma forçada e permanente desde os camponeses, pescadores ou artesãos locais, das suas terras de origem, para novos locais de habitação. Por via das regras, os processos de deslocação de comunidades das suas terras de origem para outras, afectam as comunidades já vivendo em situações de grande vulnerabilidade, as quais, amiúde, se agravam com o reassentamento em zonas dispendo de condições de vida ainda piores, porque desprovidas de recursos essenciais como água e terra arável e que seja suficiente para as necessidades de todos para a agricultura, pastagem, ritos culturais, etc.

Contudo, fica aqui um foco de percepção que os direitos humanos são violados não por desconhecimento de que as comunidades têm seus direitos, mas para dar lugar ao desenvolvimento económico do país. Percebe-se que Moçambique é um dos países com o índice de desenvolvimento humano muito baixo. Nesta senda de ideias deve-se ter em conta a necessidade da defesa dos direitos humanos, pois o estado de precarização de vida que as comunidades locais estão sujeitas a ter pode-se traduzir em desigualdades sócio- territoriais. Mas, por vezes entende-se que a violação desses direitos provém da fraqueza das políticas públicas desenhadas em prol do desenvolvimento económico do país e da postura que o Estado adopta ao aderir o modelo económico capitalista. Assim, vários problemas sociais vêm a tona e precarizam mais ainda a vida dos indivíduos que vivem em comunidades locais e tem como consequência a violação de diversos direitos que estão sujeitas.

Direitos humanos e a reprodução da pobreza como desigualdade social

A partir dessas fracturas sociais, olhando para a realidade de Moçambique pode se perceber da análise feita por Frei *et. al.* (2015), que com a mundialização do capitalismo e a crescente demanda por *commodities* - minerais e agrícolas, alterou-se o significado de vida para a maioria dos moçambicanos vivendo no campo, com a expropriação compulsória de suas terras e, com ela a precarização de suas condições de vida e de trabalho, suas ambições, seus sonhos ficam sucumbidos.

Todavia a acumulação de capital enquanto imposição da economia e do Estado, não transforma somente as riquezas naturais do país, mas também os modos de vida das comunidades locais onde os megaprojectos empresariais são implantados, pois, isto consiste com a eliminação dos sujeitos indesejados e por outro lado reproduz enormes exclusões sociais. Nessa óptica do processo de globalização, os autores Matos e Medeiros (2013 cit Frei *et. al.* 2016, p.10), consideram que os megaprojectos e demais processos de reprodução do capital em Moçambique se “efectivam por acumulação de espoliação transformam os territórios em espaços homogéneos e produtores de lucratividade”. No cerne dessa lógica as comunidades locais são expulsas de suas terras e obrigadas a reconstruírem uma nova história cultura e identidade por meio de processos de reassentamento compulsório em que as comunidades são compelidas a residir em áreas estranhas a sua condição de vida, e forçosamente precisam aprender a viver com problemas que são resultados da vida em reassentamento. Nesta senda, o processo de reassentamento levada a cabo pelos megaprojectos em Moçambique têm de certo modo piorado a qualidade de vida das comunidades locais. No entanto as implicações que advém dos megaprojectos ao expropriam os territórios das comunidades locais para a exploração de recursos naturais que fazem parte da emergência de grandes economias a nível internacional e no caso de Moçambique os megaprojectos empresariais alteraram

significativamente a vida das comunidades locais. Toda via essas implicações reproduziu a pobreza nessas zonas que são ricas em recursos naturais, com a presença dessas multinacionais e contribuiu para a destruição do meio ambiente e esgotamento dos recursos naturais e que a exploração deve ser de forma cautelosa (Mosca & Selemene, 2013; Castelo-Branco, 2008; Sambo, 2018).

Na perspectiva de Sambo, (2018) em consequência dos megaprojectos impuseram-lhes privações de consumo, de saúde e educação tradicionais, de desenvolvimento cultural, bem como lhes impuseram maiores dificuldades habitacionais por escassez de material do local e de matérias-primas para fabricação de seus utensílios domésticos de uso do dia-a-dia.

Uma outra implicação é a de que depois de exploração dos recursos naturais os megaprojectos empresariais não se interessam em vender a sua produção em Moçambique para promover investimentos no mercado nacional. Os mercados externos são mais atractivos: maiores, com mais opções, com a possibilidade de vender toda a produção sem ter que procurar e gerir muitos compradores com diferentes especificações, e com a possibilidade de negociar mercados futuros e contracto de médio prazo que estabilizem as vendas e os preços.

Enfatiza Sambo (2018) que como consequências dos efeitos da actuação destes megaprojectos, as economias locais tornam-se monetizadas, o custo de vida encareceu e os locais expropriados tem tido baixo nível de empregabilidade. E a pouca cooperação do governo na vida das comunidades locais o que conduz a uma pobre relação com as comunidades reassentadas. De fato, a actividade de exploração de recursos naturais tem implicações significativas nos modos de vida das comunidades locais. Para além de afectar negativamente o acesso aos recursos, que são uma fonte importante de sobrevivência das comunidades, a exposição em que as comunidades estão sujeitas, cria condições para que algumas doenças como as respiratórias, por exemplo, possam se desenvolver e, desse modo, afectar a saúde pública das comunidades.

Contudo, os direitos para serem efectivos precisam ser garantidos pela opinião pública nacional e internacional, pelas organizações internacionais, por movimentos sociais e instituições legais, mas, acima de tudo pelos estados nacionais que devem estabelecer prioridades em termos de interesses nacionais ou nas democracias modernas, pelas demandas de seus eleitores.

Face a estes factos, pode se dizer que a internacionalização da economia rompeu com a ideia de sociedade, com a ideia de sujeito (como actor social), na medida em que a internacionalização da economia transformou a razão ou a racionalidade que sustentava os vínculos entre os actores sociais. É nessa transformação que emerge a concepção de exclusão social, que vem a ser, portanto, um traço constitutivo da classificação na qual se baseia o conceito estrutural de identidade social. E aqui importa perceber que esse traço afecta a concepção de desigualdade.

Considerações Finais

A presente pesquisa analisou o tema relacionado com um dos maiores pilares da construção de vida de um indivíduo (direito a moradia-habitação, usufruto dos serviços sociais e bens produzidos socialmente), retractando as implicações de expropriação de territórios das comunidades locais em Moçambique. Da análise feita do problema levantado, este estudo mostrou que pela forma excessiva que se opta pela exploração de recurso naturais e introdução do IE abriu espaço para

implantação dos megaprojectos empresariais no nosso país, foi um modelo de desenvolvimento optado por Moçambique depois da guerra civil. Percebeu-se que desde o início da implantação dos megaprojectos empresariais até a actualidade não houveram alterações no índice de desenvolvimento humano nem nos indicadores sociais bem como na redução da pobreza nos distritos onde foram implantados os projectos propostos. Desta feita, o estudo defende a tese de que os grandes projectos de IE propostos, com sua ânsia em nome do desenvolvimento do país, expropriam os territórios, violam os direitos humanos, reproduzem a pobreza e desigualdades sócio-territorial (insuficiência de serviços básicos dentre outras necessidades básicas) as comunidades locais. Por todo Moçambique assiste-se uma troca de recursos naturais em detrimento das grandes indústrias e os mercados internacionais e a comunidade local (zona rural) é reassentada e é a menos beneficiada da implantação dos grandes projectos, observa-se assim a desterritorialização das comunidades locais.

Os direitos humanos são vistos como mínimo ético necessário para a luta pela dignidade; são vistos como pilar de diálogo entre as diversas comunidades e culturas; também geram esperanças nas lutas contra as injustiças e exploração que maior parte da humanidade sofre. A luta pela dignidade humana leva ao acesso igualitário aos bens, assim com introdução de concepções globalizadas constitui um desafio para todos os países passarem a defender-se da ideologia da globalização: o neoliberalismo. A implantação deste sistema capitalista mostrou claramente a separação entre os países ricos e países pobres, isso pelas políticas colonialistas por causa da sua condição de subordinação. E nos últimos anos assiste-se em Moçambique o capitalismo e a concorrência a estabelecer-se como regras na exploração de recursos naturais, vê-se a entrada dos megaprojectos em lapidar os recursos naturais no nosso país.

Entendeu-se que a globalização económica e tecnológica alterou de forma significativa a vida das comunidades locais em Moçambique. Mas, essas não se queixam das suas vidas anteriores, mas da alteração do seu modo de vida depois da instalação e implantação dos megaprojectos nessas zonas. Portanto, nos países africanos, a globalização económica é aliada a exploração dos recursos naturais, constitui uma ameaça por mais que seja uma oportunidade de desenvolvimento aos países em vias de desenvolvimento, pois aumentam as desigualdades sócio territoriais, as injustiças sociais por conta da exploração de recursos naturais como resposta ou corrida aos mercados internacionais. Para satisfazer a globalização o Estado Moçambicano introduziu alterações nos dispositivos legais colocados a disposição dos megaprojectos com a finalidade de exploração de recursos naturais e não em prol do benefício das comunidades locais, isso leva-nos a falar de expropriação de territórios. E as alterações que são feitas provocam resistência nas comunidades locais, pois perder território é o mesmo que perder sua história, sua identidade, os traços culturais e modos de vida. Então, as comunidades sentem que seus direitos são violados pela necessidade económica e social e quanto ao território sentem a sua perda porque inclui o sentimento de pertença, está patente a questão histórica e identidade cultural, estes estão ligados ao direito da autonomia e autodeterminação. Embora o Estado moçambicano tenha criado políticas e plataformas de participação dos cidadãos e sociedade civil, percebeu-se que que essas políticas pouco espelham as preocupações do cidadão. A partir dessas políticas criadas o Estado deve solidificar e deixar mais forte suas funções desenvolvidas em prol do bem-estar da sociedade, formulando políticas públicas efectivas e democráticas modernas e com princípios em direitos humanos. E é necessário a intervenção do Estado por meio de políticas públicas para conter a resistência, luta pela dignidade humana,

desigualdade social ampliada de violação dos direitos humanos. Fica visível que as desigualdades sociais bem como a crise moral é agravada pelo avanço do neoliberalismo e pela redução da intervenção do Estado. Isso porque o Estado apresenta-se pronto para atender os interesses do mercado e deixando de lado os interesses da sociedade como prioridade. E com adesão do capitalismo financeiro aliado ao neoliberalismo, o capitalismo substitui o modelo económico de produção, distribuição de insumos nos dias actuais, o que conduz a uma tragédia global chamada a crise humanitária global.

Os estudos sobre megaprojectos em Moçambique mostram que a violação de direitos humanos associada a exploração de recursos naturais não é muito diferente das situações que ocorrem em outros países. Nesta perspectiva, as implicações de expropriações de territórios das comunidades locais impactadas pelos megaprojectos empresariais foi compreendida que a desigualdade sócio territorial coincide com ampliação da violência dramática da violação dos direitos humanos, isto é, na medida em que um direito da comunidade afectada é violado, automaticamente é visível como esta sofre na provisão de bens e serviços básicos. Compreendeu-se que os direitos humanos são violados não por desconhecimento que as comunidades têm sobre os direitos humanos, mas são violados para dar lugar ao desenvolvimento económico do país. Assim Moçambique entra para o grupo de países com IDH muito baixo apesar de ter muitos megaprojectos em curso na exploração de recursos naturais no âmbito de desenvolvimento económico do país. Contudo, pode-se concluir que basta que falem direitos fundamentais ao indivíduo, direito, a terra, alimentação, habitação transporte, água, energia, saúde e educação de entre outros direitos fundamentais, em detrimento de um pequeno grupo de elite ou para satisfazer os benefícios de um só grupo de pessoas, de imediato lhe está sendo violado o direito humano. As comunidades afectadas pelo megaprojecto lhe são também violadas o direito ao desenvolvimento. Recomenda-se que o direito ao desenvolvimento abrange todas as dimensões, económica, política, cultural, social, ambiental ou humanitária. Outrossim, o Estado tem que criar as condições favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento, visto que este é um direito humano inalienável, sendo a igualdade no acesso às condições para o desenvolvimento uma prerrogativa tanto das nações quanto dos indivíduos que compõem as nações. Assim, é preciso promover e proteger os direitos humanos, por meio de esforços colectivos para estabelecer uma nova ordem económica internacional conforme proclama a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, humanamente diversa e socialmente igualitária.

Referências Bibliográficas

- Agenda 2025 (2013). **Comite de Conselheiros. Maputo- República de Moçambique.**
- Bernardo, E, D. A. . N. L. & A. G. (2016). **Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos.** Desenvolvimento. Meio Ambiente, v. 38, p. 579-592.
- Castelo- Branco, N. (2008). *Os Mega Projectos em Moçambique: que Contributo para a Economia Nacional?* Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva Museu de História Natural. Maputo, Moçambique.
- Flores, J.H. (2009). Reinvenção dos Direitos Humanos 1. Direitos humanos. 2. Direitos fundamentais. I. Título. ISBN: 978-85-7840-012-5.

- Frei, V. V. . C. F. E. & M. E. J. (2016). **Mineração e apropriação da terra em Moçambique**: algumas reflexões sobre o processo de expropriação das comunidades locais. XVIII encontro nacional de geógrafos.
- Frei, V. V. M. (2017). **No país do Muça eu sou o carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojectos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. Tese de doutoramento. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: IESA.
- Gil, A. C. (2002). **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. : Atlas.
- Guia da carta Africana dos direitos do homem e dos povos, 2006.
- Lucas, D. C. (2008). **Direitos Humanos e interculturalidade**: um diálogo entre a igualdade e a diferença. Tese de pós-graduação. Universidade do Vale do Rio dos sinos.
- Mário, T. V. & Bila, I.M. (2015). **Indústria extrativa e comunidades locais**. Edição SEKELEKANI.
- Maquenzi, J & Feijó, J. (2019). **Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado. Observador Rural**: documento de trabalho. Observatório do Meio Rural.
- Matos, E. A. C. & M. R. Medeiros. (2013). **Acumulação por espoliação**: Uma reflexão sobre a introdução em Moçambique. Revista IDEAS, v. 7, pp. 228-259, v. 7, 2.
- Matos, E. A. C. (2017). **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão**. Tese de doutoramento. Universidade Federal do rio grande do sul.
- Max, K. (2008). **Contribuição à crítica da economia política**. 288 p. 2. ed: Expressão Popular.
- Revista Nera (2018). Nº. 28 – Dossiê 2015 – ISSN: 1806-6755
- Sambo, M. G.(2018). **Vítimas da riqueza? A reprodução da pobreza em zonas de mineração. Em Desafios para Moçambique (Orgs) Salvador Forquilha**: IESE.
- Selemane, T. M. J. (2010). **Questões a volta da Mineração em Moçambique. Relatório de Monitoria em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga**. CIP. ed.
- Silveira, J. I. (2019). **Direitos humanos e políticas públicas**: panorama e desafios contemporâneo. Em Educação em direitos humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas. (Orgs.) Boneti, L. W., Bley, R. B., Silveira, A. B., & Schio, A. M. [S.l.]: Edtiora UEP. Paraná, Brasil.
- Silveira, J. I. (2020). **Capitalismo e a Covid-19 um debate urgente. Em D.C., D. S. & Marcio Pocman (Orgs.) Cenário de enfrentamento ao Covid-19**: agenda dos direitos humanos e das políticas públicas em perspectiva decolonial. São Paulo, Brasil.

O Cuidado da Casa Comum e o Desafio Africano na Manutenção Tradicional da Natureza

The Care of the Common Home and the African Challenge in the Traditional Maintenance of Nature

Latifo Fonseca⁸

Resumo

O documento *Laudato si* do Papa Francisco sobre o cuidado da “Casa Comum”, e o *Retorno do Bom Selvagem* de Severino Ngoenha discutem o cuidado da Casa Comum e perspectiva filosófica-africana do problema ecológico no contexto africano, respectivamente. As duas obras visam despertar reflexões a respeito da natureza: homem, planta e animais. O antropocentrismo, geralmente, minimiza a vida das plantas e animais, colocando sempre em última posição quando se trata da defesa da vida. Não obstante aos movimentos que, uns lutam pela defesa das plantas e outros pela vida dos animais, ainda há resistência do homem que coloca em si o centro das atenções. A “economia selvagem” optada por muitas empresas multinacionais, tem obrigado a destruição de plantas e animais. Muitas espécies, quer de plantas quer de animais estão em extinção colocando em risco a biodiversidade. Neste trabalho pretendemos abordar a responsabilidade humana na defesa da vida das plantas e dos animais como forma de, inicialmente, equilibrar o antropocentrismo e em seguida, inculcar na mente dos homens a redução do desmatamento das florestas e evitar a extinção dos animais, ou seja, declarar-se uma economia sustentável, que respeita a vida dos seres vivos: ser humano, plantas e animais. Sendo o homem, um ser vivo dotado de razão, deve ser responsável dos actos se de fato quiser um meio ambiente saudável, ou seja, a humanidade deve investir em si as reflexões éticas sobre a defesa do meio ambiente.

Palavras-chave: Animais; Antropocentrismo; Casa Comum; Plantas.

Abstract

Pope Francis’ *Laudato Si* document on the care of the “common Home”, and Severino Ngoenha’s *Return of the Good Savage* Discuss the care of the Common Home and the philosophical – African perspective of the ecological problem in the African context, respectively. The two works aim to awaken reflections about nature: man, plants and animals. Anthropocentrism generally minimizes the life of plants and animals; it always puts it in the last position when it comes to the defence of life. Despite the movements that, some fight for the defence of plants and others for the life of animals, there is still resistance from man who puts the centre of attention in himself. The “wild economy” opted for by many multinational companies, it has forced the destruction of plants and animals. Many species, both plants and animals, are endangered, endangering biodiversity. In this work we intend to address human responsibility in the defence of the life of plants and animals as a way initially to balance anthropocentrism and then inculcate in the minds of men the reduction of deforestation of forests and avoid the extinction of animals, that is, declare itself a sustainable economy, which

⁸ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil; e-mail: fonsecamateusc@gmail.com; Currículo late: <https://lattes.cnpq.br/7148590166979626>

respects the life of living beings: human beings, plants and animals. As a human being, an endowed with reason, he must be responsible for the acts if in fact he wants a healthy environment, that is, humanity must invest in himself the ethical reflections on the defence of the environment.

Keywords: Animals; Anthropocentrism; Common Home; Plants.

Introdução

O sonho por um mundo melhor deve iniciar pela defesa do bem comum, especificamente, pela conservação da casa comum cujo requisito é cada ser humano assumir a responsabilidade de cuidar o meio ambiente. O debate sobre a ecologia integral que envolve todos os seres vivos (a pessoa humana, as plantas, os animais, as águas, a terra e o ar) deve ser profundo e abrangente. As discussões sobre a vida de todos os seres vivos em círculos minoritários de ricos, governantes e organizações não governamentais, excluindo os povos nativos e os pobres, empobrece as decisões no que concerne à responsabilidade do homem na defesa da casa comum.

Neste trabalho que será apresentado no eixo 3 do VI Congresso Internacional, pretendemos, apresentamos alguns pontos reflectidos pelo Papa Francisco no documento *Laudato Si* (LS) a respeito da casa comum; em seguida abordamos a visão de Severino Ngoenha sobre o meio ambiente no contexto africano e por último apontaremos os caminhos a seguir para salvarmos a “Mãe Terra” que passa necessariamente pela conversão intelectual da humanidade a superação do antropocentrismo e a economia selvagem com vista a cultivar a ecologia integrada.

A conservação e ou a manutenção da vida dos animais e das plantas deve ser visto como uma missão urgente se a humanidade quer uma vida saudável e longa. Portanto, deve haver responsabilidade de cada pessoa humana no cuidado da casa comum e abandono do antropocentrismo. A pesquisa visa, portanto, apontar os desafios actuais e a necessidade de somar sinergias para o cuidado do bem comum, linguagem usada pelo Papa Francisco, para se referir aos bens espirituais e materiais que o ser humano é responsável.

Papa Francisco e cuidado da “Casa Comum” no *Laudato Si*

O documento *Laudato Si* (LS) marca o início do pontificado do Papa Francisco e serve de reflexão sobre o problema do meio ambiente. Francisco (ano) afirma que “o cuidado dos ecossistemas requer uma perspectiva que se estenda para além do imediato, porque, quando se busca apenas um ganho económico rápido e fácil, já ninguém se importa realmente com a sua preservação. Mas o custo dos danos provocados pela negligência egoísta é muitíssimo maior do que o benefício económico que se possa obter. No caso da perda ou dano grave de algumas espécies, fala-se de valores que excedem todo e qualquer cálculo. Por isso, podemos ser testemunhas mudas de gravíssimas desigualdades, quando se pretende obter benefícios significativos, fazendo pagar ao resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental”.

O Papa Francisco (*Laudato Si* 138) explica que a ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isto exige sentar-se para pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência duma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. O bispo de Roma acrescenta que nunca é

demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente.

Com vista a enriquecer a visão sobre o meio ambiente, o pontífice (Laudato Si 138) sustenta que quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade.

Ciente da conexão que há de todos os seres vivos, o Papa Francisco (Laudato Si 138), argumenta que dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As directrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.

Dando continuidade a questão da ecologia integral, o sucessor de Pedro insiste que

a par do património natural, encontra-se igualmente ameaçado um património histórico, artístico e cultural. Faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e criar outras cidades novas hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. É preciso integrar a história, a cultura e a arquitectura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo. Mais directamente, pede que se preste atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo dialogar com a linguagem técnico-científica com a linguagem popular. É a cultura – entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e participativo – que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente⁹.

Com o conhecimento sobre o progresso humano, o Papa Francisco chama atenção a respeito do assunto dizendo que para se poder falar de autêntico progresso, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana; isto implica analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência. Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir. Ao mesmo tempo, no nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro, usamos o ambiente para exprimir a nossa identidade.

Em pleno século XXI e com muitos avanços científico-tecnológicos, verifica-se ainda a falta de habitação que Francisco considera:

é grave em muitas partes do mundo, tanto nas áreas rurais como nas grandes cidades, nomeadamente porque os orçamentos estatais em geral cobrem apenas uma pequena parte da procura. E não só os pobres, mas uma grande parte da sociedade encontra sérias dificuldades para ter uma casa própria. A propriedade da casa tem muita importância para a dignidade das pessoas e o desenvolvimento das famílias. Trata-se duma questão central da ecologia humana. Se num lugar concreto já se desenvolveram aglomerados caóticos de casas precárias, trata-se primariamente de urbanizar estes bairros, não de

⁹ Francisco, Papa (Laudato Si 139).

erradicar e expulsar os habitantes. Mas, quando os pobres vivem em subúrbios poluídos ou aglomerados perigosos, «no caso de ter de se proceder à sua deslocação, para não acrescentar mais sofrimento ao que já padecem, é necessário fornecer-lhes uma adequada e prévia informação, oferecer-lhes alternativas de alojamentos dignos e envolver diretamente os interessados¹⁰.

Apesar da necessidade da ecológica integrada e responsabilidade humana, o documento indica outro ponto crucial que é a lei moral. Por isso, Francisco 2015 (Laudato Si 155) acredita que a ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza.

Citando o seu antecessor, Bento XVI, Francisco (2015) enfatiza que existe uma “ecologia do homem”, porque “também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece”.

Francisco (2015) (Laudato Si, 95) sustenta que o meio ambiente é um bem colectivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento «não matarás», quando “uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver”.

O desafio actual, segundo o Pontífice, é olhar o meio ambiente como um bem colectivo, isto é, casa comum onde cada pessoa humana deve sentir-se responsável no cuidado desse dom de Deus. Não obstante aos diversos fenómenos naturais que reflectem ao modo como o homem explora a natureza, parece que ainda falta a conversão intelectual para que a pessoa humana seja mais responsável no cuidado do meio ambiente.

No cuidado da biodiversidade, o bispo de Roma recorre o que os especialistas insistem na necessidade de prestar uma especial atenção às áreas mais ricas em variedade de espécies, em espécies endémicas, raras ou com menor grau de efectiva protecção. Há lugares que requerem um cuidado particular pela sua enorme importância para o ecossistema mundial ou que constituem significativas reservas de água assegurando assim outras formas de vida. Mencionemos, por exemplo, os pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazónia e a bacia fluvial do Congo ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares. A importância destes lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar.

Ao se ignorar a importância dos lugares, não somente os mencionados pelo Papa, mas também por diversas reservas ambientais situadas em muitas partes do mundo, o homem provoca danos maiores que resultam em mudanças climáticas e extinção de vários animais.

Todavia, Francisco alerta que ao falar sobre estes lugares, impõe-se um delicado equilíbrio, porque não é possível ignorar também os enormes interesses económicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais.

¹⁰ Francisco, Papa (Laudato Si 147).

Francisco (2015), (Laudato Si, 86) reconhece o trabalho desenvolvido pelas Organizações não governamentais dizendo ser louvável a tarefa desses organismos internacionais e organizações da sociedade civil que sensibilizam a população e colaboram de forma crítica, inclusive utilizando legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não-delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais.

O que é necessário é que haja sinergias de todos actores: as organizações não governamentais, os governos e os povos nativos devem ter o cuidado das biodiversidades para que resulte em um ambiente saudável e manutenção de todas espécies de animais e plantas.

De acordo com o Papa Francisco (2015) (Laudato Si,112),

A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais para os problemas que vão surgindo à volta da degradação ambiental, do esgotamento das reservas naturais e da poluição. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático. Caso contrário, até as melhores iniciativas ecologistas podem acabar bloqueadas na mesma lógica globalizada. Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial.

A proposta de Francisco é que a pessoa humana tenha como projecto de vida o cuidado à vida do próprio homem, dos animais e das plantas. Não se deve olhar ao ser vivo com única intenção de exploração. A vida não deve ser reduzida a lucros, o que seria uma economia selvagem.

O antropocentrismo moderno, no entender de Francisco (Laudato Si,116) acabou, paradoxalmente, por colocar a razão técnica acima da realidade, porque este ser humano já não sente a natureza como norma válida nem como um refúgio vivente. Sem se pôr qualquer hipótese, vê-a, objectivamente, como espaço e matéria onde realizar uma obra em que se imerge completamente, sem se importar com o que possa suceder a ela.

Reflectindo com maior profundidade o problema do antropocentrismo, o Papa Francisco argumenta no (Laudato Si, 117).

Nos tempos modernos, verificou-se um notável excesso antropocêntrico, que hoje, com outra roupagem, continua a minar toda a referência a algo de comum e qualquer tentativa de reforçar os laços sociais. Por isso, chegou a hora de prestar novamente atenção à realidade com os limites que a mesma impõe e que, por sua vez, constituem a possibilidade dum desenvolvimento humano e social mais saudável e fecundo. Uma apresentação inadequada da antropologia cristã acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo. Muitas vezes foi transmitido um sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos. Mas a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável.

O problema apontado pelo Papa do antropocentrismo deve ser corrigido imediatamente para que o homem não seja único ser vivo o centro das atenções. Com a capacidade intelectual maior que os demais, o homem assume a responsabilidade e regula a forma de exploração das plantas e dos animais.

A proposta do Papa Francisco para fazer face aos diversos problemas que afectam a “Casa Comum” passam necessariamente pela compreensão de que o ser humano é o primeiro responsável do cuidado do bem comum incondicionalmente.

Nas condições actuais da sociedade mundial, afirma o Pontífice (Laudato Si 158), onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres.

A opção pelos pobres, no entender de Francisco,

implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium* – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum¹¹.

Reflexão sobre o meio ambiente como problema filosófico

Severino Ngoenha filósofo moçambicano, estende suas reflexões filosóficas na arena ecológica. A obra *Retorno do Bom Selvagem* é uma provocação para que o africano discuta os problemas do meio ambiente e assumo o protagonismo dos seus problemas e desafios inclusive do meio ambiente dentro da sua realidade e com seus meios e capacidades.

O autor constata que, a vivência Humana consiste no distanciamento progressivo e acentuado do ambiente natural e social. Nesta perspectiva, toda a evolução Humana tende a colocar o Homem fora do Homem (o homem fora dele mesmo). Para o Homem a importância da cultura é tal, que faz dela a sua segunda natureza, sem a qual, aliás, não pode viver.

Conforme Ngoenha (1994, p.24), o pensamento africano, a partir da segunda guerra mundial, afasta-se de uma visão mística da natureza, e orienta-se em direcção a uma visão instrumentalista. Por sua vez, o pensamento ocidental a partir dos anos trinta a quarenta é influenciado pelas catástrofes que a sua atitude provocou, vê-se obrigado a repensar o modo de relacionamento do Homem Ocidental com a natureza por teorizar a passagem de uma visão instrumentalista mística.

Ngoenha explica que o negro tem forma diferente de olhar a natureza

Existe no mundo uma outra força vital, semelhante ao Homem, que anima todos os objectos dotados de um carácter sensível, desde Deus a um grão de areia. O Negro estabeleceu uma hierarquia rigorosa de forças. No cimo Deus, único, não criado e criador, aquele que dá força e potência por ele mesmo. Ele dá existência, substância e acréscimo às outras forças. Depois dele vêm os antepassados, e, em primeiro lugar, os fundadores dos clãs. Mais abaixo encontram-se os vivos que, por sua vez, são ordenados segundo os costumes, mas sobretudo segundo a

¹¹ Francisco, Papa (Laudato Si 158),

ordem geneológica. No fim encontram-se os animais, as plantas e os minerais (Ngoenha 1994, p. 24).

A ética africana consiste, portanto, no “reconhecimento da unidade do mundo” e do agir para manter o equilíbrio das forças, da ordem e da estabilidade. Desta concepção deriva a ideia do sagrado, fulcro de toda a vida africana, onde cada ser, cada coisa, possui uma força vital de energia divina. “O homem está ligado à planta, ao animal, aos seus semelhantes, vivos e mortos, e ao cosmos através do ritmo vital, e a Deus através do sacrifício ritual” (Ngoenha, 1994, p.25).

Na abordagem sobre o meio ambiente (Ngoenha, 1994), equipara ao tema da democracia, um assunto novo e espinhoso no contexto africano e considera que os africanos devem “tomar a sério a especificidade cultural que nós somos e representamos e inventar um modelo institucional que se inspire nos substratos culturais das populações”, pois para o autor acima referido, o que há em Moçambique e em África, é um jogo de interesses políticos que prejudica a constituição de uma democracia que proclame a justiça social e que seja realmente benéfica para os povos, motivo pelo qual, destroem as culturas e a tradição de ter uma excelente relação com a natureza.

Ngoenha apresenta-nos sua compreensão sobre a tradição que tem a ver com a conservação de tudo que é africano:

Falar da tradição como utopia crítica significa, portanto, o bom uso da tradição. Isto é possível através duma memória vigilante, que não ataca cegamente a tradição. Falar da tradição como utopia crítica significa combater uma tradição que leva à morte e à alienação do “Muntu”. A tradição não é um corpo fechado, mas aberto. Neste sentido não é inimiga da modernidade, não se opõe à modernidade; ela pode ser transportada no projecto da modernidade e, portanto, da autenticidade africana. Neste projeto torna-se modelo de cultura, de unidade, no esforço de construção de um modelo comum de “Muntu”. Ela não está simplesmente na origem, mas está também a fim de oferecer modelos utópicos para o agir atual¹².

A filosofia ngoenhiana sugere que, temos que rever o passado e apreender das culturas tradicionais unicamente os elementos que as mesmas oferecem para resolução dos problemas actuais e futuros. Por isso, cuidar da natureza é cuidar do presente e do futuro, garantindo que as futuras gerações recebam a África mais saudável.

Ngoenha e Castiano (2010) explicam que, a condição de olhar para trás é, pois, quando essas lucubrações filosóficas, estão intrinsecamente ligadas a melhoria da vida das populações africanas em função de projectos sociais.

Ngoenha (1994) adverte que tendo em vista o presente, a escolha dos elementos que a tradição nos oferece, deve visar a melhoria da realidade social da África, em geral, e de Moçambique, em particular.

Para o autor, a relação do africano com a natureza é a expressão de uma simbiose consciente. Nas poesias inspiradas pela caça, o caçador não se orgulha das suas proezas; em relação à presa, ele exprime simplesmente louvor e respeito. O caçador e a presa desempenham os seus papéis no drama da existência.

¹² Ngoenha, S.E. (1994). *Filosofia Africana: das independências às liberdades*, p. 125.

Portanto, a natureza não é uma inimiga que se tem que vencer a qualquer preço. O africano sente-se parte integrante da natureza e a sua acção inscreve-se num sistema de relações com o cosmos, com as plantas, com os animais e num sistema de relações sociais.

A partir do debate, sobre a relação entre o africano e a natureza, o autor vai além e diz que a epistemologia negro-africana ignora a separação entre a “ordem do conhecer” e a “ordem do ser”. Portanto, existe a integração e isso implica que o africano depende da natureza e a natureza depende do africano. O conhecimento é um ser e não só um instrumento ao serviço do Homem.

Ngoenha (1994) sustenta que Homem negro, desde sempre se apercebeu que no íntimo dos seres reside algo de muito poderoso que os anima e que não pode ser descrito. Esta é a razão pela qual a religião africana foi intitulada animista: para o africano tudo é sagrado. Tudo é habitado por uma alma, uma força activa.

Nas orações debaixo de uma árvore, o africano dirige-se a ela como uma divindade mesmo sabendo que não é. Essa relação íntima, pode ser a materialização (torna-se presente) o Deus invisível, mas que se faz presente através da árvore sagrada como o embondeiro.

Entretanto, por causa do consumismo, o espírito da *dólar-cracia*, como Ngoenha batiza ao amor excessivo ao dinheiro e a ganância, os governos africanos abandonam as tradições e começaram a vender as terras, os animais, as plantas e todos os minerais para seu benefício. Por isso, hoje, encontramos, matas destruídas e muitos animais em extinção, porque a exploração é extremamente incontrolável.

Para que haja políticas de defesa do meio ambiente, Ngoenha enfatiza que deve-se concretizar um múnus de princípios, um contrato político que os governantes, independentemente da família política a que pertençam, deverão imperativamente respeitar e defender a todo custo, um número de valores mesmo materiais, que não podem ser alienados sem o consentimento explícito dos moçambicanos, através, por exemplo, de um referendo.

Caminhos a seguir para uma cultura do cuidado do meio ambiente

A reflexão de Hans Jonas (1995) poderá contribuir nas reflexões de Francisco (2015) e de Ngoenha (1994) sobre o meio ambiente. Hans Jonas em o princípio de responsabilidade que também é considerado um princípio ético, acredita que a forma de fugir do antropocentrismo, o homem deve assumir a responsabilidade no cuidado do bem comum.

O princípio de responsabilidade proporciona uma perspectiva de diálogo crítico em plena era tecnológica. Jonas entende que, “sob o signo da tecnologia, a ética tem a ver com acções de um alcance causal que carece de precedentes [...]. tudo isso coloca a responsabilidade no centro da ética” (Jonas, 1995, p. 16-17). O homem deve, acima de tudo, assumir a responsabilidade para cuidar do meio ambiente. Dessa forma, fugirá do antropocentrismo e do consumismo.

Para que haja de fato responsabilidade, Hans Jonas sugere o seguinte: “Age de tal forma que os efeitos de tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a

terra” (Jonas,1995, p. 40). A proposta de Hans Jonas é de ordem racional para um agir colectivo como um bem comum e não individual. Acreditamos que se o homem se conscientizar que é parte da natureza e não o dono da natureza, conseguirá cuidar dela sem torná-la objecto de exploração para uma economia selvagem.

Sabendo da necessidade de mudança de paradigma, Francisco exorta no *Laudato Si* a discussão sobre o princípio do bem comum afirmando que a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. É “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”.

Francisco aponta a solidariedade como parte do bem comum,

nas condições actuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium* – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efectiva realização do bem comum (*Laudato Si*,158).

O pontífice critica a lentidão no cuidado da biodiversidade e no contraste à desertificação dizendo que os avanços foram muito menos significativos. Relativamente às mudanças climáticas, os progressos são, infelizmente, muito escassos. A redução de gases com efeito de estufa requer honestidade, coragem e responsabilidade, sobretudo dos países mais poderosos e mais poluentes.

Francisco (2015) (*Laudato Si*, 207) lembra que a “Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás (sic) uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início (...). Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida”.

No que diz respeito aos novos desafios, Francisco (2015) apresenta a educação na responsabilidade ambiental que pode incentivar vários comportamentos que têm incidência directa e importante no cuidado do meio ambiente, propondo exemplos práticos, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias.

Considerações finais

A crítica do antropocentrismo não deveria ficar em segundo plano nos actuais debates sobre o meio ambiente. Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o

meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais. As directrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza, como recomenda o Papa Francisco.

A ética de responsabilidade de Hans Jonas deve ser vista como uma tentativa urgente de mitigarmos os danos provocados pela exploração irracional da natureza levando ao homem a tornar-se cego face aos problemas actuais que a natureza enfrenta. As mudanças climáticas e suas consequências, deve ser alerta para que cada pessoa humana assuma a missão de cuidar a casa comum.

No entender de Ngoenha, os africanos devem partir dos seus valores tradicionais focando um futuro que implica a tomada de consciência de que o ser humano é parte da natureza e o cuidado do meio ambiente é a forma de garantir o bem estar de todos.

Portanto, a conversão intelectual pode ser um dos caminhos que abrirá várias propostas de como podemos cuidar a casa comum e para o bem estar da natureza incluindo a pessoa humana.

Referências bibliográficas

Castiano, J. P. (2010). *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação*. Maputo, Moçambique: Ndjira.

Francisco, Papa @015). *Laudato Si*.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

Jonas, H. (2006). *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro, Brasil: PUC Rio.

_____.(1995). *El principio del resposabilidad: ensayo de una ética para la civilizacion tecnologica*. Barcelona, Espanha: Herder.

Ngoenha, S. E.(2004). *Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana*. Maputo, Moçambique: Imprensa Universitária.

_____(1993). *Filosofia africana: das independências às liberdades*. Maputo, Moçambique: Edições Paulistas.

_____(1994). *O retorno do bom selvagem*. Porto, Portugal: Edições Salesianas.

Recursos Naturais

A exploração mineira e os desafios para a sua contribuição para o desenvolvimento Local, caso do Distrito de Montepuez

Mining exploration and the challenges for its contribution to local development, the case of the Montepuez District

Tamar Fernando Ali
Universidade Católica de Moçambique (UCM), Moçambique.

Email: tali@ucm.ac.mz

Francisco Alar
Universidade Joaquim Chissano (UJC), Moçambique.

Email: franciscoalar@ujc.ac.mz

Resumo

Paradoxalmente, quando se espera que a abundância de recursos minerais numa determinada área territorial implica o impulso ao desenvolvimento económico e social dos povos dessas áreas, em muitas partes do mundo tal tem se transformado em fonte de discussão e preocupação a todos os níveis sociais. Daí que surge este estudo focalizando na exploração mineira e nos desafios para a sua contribuição no desenvolvimento distrital de Montepuez, na província de Cabo Delgado. A presente pesquisa procura correlacionar as potencialidades da exploração mineira e sua contribuição no desenvolvimento local, numa perspectiva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O estudo teve como base metodológica mista, combinando dados quantitativos com análise qualitativa. Para a análise de dados recorreu-se a SPSS como leitor do comportamento humano e o processamento das correlações. Foram aplicadas também técnicas de análise estatística simples processado por *excel* para a produção e estabelecimento de correlações entre as tabelas com dados originais de Montepuez e de nível provincial de Cabo Delgado e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países Africanos e receitas colhidas nas actividades mineiras. Para a recolha de dados qualitativos foram aplicadas técnicas de observação sistemática a partir de caminhadas nos bairros do posto Administrativo de Namanhumbire. Foi igualmente usada a técnica de entrevistas semiestruturadas aos membros da comunidade. O estudo conclui que a actividade de mineração não revela uma correlação directa na sua possível contribuição para os indicadores de desenvolvimento local. Assim, é de sugerir um maior rigor na aplicação da Lei de Mineração moçambicana em benefício das comunidades locais.

Palavras-Chave: Exploração Mineiras; Desenvolvimento local e Distrito de Montepuez.

Abstrat

Paradoxically, when the abundance of mineral resources in a given territorial area is expected to boost the economic and social development of the people in those areas, in many parts of the world this has become a pole of discussion and concern at all social levels. Hence this study, focusing on mining exploration and the challenges for its contribution to the district development of Montepuez, in the province of Cabo Delgado. This research seeks to correlate the potential of mining exploration and its real contribution to local development,

from the perspective of the Human Development Index (HDI). The study was based on a mixed methodology, combining quantitative data with qualitative analysis. For data analysis, SPSS was used as a reader of human behavior and the processing of correlations. Simple statistical analysis techniques processed by Excel were also applied for the production and establishment of correlations between the tables with original data from Montepuez and the provincial level of Cabo Delgado and the tables presented with the HDI of African countries and revenues collected in mining activities. For the collection of qualitative data, systematic observation techniques were applied from walks in the neighborhoods of the administrative post of Namanhumbire. It was also applied the technique of semi-structured interviews with community members. The study concludes that mining activity does not reveal a direct correlation in its possible contribution to local development indicators. Therefore, it is suggested that greater rigor be applied in the application of the Mozambican Mining Law for the benefit of local communities.

Keywords: Mining; Local development; and HDI.

Introdução

A exploração de recursos minerais vem ganhando o seu relevo desde em que o povo não conhecia o seu valor no mercado. Portanto nesses períodos, os benefícios da exploração não eram abrangentes a todos membros da comunidade e os danos provenientes da exploração eram suportados sem responsabilização dos actos porque as políticas pré-estabelecida não clarificavam nem a distribuição dos benefícios nem a responsabilidade social das emoresas exploradoras.

Em 1997, em Moçambique, foi concretizado o primeiro maior investimento no sector de mineração, desta-feita, na área de processamento, denominado *Mozambique Aluminium Smelter* (MOZAL). Estava assim aberta a porta dos Mega-projectos em Moçambique. No ano 2000 seguiu a “*South African Coal, Oil and Gas Corporation*” (SASOL), em 2002 a KENMARE, em 2007 a VALE, em 2009 a RIVERSDALE e em 2010, o RIO TINTO e ANADARKO, conforme dados do Ministério de Recursos Minerais e Energia (MIREME, 2019).

Entre 2002 e 2007 foi realizado um extenso trabalho de cartografia geológica em todo território moçambicano, financiado por várias instituições nacionais e estrangeiras em que foram descobertas várias ocorrências catatónicas reveladoras da situação mineira, e melhorada a avaliação das já conhecidas, tendo sido mapeadas linhas geológicas de reservas de carvão, areias pesadas, calcário, fosfatos; metais básicos como o ferro vanádio, titânio, mármore, bauxite, grafite tantalite; pedras preciosas como turmalinas, bentonite, pegmatitos, , diamantes, ouro, , , entre outros minerais, conforme dados da *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI, 2018).

A abundância dos recursos naturais num país é caracterizada como uma grande potencialidade para a criação do bem-estar do povo. Entretanto, a tradução das potencialidades em recursos para a sua efectiva exploração exige outras capacidades técnicas e capital que muitas vezes os países detentores dos recursos não têm. A dependência em relação ao capital técnico e financeiro de outras nações ou companhias têm limitado e gorado todas as expectativas que sempre se criam com a descoberta de recursos em termos de traduzir essas riquezas num desenvolvimento socioeconómico tangível e sentido pelas comunidades locais.

A Carta das Nações Unidas foi, após a Segunda Grande Guerra, um dos meios de acção e de políticas de desenvolvimento socioeconómico à escala mundial. Portanto, tal como enfatiza Pinto (2018), a

problemática de desenvolvimento tornou-se para a organização a maior preocupação mundial depois de 1945, visto que, a guerra colocou o mundo em uma situação catastrófica. Por esta razão, as ciências sociais ocuparam o lugar de relevo na análise das sociedades humanas do pós-guerra.

É nesta perspectiva, que se dá ênfase na conjugação dos recursos existentes e o desenvolvimento promovido através destas riquezas que surge a seguinte pergunta: como é que a exploração mineira contribui para o desenvolvimento do Distrito de Montepuez?

Com efeito, a maior parte dos países africanos apresenta um nível baixo de desenvolvimento como ilustra a tabela abaixo e em contrapartida são os países com o registo mais alto de recursos minerais. Consequentemente, os factores familiares, escolares e indicadores económicos não espelham a perspectiva das forças Macro-estruturais.

Tabela1: Índice de Desenvolvimento Humano nos Países Africanos.

IDH	2017	2018	2020
Africa do sul	0.41	0.42	0.43
Angola	0.36	0.36	0.36
Botsuana	0.42	0.41	0.41
Eswatini	0.41	0.37	0.3
Gana	0.44	0.44	0.45
Malawi	0.41	0.41	0.41
Marrocos	0.50	0.49	0.50
Moçambique	0.36	0.36	0.36
Namíbia	0.44	0.45	-
Republica de Congo	0.42	0.42	0.42
Tanzânia	0.4	0.39	0.39
Zâmbia	0.4	0.39	0.40
Zimbabwe	0.44	0.46	0.47
Uganda	0.38	0.38	0.38

Fonte: World Bank (2022), adaptada pelos autores.

A tabela acima apresenta 14 países africanos detentores de recursos minerais com o nível de desenvolvimento extraído no World Bank, ilustrando claramente que nos três anos analisados, os países apresentam um nível abaixo de 50% de IDH com excepção de Marrocos que em 2017 e 2020 apresentam o IDH de 50% (0.50 x100) e em 2018 49%. Moçambique é um dos países com IDH mais baixo dado que contraria a sensação geral de um desabrochar de expectativas de aumento das receitas extraídas dos recursos minerais.

A nível global, os países que exploram os recursos minerais estimulam a redução do nível de pobreza. Isto é, contribuem para a redução do nível de desigualdade social que influencia no desenvolvimento socioeconómico, redução do nível de desemprego, promovendo acordos comerciais entre os mega-projectos com pequenos empreendimentos a nível local. Noutro extremo,

a exploração dos recursos minerais tem estado também a produzir resultados adversos, no que ficou cognominado por maldição dos recursos. De referir que esta pesquisa procura correlacionar as potencialidades da exploração mineira e sua contribuição no desenvolvimento local, numa perspectiva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O estudo teve uma base metodológica mista que combina dados quantitativos com análise qualitativa. Para a análise de dados recorreu-se a SPSS como leitor do comportamento humano e o processamento das correlações. Foram aplicadas técnicas de análise estatística simples processado por *excel* para a produção e estabelecimento de correlações entre as tabelas com dados originais de Montepuez, a nível da Província de Cabo Delgado e o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) dos países Africanos e receitas colhidas nas actividades mineiras. Para a recolha de dados qualitativos foram aplicadas técnicas de observação sistemática a partir de caminhadas nos bairros do posto Administrativo de Namanhumbire. Foi usada a técnica de entrevistas semiestruturadas aos membros da comunidade.

Contributo de exploração mineira

O nível de produção mineira consciencializa e induz a pensar num impacto significativo no desenvolvimento, pois se pressupõe que quanto mais se produz, mais receitas ao Estado são garantidas e, conseqüentemente, mais desenvolvimento se regista. Portanto, as receitas oriundas da produção são as que alavancam os cofres do Estado. A tabela 2 ilustra a percentagem da contribuição da renda proveniente da exploração dos recursos minerais a nível dos países africanos em cinco anos.

Tabela 2: Renda Total dos Recursos Naturais nos Países Africanos.

Renda total dos recursos naturais(%)	2016	2017	2018	2019	2020
Africa do sul	3.31	3.49	3.40	3.74	3.91
Angola	10.89	16.44	27.50	26.14	25.52
Botswana	0.75	0.87	0.81	0.63	0.68
Eswatini	4.47	4.08	3.03	3.36	3.92
Gana	9.39	10.66	10.10	10.29	9.47
Malawi	10.92	7.01	5.00	4.24	3.97
Marrocos	3.14	3.55	2.94	0.34	0.32
Moçambique	16.39	18.71	15.99	12.43	11.70
Namíbia	2.60	3.36	1.22	1.44	
Republica de Congo	18.08	33.35	47.44	45.98	37.39
Tanzânia	5.62	5.17	3.54	3.54	3.86
Zâmbia	11.68	13.23	11.55	11.56	11.81
Zimbabwe	4.47	6.04	6.09	5.33	6.80
Uganda	12.73	12.14	7.92	7.39	7.27

Fonte: World Bank, (2022), adaptada pelos autores.

A tabela 2 mostra que países como República de Congo, Angola, Moçambique, e Zâmbia foram os que a sua maior renda foi arrecadada na exploração de recursos naturais nos anos em análise e Moçambique atingiu o seu pico em 2017.

A mineração em Moçambique começou com a exploração de ouro pelos portugueses. No entanto a sua importância económica teve lugar com a exploração de carvão mineral e gás natural no início da década de 1960. A produção ficou interrompida na década de 1980 com a guerra civil entre a Renamo e a Frelimo. Depois da assinatura do acordo geral da paz, retomaram-se as pesquisas e os investimentos no sector mineiro. Como resultado, novos minerais foram descobertos, com destaque para areias pesadas de Moma e gás natural de Rovuma. (Armando, 2015, p. 50)

Estudos revelam ainda que a existência de recursos minerais nem sempre se traduzem em desenvolvimento local, regional até mesmo nacional. Zuber (2012) argumenta que deve ter-se presente que, salvo (raros) casos de áreas mineiras de grande dimensão, a exploração dos minerais metálicos e não metálicos não é um factor estruturante para a vida económica de uma região, na medida em que é uma actividade a prazo.

A tabela 3 faz uma análise económica do distrito de Montepuez com base na correlação do IDH e as receitas provenientes das mineradoras.

Tabela 3: *Correlação não paramétrico de IDH distrito versus Receitas das mineradoras no distrito de Montepuez.*

			IDH distrital por ano	Receitas das Mineradoras
Spearman's rho	IDH distrital por ano	Correlation Coefficient	1.000	-.500
		Sig. (2-tailed)	.	.391
		N	5	5
	Receitas das Mineradoras	Correlation Coefficient	-.500	1.000
		Sig. (2-tailed)	.391	.
		N	5	5

Fonte: SPSS, v22.

O estudo apresenta uma variação de -0,500 com um nível de significância de 0,391. Portanto, o resultado indica que há uma relação moderadamente negativa entre as duas variáveis sendo correlacionadas, mas essa relação não é estatisticamente significativa com um alto nível de confiança.

O valor de -0,500 indica que as variáveis estão inversamente relacionadas, o que significa que, à medida que o valor de uma variável aumenta, o valor da outra variável diminui. No entanto, a correlação não seria forte se a correlação não fosse significativa.

A renda é reconhecida como a medida influenciadora na redução da pobreza. Para Kang (2011), se renda e riqueza fossem medidas que, embora não correspondendo ao fim do processo de desenvolvimento, reflectissem fielmente o padrão de vida das pessoas (correlação perfeita), não haveria na prática problemas que actualmente se registam como maior preocupação das pessoas. Para Mota (2023) mede-se o valor médio do rendimento dos cidadãos com base na média do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de toda a riqueza produzida por um país em determinado período (normalmente anual) dividida pelo número de habitantes. Para Sen (2018), a renda é o enfoque utilitarista da satisfação mental, (não no enfoque no descontentamento criativo e na insatisfação construtiva).

Estudos feitos pelo PNUD (2019) apontam que a renda não completa a satisfação do indivíduo mais, as disparidades de rendimento exige a análise de outras formas de desigualdade. As desvantagens no domínio da saúde e da educação (quer próprias quer dos pais) interagem e, frequentemente, agudizam-se ao longo da vida. As disparidades têm início antes de se nascer, começando pela “lotaria do nascimento” que é o acaso do lugar de origem de uma criança, e podem agravar-se com o passar dos anos. As crianças oriundas de famílias pobres podem não ter meios para pagar a sua educação e estão em desvantagem ao tentarem encontrar um emprego. É provável que estas crianças, quando entrarem no mercado de trabalho, penalizadas por sucessivas camadas de desvantagens, auferam vencimentos inferiores aos das provenientes de famílias com um maior rendimento.

As receitas das mineradoras representam o crescimento na produção a nível do distrito, isto culmina com a redução do IDH, esta situação ocorre num momento em que a comunidade estava empregue com exploração artesanal. Moradores afirmam que a exploração industrial trouxe desgraça para a comunidade e que a comunidade não vê a alteração positiva pois, eles continuam com a vida dos pobres porque o valor do consumo mínimo do distrito por pessoa reduziu. “...*Antes conseguíamos comprar muita coisa antes da chegada da empresa Rubby Minning mais agora só confiamos nos produtos que saem da machamba. Estamos a viver uma vida triste e não conseguimos superar desde que esta empresa entrou (C1)...*”

Os grandes projectos minerais estabeleceram uma nova disposição sectorial na economia, portanto: “Pará tornou-se o segundo produtor mineral do país, desencadeando modificações sociais e económicas, particularmente sobre áreas sub-regionais, com relativas interferências sobre o comportamento da macro e microeconomia do estado” (Trindade, 2011,p.2).

Ruber (2012) adverte que qualquer país que pretenda traduzir a sua riqueza mineral em desenvolvimento económico e social das suas comunidades e do seu povo tem de fazer face a importantes desafios. Estes incluem: a capacidade para atrair investimentos e a adopção de sólidas políticas mineiras; a criação de riqueza natural, protegendo simultaneamente o ambiente e outros valores sociais e culturais; a partilha equilibrada dos benefícios provenientes da extracção de minério entre os diferentes níveis do governo, as comunidades locais e as empresas mineiras e a prevenção e a abordagem dos potenciais conflitos sociais. Outro elemento, e não de menor importância, é o consenso entre os diferentes grupos sociais sobre a oportunidade de explorar o sector mineiro como instrumento de desenvolvimento económico e social do país. A título de exemplo, cumpre mencionar o Chile, cujos governos, quer de esquerda, quer de direita, apostaram no sector mineiro como sector fundamental do desenvolvimento do país.

Contributo da Mineração no desenvolvimento socioeconómico

Não basta ser um país com abundância de recursos que se pode considerar uma economia rica por conseguinte, existem procedimentos a seguir para que os mega projectos sejam considerados contribuintes na economia nacional.

Na óptica de OXFAM (2017), o maior problema que acaba prejudicando África é que os recursos mineiros são maioritariamente extraídos para serem processados e utilizados fora do continente e os sectores da mineração têm permanecido desligados das economias mais amplas.

Por seu turno, Castel-Branco (2008) argumenta que a contribuição dos mega projectos para a economia nacional está obviamente, relacionada com o seu peso no investimento, emprego, produção e comércio. No entanto, a riqueza gerada pelos mega projectos pertence às corporações que os possuem e controlam e não à economia como um todo. Desse modo, o impacto da riqueza produzida pelos mega'projectos na economia nacional é relacionado com o grau de retenção e absorção dessa riqueza pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza produzida.

O Instituto Brasileiro de Mineração (2017) indica cinco factores que explicam a importância da mineração para a economia tais como: O equilíbrio económico, influência histórica, relação com o fenómeno social, influência no PIB nacional e geração de emprego.

Literalmente a mineração equilibra a balança comercial, isto é, quando a gestão dos recursos minerais estão em conformidade com as expectativas nacionais a minerais impulsiona no equilíbrio da economia nacional.

A mineração tem um potencial que incita muitos investimentos, a riqueza mineira para os países que se beneficiam dos recursos, tem se destacado como uma fonte de aumento de renda. A baixo ilustra a tabela da renda per capita dos países africanos detentores dos recursos minerais.

Tabela 4: PIB per Capita dos países Africanos.

PIB per Capita Corrente (US\$)	2016	2017	2018	2019	2020
Africa do sul	5735.07	6734.48	7048.52	6688.79	5741.64
Angola	1.709,52	2.283,21	2.487,50	2.142,24	1.603,99
Botswana	6.411,53	6.705,35	6.947,80	6.679,17	5.863,20
Eswatini	3339,99	3824,05	4020,20	3843,38	3372,9
Gana	1900.41	1998.74	2180.04	2167.91	2176.58
Malawi	312.14	500.17	537.93	584.36	628.70
Marrocos	3132.94	3288.50	3492.67	3498.57	3258.12
Moçambique	430.99	462.70	504.54	508.16	449.96
Namíbia	4614,88	5453,57	5687.40	5126.18	4251.17
República de Congo	1970.25	2088.50	2512.38	2288.81	1838.45
Tanzânia	942.47	972.21	1010.94	1052.02	1042.10
Zâmbia	1249.92	1495.75	1475.20	1268.12	956.83
Zimbabwe	1421.79	1192.11	2269.18	1421.87	1372.70
Uganda	753.68	766.18	793.13	823.14	846.77

Fonte: World Bank, (2022), adaptada pelos autores.

A tabela 4 ilustra que Moçambique é um País com baixa renda per capita comparativamente a 14 países em análise de 2017-2020 e 2016 Malawi foi o país com baixo IDH. Africa do sul e Botsuana foram os países que apresentam maior renda *per capita*.

Para Iniciativa para Terras Comunitárias (2010) a extracção mineira artesanal e de pequena escala desempenha um papel importante no combate ao desemprego, na ocupação de jovens com dificuldade de continuar os estudos, no aumento de rendimentos dos camponeses residentes nas áreas de mineração, e, em última análise, na redução da pobreza (p. 11).

A mineração de pequena escala, geralmente classificada como *mineração ilegal* e artesanal, caracteriza-se por uma considerável intensidade de mão-de-obra, baixo desenvolvimento tecnológico, importante contribuição para a deterioração ambiental, precárias condições laborais, de segurança e higiene. Entretanto, Ruber (2012) realça que a mineração artesanal representa uma alternativa laboral para milhões de pessoas, muitas vezes em zonas rurais onde a agricultura e as outras actividades não conseguem cobrir as necessidades básicas das famílias.

Tabela 5: Indicadores do Desenvolvimento Humano e exploração dos recursos minerais.

		IDH distrital por ano	
Spearman's rho	Nível de escolaridade da pop. jovem e adulta	Correlation Coefficient	.900*
		Sig. (2-tailed)	.037
		N	5
	Renda per Capita	Correlation Coefficient	.900*
		Sig. (2-tailed)	.037
		N	5
	Esperança de vida desde ao nascer	Correlation Coefficient	-.577
		Sig. (2-tailed)	.308
		N	5
	IDH distrital por ano	Correlation Coefficient	1.000
		Sig. (2-tailed)	.
		N	5

Fonte: SPSS, v22.

Na aplicação do teste de correlação de Spearman no distrito de Montepuz, a tabela acima ilustra que teste de correlação do indicador de educação e o indicador de renda apresentam a mesma correlação 0.900 e o mesmo nível de significância 0,037. Estes resultados mostram ter uma correlação forte entre os dois. Portanto, regista-se uma leitura inversa respeitante aos três indicadores. Isto é, quanto mais aumenta o IDHd menor é a renda e a escolaridade.

Para o Governo, os investimentos têm resultado num ganho para a economia do país e para as populações que residem em locais próximos onde os projectos estão a ser implementados ou já funcionam (asseguraram-se oportunidades de empregos e obras de carácter social, nomeadamente, a construção de infra-estruturas de saúde, escolas, postos policiais, entre outras) (Cambaza, 2010, p. 1).

Estratégias de Desenvolvimento nos Países Africanos

No âmbito de desenvolvimento nos países Africanos, a união Africana enfatiza a transparência e envolvimento da comunidade local na gestão de recursos sendo um dos meios impulsionadores de desenvolvimento, portanto, é através das duas políticas que se colhe várias experiências da gestão mineira.

Em Burquina Faso estabelecem uma campanha intitulada “campanha intitulada 1%” que exigia que a nova lei de mineração do país obrigasse a que 1% das receitas brutas da mineração fossem alocadas a um fundo de desenvolvimento comunitário, resultou em potencialmente 15 milhões de dólares por ano para projectos de desenvolvimento local. este país também faz as negociações dos melhores contratos e a distribuição das receitas com uma forte supervisão dos cidadãos (OXFAM, 2017).

Esta política é designada *estratégia defensiva*, onde o Estado obtém das empresas a receita mínima necessária para compensar pelas externalidades negativas (deslocações de populações, perda de alternativas de desenvolvimento e de emprego, poluição, instabilidade macroeconómica, etc.) e apela à responsabilidade social corporativa para que as empresas “deixem algo – escolas, centros de saúde, fontes de água – nas comunidades”. Esta linha analítica resume-se ainda nas seguintes palavras de Castel-Branco (2017, p.7).

Estratégias defensivas podem ser melhores ou piores, e podem proteger a economia com maior ou menor eficácia, mas não conseguem dirigir o uso dos recursos naturais, a negociação de alternativas e a utilização da riqueza como factor de desenvolvimento.

De acordo com Castel-Branco recentemente, estratégias defensivas começaram a mudar o foco do âmbito nacional para o local. A ênfase da negociação e partilha fica ao nível da comunidade. O Estado oferece o quadro legal e as empresas negociam directamente com as comunidades.

Uma das políticas de desenvolvimento a seguir é de Botsuana que possui como referência nos países com maior e rápida taxa de desenvolvimento pois, este país aderiu a políticas ortodoxas.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2002), as decisões críticas tomadas pelos líderes pós-independência, particularmente os presidentes Khama e Masire após a independência, manter e fortalecer as instituições de propriedade privada era do interesse económico da elite e a riqueza em diamantes, o gerou aluguéis suficientes que nenhum grupo queria desafiar o status que à custa de “balançar o barco”. Para Hofman & Martins (2012), os investimentos em infra-estrutura, ensino e saúde, geograficamente espalhados pelo país, levaram a uma relativa prosperidade no Botswana. O sistema de segurança social do Botswana está bem posicionado. Pessoas mais desfavorecidas recebem alimentos e prestações pecuniárias do Estado.

Após 27 anos de conflitos, encerrados em 2002, Angola agora reconstrói sua infra-estrutura e sua política, apoiado na renda da exploração de petróleo, tendo que superar desafios como a extrema pobreza e a fome (Melos, Zucatto, Silva, Maraschin & Batista , 2015). Carvalho (2010) em Abril de 2000, chegou-se a um acordo entre o Governo angolano e o Fundo Monetário Internacional (FMI) por forma a desenvolver um Staff Monitored Programme (programa de monitorização) com o

objectivo de contribuir para a redução da inflação, melhorar a transparência das operações financeiras no sector público e começar a implementar reformas estruturais.

A forma de uso de recurso também funciona muitas vezes nas políticas de investimentos, portanto a transformação dos recursos em desenvolvimento socioeconómico funciona nas economias que o maior objectivo é o bem-estar das comunidades. Na Angola eliminou-se a dependência total dos recursos minerais recorrendo a aplicação das receitas provenientes dos recursos para outros sectores de produção.

Para Bastos e Ferreira (2008) a forma que o governo se manifesta na manipulação dos preços dos recursos naturais e a condução de políticas adequadas é determinante para o desenvolvimento de um país. Evidência empírica sugere que, em muitos países como é o caso da Nigéria, a resposta dos governos em períodos de boom de preços dos produtos extractivos acaba por resultar num excessivo investimento público com vista à criação de emprego, em mega projectos onerosos e de discutível viabilidade económica, apelidados de "elefantes brancos", ou até na promoção de políticas de substituição das importações e de subsídios a outros sectores da economia, como um fim em si mesmos. Estas políticas revelam-se especialmente danosas em períodos de quedas dos preços dos recursos naturais, em que os governos não podem cessar imediatamente os investimentos iniciados, tendo para o efeito de contrair nova dívida, do que resulta um endividamento externo bastante elevado.

No âmbito dos minerais preciosos, como ouro e diamante, a Libéria e a Costa do Marfim utilizam técnicas de exploração que não precisam de muita tecnologia, violando os direitos humanos na região. No entanto, no caso da África do Sul e Botsuana, localizados na África Austral, a empresa "*belga De Beers*" utiliza técnicas modernas e de alta tecnologia para a extracção de gemas em locais profundos, sendo, portanto, explorado por empresas de grande porte. Portanto, infere-se que todas essas explorações não industrializam e impedem o desenvolvimento africano, sendo a abundância de recursos naturais uma verdadeira maldição para a África (Martins, 2016).

Considerações Finais

Moçambique é um dos países da África com elevado registo de recursos naturais com destaque para os minérios, já identificados como o mármore, a grafite, a Rubi, o calcário e a argila e actualmente o gaz, etc. Sendo alguns dos recursos naturais com característica de não renováveis e com elevado registo de preço que os recursos apresentam existe leis, normas e princípios que o mundo, os continentes, os países detém por forma a velar pelo bem comum.

As políticas que vários países usam para a promoção do desenvolvimento local têm muita semelhança com as políticas aplicadas em Moçambique, mas a aplicação e exequibilidade destas diferem das exigências e acompanhamento dos diferentes países. Nisto, sobressai a divergência de desenvolvimento onde os países com as mesmas políticas, princípios semelhantes alguns apresentam um bom nível desenvolvimento, outros, médio e alguns estaticamente baixo.

O país mostra aspectos que conduzem à dependência financeira de outros países e este factor consubstancia-se como uma das características dos países subdesenvolvidos e que a descoberta dos recursos minerais se torna uma maldição.

Conjugando os indicadores de Desenvolvimento Humano correlacionados, Moçambique corporiza-se como um país subdesenvolvido, partindo das condições sociais que a comunidade apresenta como é o caso da renda per capita extremamente baixa, condições de saúde baixas e acesso escolar e condições precárias de habitação, o que leva a concluir que:

- i. Não existe correlação entre os indicadores de desenvolvimento e as receitas provenientes de exploração de recursos minerais;
- ii. Com base nas potencialidades da exploração dos recursos minerais existem desafios face a transparência na exposição e na parte que cabe a comunidade local;
- iii. Moçambique apresenta característica de países com maldição de recursos pois em 2017 segundo os dados do Índice de percepção de corrupção começou a fazer parte de um dos países africanos com índice de corrupção notório. Esta classificação coincide com a fase da descoberta, pesquisa e exploração de gaz natural no norte da província de Cabo Delgado. Este factores são exaltados ainda com o desabrochar de conflitos armados no Norte da província de Cabo Delgado já declarada como guerra de Terrorismo. Curiosamente, o terrorismo ganha intensidade passados três anos do início da exploração dos recursos mineiras no distrito de Montepuez.

Por tudo isto, pode-se afirmar que a descoberta e exploração de recursos minerais em Cabo Delgado não contribuem para um efectivo desenvolvimento socioeconómico. Porquanto, apresenta características de situações em que os recursos minerais se tornam uma verdadeira maldição onde são razões de muitos conflitos.

Referência Bibliográfica

- Acemoglu, D., Johnson, S. & Robinson, J. A. (2002). *Uma historia de sucesso*. Revista CEPR. ACISAP. Recuperado em <http://www.acisap.com.br/imagens/biblioteca/A%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20o%20Crescimento%20de%20desenvolvimento.pdf>.
- Armando, R. (2015). *Recursos Minerais e Desenvolvimento Economico em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Económicas, Belo Horizonte, Brasil.
- Bastos, M. & Ferreira, M.E. (2008). A maldição dos recursos Naturais aprova os Casos da Nigéria e Botsuana. *Revista Política Internlncional e Segurllnça*, 1, 27.
- Carvalho, A.L. (2010). *A maldição dos recursos naturais*. recuperado em http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/a_maldicao_dos_recursos_naturais.
- Cambaza, V. (2010). A terra no contexto de desenvolvimento de indústria mineira: pressões e conflitos em torno dos duats, *Revista iese*. 12.
- Castel-Branco, C. N. (2008). Os Mega Projectos em Moçambique: Que contributo para a economia Nacional. Recuperado em https://www.iese.ac.mz/lib/noticias/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf.

- Castel-Branco, C. N. (2017). *Industria de Recursos Naturais e Desenvolvimento*, revista *iese*, 5, 36, recuperado em <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/parte-v-recursos-naturais.pdf>.
- Hofman, K. & Martins, A S. (2012). *Descoberta de Recursos Naturais em Moçambique*, Maputo, Moçambique.
- Instituto Brasileiro de Mineração. (2017). Qual a importância da mineração para a economia do país. recuperado em <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/qual-a-importancia-da-mineracao-para-a-economia-do-pais.aspx>.
- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. (s/d). Importância dos recursos minerais. revista *miropar* recuperado em [:http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?com_teudo=28](http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?com_teudo=28).
- International Council on mining or metals. (2016). recuperado em: <https://www.icmm.com/pt/nossos-membros/principios-de-exploracao-mineira>.
- Kang, T. H. (2011). Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen, revista *Economia política*, 31, 18.
- Martins, V. (2016). Abundância de Recursos naturais: Maldição para África. revista *almapreta*.
- Melos, A.C., Zucatto, G.E., Da Silva, H.P., Maraschin, N.C. & Baptista, T.J. (2015). Guia de estudos 201. *Revista UFRGS Mundi*, 271.
- Mota, H. (2023). O que é IDH. *Revista Brasil Escola*. Recuperado em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>.
- Ministério de Recursos Minerais e energia. (2019). recuperado em http://www.mireme.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=.
- OXFAM. (2017). Da aspiração a realidade: Análise da visão africana para sector mineiro. *Revista oxfam*, 40.
- Pinto, L.L.V. (2018). Os Efeitos Socioeconómicos das Políticas Públicas do Ensino Superior: O Caso de São Tomé e Príncipe (1990-2015). Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Programa das Nações Unidas. (2019). *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano: Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Maputo, Moçambique.
- Sen, A. (2018). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras editora.
- Trindade, J.R. (2011). Mineração e políticas de desenvolvimento local para o município de Parauapebas no Pará. revista *cetem*, 1, 20.
- World Bank. (2022). *Indicadores de Desenvolvimento mundial*. Recuperado em: <https://databank.worldbank.org/home.aspx>.
- Zuber, I. (2012). A mineração do século XXI baseada no desenvolvimento responsável e sustentável. *Revista europarl*, 8, 101-306. Recuperando em https://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/committees/deve/meetings/2013_7_16_vilnius/working_doc/ep/921333pt.pdf.

Ciência da Gestão

Satisfação dos Usuários com os Serviços Oferecidos nos Ginásios Particulares da Cidade da Beira, Moçambique

Users Satisfaction with Services Offered in Private Gyms in the City of Beira, Mozambique

Djossefa José Nhantumbo
Universidade Licungo
dnhantumbo@unilicungo.ac.mz

Pedro António Carlos
Universidade Licungo
pedroantoniocarlos2000@gmail.com

Bridgette Simone Bruce Nhantumbo
Universidade Católica de Moçambique
bridgettesbruce@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objectivo avaliar o nível de satisfação dos usuários com os serviços oferecidos pelos Ginásios Particulares na Cidade da Beira. A amostra estudada foi composta por 30 usuários, de ambos sexos, com idade compreendida entre 18 a 50 anos. Para a recolha de dados, utilizou-se o questionário de serviços, satisfação e a lealdade dos consumidores de serviços de ginásios/academias de ginástica e *health clubs*, adaptado para o contexto moçambicano e validado por Ribeiro (2014), com base na associação dos Conceitos Fundamentais do ECSI (European Customer Loyalty Index) e da escala SQAS (Service Quality Assesment Scale). Os dados foram analisados recorrendo-se ao programa estatístico SPSS 26. Os resultados obtidos evidenciaram de forma generalizada que os usuários se mostraram satisfeitos com os serviços oferecidos nos ginásios, embora tenham sido notadas algumas deficiências na qualidade dos serviços. Foram constatadas diferenças estatisticamente significativas entre o género feminino e o masculino em aspectos como: a qualidade de programas, reclamações e qualidade do técnico e funcionário, favorecendo-se o género feminino. Da comparação da satisfação em função dos ginásios, foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas expectativas, qualidade do serviço e lealdade, qualidade do técnico e funcionário, e qualidade de programas. Este estudo demonstrou existir uma relação recíproca entre os serviços oferecidos nos ginásios e a satisfação dos usuários, destacando-se a influência da qualidade do produto e a qualidade do balneário na determinação da satisfação dos usuários. Sugere-se, aos gestores dos ginásios, que proporcionem aos usuários serviços de qualidade, porque além de elevar o nível de satisfação, aumentam o grau de lealdade, que são factores que concorrem para a atracção de novos clientes através da recomendação que os usuários fazem aos integrantes do seu ciclo de relacionamentos.

Palavras-chaves: Satisfação; Qualidade de serviço; Usuários; Ginásios.

Abstract

This study aims to evaluate the level of user satisfaction with the services offered by Private Gyms in the city of Beira. The sample studied was composed of 30 users, of both sexes, aged between 18 and 50 years. For data

collection, the questionnaire on services, satisfaction and loyalty of consumers of gym/fitness centers and health clubs services was used, adapted for the Mozambican context and validated by Ribeiro (2014), based on the association of the Fundamental Concepts of the ECSI (European Customer Loyalty Index) and the SQAS (Service Quality Assessment Scale). The data were analyzed using the statistical program SPSS 26. The results obtained showed that users were generally satisfied with the services offered in the gyms, although some deficiencies in the quality of services were noted. Statistically significant differences were found between women and men in aspects such as: quality of programs, complaints and quality of the technician and employee, with women being favored. When comparing satisfaction between gyms, statistically significant differences were observed in expectations, service quality and loyalty, quality of the coach and staff, and quality of programs. This study demonstrated that there is a reciprocal relationship between the services offered in gyms and user satisfaction, highlighting the influence of product quality and the quality of the bathhouse in determining user satisfaction. It is suggested that gym managers provide quality services to users, because in addition to increasing the level of satisfaction, they increase the level of loyalty, which are factors that contribute to attracting new customers through recommendations that users make to members of their relationship cycle.

Keywords: Satisfaction; Service quality; Users; Gyms.

Introdução

A crescente conscientização sobre os benefícios da actividade física e da relação da sua prática com a diminuição dos factores de risco para a saúde, leva a uma maior procura dos serviços de *fitness* e bem-estar. Os ginásios tornaram-se uma opção para a população urbana, que adere a actividade física, com o intuito de promover a saúde e o bem-estar (Pinheiro & Almeida, 2011, p. 1).

Actualmente, é constatável o aumento de interesse pela prática de actividade física e pelos serviços de ginásios para a promoção da saúde e bem-estar, que cada vez vem fazendo parte integrante do quotidiano dos indivíduos da sociedade moçambicana e em particular da Cidade da Beira, o que, por sua vez, ocasiona um incremento do número de ginásios nesta urbe.

Neste sentido, “a satisfação do cliente vem se tornando num factor importante para o alcance dos objectivos, sendo considerada um padrão de desempenho e um padrão de excelência para qualquer organização” (Alves *et. al.* 2015, p. 48).

Segundo Sousa (2016, p. 268), “a satisfação resulta habitualmente da avaliação feita pelo consumidor sobre o serviço adquirido com base nas suas necessidades e expectativas, resultando num sentimento de satisfação ou insatisfação”.

De acordo com Ribeiro (2014, p. 57):

A chave da retenção dos clientes está na satisfação dos mesmos pois um cliente satisfeito permanece fiel mais tempo, compra mais, fala bem da empresa, presta menos atenção aos concorrentes, é menos sensível ao preço, dá sugestões para os produtos e serviços e custa menos a ser atendido do que novos clientes.

Outro factor não menos importante na actuação dos ginásios, “é a qualidade de serviços, que é vista como a capacidade que uma empresa ou organização tem para satisfazer necessidades e desejos, e ainda resolver um problema ou fornecer benefícios a alguém”(Firmo *et. al.* 2021, p. 88).

Na visão de Puton (2017, p. 25), “a qualidade do serviço vai estar associada às expectativas e aos valores percebido da qualidade do serviço oferecido, por ser este último um factor determinante da satisfação ou insatisfação do consumidor”.

Metodologia

A presente pesquisa é do tipo descritivo, com abordagem quali-quantitativa e delineamento transversal. A amostra foi constituída por 30 usuários de ambos géneros, com idades compreendidas entre os 18 e os 50 anos, praticantes de diversas actividades em dois ginásios privados localizados na Cidade da Beira.

Para a recolha de dados da satisfação dos usuários, utilizou-se o questionário de serviços, satisfação e a lealdade dos consumidores de serviços de ginásios/academias de ginástica e Health Clubs adaptado para o contexto moçambicano e validado por Ribeiro (2014), com base na associação dos conceitos Fundamentais do ECSI (EuropeanCustomerLoyalty Index) e da escala SQAS (Service Quality Assessment Scale).

O questionário é constituído por 61 questões associadas à operacionalização das oito variáveis latentes do modelo de satisfação e lealdade propostos, nomeadamente Imagem Institucional, Expectativas, Valor, Qualidade Técnica, Qualidade Funcional, Satisfação, Reclamações e Lealdade. Relativamente à Qualidade Técnica e Funcional, foram incorporadas questões específicas relacionadas com a área do fitness, derivadas do SQAS de Lam *et. al.* (2005) citados por Ribeiro (2014, p. 125) e relativas à avaliação da qualidade dos programas, da qualidade das instalações, da qualidade do equipamento e da qualidade dos balneários.

Para avaliar estas questões concretas, foi utilizada uma escala de Likert de 7 pontos, onde o número 7 significa a concordância mais elevada e o número 1 expressa a maior discordância. Os respondentes foram convidados a indicar o seu grau de concordância ou discordância em cada uma das afirmações, assinalando apenas a opção que julgassem mais apropriada.

Tabela 1.

Valores de confiabilidade em função das dimensões do questionário

Estatísticas de confiabilidade	
Alfa de Cronbach	N de itens
,978	61

Fonte: Elaboração própria

A análise dos dados da satisfação dos usuários foi feita através do programa estatístico SPSS 26 com a estatística descritiva: média, desvio padrão e a comparação das variáveis em estudo através do ANOVA e Test t de student. O nível de significância foi fixado em 5%. Todo este processo foi antecedido pela verificação da normalidade da distribuição da amostra através do teste de Kolmogorov-Smirnov, que apresentou uma distribuição normal.

Os valores da análise de confiabilidade do instrumento usado evidenciaram para a Satisfação em geral um valor de Alfa de Cronbach de .978, o que demonstrou uma boa consistência interna (tabela

1). Devellis (2012) citado por Pallant (2016, p. 116), recomenda valores de Alfa de Cronbach ótimos aqueles com um coeficiente acima de 7.

Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados da presente pesquisa, iniciando-se com os dados característicos da amostra, seguindo-se os dados da análise descritiva e a comparação da satisfação dos usuários em função do género.

Tabela 2.

Dados descritivos (%) do tempo de frequência dos usuários aos ginásios em função do género

Tempo como membro	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
1 a 5 meses	6,6	6,6	13,3
6 a 9 meses	10	6,6	16,6
1 a 4 anos	16,6	20	36,6
5 a 10 anos	19,9	13,3	33,3

Fonte: Elaboração própria

Dos dados apresentados na tabela 2 pode-se notar que a maioria dos usuários tem entre 5 a 10 anos (33,3 %) e 1 a 4 anos (36,6 %), o que demonstra um tempo demasiado elevado de frequência aos ginásios.

Tabela 3.

Dados descritivos (frequências) das actividades praticadas pelos utentes nos ginásios

Actividades praticadas	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
Ginástica e musculação)	0	16,7	16,7
Ginástica e suas variantes	6,6	6,7	13,3
Musculação/Cardio Fitness	46,7	23,3	70

A tabela 3 expõe os resultados concernentes ao tipos de actividades praticadas pelos usuários que procuram aos serviços oferecidos pelos ginásios, onde pode-se constatar que a maioria dos usuários o faz para a prática da Musculação/Cardio Fitness.

Tabela 4.

Dados descritivos (percentagens) dos motivos que levam os usuários a praticar Actividade Física nos ginásios

Motivos	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
Vontade de emagrecer	6,7	20	26,7
Manter a saúde	40)	23,3	63,3
Recreação e lazer	06,7	3,3	10

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 4, são expostos os resultados referentes aos motivos para a prática de AF pelos usuários dos serviços prestados em ginásios investigados, podendo notar-se que a maior parte dos usuários frequenta os ginásios para manter a saúde, sendo esta preferência mais prevalente nos usuários do género masculino. Um segundo grupo considerável o faz tendo como motivo emagrecer e por último um grupo reduzido o faz por recreação e lazer.

Tabela 5.

Dados descritivos (percentagens) dos motivos que levam os usuários a optar pelos ginásios

Motivos	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
Actividade Aeróbica	0	3,3	3,3
Ambiente social	10	10	20
Corpo técnico	3,3	3,3	6,6
Preço/Qualidade	13,3	23,3	36,6
Proximidade do local de residência	20	6,7	26,7
Proximidade do local de trabalho	6,7	0	6,7

Fonte: Elaboração própria

Os resultados concernentes aos motivos pelos quais os usuários optam pelos ginásios mostram que a maioria dos usuários prefere os ginásios por aspectos como o preço/qualidade, a proximidade do local de residência e por fim pelo ambiente social (tabela 5).

Tabela 6.

Valores descritivos da Satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos

Variáveis	N	Mín	Máx	M±DP
Imagem institucional	30	3,00	7,00	5,43±1,03
Expectativas	30	2,00	7,00	5,23±1,39
Valor	29	2,33	7,00	5,67±1,30
Qualidade de produto	30	1,00	7,00	4,72±1,42
Qualidade das instalações	30	2,25	7,00	5,29±1,17
Qualidade do equipamento	30	1,00	7,00	5,14±2,27
Qualidade do balneário	30	1,00	7,00	4,01±1,56
Qualidade do serviço	29	3,33	7,00	5,62±1,17
Qualidade do técnico e funcionário	30	2,40	7,00	5,75±1,22
Satisfação	30	2,33	7,00	5,41±1,34
Reclamações	30	3,00	7,00	5,70±1,25
Qualidade de programas	30	1,83	7,00	5,46±1,31
Lealdade	30	2,67	7,00	5,73±1,34

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos nos ginásios (tabela 6), evidenciam um nível aceitável de satisfação no seio dos usuários na maior parte das dimensões do instrumento, ainda que sejam notórias necessidades de melhoria em aspectos como qualidade tanto do produto oferecido como dos balneários.

Os valores comparativos da satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos nos ginásios particulares da Cidade de Beira em função do género (test t de student), constataram diferença

estatisticamente significativas nas variáveis *Qualidade de programas*, *Reclamações* e *Qualidade do técnico e funcionário* (Sig.<0,05), favorecendo o gênero feminino (tabela 7).

Tabela 7.

Valores comparativos (test de student) da satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos nos ginásios em função do gênero.

Variáveis	Masculino	Feminino	F	Sig.
Imagem institucional	5,28±1,25	5,60±,72	,732	,399
Expectativas	4,85±1,48	5,67±1,20	2,677	,113
Valor	5,71±1,42	5,62±1,20	,035	,853
Qualidade de produto	5,15±1,29	4,24±1,44	3,307	,080
Qualidade das instalações	5,23±1,34	5,37±,98	,092	,764
Qualidade do equipamento	5,55±2,67	4,68±1,67	1,111	,301
Qualidade do balneário	4,31±1,56	3,67±1,54	1,278	,268
Qualidade do serviço	5,24±1,22	6,02±1,00	3,494	,072
Qualidade do técnico e funcionário	5,32±1,39	6,24±,761	4,873	,036
Satisfação	5,08±1,32	5,79±1,31	2,128	,156
Reclamações	5,25±1,31	6,21±,99	5,054	,033
Qualidade de programas	4,92±1,38	6,07±,94	6,838	,014
Lealdade	5,52±1,48	5,98±1,16	,862	,361

Fonte: Elaboração própria

Analisando-se ainda os valores descritivos entre os gêneros, pode-se constatar que ainda que a tendência seja um nível aceitável, valores altos de satisfação foram reportados no gênero feminino nas dimensões *Qualidade do serviço*, *Qualidade do técnico e funcionário*, *serviço de reclamações* e *Qualidade de programas*. Da mesma forma, valores muito baixos da satisfação são verificados no gênero feminino na dimensão *Qualidade do balneário*.

Tabela 8.

Valores comparativos da Satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos nos Ginásios da Cidade da Beira em função do tipo de ginásio

Variáveis	Ginásio 1	Ginásio 2	F	Sig.
Imagem institucional	5,11±1,21	5,75±,731	3,087	,090
Expectativas	4,73±1,43	5,73±1,20	4,288	,048
Valor	5,57±1,51	5,76±1,12	,141	,710
Qualidade de produto	4,96±1,19	4,49±1,62	,808	,376
Qualidade das instalações	5,21±1,36	5,39±,98	,163	,690
Qualidade do equipamento	5,63±2,75	4,66±1,61	1,413	,245
Qualidade do balneário	3,75±1,50	4,28±1,62	,876	,357
Qualidade do serviço	5,16±1,17	6,12±,99	5,733	,024
Qualidade do técnico e funcionário	5,18±1,34	6,32±,76	8,204	,008
Satisfação	4,96±1,37	5,87±1,18	3,796	,061
Reclamações	5,29±1,41	6,11±,94	3,519	,071
Qualidade de programas	4,78±1,39	6,14±,79	10,954	,003
Lealdade	5,24±1,56	6,22±,91	4,492	,043

Fonte: Elaboração própria

Da comparação dos valores da satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos nos ginásios particulares da Cidade da Beira (ANOVA), foi possível notar diferenças estatisticamente significativas

nas variáveis Expectativas, Qualidade do serviço e Lealdade (Sig.<0,05), Qualidade do técnico e funcionário, e Qualidade de programas.

Tabela 9.

Valores comparativos da Satisfação dos usuários pelos serviços oferecidos nos Ginásios da Cidade da Beira em função do tempo de frequência aos ginásios

Dimensões	Soma dos		Quadrado		
	Quadrados	gl	Médio	F	Sig.
Imagem institucional	2,843	4	,711	,611	,658
Expectativas	5,425	4	1,356	,642	,638
Valor	9,602	4	2,400	1,317	,292
Qualidade de produto	10,877	4	2,719	1,380	,270
Qualidade das instalações	14,748	4	3,687	3,616	,019
Qualidade do equipamento	46,914	4	11,729	2,758	,051
Qualidade do balneário	10,536	4	2,634	1,069	,394
Qualidade do serviço	1,037	4	,259	,168	,953
Qualidade do técnico e funcionário	2,226	4	,557	,328	,857
Satisfação	,979	4	,245	,115	,976
Reclamações	,806	4	,202	,110	,978
Qualidade de programas	1,724	4	,431	,216	,927
Lealdade	3,196	4	,799	,395	,810

Fonte: Elaboração própria.

Da tabela 9, que aborda os valores comparativos da satisfação dos usuários, pode-se verificar que não foram achadas diferenças significativas em todas as dimensões da satisfação, exceptuando-se a dimensão *Qualidade das instalações* onde foram notadas diferenças (Sig.<0,05).

Os resultados da análise das correlações entre a satisfação dos usuários e as variáveis demográficas (tabela 10) não mostrou nenhuma associação significativa embora tenha sido observado em análise mais profunda que o tipo de Ginásio influenciou significativamente os resultados obtidos nas dimensões *Expectativas*, *Qualidade des serviço*, *Qualidade do técnico e profissional*, *Lealdade e Qualidade do programa*.

No mesmo raciocínio, foi notada a influência do género nas dimensões *Qualidade de técnico e profissional*, *Qualidade de programa e Reclamações*, e da idade sobre a dimensão *Qualidade de programa*.

Tabela 10.

Principais correlações entre a satisfação e as variáveis sociodemográficas

	Tempo como membro	Ginásio	Género	Idade	Estado civil	Formação académica
R	-,088	,277	,143	,284	-,224	,100
Sig. (bilateral)	,643	,139	,452	,129	,234	,599
N	30	30	30	30	30	30

Fonte: Elaboração própria

Discussão

Este estudo tinha como objectivo avaliar o nível de satisfação dos usuários pelos serviços prestados nos Ginásios Particulares na Cidade da Beira. Dos resultados obtidos é possível notar que os usuários investigados que a maioria dos usuários investigados tem entre 5 a 10 anos (33,3 %) e 1 a 4 anos (36,6 %) de frequência aos ginásios. Igualmente, ficou evidente que na sua maioria os usuários (70 %) procuram os ginásios para a prática da Musculação/Cardio Fitness. Observou-se ainda manter a saúde, é a preferência mais prevalente nos usuários (63,3 %), seguindo-se aqueles que o fazem com o motivo de emagrecer e para recreação e lazer.

Também foi notório que a maioria dos usuários opta pelos ginásios devido ao Preço/qualidade (36,6 %), Proximidade do local de residência (26,7 %) e por fim pelo Ambiente social (20 %).

Em geral os usuários mostraram-se relativamente satisfeitos com os serviços oferecidos embora reconheçam sectores como *Qualidade do produto* e *Qualidade do balneário* que precisam de ser melhorados para atender a níveis aceitáveis.

Não houve evidências de que a satisfação dos usuários sofresse influência directa de variáveis como tempo como membro, tipo de ginásio, género, idade, estado civil ou mesmo formação académica, o que comprova que a satisfação dos usuários esteve condicionada pela avaliação das dimensões do instrumento.

Estudos relatam que a satisfação global dos clientes influencia não somente a lealdade dos usuários como também vai ser influenciada pela qualidade do serviço, ambiente social e percepção do preço (Rocha, 2017, p. 69).

Ademais, há evidências de que a satisfação dos clientes com os instrutores, o atendimento na recepção e com os equipamentos, mostra a importância da competência técnica dos instrutores e da qualidade do serviço prestado pelos ginásios (Pinheiro & Almeida, 2011, p. 9).

Outros estudos, reportaram excelentes níveis de satisfação pelos serviços prestados nos ginásios, sendo perceptível nos usuários a intenção de recomprar e recomendar os serviços a outros, aspectos que estiveram aliados a uma boa percepção da qualidade e imagem dos ginásios e do preços considerados adequados (Costa *et. al.* 2022, p. 10).

O exposto anteriormente é crucial para estabelecer uma boa relação cliente-empresa, pois existem evidência de que a relação entre a satisfação e a fidelidade do cliente não é proporcional, pois um cliente insatisfeito, normalmente abandona a empresa e, é quase certo que divulgue uma imagem negativa. Também, um cliente satisfeito pode facilmente mudar de fornecedor, caso surja uma oferta melhor. Já num cliente muito satisfeito, a probabilidade em repetir a compra é maior, podendo criar um vínculo emocional com a empresa (Morais, 2015, p. 11).

Estudos mostram que a retenção de clientes é a chave do sucesso no mercado actual, constituindo-se num componente importantíssimo para consolidar a participação das empresas no mercado, aspecto que é direccionado basicamente pela satisfação do cliente (Vavra & Pruden, 1995 citados por Coelho & Guimarães, 2021, p. 381).

Ademais, importa referir que os serviços são dominados por atributos de experiência que só podem ser avaliados após o consumo ou durante o processo de produção e consumo que os caracteriza (Berry e Parasuraman, 1991, citados por Ribeiro, 2014, p. 31).

Os resultados do estudo de Ribeiro (2014, p. 206), evidenciaram de forma directa e positiva como a satisfação dos clientes dos ginásios foi afectada pela qualidade funcional e pela qualidade técnica. No presente estudo, aspectos como a *Qualidade do balneário* e a *Qualidade do produto* oferecido, foram relevantes na determinação da satisfação dos usuários.

Fica evidente que prestar um serviço de qualidade é um aspecto essencial na aquisição de clientes satisfeitos, que conseqüentemente irão se comportar de maneira positiva, ao recomendar, renovar a matrícula e comprar novos produtos da academia (Miranda *et. al.* 2021, p. 145).

Importa ainda referir que as expectativas do consumidor resultam no sentimento de prazer ou decepção no desempenho percebido do serviço, visto que se o desempenho alcançar as expectativas, o consumidor ficará satisfeito, caso contrário, ficará insatisfeito com o serviço, e se o desempenho do serviço superar as expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado e passará a recomendar o produto (Ghinzelli & Bortolon, 2018, p. 26).

Desta forma fica evidente que a qualidade do serviço tem como principal objectivo satisfazer as necessidades dos clientes de forma a mantê-los fiéis ao longo do tempo, isto é, ser uma potencial garantia positiva da publicidade boca-a-boca para com familiares e amigos, tornando-se desde logo numa excelente estratégia para atrair novos clientes (Madureira, 2017, p. 18).

Nesta perspectiva, é importante olhar para "a formação do profissional que actua nesta área, como um aspecto relevante para atender às especificidades concernentes ao público-alvo em função de suas peculiaridades" (Maciel *et. al.* 2021, p. 149).

Está claro que para atingir números de sucesso na retenção de usuários, "os ginásios terão que implementar estratégias de uma forma holística e organizada, dando atenção a factores como o ambiente físico, qualidade das instalações, formação dos colaboradores, excelência do serviço e profissionalismo, por estes factores estarem relacionados com os atributos dos serviços que podem conduzir ou não à satisfação dos usuários" (Ferreira, 2012, p.11).

Como pode-se deduzir, é imperativo pensar que no caso dos ginásios de fitness, as definições da qualidade dos serviços concentram-se no consenso de que um serviço de qualidade deve ser entendido em termos da percepção da qualidade para o usuário, fundamentando a maioria dessas definições nas necessidades, nas expectativas, nas percepções e em última instância na própria satisfação dos usuários.

Conclusão

Os resultados constatados neste estudo permitem concluir que em geral os usuários estão relativamente satisfeitos pelos serviços oferecidos nos ginásios da Cidade da Beira pese embora tenham sido detectadas anomalias nos serviços oferecidos por estes centros. Foram notórias diferenças na satisfação nas dimensões *Qualidade de programas*, *Reclamações* e *Qualidade do técnico e funcionário*, favorecendo o sexo feminino. Quanto comparada a qualidade dos serviços

notaram-se diferenças entre os ginásios nos itens *Expectativas, Qualidade do serviço e Lealdade, Qualidade do técnico e funcionário, e Qualidade de programas*. Em geral, a Qualidade do produto e a Qualidade do balneário foram variáveis relevantes para determinar a satisfação dos usuários dos ginásios investigados. Recomenda-se a adoção de padrões de qualidade institucional de modo a garantir um serviço mais eficiente e promover por conseguinte maior afluência de usuários e também a sua retenção.

Referências bibliográficas

- Alves, A. C., Ramalho, Â. M. C., Sousa, C. M. de, Silva, S. S. F. da, Lacerda, C. de S., & Júnior, J. J. da S. (2015). A qualidade do Serviço e a Satisfação do cliente. *Revista Pensamento e Realidade, 2005*, 46–61.
- Coelho, Â., & Guimarães, L. (2021). A Satisfação do cliente na área do Fitness do Ginásio Gino Fitness : Estudo de caso. *Revista Multidisciplinar, 28*(1809–1628), 378–407.
- Costa, B., Peneda, H., Baião, L., Ferreira, L., & Pereira, A. (2022). Investigação Sobre a Satisfação e Retenção dos Clientes na Área do Fitness. *Projeto de Intervenção Em Atividade Física e Desporto*, 9–10. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.31707.64800>.
- Ferreira, C. M. C. (2012). *Um estudo sobre fidelização e retenção de clientes na área do fitness* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Castelo Branco]. <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/1701>.
- Firmo, F. O., Mota, F. D. P., & Silva, M. D. P. (2021). Satisfação Quanto aos Serviços Prestados por Escritórios Contábeis na Visão de Micro e Pequenas Empresas de Porto Velho/Ro. *Revista Conexão Na Amazônia, 2*(2763–7921), 85–103.
- Ghinzelli, L., & Bortolon, C. (2018). *Níveis de Satisfação e Qualidade do Serviço Prestado: Estudo de caso de uma cooperativa em Rondinha* [Monografia de Bacharel, Universidade de Passo Fundo]. <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1447>.
- Maciel, M. G., Moura, G. A. de, Marques, A. P. G., & Vidigal, J. M. S. (2021). Análise da Satisfação dos Usuários do Programa Vida Ativa da Prefeitura de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Do Lazer, 8*(2358–1239), 136–156.
- Madureira, A. C. P. (2017). *A satisfação e Lealdade do Cliente na Área do Fitness – Caso de estudo do Fitness Areias de S.João*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/7891>.
- Miranda, Y. de H. B. de, Filho, M. A. B., Silva, V. H. R., & Sarmento, J. P. (2021). Determinantes da satisfação e comportamento positivo de clientes em academias fitness. *Motricidade, 17*, 140–147. <https://doi.org/10.6063/motricidade.20570>.
- Morais, C. R. L. de A. (2015). *Fitness em Luanda - Angola, A visão dos gestores e clientes de ginásios* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/10817>.
- Pallant, J. (2016). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using SPSS for Windows (Version 12)*. 6th edition, Mcgraw Hill House, England. <http://srchbar.com/?q=1588697869-julie-pallant-spss-survival-manual-mcgraw-hill-house-2016-1>.
- Pinheiro, R., & Almeida, M. A. A. B. de. (2011). Análise da satisfação do cliente de uma academia de ginástica. *Revista Digital-Buenos Aires, 1*–13. <https://doi.org/www.efdeportes.com>
- Puton, C. F. (2017). *Satisfação do Cliente na Prestação de Serviços: Estudo de caso junto à empresa*

- Auto Posto Avenida Constantina - RS*. [Trabalho de conclusão de Curso, Universidade de Passo Fundo]. <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1368>.
- Ribeiro, E. R. (2014). *Satisfação do Consumidor dos Serviços Oferecidos pelos Ginásios Particulares da Cidade de Maputo: Análise de Causas e Consequências* [Tese Doutorado, Instituto Universitário de Lisboa-USCTE IUL]. <http://hdl.handle.net/10071/10596>.
- Rocha, I. R. S. (2017). *Satisfação e Fidelização de Clientes na Área do Fitness Caso Prático: ISEPGYM* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto].
- Sousa, M., Gonçalves, C., Carvalho, M. J., Moreira, J., & Monteiro, M. (2016). Satisfação e retenção de praticantes em contexto universitário: estudo de caso das actividades aquáticas do programa UPFIT. *Rev. Intercon. Gest. Desport*, 6, 268-287. <http://hdl.handle.net/10400.24/1748>.

Ciências da Educação

EDUCAR PARA CONSTRUIR COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E POTENCIAR A EMPREGABILIDADE

EDUCATE TO BUILDING PROFESSIONAL COMPETENCIES AND EMPOWER EMPLOYABILITY

José Caetano, Universidade Católica de Moçambique
caetanoj@ucm.ac.mz; caetanoj@yahoo.com.br

Resumo: O objectivo número quatro da Agenda de Desenvolvimento Sustentável determina que, até 2030, se assegure a igualdade de acesso à educação profissional de qualidade e se aumente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Neste contexto, discutimos os conceitos de competência profissional, educação empreendedora e empregabilidade. O estudo identifica, no contexto moçambicano, alguns factores de empregabilidade. O estudo descritivo, qualitativo e exploratório sublinha a necessidade de a educação ser empreendedora e estar orientada para a construção de competências que potenciem a empregabilidade dos jovens e adultos e conclui que, para o efeito e como refere Delors (1998), a educação deve transmitir, aos jovens e adultos, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer e estar evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, que são as bases das competências do futuro. O estudo mostra que, no contexto moçambicano, a capacidade de ouvir e tomar decisão, possuir mentalidade voltada à inovação, boa qualificação profissional, boas relações interpessoais, capacidade de liderança, capacidade de trabalhar em equipa, criatividade e capacidade de fazer trabalho autónomo, são os principais factores de empregabilidade.

Palavras-chave: educação, competências profissionais, educação empreendedora, empregabilidade.

Abstract: The fourth Sustainable Development Goal determines that by 2030 equal access to quality professional education is ensured and the number of youths and adults who have technical and professional skills for employment, decent work and entrepreneurship is increased. In this regard, here, we discuss, the concepts professional competences, entrepreneurial education and employability. The study identifies, in the Mozambican context, some employability factors. The descriptive, exploratory and qualitative study highlights the need for education to be oriented towards the building of skills that enhance the employability of young people and adults and concludes that, to this end and as Delors (1998) states, education must transmit, to young people and adults, in a massive and effective, increasingly more knowledge and know-how and evolutionary skills, adapted to cognitive civilization, which are the bases of the competences of the future. The study shows that, in the Mozambican context, the ability to listen and make decisions, have a mentality focused on innovation, good professional qualifications, good interpersonal relationships, leadership skills, the ability to work in a team, creativity and the ability to do autonomous work, are the main employability factors.

Keywords: education, professional competence, entrepreneurial education, employability.

Introdução

Na actualidade, os debates sobre as competências profissionais que devem ser construídas pelos estudantes na escola e fora dela durante a idade escolar e ao longo da vida, estão sendo cada vez mais acesos.

O desenvolvimento das organizações e a conseqüente mudança de padrões de emprego aumentaram a demanda por graduados com boas habilidades pessoais e as competências requeridas

pelo sector de trabalho estão em permanente evolução, novas profissões e postos de trabalho estão sendo criados (Bennett, 2002).

Baseado na revisão bibliográfica e de artigos científicos baixados de forma directa dos repositórios científicos “*Scientific Electronic Library Online (SciELO) Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Scopus*” e através da pesquisa narrativa, devidamente referenciados, o presente artigo pretende (i) discutir os conceitos de competência profissional e empregabilidade; (ii) entrar no debate internacional sobre os factores de empregabilidade; (iii) identificar, no contexto moçambicano, alguns factores de empregabilidade. A relevância científica do artigo reside no facto de não só intervir no debate internacional sobre os conceitos de competência profissional e empregabilidade, mas também e sobretudo, por ter identificado, no contexto moçambicano, alguns factores de empregabilidade.

O artigo apresenta, sucessivamente: o resumo, a introdução, o quadro teórico onde são discutidos os conceitos de competência profissional, empregabilidade e factores de empregabilidade e por fim, as considerações finais.

Quadro Teórico

O relatório “Reimaginar nossos futuros juntos”, da UNESCO (2022) reconhece que a educação (formal e não formal) como um dos direitos fundamentais da humanidade deve, com o envolvimento de todos, desenvolver as competências sociais e profissionais necessárias na sociedade e nos locais de trabalho do século XXI. Esta posição é corroborada por Rios (2011) e Mazula (2018) tendo como base de argumentação a natureza mutável do trabalho e as diferentes formas pelas quais a segurança económica pode ser suprida, num contexto transformado pela inteligência artificial, automação e mudanças estruturais que remodelam o emprego globalmente, numa altura em que vivemos num mundo complexo, dinâmico e imprevisível.

A ideia expressa no relatório da UNESCO entra em consonância com a teoria do capital humano defendida por Schultz (1967) e citada em Balassiano *et al* (2005), que advoga que o investimento na educação aumenta a qualidade da força de trabalho, propicia ganhos de produtividade, conduz ao crescimento económico e à criação de postos de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (2019) afirma que os avanços tecnológicos e a ecologização das economias criarão postos de trabalho, mas, os trabalhadores menos preparados para aproveitar as novas oportunidades, perderão os seus empregos por causa da turbulência do mercado de emprego que resulta da reestruturação de empresas, criação e desaparecimento de postos de trabalho, despedimentos e contratação de serviços (Fraga, 2012). As perdas de emprego podem resultar tanto da não atualização das suas competências profissionais, assim como da combinação de fatores adversos da sociedade e do mercado de trabalho tais como a redução das indústrias intensivas em carbono e recursos, a transformação demográfica, e outras, pondo em risco a empregabilidade de muitos jovens e adultos.

Para fazer frente a esta situação, a educação deve ser empreendedora, capaz de desenvolver, nos estudantes, jovens e adultos, homens e mulheres, competências e habilidades comportamentais e emocionais, que lhes habilitem a tomar decisões e solucionar problemas, para que consigam ter sucesso pessoal, profissional e social e enfrentar os desafios da sociedade nos tempos presentes e no futuro (Soares, Luz, Jung & Fossatti, 2021).

Na perspectiva dos mesmos autores, a educação empreendedora como processo de aprendizagem proactiva ao longo do qual o formando constrói e reconstrói de forma cíclica a sua representação do mundo modificando-se a si mesmo e ao seu sonho de autorrealização, deve formar cidadãos autónomos, criativos, inovadores, comprometidos com a causa comum e que têm a

coragem de assumir riscos calculados sem perder o foco e que nas suas intervenções primem pela eficiência, eficácia e qualidade.

Vista sob o prisma da epistemologia da prática e de inovações pedagógicas alicerçada na teoria de educação de John Dewey (1934/2017), a educação empreendedora deve criar, recriar e cristalizar de forma progressiva e visionária uma verdadeira obra de arte «perspectivada enquanto forma de experiência vital intensificada do real, e o conjunto de acontecimentos e vivências que cada um de nós reconhece como constituindo e enraizando, no seu sentido mais amplo e geral, a *experiência humana*» (Duarte, 2017, p. 161).

A experiência humana decorre da adaptação resultante da interacção entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia. No modelo construtivista do qual Jean Piaget, Lev Vygotsky e Gaston Bachelard são, por Fosnot (1995) e Bertrand (2001) apontados como sendo percursores, o conceito ambiente tanto pode se referir à totalidade de objectos permanentes e das suas relações que abstraímos do fluxo da nossa experiência, assim como ao que rodeia o objecto que abstraímos/isolamos. Neste contexto, tanto o objecto como tudo o que o rodeia fazem parte do campo da nossa própria experiência e não de um mundo objectivo independente do observador (Glaserfeld, 1995). À luz do raciocínio construtivista que constituiu pedra angular da epistemologia genética de Piaget (1977), «todos os organismos vivos aprendem, ou seja, transformam os seus comportamentos, num processo histórico em que cada momento da sua ontogenia constitui a base sobre a qual um novo comportamento surgirá» (Oliveira, 1999, p. 39).

Neste contexto o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre os futuros da Educação (2022) sublinha que a educação deve ser de qualidade, integral, inclusiva e participativa, em todos os níveis. Para o efeito, o relatório apela à transformação da educação como contrato social, à luz do qual e na perspectiva do Papa Francisco, todos os responsáveis por ela - família, escola e instituições sociais, culturais, religiosas, o Estado, as comunidades, empresas, participem na mesma de modo solidário, para que essa educação cuide da casa comum, seja mais humana, fraterna, transformadora, equitativa, satisfatória, que respeite os valores culturais, construa e consolide a unidade na diferença e na diversidade, seja significativa e relevante para as diversas necessidades das economias e sociedades do século XXI (Klein, 2021). Este posicionamento da UNESCO surge perante evidências que indicam que a estrutura do mercado de trabalho tem passado por profundas mudanças que se têm refletido nas altas taxas de desemprego, acompanhadas da crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação laboral e flexibilização da força de trabalho (Segnini, 2000). Por isso, hoje, a educação e a formação profissional devem ser empreendedoras e aparecem como questões centrais pois elas devem ser capazes de dotar os trabalhadores de competências profissionais que lhes permitam adaptar-se às mudanças técnicas e tecnológicas e minimizar os efeitos do desemprego. A educação deve ser empreendedora para ajudar os jovens e adultos a construir competências úteis que aumentem a produtividade dos funcionários e os encorajem a seguir o caminho do empreendedorismo.

Empreendedorismo e educação empreendedora

O empreendedorismo é a capacidade do indivíduo de encontrar uma ideia de negócio através do desencadeamento de processos em que as oportunidades como fenómenos objectivos são identificadas, avaliadas aproveitadas e transformadas em prática. A capacidade de identificação de oportunidades é uma habilidade cognitiva que emana da interacção recursiva entre as características do indivíduo e o contexto que é fonte das oportunidades que existem independentemente da vontade humana, na perspectiva da *ontologia realista*; ela pode ser desenvolvida através dos processos de ensino e aprendizagem e permite ao indivíduo identificar ideias e transferi-las para potenciais produtos, processos ou serviços que tenham valor para os clientes, usuários finais ou

sociedade (Farrokhnia *et al*, 2022). O empreendedorismo como competência de natureza transversal deve ajudar os cidadãos a desenvolver capacidades para participar activamente na sociedade, administrar suas vidas e carreiras e desencadear e implementar iniciativas de valor comercial, cultural ou social (Conselho Europeu, 2018).

Para conceber e implementar convenientemente as ideias empreendedoras e dominar os processos a elas inerentes, o sujeito precisa de passar por uma educação empreendedora que está focada no desenho, desenvolvimento e desencadeamento de processos educativos que levem à produção de graduados dotados de habilidades para a vida. A educação empreendedora constrói nos alunos, habilidades e mentalidade viradas para desenvolver e transformar ideias criativas e empreendedoras e pô-las em acção nas mais diversas esferas da vida independentemente de ter ou não finalidade económica, dentre outras, a empregabilidade, exercício da cidadania, desenvolvimento pessoal, garantia da inclusão social e outras (Miço & Cungu, 2023). A educação empreendedora desempenha um papel crucial na capacitação dos estudantes para o empreendedorismo e melhoria da sua empregabilidade (Fossatti *et al*, 2023), ajuda os estudantes universitários a aguçar as suas intenções empreendedoras (Hoang *et al.*, 2021; Fossatti *et al*, 2023), aumenta as habilidades dos estudantes universitários para a identificação e avaliação de oportunidades e a capacidade de resolver problemas, assim como de estabelecer parcerias (Okolie *et al.*, 2021).

Na actualidade educação empreendedora assumiu dimensões sociais, psicológicas e pedagógicas, tornando-se um processo através do qual os alunos adquirem um amplo conjunto de competências, que trazem benefícios individuais, sociais e económicos (Conselho Europeu 2011; Miço & Cungu, 2023). A educação empreendedora dá responsabilidade aos alunos, orienta-os na identificação de oportunidades, apoia a aprendizagem inventiva, incentiva a confiança nas próprias capacidades do aluno, a cooperação entre os alunos e destaca a importância do envolvimento do sector produtivo na educação para construção de competências empreendedoras no seio dos alunos (Conselho Europeu, 2021; Apostu *et al.* 2022; Miço & Cungu, 2023).

Competência profissional

Os empregadores precisam de trabalhadores com competências profissionais que se enquadrem no contexto do local de trabalho contemporâneo, mas consideram que a educação formal não consegue acertar passo com o sector de trabalho, apesar de reconhecerem que os graduados têm a capacidade de desenvolver competências específicas, processos e sistemas de valores (Maclean & Ordonez, 2007; Lan, 2018). O sector produtivo procura trabalhadores que tenham competências flexíveis, que sejam proactivos, detentores de habilidades interpessoais, capazes de usar competências de elevado nível para facilitar a realização de trabalho inovador nas equipas a que pertencem, resolver problemas e catalisar a transformação das organizações; quer, também, trabalhadores reflexivos com capacidade de liderança e de correr riscos moderados e ponderados, que tenham vontade de aprender e capacidade de adaptação a diversas situações do processo produtivo ou de prestação de serviços, com habilidades de persuasão e de trabalhar em equipa e que sejam capazes de continuar aprendendo das suas experiências ao longo da vida, tanto como indivíduos assim como em associação com outros numa sociedade diversa e dinâmica (Holden, & Jameson, 2002; Maclean & Ordonez, 2007; Lan, 2018). A esse conjunto de atributos que devem ser adquiridos pelos estudantes durante o percurso estudantil e não só e que vão para além das fronteiras dos atributos que são adquiridos através da frequência das unidades curriculares, chama-se competências genéricas ou competências ou habilidades fundamentais ou ainda competências-chave pois elas são aplicáveis em todas as circunstâncias (Barrie, 2006).

A competência profissional refere-se aos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e comportamentos que os profissionais precisam para realizar com sucesso uma determinada actividade ou tarefa (Morris *et al*, 2013). É a capacidade de transformar esses conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e experiências da vida, em ferramentas úteis e eficazes para resolver os problemas do quotidiano social, profissional ou outro, e de tomada de iniciativa e o assumir de responsabilidades do indivíduo sobre problemas e eventos que ele enfrenta em situações profissionais (Zarifan 2003). A competência profissional resulta da combinação complexa e sinérgica de várias competências, nomeadamente, as cognitivas (aquisição de conhecimentos), funcionais (saber executar tarefas concretas), pessoais (saber ser, estar, agir, comunicar) e meta competências que se referem à capacidade de aprender para lidar com incertezas (Morris *et al* 2013).

Ser competente é saber agir profissionalmente na complexidade; é ousar julgar em momentos de incerteza, dificuldade, ambivalência, contradição, dúvida; ser competente é ser tolerante, saber inovar, saber empreender, ser o Homem da situação, saber aprender e aprender a aprender (Gazier, 1990; Zarifan 2003; Cornu, 2003; Mesquita, 2011; Fraga, 2012; Mazula 2018 e outros). A competência é sempre específica para uma família de situações (Mazula, 2018).

Rios (2011, p.91) identifica quatro dimensões das competências, nomeadamente: a) *dimensão técnica*, que diz respeito ao domínio dos saberes, dos conteúdos e técnicas, necessários para a intervenção em cada área específica do trabalho e à habilidade de construí-los e reconstruí-los; b) *dimensão estética* - relaciona-se com a presença da sensibilidade dos indivíduos na percepção das relações intersubjectivas que se dão no seu trabalho; c) *dimensão política* – refere-se à consciência e à definição de participação na construção colectiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres. Está ligada à justiça como princípio de igualdade na diferença, à solidariedade e fraternidade, um princípio que evidencia a disponibilidade para “sentir junto”, partilhar efectivamente a existência, na pluralidade de valores e d) a *dimensão ética* - diz respeito à orientação da acção, fundada nos princípios do respeito, da solidariedade e da justiça, na direcção da realização de um bem colectivo.

Ligado ao conceito *competência profissional*, está o conceito *profissionalidade*. Na perspectiva de Cornu (2003) e Rios (2011), a *profissionalidade*, assume uma característica bipolar, composta pela *profissionalização*, dominada pela especialidade técnica num laço contratual com a instituição empregadora e o *profissionalismo* que implica um orgulho proveniente do domínio das competências e de tarefas complexas. Estas misturam preocupação de eficácia, ética, iniciativa e responsabilidade perante a sociedade. A Profissionalização e o profissionalismo concorrem para o aperfeiçoamento dos atributos da competência profissional.

Competências transferíveis

As competências que, tendo sido adquiridas num contexto (formal e/ou informal) são aplicadas num outro/novo contexto, são competências transferíveis que, em geral, podem ser compreendidas como sendo um conjunto de qualidades, características, habilidades e conhecimentos que constituem a empregabilidade dos indivíduos (Lan 2018). Dependendo do contexto em que a transferência ocorre, as competências podem ser classificadas em *transferíveis de imediato (near transfer)* – envolvem habilidades idênticas que são aplicáveis em diferentes tarefas e correspondem aos atributos que habilitam os graduados a transferir os conhecimentos e habilidades para contextos semelhantes aos da aprendizagem; e *transferíveis a posteriori (far transfer)* – transcendem as fronteiras das unidades curriculares, infundem e habilitam os graduados a transcender e transformar os conhecimentos adquiridos para enfrentar novos e complexos desafios que requerem conhecimentos profundos (Bennett *et al*, 2000).

De acordo com a sua complexidade crescente, as competências transferíveis podem ser classificadas em quatro categorias, nomeadamente, (i) *precursoras* – são as competências pré-existentes em estudantes universitários, consideradas como pressupostos para os estudos universitários e que não se aprendem na universidade; (ii) *complementares* – adquirem-se durante os estudos universitários, mas em processos separados das aprendizagens curriculares. São competências profissionais pessoais, atomísticas, funcionais e discretas em relação às aprendizagens curriculares; (iii) *translacionais* – trata-se de atributos e habilidades genéricas que permitem aos estudantes transformar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas curriculares e aplicá-los em realidades concretas. São a combinação sinérgica dos atributos pessoais, habilidades cognitivas, habilidades de aplicação de competências, combinados com os resultados das aprendizagens curriculares; (iv) *competências habilitadoras* – são atributos genéricos habilitadores e estão integrados nos resultados de aprendizagem, que infundem e possibilitam todo o aprendizado e conhecimento académico (Barrie 2006). São habilidades e aptidões interligadas que facilitam o processo de aprendizagem e permitem aos graduados, adquirir e moldar novos conhecimentos. Esses atributos genéricos transcendem as fronteiras das unidades curriculares, embora sejam inicialmente desenvolvidos dentro desse contexto (Lan, 2018).

Competências transferíveis são aquelas que são mais valorizadas pelos empregadores, são necessárias em qualquer empresa e que permitem as pessoas participar activamente e adaptar-se num mercado de trabalho flexível (Bennett *et al*, 2000; Fallows, S. & Steven, C., 2013; Lan, 2018). Incluem habilidades e atributos amplos que permitem a empregabilidade do indivíduo, tais como a capacidade de trabalhar em equipa, de comunicar, liderança, pensamento crítico e capacidade de resolver problemas (Lowden, Hall, Elliot & Lewin, 2011), capacidade de trabalhar com os outros, capacidade de organização, auto motivação, capacidade básica para usar as TICs, habilidade de comunicar, iniciativa, criatividade, capacidade para resolver problemas e liderança (Bennett *et al*, 2000; Bennett, 2002).

Essas competências estão directamente correlacionadas com o desempenho no trabalho e podem ser classificadas em (i) estáveis, quando são relativamente fixas como são os casos de habilidade natural e estabilidade emocional e podem constrianger o potencial de um sujeito desenvolver uma determinada capacidade, (ii) dinâmicas, podem ser adquiridas e desenvolvidas com treinamento e prática, e avaliadas de acordo com padrões (Morris *et al*, 2013).

Empregabilidade

A empregabilidade representa o conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que tornam um profissional importante para a sua organização; é a aptidão de um indivíduo ao trabalho, avaliada por indicadores probabilísticos como tempo de permanência no emprego, duração média diária ou semanal do trabalho e valor de salário (Munhoz, 2007). Tornar alguém empregável significa desenvolver a capacidade pessoal e profissional de modo a maximizar o potencial de emprego de um indivíduo (Smith, 2010; Fraga, 2012), o que justifica que «as políticas de intervenção no domínio da empregabilidade procurem incidir nos vários modos de fortalecer a posição do trabalhador no mercado de emprego» (Fraga, 2012, p. 83). A empregabilidade de um indivíduo é a sua «capacidade de preservar a ocupação actual (num ambiente onde se instabilizam os requerimentos vis-à-vis à mão-de-obra) ou, mesmo, de vir a reempregar-se [...] em caso de perda do emprego» (Balassiano, 2005; Cardoso, 1997, p. 12).

Empregabilidade diz respeito à propensão/habilidade dos estudantes graduados para conseguir e manter um emprego satisfatório (Harvey, 2001). É a capacidade de empreender, fazer e aprender a fazer

ao longo da vida e em contextos complexos e diferenciados do mercado de trabalho; a empregabilidade corresponde à capacidade de concretizar o potencial através de um emprego ou autoemprego sustentável considerando a interacção entre características pessoais e o mercado de emprego. É um «conjunto de competências que você comprovadamente possui ou pode desenvolver dentro ou fora da empresa; é a condição de se sentir vivo, capaz, produtivo; ela diz respeito a você como indivíduo e não mais à situação, boa ou má da empresa ou do país» (Moraes 1998; Frigotto, 2009, p.10). Entretanto, Van der Heijde e Van der Heijden (2006) ressaltam que o desenvolvimento da empregabilidade não é um problema estritamente individual do trabalhador, mas uma responsabilidade partilhada com as organizações que acolhem os indivíduos. Portanto, as organizações devem criar condições necessárias para o desenvolvimento das competências e da carreira dos seus colaboradores. Harvey (2001) identifica dois níveis de empregabilidade, nomeadamente, e *empregabilidade individual* e a *empregabilidade institucional*.

A *empregabilidade institucional* é a capacidade de uma instituição de ensino formar graduados empregáveis e está ligada ao posicionamento estratégico desta no *ranking* nacional e internacional, número dos graduados que conseguem emprego, nível do seu comprometimento em desenvolver e implementar programas que construam a empregabilidade de estudantes (Harvey, 2001) promovendo, de forma explícita, o contacto sistemático destes com o sector produtivo através de programas de aprendizagem mista escola-empresa. A empregabilidade institucional implica a criação de oportunidades para a empregabilidade dos estudantes. A ligação escola-sector de trabalho é destacável, por exemplo, nos cursos de medicina, enfermagem, formação de professores, que tem programas de estudo intimamente ligados à aprendizagem em ambientes práticos directamente relacionados com as actividades diárias dos potenciais empregadores (Harvey, 2001). A empregabilidade institucional pressupõe que os graduados das instituições de ensino que implementam metodologias activas e criativas de ensino e programas de aprendizagem mista escola-sector produtivo sejam detentores de competências requeridas pelos empregadores e, por esta via, sejam mais atraentes para o mercado de trabalho e, consequentemente empregáveis.

O conceito de *empregabilidade individual* está associado à «ideologia liberal, que pressupõe que os indivíduos são responsáveis pela sua posição no mercado de trabalho. Portanto, as chances e condições de inserção seriam condicionadas aos atributos individuais» (Machado,1998, p. 18). Neste contexto, exige-se do trabalhador versatilidade e capacidade de se “auto-empresariar”, assumindo riscos pelas mudanças na sua trajectória profissional.

O *modelo de desenvolvimento da empregabilidade e emprego* desenvolvido por Harvey (2001) sublinha a importância da interacção sinérgica entre a *instituição de ensino* que deve criar oportunidades para o desenvolvimento da empregabilidade, o *graduado* que através do aproveitamento que faz das oportunidades para o desenvolvimento da empregabilidade que foram criadas pela instituição de ensino, da sua experiência e através da realização de actividades extracurriculares constrói a sua empregabilidade, e o *empregador* que aplica procedimentos de recrutamento e selecção e transforma a empregabilidade dos graduados em emprego, em função da visão, missão e objectivos empresariais.

Na economia do século XXI e no contexto dos debates em torno da empregabilidade, pensar-se, na perspectiva de Frigotto *et al* (2009), no relacionamento vitalício dos indivíduos com a empresa não passa de um sonho irrealizável pois, hoje, a única relação vitalícia possível de estabelecer com dignidade são as competências que o cidadão pode deter.

Estudos empíricos consistentes sobre a empregabilidade – tanto pelo facto de ser benéfica para os trabalhadores, assim como pela sua relevância na percepção de segurança profissional – abordando

«diversas perspectivas e níveis (individual, organizacional e industrial) e ao longo de várias disciplinas académicas, tais como negócios e gestão, [...] psicologia, ciências da educação e teoria da carreira» (Thijssen, 2008; Fraga, 2012, p. 80), foram registados a partir do final dos anos noventa do século XX.

A nível individual, alguns estudos sugerem que a percepção do índice de empregabilidade dos colaboradores condiciona o comportamento destes em relação ao seu envolvimento com os objectivos da organização, a intenção de saída e o investimento na carreira, sobretudo em contextos em que a segurança profissional possa estar em causa (Fraga, 2012). Por outro lado, as abordagens fundadas em psicologia do trabalho enquadram e avaliam a empregabilidade enquanto conjunto de características pessoais que fomentam a adaptabilidade activa no trabalho, ao invés da perspectiva que incide apenas nos conhecimentos, aptidões e capacidades (Fugate, 2006; Fraga, 2012). Outrossim, na identificação das características e competências facilitadoras da empregabilidade é importante para a definição de políticas de intervenção mais ajustadas ao nível das carreiras (Van der Heijde & Van der Heijden, 2006) e para a dinamização e criação de potencial nos indivíduos que, tomados no seu conjunto, constituem os recursos humanos de uma organização ou, a um nível macro, de um país (Fraga, 2012). Na perspectiva de Fraga (2012), ser detentor de competências técnico-profissionais numa determinada área de actividades é, sem dúvidas, importante, mas, também, possuir capacidade de adaptação, de resiliência, de construir novas competências e aprender novas formas de ser, estar e fazer, para além de importante, faz a diferença.

Podem ser identificadas três áreas de estudo da empregabilidade, nomeadamente (i) empregabilidade da força de trabalho nacional - está relacionada com a definição de políticas governamentais de empregabilidade ou definição nacional de competências profissionais; (ii) empregabilidade dos indivíduos - enquadrada na gestão de recursos humanos e na psicologia do trabalho e das carreiras, enfatiza a responsabilidade pessoal do trabalhador no desenvolvimento da carreira e a sua capacidade para lidar com as mudanças nos mercados de emprego internos e externos; e (iii) empregabilidade como uma estratégia de Recursos Humanos - relaciona empregabilidade e a educação formal que deve proporcionar aos graduados habilidades que os empregadores procuram (Rothwell, *et al.* 2009; Thijssen *et al.* 2008).

Nos dias que correm, existem correntes que defendem a existência de uma relação independente entre organização e indivíduo, que origina a concepção de *carreira em "Y"* ou carreira sem fronteiras ou carreira proteana. Trata-se de uma carreira que não é limitada pelas fronteiras de uma determinada organização e caracterizada pela «mobilidade de emprego, por empregadores múltiplos, por competências transferíveis e adequadas a actividades baseadas em projectos e por redes sociais que definem e sustentam a carreira» (Fraga, 2012, p. 79). Na perspectiva da carreira proteana, cabe ao trabalhador desenvolver uma progressiva visão holística sobre as organizações para nelas se poder inserir e progredir conquistando a satisfação e realização pessoal em todos os domínios. Por seu turno, os empregadores e os governos devem ajudar os trabalhadores a desenvolver as suas competências de trabalho ou a obter um emprego (Thijssen *et al.*, 2008).

A nova cultura do mundo de trabalho, apesar de trazer custos para os indivíduos, conduz à flexibilização do contracto de trabalho de modo a permitir a criação de um espaço e de condições necessárias para que o «indivíduo possa trilhar uma carreira compatível com suas características e interesses pessoais», para além de propiciar às empresas a retenção do «capital humano necessário para o alcance dos objectivos organizacionais» (Lemos *et al.* 2011, p. 591).

A empregabilidade depende de muitos factores em função do contexto socioeconómico, político e tecnológico.

Factores de empregabilidade

A revisão da literatura feita por Rothwell e Arnold (2007) concluiu que a empregabilidade abrange vários atributos que incluem conhecimentos e competências, capacidade de aprendizagem, domínio da gestão e pesquisa de carreira e conhecimentos profissionais. E, para além dos atributos individuais a empregabilidade também depende dos factores internos e externos às organizações. Para Pires (2020), existe uma série de características tais como o «espírito de iniciativa, a polivalência, o sentido de responsabilidade, a capacidade de trabalhar em grupo, a capacidade de adaptação, a capacidade de comunicação, o estar disposto a aprender, a capacidade de resolução de problemas, a criatividade e o pensamento crítico» (p.1) que desempenham um papel importante em qualquer emprego que, independentemente do contexto, potenciam a empregabilidade.

Aubret (2007), citado em Fraga (2012), identifica seis competências-chave que, de forma significativa, influenciam na empregabilidade do indivíduo: (i) capacidade de trabalhar em equipa; (ii) capacidade de comunicar com os outros; (iii) capacidade de resolver problemas (iv) capacidade de organizar as actividades; (v) capacidade de tratar a informação e (vi) capacidade de enquadrar/liderar as pessoas. Van der Heijde & Van der Heijden, (2006) apontam cinco dimensões ou competências/factores de empregabilidade, nomeadamente: (i) conhecimento profissional especializado (ii) antecipação e optimização (preparação antecipada para futuras mudanças no trabalho), flexibilidade/adaptabilidade pessoal; (iii) sentido corporativo (partilha de responsabilidades) e (v) equilíbrio entre interesses do empregador e do trabalhador.

Analisando as propostas feitas por Aubret e por Van der Heijde & Van der Heijden (2006) nota-se que tanto num como noutro caso, as competências que são exigidas para ser empregável são semelhantes.

Ao conceito *competências profissionais* agrega-se o conceito *capital humano do trabalhador* ou do candidato a emprego, que é o conjunto de factores tais como «a idade, o nível de habilitações, a experiência e a formação profissionais, o desempenho profissional e permanência organizacional, a inteligência emocional, a capacidade cognitiva e o conhecimento, as aptidões, as capacidades » e outras características pessoais que influenciam as variáveis de progressão na carreira de determinado indivíduo (Fugate *et al.* 2004; Fraga, 2012), como um dos importantes factores de empregabilidade.

O capital humano e os relacionamentos que constituem o capital social são elementos importantes para o indivíduo se definir a si próprio no contexto do trabalho e progredir em carreiras profissionais específicas (Fugate *et al.* 2004, citado em Fraga 2012).

O estudo realizado por Caetano (2019) em 12 empresas grandes e médias incluindo 2 multinacionais que operam em Moçambique mostra que, em ordem decrescente, a capacidade de ouvir e tomar decisão; o possuir a mentalidade voltada à inovação; conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (competências); boas relações interpessoais; a liderança; a capacidade de trabalhar em equipa, boa formação geral, boa qualificação profissional; criatividade, capacidade de fazer trabalho autónomo, capacidade de antecipar o futuro e correr risco moderado e formação multifacetada, são os principais factores de empregabilidade que foram confirmados pelos 36 participantes do inquérito.

O resultado desse estudo coincide com os resultados publicados em literaturas científicas de várias latitudes do mundo.

Discussão

Com efeito, os factores de empregabilidade que foram identificados em Caetano (2019) encontram alinhamento em Pires (2020, p. 1) que aponta o espírito de iniciativa, a polivalência, o sentido de responsabilidade, a capacidade de trabalhar em grupo, a capacidade de adaptação, a capacidade de comunicação, o estar disposto a aprender, a capacidade de resolução de problemas, a criatividade e o pensamento crítico, como factores de empregabilidade; Aubret (2007) e Fraga (2012), que identificam a capacidade de trabalhar em equipa, a capacidade de comunicar com os outros, a capacidade de resolver problemas, a capacidade de organizar as actividades, e a capacidade de enquadrar/liderar as pessoas como factores de empregabilidade. O estudo também encontra ressonância em Van der Heijde & Van der Heijden, (2006) que citam o conhecimento profissional especializado, a antecipação e optimização ou preparação antecipada para futuras mudanças no trabalho, a flexibilidade/adaptabilidade pessoal, o sentido corporativo ou partilha de responsabilidades e o equilíbrio entre interesses do empregador e do trabalhador como dimensões ou factores de empregabilidade e Fugateet al (2004) que menciona o nível de habilitações, a formação profissional, o conhecimento, as aptidões, as capacidades, como factores que influenciam as variáveis de progressão na carreira de determinado individuo. No âmbito da educação empreendedora, o estudo encontra eco em Soares, Luz, Jung & Fossatti, 2021, que consideram a criatividade como algo positivo e inerente ao empreendedorismo visto que, a educação empreendedora deve ajudar os estudantes de todas as idades e géneros, sem distinção que qualquer tipo, a construir e desenvolver competências teóricas, técnicas, profissionais, emocionais, sociais, éticas e morais, que os tornem capazes de empreender na vida e ao longo da vida, a fim de enfrentarem com sucesso, os desafios que se lhes colocados no mundo complexo, dinâmico e imprevisível hoje, amanhã e sempre. Também está em alinhamento quando os mesmos autores quando estes afirmam que a educação empreendedora (básica ou universitária) forma cidadãos criativos, inovadores, autónomos e que têm a coragem de assumir riscos calculados sem perder o foco.

Referências bibliográficas

- Apostu, S. A. et al. (2022). *Economic Growth through the Lenses of Education, Entrepreneurship, and Innovation. Administrative Sciences* 12: 74. Consultado em 11.5.2024.
- Balassiano, M.; Seabra, A. A. & Lemos, A. H. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? In: *Revista de Administração Contemporânea*, 2005, vol.9 nº 4 Curitiba: Oct./Dez.
- Barrie, S. (2006). Understanding What We Mean by the Generic Attributes of Graduates. *Higher Education*, 51(2), 215-241.
- Caetano, J. (2019). O Ensino Técnico Profissional em Moçambique: Reflexão crítica sobre a formação profissional e a empregabilidade. Imprensa Universitária – UEM. Maputo – Moçambique.
- Cardoso, A. et al. Trajectórias Ocupacionais, Desemprego e Empregabilidade. Há algo de novo na Agenda dos Estudos Sociais do Trabalho no Brasil». In: *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro: IEC, 1997, ano 2, n.º1, pp. 7-23, 1.º semestre.
- Cornu, R. (2003). *Educação, Saber e Produção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fraga, S. I. D. (2012). Adaptabilidade e empregabilidade. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Duarte, M. M. (2017). A arte como experiência [Resenha de: DEWEY, John. *Art as Experience*. New York: A Perigee Book, 1980.]. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 161-169, jan./jun. <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/5950827/document.pdf>. Consultado em Março de 2024.
- Fosnot, C. T. (1995). *Construtivismo e Educação – Teoria, Perspectivas e Prática*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Frigotto, G.; Ciavatta, M. & Ramos, M. «Vocational Education and Development». In: UNESCO. *International Handbook of Education for Changing World of Work*, Bonn, Germany: UNIVAC, 2009, pp. 1307-1319.
- Fugate, M., Kinicki, A. J. & Ashforth, B. E. (2004). Employability: A psycho-social construct, its dimensions, and applications. *Journal of Vocational Behavior*, 65, 14-38.
- Glaserfeld, E. V. (1995). «Aspectos do Construtivismo». In: FOSNOT, Catherine Twomey (Org). *Construtivismo e Educação – Teoria, Perspectivas e Prática*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Harvey, L. (2001) Defining and Measuring Employability, *Quality in Higher Education*, 7. 97-109.
- Machado, L. R. S. «Educação Básica, Empregabilidade e Competência». In: *Revista Trabalho e Educação*. Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, 1998, n.º 3, p. 15-21, Jan./Jul.
- Mao, Jina & Shen, Yan (2020). Identity as career capital: enhancing employability in the creative industries and beyond. *Career Development International Journal*.
- Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique, 1975-1985*. Porto: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.
- Miço, H. & Cungu, J (2023). Entrepreneurship Education, a Challenging Learning Process towards Entrepreneurial Competence in Education. *Administrative Sciences* 13: 22. <https://doi.org/10.3390/admsci13010022>.
- Munhoz, G. de S. Empregabilidade e Educação corporativa: Um Estudo de caso. In: *Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, Jul./Dez.2007, v. 12, n.º 2, pp. 199-220.
- Okolie, U. C., Igwe, P. A., Ayoola, A. A., Nwosu, H. E., Kanu, C., & Mong, I. K. (2021). Entrepreneurial competencies of undergraduate students: The case of universities in Nigeria. *The International Journal of Management Education*, 19(1), 100452. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2021.100452>.
Assessado em 25.03.2024.
- Oliveira, C. C. (1999). *A Educação como Processo Auto Organizativo – Fundamentos Teóricos para uma Educação Permanente e Comunitária*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- Organização das Nações Unidas (2016). Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Nova Iorque (EUA).
- PIAGET, J. (1977). *Equilibration of Cognitive Structures*. Nova Iorque: Viking.
- Pires, C. (2020). O objectivo da empregabilidade no processo de ensino/aprendizagem. Março 2020, publicação n.º3, Gabinete de Apoio à Inovação, Transferência, Empreendedorismo e Cooperação da Universidade de Évora, Portugal.
- Rios, T. A. (2011). *Ética e Competência: Questões da Nossa Época*. 20ª Edição. São Paulo: Cortez.
- Rothwell, A., & Arnold, J. (2008). Self-perceived employability: Development and validation of a scale. *Journal of Vocational Behavior* · August 2008. DOI:10.1016/j.jvb.2007.12.001. Assessado em 25.05.2024.
- Rothwell, A., & Arnold, J. (2009). Self-perceived employability: Investigating the responses of post-graduate students. *Journal of Vocational Behavior* · October 2009. DOI: 10.1016/j.jvb.2009.05.002. Assessado em 25.05.2024. Article in *Journal of Vocational Behavior* · October 2009 DOI: 10.1016/j.jvb.2009.05.002.
- Soares, T.P., Luz, C.B.S., Jung, H.S & Fossatti, P. (2021). Educação empreendedora na Educação Básica: Perspectivas dos pais. *Revista Imagens da Educação*, v. nº 4, p.191-212, out-dez, 2021. ISSN2179-8427.
- Thijssen, J. G. L., Van der Heijden, B. I. J. M., & Rocco, T. S. (2008). Toward the employability-link model: Current employment transition to future employment perspectives. *Human Resource Development Review*, 7(2), 165-183. DOI:[10.1177/1534484308314955](https://doi.org/10.1177/1534484308314955). Assessado em 25.5.2024
- UNESCO (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* – Jomtien, 1990.
- UNESCO (1998). *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (coord. por Jacques Delors). Porto: Ed. ASA.

- Van Der Heijde, C. M., & Van der Heijden, B. I. J. M. (2006). A competence-based and multidimensional operationalization and measurement of employability. *Human Resources Management*, 45, 449-476.
- Van der Heijde, C. M. & Van der Heijden, B. I. J. M. (2006). In search for suitable age management practices for lifelong employability and career success. In T.S. Rocco & J.G.L. T..
- Venkataraman, S. *et al.* (2022). Bridging the fields of entrepreneurship and education: The role of philosophical perspectives in fostering opportunity identification. *The International Journal of Management Education*. Volume 20, Issue 2, July 2022, 100632. Acessado em 27.05.2024.
- Zarifan, P. (2003). *O Modelo da Competência: Trajectória Histórica, Desafios Actuais e Propostas*. São Paulo: Editora Senac.

O Contributo da Geografia para o Processo da Educação Inclusiva em Moçambique

The Contribution of Geography to the Process of Inclusive Education in Mozambique

Alberto José Paulino Silva¹³

tinholas@gmail.com

asilva.708@ucm.ac.mz

Resumo

A educação é um direito de todo o cidadão e o currículo do Ensino Secundário Geral, pauta por uma educação inclusiva consubstanciada na igualdade de oportunidades para todas as crianças (BR, Resolução n°40/2020). A Educação Inclusiva em Moçambique foi adoptada a partir de vários protocolos internacional, tendo antes sido criado o movimento de Educação para Todos por volta de 1990. Este movimento, visava em parte a integração de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Escolas Regulares (não especiais) em detrimento das Escolas Especiais, em cumprimento dos Princípios Orientadores do Currículo do Ensino Secundário Geral, definidos pela lei n° 18/2018, de 28 de Dezembro (INDE, 2018). Portanto, como pode ser feita a integração desses alunos, sem que sejam criadas condições necessárias para uma educação inclusiva pautada pela igualdade de oportunidades para todas as crianças em Moçambique? A pesquisa pretendeu trazer reflexões sobre os desafios na Inclusão do Ensino em Moçambique e ao mesmo tempo, apresentar algumas contribuições da Geografia na inclusão escolar. Quanto a metodologia, ela baseou-se na pesquisa qualitativa, onde o pesquisador se envolveu directamente com os participantes, colectando dados por meio de observações e entrevistas sobre os desafios. Também foi feita a revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados mostram que os desafios da inclusão são caracterizados por diferentes barreiras como Arquitectónica ou Ambientais, Comunicacionais ou Informacionais, Metodológicas ou pedagógicas e Atitudinais. Quanto ao contributo da Geografia na inclusão caracteriza-se pela utilização de recursos didácticos diferenciados como mapas tácteis para alunos com deficiência Visual, mapas mentais para alunos de Espectro Autista, e Ilustração de imagens para alunos com deficiência Auditiva.

Palavras-chave: Recursos Didácticos Diferenciados. Mapas Tácteis. Inclusão em Moçambique.

Abstract

Education is a right for every citizen and the General Secondary Education curriculum is based on inclusive education based on equal opportunities for all children (BR, Resolution no. 40/2020). Inclusive Education in Mozambique was adopted based on several international protocols, with the Education for All movement having been created around 1990. This movement, in part, aimed at integrating students with Special Educational Needs into Regular (non-special) Schools. to the detriment of Special Schools, in compliance with the Guiding Principles of the General Secondary Education Curriculum, defined by law no. 18/2018, of

¹³ Doutorando em Ciências da Educação e especialização em Educação Inclusiva e Pedagogia Diferenciada pela Universidade Jean Piaget de Moçambique; Mestre em Educação/Ensino de Geografia pela Uni-Púnguè, Docente e Pesquisador do Instituto Superior de Manica (ISPM) e Tutor da UCM-IED.

December 28 (INDE, 2018). Therefore, how can these students be integrated without creating the necessary conditions for inclusive education based on equal opportunities for all children in Mozambique? The research intended to bring reflections on the challenges in Education Inclusion in Mozambique and, at the same time, present some contributions from Geography to school inclusion. As for the methodology, it was based on qualitative research, where the researcher engaged directly with the participants, collecting data through observations and interviews about the challenges. A bibliographic review and documentary analysis were also carried out. The results show that the challenges of inclusion are characterized by different barriers such as Architectural or Environmental, Communicational or Informational, Methodological or pedagogical and Attitudinal. As for the contribution of Geography to inclusion, it is characterized by the use of differentiated teaching resources such as tactile maps for students with visual disabilities, mental maps for students on the Autism Spectrum, and image illustration for students with hearing disabilities.

Keywords: Differentiated Teaching Resources. Tactile Maps. Inclusion in Mozambique.

Introdução

A inclusão escolar é uma demanda urgente para pensarmos numa sociedade mais justa e igualitária, baseada na participação de todos os alunos, sem excepções, na construção do conhecimento. O movimento pela inclusão vem ganhando força nas últimas décadas visando garantir os direitos das pessoas que não se encaixam nos moldes dos padrões de normalidade impostos pela sociedade (Santiago e Alves, 2019). Moçambique adoptou no seu quadro legal a sua educação como inclusiva, a partir de protocolos internacionais dos quais é signatário tendo criado o movimento de Educação para Todos por volta de 1990, quando um pequeno grupo de ONG (organizações não governamentais) nacional e internacional se juntou para apresentar ao governo os resultados da avaliação da qualidade de ensino em Moçambique. No entanto, a introdução das políticas públicas de educação inclusiva surge em Moçambique a partir de 1998, como signatário de diversos tratados desde 1999 a 2017.

O presente artigo pretende trazer uma reflexão sobre os desafios do processo de educação inclusiva em Moçambique e o contributo que a geografia pode dar neste processo. A metodologia utilizada foi centrada na revisão bibliográfica e documental, onde primeiramente fez-se uma busca através da plataforma electrónica Google académico de obras de âmbito nacional e internacional usando as palavras-chaves como Inclusão, Educação Inclusiva, e Geografia. A fase seguinte foi a de selecção das mesmas em função do objectivo central do artigo e do ano de sua publicação, dando primazia para as mais recentes possíveis.

A Inclusão no Ensino

Conceito de Inclusão

Pode dizer-se que *inclusão* é a palavra que hoje pretende definir igualdade, fraternidade, direitos humanos ou democracia (Wilson, 2000) apud (Sanchez e Teodoro, 2006). Para Brasil (2001), citado por Nuernberg e Gesser (2016), entende-se por inclusão a garantia de que todos tenham acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, do esforço colectivo na equiparação das oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida.

Por tanto a inclusão não deve apenas ser entendida como um processo de integração de pessoas com deficiência no mesmo espaço com aquelas sem deficiência. A inclusão implica criar num espaço heterogéneo, um ambiente de equidade e oportunidades para todos.

Educação inclusiva

A educação inclusiva é um processo que reduz a exclusão e visa responder à diversidade das necessidades de todos os alunos, através do incremento da participação na aprendizagem, culturas e comunidades. Assume-se que neste processo é responsabilidade do sistema de ensino, educar todas as crianças e alunos ao limite das suas capacidades e que a singularidade implica adaptações do currículo às características específicas de todos os alunos. (IGEC, 2016).

Para Maia e Freire (2020) citando (Easnie, 2018) a educação inclusiva é uma perspectiva que assume que a educação é para todos e que o sistema educativo deve fortalecer-se continuamente para alcançar todos os alunos.

Já Sanches e Teodoro (2006), afirmam que a educação inclusiva significa a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das ideias feitas.

Para Nuernberg e Gesser (2016) a educação inclusiva deve ser concebida como uma construção da comunidade escolar em seu quotidiano de trocas e tensões sociais. Não se trata de propor a convivência “harmónica” das diferenças, mas na perspectiva que concebe as diferenças como uma potência para a produção do conhecimento e do enriquecimento das práticas sociais.

Breve historial

De acordo com Sanches e Teodoro (2006), a escolarização das crianças em situação de deficiência sensorial no sistema regular de ensino, teve origem na Europa, concretamente nos países nórdicos, em meados do século XX (anos 60), iniciando-se, assim, o movimento da integração escolar. Os países que aderiram a este movimento colocaram as suas crianças e jovens em situação de deficiência nas classes regulares, acompanhados por professores de ensino especial, previamente formados para isso. Este movimento evoluiu e afirma-se com sucessivos trabalhos científicos e legislativos, entre os quais se destaca o ‘Warnock Report’ (1978) que introduziu o conceito de *special educational needs*, substituindo a categorização médica das crianças e jovens em situação de deficiência, onde critérios pedagógicos passam a ser desencadeadores da acção educativa, a Educação especial. É com o Education Act (1981) que o conceito vai ser oficialmente definido, em Inglaterra.

Moçambique adoptou no seu quadro legal a sua educação como inclusiva, a partir de protocolos internacionais dos quais é signatário tendo criado o movimento de Educação para Todos por volta de 1990.

Quadro legal da educação inclusiva em Moçambique

Estudos feitos por Soniva (2021) e da Silva, (2021) afirmam que, Moçambique adoptou no seu quadro legal a sua educação como inclusiva, a partir de protocolos internacionais dos quais é

signatário, tais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos a Declarações de Jomtien (1990) e de Salamanca (1994) Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades educativas especial; incrementando também actualmente os objectivos traçados na Declaração de Dakar, Senegal - 26 a 28 de Abril de 2000, O Marco de Acção de Dakar Educação Para Todos. Nesse acordo o direito da pessoa com deficiência à educação na escola pública está bem claro no tocante a educação para todos e um dos maiores desafios era a erradicação do analfabetismo nos países periféricos garantindo assim que a educação de pessoas deficientes seja parte integrante do sistema educativo. E recentemente a Declaração de Inchion, segundo a UNESCO (2015), preconiza que se assegure a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e a educação ao longo da vida para todos nos próximos 15 anos isso de 2016 a 2030, e como visão “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e suas metas correspondentes, desejando almejar uma inclusão e equidade por meio da educação. Estes documentos internacionais estão reflectidos na legislação moçambicana, como a Constituição da República de (2004), lei do sistema nacional de Educação (2018), entre outros. Pesquisas indicam que o movimento de Educação para Todos no território nacional surgiu por volta de 1990, quando um pequeno grupo de ONG (organizações não governamentais) nacional e internacional se juntou para apresentar ao governo os resultados da avaliação da qualidade de ensino em Moçambique. A introdução das políticas públicas de educação inclusiva surge em Moçambique a partir de 1998, como signatário de diversos tratados desde 1999 a 2017.

Desafios da Educação Inclusiva em Moçambique

Um dos principais desafios para a educação inclusiva em Moçambique diz respeito a formação e a prática docente, que muitas vezes não condizem com a demanda e a necessidade desta modalidade de ensino. Isso se deve a diversos factores, desde as condições de trabalho, como estrutura física das instituições, as carências do processo formativo e até a falta de capacitação continuada para actuar com esse público aliado a este facto, importa referir que infelizmente, nas escolas há um (des)estímulo ao trabalho com crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e professores com fraca motivação ou não incentivados para tal atitude. Por outro lado, os alunos também não estão preparados para a convivência com pessoas com Necessidades Educativas Especiais. Nesta perspectiva, Chambal (2007) afirma que a aplicação de políticas de inclusão escolar exige a tomada de medidas que levem a transformação profundas no sector educacional e com implicações na sociedade em geral.

Em relação à deficiência, os dados estatísticos indicaram, em 2017, que o país contava com cerca de 727.620 pessoas com deficiência, o que corresponde a 2,6% da população geral do país. Desse número, 372.061 são do sexo masculino e 355.559 do sexo feminino (da Silva, 2021). No entanto, os processos de identificação desses grupos, que são a base de orientação das políticas, dependem da existência de sistemas de levantamento, certificação e documentação, factores que são bastante precários no contexto moçambicano. Concomitantemente, em África e particularmente em Moçambique, as pessoas com deficiência estão entre os grupos mais vulneráveis, são desempregadas, enfrentam situações de pobreza e vivem à margem da sociedade e os seus direitos são violados.

Algumas Barreiras à Inclusão em Moçambique

Embora inicialmente motivadas pela necessidade de atender ao disposto em diferentes legislações e especialmente na política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, vários são os desafios encarados pelas escolas moçambicanas que obstaculizam a inclusão. Esses desafios são caracterizados por barreiras, que segundo Nuernberg e Gesser (2016) tais barreiras podem ser classificadas de um modo geral em seus diferentes tipos como **Arquitectónica ou Ambientais, Comunicacionais ou Informacionais, Metodológicas ou pedagógicas e Atitudinais**. Neste artigo serão tratadas três (3) delas a saber: Barreiras comunicacionais, metodológicas ou pedagógicas e atitudinais.

Quadro 1: Descrição de algumas Barreiras à Inclusão em Moçambique

Nº	TIPOS DE BARREIRAS	DESCRIÇÃO
1	BARREIRAS COMUNICACIONAIS OU INFORMACIONAIS	Consistem nas rupturas comunicacionais comuns, ou seja, nas trocas sociais entre surdos e ouvintes, nas dificuldades de comunicação de pessoas com paralisia cerebral e autismo.
2	BARREIRAS METODOLÓGICAS OU PEDAGÓGICA	Referem-se às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo formas de ensino e avaliação.
3	BARREIRAS ATITUDINAIS	Tais barreiras, segundo os autores citando Amaral (1998), “são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação à outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais”. Nesse sentido, tais anteparos se expressam por meio de preconceitos, estigmas e mitos que actuam sobre as pessoas com deficiência, marcando suas trocas sociais negativamente.

Fonte: Adaptado (2022) de Nuernberg e Gesser (2016)

Por tanto, para a promoção de uma educação inclusiva das diferenças e promotora do desenvolvimento de todos os sujeitos, há necessidade de se romperem as barreiras, que de certa medida criam obstáculos a inclusão no Processo de Ensino e Aprendizagem (P.E.A.).

Além de superar essas barreiras, as escolas precisam compreender que a educação inclusiva e a presença de alunos com deficiência demandam modificações profundas no projecto pedagógico. Evidentemente, a inclusão não se consuma com a mera presença de alunos com deficiências no ensino regular, mas com acções concretas que permitam o acolhimento das diferenças e a eliminação das desvantagens impostas àqueles com alguma deficiência sensorial, intelectual ou física.

Processos de Superarão das Barreiras

Reiterar que para a promoção de uma educação inclusiva das diferenças e promotora do desenvolvimento de todos os sujeitos, há necessidade de se romperem as barreiras que obstaculizam a inclusão. Apoiando-se em (Vivarta, 2003), Nuernberg e Gesser (2016) apresentam os Processos de Superarão das mesmas, segundo o quadro a baixo:

Quadro 2: Processos de Superarão das Barreiras à Inclusão

Nº	TIPOS DE BARREIRAS	PROCESSOS DE SUPERARÃO
1	BARREIRAS COMUNICACIONAIS OU INFORMACIONAIS	Sua superação exige diferentes recursos, desde a presença de intérpretes em Língua de Sinais, até a utilização de tecnologias de comunicação alternativa, além da conversão de materiais impressos em tinta em formatos acessíveis a pessoas com deficiência visual, como é o caso da impressão Braille e da produção de textos digitalizados.
2	BARREIRAS METODOLÓGICAS OU PEDAGÓGICAS	Cabendo aos professores a atenção à diversidade na condução das actividades académicas e na coordenação das trocas sociais em sala de aula.
3	BARREIRAS ATITUDINAIS	Destaca-se a importância de se contemplarem mudanças sociais e institucionais na reflexão sobre inclusão, de modo a garantir que tais barreiras não impeçam a plena participação dos alunos com deficiência e possibilitem condições de igualdade na apropriação do conhecimento.

Fonte: adaptado (2022) de Nuernberg e Gesser (2016)

Procedimentos Metodológicos

Quanto a metodologia, ela baseia-se na pesquisa qualitativa, onde o pesquisador se envolveu directamente com os participantes, colectando dados por meio de observações e entrevistas sobre os desafios e barreiras da Inclusão. Nesta etapa, foram feitas visitas à algumas Escolas secundárias, por ser onde se ministram a Disciplina de Geografia e no terreno houve a colaboração dos professores na participação na pesquisa através de respostas de perguntas abertas sobre o tema em causa. Também foi feita a revisão bibliográfica e análise documental de obras de âmbito nacional e internacional, tendo-se começado por uma pesquisa geral sobre o tema e posteriormente uma selecção das obras segundo os seguintes critérios: Relevância, Credibilidade e fontes confiáveis e actualidade.

O CONTRIBUTO DE GEOGRAFIA PARA O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os Desafios da Geografia de na Educação Inclusiva

O ensino de Geografia na Educação Inclusiva passa por diversos desafios, desde a formação docente até mesmo a prática do ensino em sala de aula. Os desafios encontrados são diversos e em se tratando do ensino inclusivo, são ainda maiores, pois, cabe ao professor trabalhar directamente com a formação cidadã dos alunos. Dessa forma, o ensino de Geografia precisa ser avaliado nessa perspectiva, em que o professor deve procurar resgatar para os conteúdos as experiências, as afinidades e toda a diversidade existente no quotidiano dos alunos.

De acordo com Rossi (2000) apud Custódio *et. al.* (2016), no processo de inclusão educacional, não basta simplesmente que os alunos excluídos sejam inseridos no ambiente escolar. As escolas devem estar preparadas para incluí-los em condições minimamente necessárias para o desenvolvimento de cada um. No processo em que um indivíduo seja inserido numa escola regular que não esteja preparada para recebê-lo e lidar com suas dificuldades, ele apenas receberá informações para poder desenvolver suas actividades, muitas vezes realizadas nos padrões já estabelecidos, os quais, em vez de auxiliar no amadurecimento intelectual, promovem a ideia de que, devido a alguma limitação, um aluno é inferior aos demais. Dessa forma, o professor precisa ser um agente activo e determinante na transformação da escola, devendo ser qualificado e, principalmente, acreditar no processo de inclusão, para tornar a sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento de todos os alunos.

A Geografia no processo de educação inclusiva em Moçambique

Para que a educação inclusiva seja uma realidade em Moçambique, para além de uma mudança de mentalidades, no que diz respeito ao acesso e ao sucesso da educação para todos, é necessário criar condições e recursos adequados a cada situação.

Em Moçambique, a Geografia tem sido uma disciplina que busca o fio condutor no real e no fazer diário, para a construção de um ensino realmente significativo, advindo das trocas estabelecidas e da participação activa dos diversos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, o professor conta com a cultura escolar, com o conjunto de conhecimentos sistematizados pela ciência, estruturados pedagogicamente para compor o saber necessário à formação geral dos cidadãos.

Cavalcanti (2010) citado por Custódio *et. al.* (2016) ao voltar-se à forma como o ensino de Geografia deve ser conduzido, destaca que a Geografia ensinada com referências em saberes científicos deve ser confrontada com a cultura geográfica do aluno, com a chamada geografia quotidiana, para que esse confronto/encontro possa resultar em um processo de significação e ampliação da cultura do aluno. A junção dos conhecimentos trazidos pelos alunos com a Geografia ensinada no contexto escolar é o caminho para uma aprendizagem construída na relação, na troca de experiências entre professores e alunos, em uma relação dialógica e activa em que os saberes são construídos mutuamente.

Nesse contexto, a fim de que sejam oferecidas condições ideais para o desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos, inclusive dos que apresentam Necessidades de Aprendizagem, as práticas pedagógicas devem ser pensadas de forma a atender às necessidades e expectativas de todos, utilizando o saber trazido pelos estudantes como um artifício, como um valioso recurso para a construção de um saber realmente significativo.

Cabe lembrar que, em um processo em que as referências trazidas pelos alunos são tão significativas, para uma turma inclusiva, é preciso destacar que os referenciais utilizados devem ser outros.

Nesta perspectiva, o real contributo de Geografia para o processo de educação inclusiva está assente na metodologia proposta para se trabalhar com alunos com deficiência, mesmo quando

faltam recursos adequados para um pleno desenvolvimento do trabalho, o que amplia ainda mais as dificuldades do educador, não obstante ao exposto, Sampaio *et. al.* (2020) advogam, que é necessário que a sala de aula e o plano de trabalho dos conteúdos sejam sempre adequados a realidade dos alunos.

O Ensino de Geografia para alunos com Deficiência Visuais

Diferentemente das aulas tradicionais, em que a referência visual é predominante, o ensino para deficientes visuais por exemplo deve priorizar outras formas de perceber e representar o mundo, como informações tácteis e sonoras, que devem ser mais exploradas para atender a um alunado que se torna cada vez mais heterogéneo. O referencial trazido pelo aluno cego para a sala de aula está baseado nas experiências que são percebidas por ele por vias não visuais. O tacto, a audição, o olfacto, o sistema cenestésico e também a linguagem, como produto das relações sociais, oferecem ao deficiente visual inúmeras informações sobre o mundo, que devem ser consideradas nas metodologias de ensino ao fazer parte dos conteúdos e do contexto escolar. Os chamados materiais tácteis podem ser elaborados para atender principalmente as duas necessidades: a educação formativa e a orientação/mobilidade de pessoas com deficiência visual severa ou com cegueira.

Contudo, considera-se que, para alunos com deficiência visual, o uso de materiais didácticos adaptados torna-se condição básica que viabiliza a permanência na escola, principalmente em disciplinas em que o uso de recursos didácticos é frequente, como mapas nas aulas de Geografia. Dessa forma, além de facilitar acesso ao conhecimento, o uso de tais recursos pode ser considerado um meio de possibilitar o desenvolvimento de habilidades e funções cognitivas, que devem se reflectir no desempenho escolar dos estudantes.

Figura 1: Globo Terrestre Táctil artesanal



Material: Bola de implama, tinta-óleo, areia, argila, parafina, algodão, esponja de banho e papelão.
Pode ser utilizado com alunos de deficiência visual, tendo como objectivo que estes possam distinguir as diferentes massas continentais através do sentido do tato. E também pode ser utilizado por alunos sem deficiência visual.

Fonte: Mendes, (2014)

As vantagens deste material adaptado são o custo, pois é feito com materiais baratos e encontrados em papelarias e mercados, e o aproveitamento de seu uso como recurso para ser utilizados para os demais alunos. A desvantagem é a proporcionalidade dos continentes, porque é muito difícil representar os continentes fora de suas escalas cartográficas. (Mendes, 2014). Portanto, ao repensar a prática na inclusão, deve-se levar em consideração o planeamento, os conteúdos e o material a ser adaptado. Isso requer do professor uma reflexão sobre o seu papel dentro da construção de uma educação geográfica que privilegie a inclusão.

O Ensino de geografia para alunos com Deficiência Auditiva

É necessário repensarmos as práticas educacionais em geografia a respeito da educação de surdos, buscando o melhor caminho: a Educação inclusiva ou a Educação bilíngue. O surdo necessita de um processo diferenciado de educação, pois sua maior barreira é a diferença linguística presente no ambiente escolar. É necessário respeitar o modo de pensar, as maneiras dele se expressar e valorizar a identidade dos Surdos. Diante de uma turma com alunos de deficiência auditiva, Santos e Vasconcelos (2019) sugerem que o professor de Geografia tenha que adotar metodologias motivadoras como jogos pedagógicos, o uso de filmes com legenda para surdos, recursos visuais e de comunicação, multimídia, trabalho prático de campo, que resultem em aprendizagem de conteúdos que são fundamentais, colaborando para o processo de inclusão dos educandos surdos. Para o ensino de Geografia as referências sensoriais, como a tátil, a visual, a auditiva, a olfactiva e a cenestésica experienciadas por meio de recursos sonoros e visuais são aliados importantes para a apreensão e compreensão de saberes geográficos dos alunos com esta deficiência, conforme foi evidenciado por Vilar e Raggi, (2018), ao apresentar uma análise acerca dos potenciais elementos desta articulação em sua obra intitulada *Geografia, Cartografia e Inclusão escolar*.

Ensino de Geografia para alunos com transtorno do Espectro Autista

Diante da realidade que abrange a educação, cada sujeito é singular no processo de ensino-aprendizagem, e essa metodologia de trabalho tem como ponto de partida desmistificar a ideia que crianças e adolescentes com autismo ou dotados de habilidades especiais, inseridos no contexto da Educação Inclusiva, são incapazes de interação e representação do 'Espaço Vivido'. Para tal, as representações cartográficas apresentam-se como uma importante forma de expressão espacial a ser inserida nas aulas de Geografia, estando presente em vários conceitos tais como: espaço, território, região, paisagem, lugar, constituindo um elemento com linguagem gráfica que deve ser muito explorado pelos professores nas aulas de Geografia.

Para Silva e Santos (2017) citando Santos (2012) a Cartografia deve ser compreendida “[...] como construção social, não como algo pronto, acabado e estático. A Cartografia não é meramente um amontoado de técnicas, ela constrói, e reconstrói e acima de tudo revela informações.” Com isso, deve-se considerar uma Cartografia que vai além da técnica, bem como suscita sentimentos, cultura, arte, estando envolvidos processos cognitivos de expressão e espacializações de experiências, ou seja, dotadas de representações cartográficas mentais e abstractas, intrínsecas aos indivíduos.

Dessa forma, o professor de geografia deve proporcionar ao aluno autista uma percepção cartográfica, desmistificando a cartografia-desenho, abordando uma cartografia como um meio de comunicação e representações cartográficas, oferecendo-o deste modo, diferentes recursos visuais, versando os conceitos cartográficos, para que seja possível posteriormente apreendê-los através dos diversos “Mapas_mentais” desses alunos, corroborando com Silva e Santos (2017) ao afirmar que a linguagem visual é um facilitador no processo de apreensão da aprendizagem pelo aluno. Através do mapa mental, pode-se observar se o aluno tem percepção do espaço vivenciado por ele, e se tem a capacidade de abstrair, transpondo para o papel, assim, pode analisar alguns elementos essenciais para a Cartografia Escolar através da linguagem gráfica.

Portanto, a metodologia utilizada pelos professores diante dos alunos com esse tipo de distúrbio (autistas) deve privilegiar a criação artística individual do espaço vivido pelos mesmos. Seemann (2012) citado por Silva e Santos, (2017) esclarece que “os desenhos expressam emoções, preocupações e opiniões que as crianças dificilmente poderiam descrever através de palavras.” O autor ainda reforça a necessidade de se ler “entre linhas” os mapas produzidos por essas crianças, pois eles revelam seus conhecimentos e suas identidades.

Uma pesquisa feita por Silva e Santos (2017) intitulada “*O Ensino de Geografia e os mapas mentais de Crianças e Adolescentes com Transtorno Do Espectro Autista no Município de Duque De Caxias/Rj*” descreve várias as actividades desenvolvidas e suas respectivas etapas para a elaboração dos mapas mentais temáticos.

Considerações Finais

A Educação Inclusiva, em Moçambique, é marcada por vários desafios, influenciando negativamente todo o processo, ou seja, as pessoas com deficiência estão entre os grupos mais vulneráveis, são desempregadas, enfrentam situações de pobreza e vivem à margem da sociedade. Mesmo volvidos mais de 20 anos após Moçambique ter adoptado a educação inclusiva no seu quadro legal, o impacto ainda é insipiente, pois, há varias barreiras com destaque para as atitudinais são as que mais criam desafios no processo de inclusão dando claras evidências de que ainda há muito que se fazer para a efectivação concreta da Inclusão Escolar em Moçambique.

Abordar a temática da inclusão de modo geral, é falar de um novo modelo em termos de educação, de uma nova concepção de escola, onde a igualdade de oportunidades e participação, a equidade educativa, a diversidade cultural, os valores de uma cultura de cooperação e de interajuda estão subjacentes a todas as práticas educativas. A educação inclusiva emerge, sim, como um constructo multidimensional que engloba não só um combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação do aluno, mas também uma multiplicidade de estratégias, actividades, recursos, projectos e processos adequados às necessidades de todos e de cada uma das crianças e alunos. Nesse contexto, a fim de que sejam oferecidas condições ideais para o desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos, inclusive dos que apresentam Necessidades de Aprendizagem, as práticas pedagógicas devem ser pensadas de forma a atender às necessidades e expectativas de todos, utilizando o saber trazido pelos estudantes como um artifício, como um valioso recurso para a construção de um saber realmente significativo. Quanto a Geografia, ela deve ser uma disciplina que busca o fio condutor no real e no fazer diário, para a construção de um ensino realmente significativo, advindo das trocas estabelecidas e da participação activa dos diversos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Estes pressupostos visam tornar realidade os direitos universais para a qualidade, uma educação potenciadora do desenvolvimento integral do potencial de cada aluno e ainda, procurar permitir que todos combatam a discriminação e celebrem a pluralidade.

O professor de Geografia em sala de aula tem como função potencializar seus estudantes, utilizando todas as formas diversas de expressões para atingi-los, tornando-se numa figura indispensável no processo de Educação Inclusiva, pois o seu papel é educar para o exercício da cidadania, precisando assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos, repensando a prática diária na inclusão, tendo em consideração que o plano, os conteúdos e o material deve ser adaptado,

requerendo dele uma reflexão sobre o seu papel dentro da construção de uma educação geográfica que privilegie a inclusão, pois uma sala de aula não homogênea, ou seja, os alunos não são iguais.

Contudo, o contributo da Geografia na Educação Inclusiva evidencia-se, na elaboração de materiais didáticos a serem ministrados em salas de aulas heterogêneas, ou seja com alunos com e sem deficiências, contribuindo deste modo para uma Educação mais inclusiva em Moçambique.

Referências Bibliográficas

- Chambal, L. A. (2007). *A escolarização dos alunos com deficiência em Moçambique: Um estudo sobre a implementação e os resultados das políticas da inclusão escolar (1999 – 2006)*. Tese de Mestrado em Educação: História, Políticas, Sociedade, apresentado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Custódio, G. A. Ruth E. Nogueira e Nuernberg, A. H. (2016). *A formação dos conceitos de município e cidade em deficientes visuais*, Geografia e inclusão escolar Teoria e práticas Florianópolis, pp. 76-101.
- Da Silva, D. B. M. (2021). *Educação especial em Moçambique: uma análise das políticas públicas 1998-2019*, Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Inspeção-geral da Educação e Ciência (IGEC, 2016). *A Escola Inclusiva: Desafios*, Editorial do Ministério da Educação e Ciência LISBOA, Dezembro.
- Mendes, J. C. (2014). *Geografia e Educação Inclusiva: (re)pensar o fazer Pedagógico na sala de aula*, anais do VII Congresso brasileiro de geógrafos, ISBN: 978-85-98539-04-1, Victoria, ES.
- Nuernberg, A. H. e Gesser, M. (2016). *Barreiras atitudinais no contexto da inclusão escolar de estudantes com deficiência* Geografia e inclusão escolar Teoria e práticas Florianópolis, pp. 13-28.
- Sampaio, V. S; Sampaio, A.V.O e Almeida, E. S. (2020). *O ensino de Geografia na perspectiva da Educação Inclusiva*, Geopauta, Vitória da Conquista, ISSN: 2594-5033, V. 4, n.3, 2020, p. (210-226).
- Sanches, I e Teodoro, A. (2006). *Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos*, Revista Lusófona de Educação,8, 63-83.
- Santiago, I. e Alves, G. B. (2019). *Ensino da Geografia na Perspectiva da Inclusão Escolar: Escassez de Pesquisas e Demandas em Profusão* 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajectórias Universidade Estadual de Campinas, 29 de Junho a 4 de Julho.
- Santos, M. S. B. A. e Vasconcelos, M. V. (2019). *Ensino de Geografia para alunos Surdos: Metodologias aplicadas em sala de aula*, 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajectórias Universidade Estadual de Campinas, Ateliê de Pesquisas e Práticas em Ensino de Geografia ISBN 978-85-85369-24-82798.
- Silva, M. S. e Santos, C. (2017). *O ensino de geografia e os mapas mentais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista no município de Duque de Caxias/RJ*, Revista Continentes (UFRRJ), ano 6, n. 11, 2017 (ISSN 2317-8825).
- Soniva, R. G. J. (2021). *Políticas Públicas de Educação Inclusiva Em Moçambique: Reflexão dos Documentos Legais Internacionais e Nacionais*.

Vilar, E. T. F. S. e Raggi, M. G., (2018). *Geografia, Cartografia e Inclusão Escolar: Uma análise acerca dos potenciais elementos dessa articulação*, VI SIP, II ENEEPAL, I SEPAL, ISSN: 1981 – 3031, Brasil.

Documentos oficiais

2º Suplemento; MINED E INDE. (2018). *Plano Curricular do Ensino Secundário (PCES)*, Documento orientador.

Boletim da República (2020), Resolução n.º40/2020, I seria n.º 31, Imprensa Nacional de Moçambique.

UNESCO (2015), Declaração de Incheon: Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137>.

Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança

Education for entrepreneurs: usefulness of using the sales breakpoint and safety margin

Jorge Caetano Fonseca*
João António Dias Junior**

Resumo

A educação é compreendida como um instrumento normativo que constitui uma acção social contextualizada num tempo e espaços definidos em função dos quais variam as possibilidades, os recursos e os conteúdos formativos e economia é o estudo da forma como as sociedades utilizam recursos escassos para produzir bens e serviços com valor e para os distribuir entre indivíduos diferentes. O problema da pesquisa reside no facto de pesquisadores verificarem a existência constante de falência das empresas, perante este problema, pode se dar o seguinte questionamento: qual é o contributo da Educação para os empreendedores: a utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, no Município do Dondo? A opção pelo tema da pesquisa justifica-se pelo facto de constituir uma prioridade a operação de mudanças tendentes à melhoria da inserção na formação moral dos empreendedores em observância do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, porque ele bem utilizada permite a correcta administração dos recursos financeiros. Objectivo central é compreender o *contributo da Educação para os empreendedores* o, uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança. A metodologia desta pesquisa foi utilizada o paradigma interpretativo, o tipo de pesquisa foi a qualitativa, o método utilizado foi o indutivo, a técnica foi a entrevista, a análise documental e a observação, a 4 participantes (empreendedores informais). Os resultados foram os seguintes: os nossos entrevistados não conhecem e nunca ouviram do ponto critico das vendas e margem de segurança; falta da educação para os empreendedores em matéria do ponto critico e margem de segurança. Podemos concluir que é importante promover a matéria da *Educação para os empreendedores* o, uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, porque o cálculo do ponto critico das vendas permitem efectuar simulações quanto aos resultados das empresas, sendo muito utilizado na realização de a análises de viabilidade, pós permite conhecer a dimensão mínima necessária para tornar o projecto lucrativo, existe situações em que o lucro em inferior em relação aos custos (prejuízo). Podemos concluir também que este instrumento bem aplicado permite ao gestor/empreendedor planear e controlar os recursos financeiros, facilitando a tomada de decisões futuras, assim como novos investimentos.

* Jorge Caetano Fonseca, nasceu a 07 de Abril de 1979 no Distrito de Marroneu, Província de Sofala, Doutorado em Ciências de Educação e Comunicação com especialização em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique Delegação de Nampula, Mestre em Administração e Gestão Escolar com especialização em Ciências de Educação pela Universidade Pedagógica de Moçambique Delegação da Beira, Licenciado em Economia e Gestão pelo Instituto Superior de Ciências e Gestão, docente da disciplina de Cálculo Financeiro, Gestão Financeira, Fundamentos de economia, Organização e Gestão Escolar, Gestão Financeira de Organizações e Projectos, Avaliação da Qualidade em Educação e das Organizações Educativas, Modelos de Administração Escolar, Políticas Educativas e Ensino Superior em Moçambique e Pesquisador na Universidade Católica de Moçambique no Instituto de Educação a Distância. E-mail: jorgecaetanofonseca859@gmail.com

** João António Dias Júnior, nasceu a 24 de Setembro de 1972 no Distrito de Moatize, Província de Tete, Mestre em Gestão e Administração Educacional e Licenciado em Serviço Social pela Universidade Católica de Moçambique, docente da disciplina de Sociologia Geral, Psicologia Geral, Didáctica Geral, Metodologias de Investigação Científica e Habilidades de Vida e HIV/SIDA na Universidade Católica de Moçambique no Instituto de Educação a Distância. E-mail: joao.junior@ucm.ac.mz

Palavras-Chave: Educação, Empreendedores, Ponto crítico das vendas

Abstract

Education is understood as a normative instrument that constitutes a social action contextualized in a defined time and space according to which the possibilities, resources and training contents vary and economics is the study of how societies use scarce resources to produce goods and services with value and to distribute them among different individuals. The problem of the research lies in the fact that researchers verify the constant existence of bankruptcy of companies, in the face of this problem, the following question can be asked: what is the contribution of Education to entrepreneurs: the usefulness of the use of the Critical Point of Sales and Safety Margin, in the Municipality of Dondo? The choice of the research theme is justified by the fact that it is a priority to make changes aimed at improving the insertion in the moral formation of entrepreneurs in observance of the use of the Critical Point of Sales and Safety Margin, in the Municipality of Dondo because it allows the correct administration of financial resources. The main objective is to understand the contribution of Education to entrepreneurs, the use of the Critical Point of Sales and Safety Margin, in the Municipality of Dondo. The methodology of this research was used the interpretative paradigm, the type of research was qualitative, the method used was inductive, the technique was interview, document analysis and observation had 5 participants (informal entrepreneurs). We obtained the following results: according to our interviewees, they do not know and have never heard of the critical point of sales and margin of safety; Lack of education for entrepreneurs on the critical point and safety margin. We can conclude that it is important to promote the subject of Education for entrepreneurs, the use of the Critical Point of Sales and Margin of Safety, because the calculation of the critical point of sales allows simulations to be carried out as to the results of the companies, being widely used in the performance of post-feasibility analyses allows to know the minimum size necessary to make the project profitable, There are situations in which the profit is lower than the costs (loss). We can also conclude that this well-applied instrument allows the manager/entrepreneur to plan and control financial resources, facilitating future decision-making, as well as new investments.

Keywords: Education, entrepreneurs, Sales Hotspot.

Introdução

Quando procedermos uma análise mais profunda das actuais tendências do mundo económico, é destacada a predominância de economias mais voltadas ao mercado, conduzidas essencialmente pelas decisões de seus consumidores. A abertura de mercados e o crescimento da competitividade entre as unidades produtivas marcas impostas pela globalização da economia, exigindo maior nível de qualidade e eficiência de seus agentes.

Assim, a educação pode ser entendida como um instrumento normativo que constitui uma acção social contextualizada num tempo e espaços definidos em função dos quais variam as possibilidades, os recursos e os conteúdos formativos. Neste contexto, as práticas educativas institucionais não são processos uniformes e gerais, mas, realidades singulares cuja forma e fundo variam de uma comunidade para outra, no âmbito onde os conteúdos e as modalidades educativas se dispõem de acordo com os interesses e objectivos das instituições educativas e das pessoas para quem se organizam e actualizam. Para a formação do carácter, os empreendedores precisam de saber a importância da educação para os empreendedores a utilidade do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, viver, desde início,

experiências moralmente enriquecedoras, que os ajudam a interiorizar os valores básicos, em especial o valor da gestão financeira na vida pessoal tal como na organização.

Nota-se constantemente o fecho ou encerramento das empresas, por falta da incapacidade de manter os investimentos, a incapacidade de honrar os compromissos para com os terceiros, falta de controlo da rentabilidade do capital investido, a falta de controlo dos seus lucros, possibilidade de falência e entre outros. Perante este problema, pode-se dar o seguinte questionamento: *Qual é o contributo da Educação para os empreendedores a utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança?*

A opção pelo tema da pesquisa justifica-se pelo facto de constituir uma prioridade a operação de mudanças tendentes à melhoria da inserção na formação moral dos empreendedores em educação na observância do cálculo no uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança. Podemos perceber o ponto de equilíbrio tem como objectivo principal mostrar para a empresa o que ela precisa de produzir e vender para cobrir todos os seus custos e despesas (fixos e variáveis) e dar lucro. Cada empresa tem o seu próprio ponto de equilíbrio. A análise do ponto de equilíbrio deve ser feita com cautela, tendo em conta as peculiaridades da empresa, ramo de actividade, estrutura de custos e qualidade da informação na base de cálculo, bem como à margem de contribuição, que terá relação e reflexo directamente no fluxo de caixa.

É relevante para gestores determinarem e saberem quais as quantidades a produzir ou a vender, para atingirem um ponto em que não tenham lucro, nem prejuízo, a fim de delinearem as estratégias que lhes permitem ultrapassar esse ponto e produzirem ou venderem quantidades que lhes dêem lucro.

O exercício do objecto deste estudo foi desenvolvido no âmbito das buscas de alternativas e possibilidades com o intuito de apoiar as instituições, o qual teve como objectivo central Compreender a Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança. Para o efeito, o pesquisador propõe os seguintes objectivos específicos:

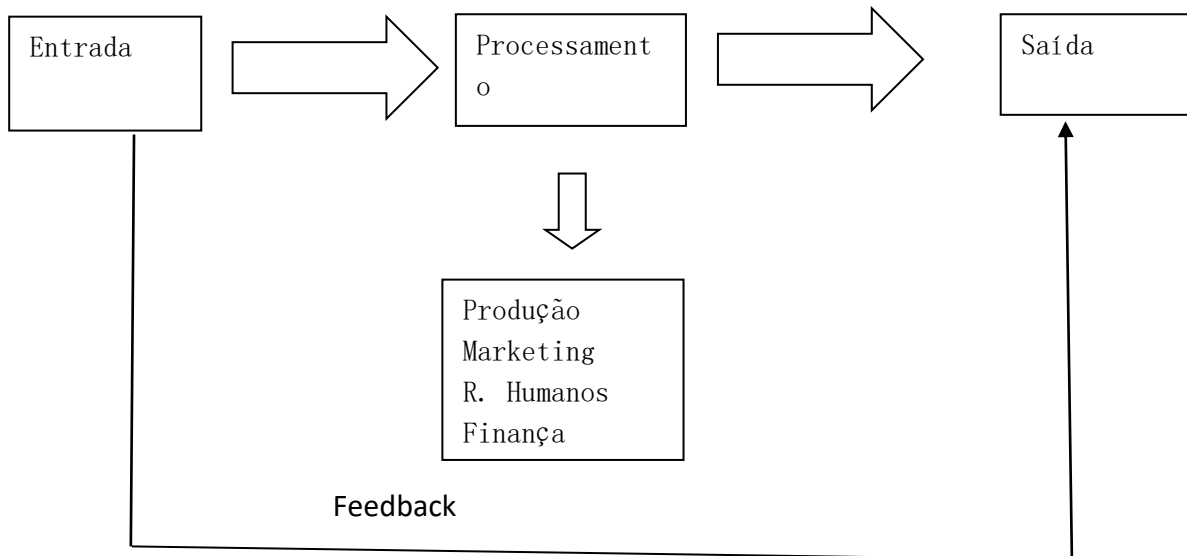
- ✓ Identificar *contributo da Educação para os empreendedores a utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança*
- ✓ Descrever a relevância do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança
- ✓ Perceber o papel da educação *para os empreendedores a utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança;*

Revisão da Literatura

A globalização pressupõe um livre comércio entre as nações e nesse contexto a contabilidade assume um papel muito importante nesse processo porque apura e divulga os resultados das empresas em diferentes contextos económicos sujeitos a normas específicas, e também dos agregados de mercado.

Dessa forma, uma empresa não pode mais ser vista como um sistema fechado em seu ambiente interno, mas sim como um sistema aberto com o principal, objectivo de obter resultados.

Assimetria de Informação



Fontes: Fonseca, 2024.

Uma empresa pode ser definida como uma organização que tem por objectivo obter utilidades através da sua participação no mercado de bens e serviços. Geralmente é uma integração de elementos humanos, materiais e técnicos.

Educação para os empreendedores a utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança

Enquanto Freire (2019) entende a educação como sendo um esforço a serviço da humanidade ou do bem-estar da humanidade. Já para, Boavida e Dujo, (2007), a educação pode ser entendida como um instrumento normativo que constitui uma acção social contextualizada num tempo e espaços definidos em função dos quais variam as possibilidades, os recursos e os conteúdos formativos. Neste contexto, as práticas educativas institucionais não são processos uniformes e gerais, mas, realidades singulares cuja forma e fundo variam de uma comunidade para outra, âmbitos onde os conteúdos e as modalidades educativas se dispõem de acordo com os interesses e objectivos das instituições educativas e das pessoas para quem se organizam e actualizam.

Edgar (2002) e Carmo, (2014), apontam uma das principais características do acto educativo: a sua constante mudança e o seu dinamismo; um processo estruturado por momentos, elementos e acontecimentos que interactuam e se influenciam mutuamente e mudam no tempo. Assim se exemplifica neste modelo básico – linear-de-educação-comunicação. Abaixo apresentamos o processo básico da educação- comunicação.

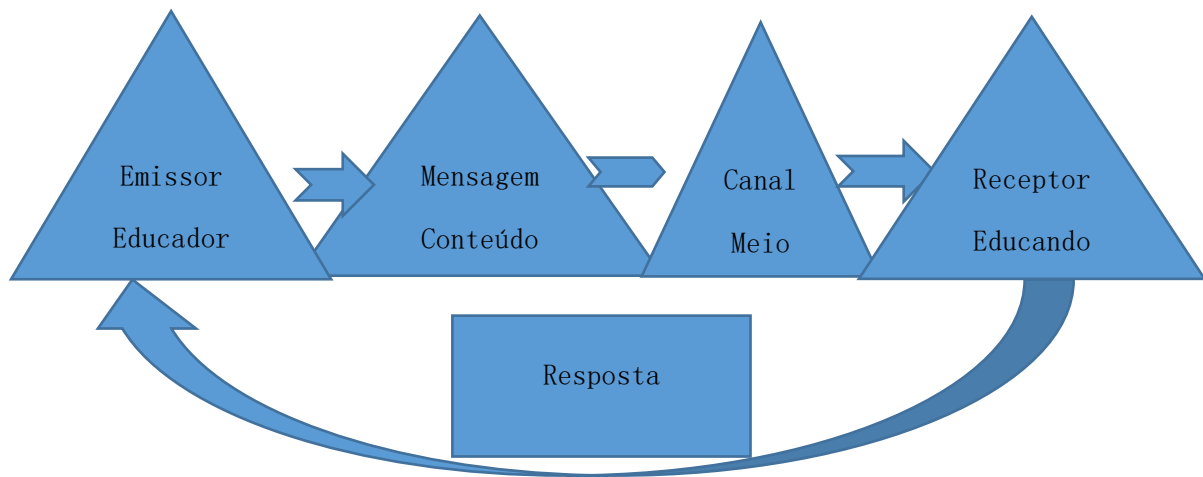


Figura 1- Processo básico da educação- comunicação

Fonte: Autores com base em Gomez, Freitas e Callejas, (2014)

Ponto crítico das vendas e margem de segurança

Todas empresas têm sempre como objectivo principal no desenvolvimento da sua actividade obter resultados 'positivos.

É relevante para os gestores determinarem e saberem quais as quantidades a produzir ou a vender, para atingirem um ponto em que não tenham lucro, nem prejuízo, a fim de delinearem as estratégias que lhes permitem ultrapassar esse ponto e produzirem ou vendem quantidades que lhes dêem lucro.

O mesmo se dá em relação ao valor das vendas, procurando saber o valor das quantidades vendida que não do lucro nem prejuízo, após este conhecimento os gestores podem actuar de forma que as vendas ultrapassem o resultado zero a posse a ter o lucro desejado.

Assim o ponto crítico pode ser definido como o ponto onde a receita obtida na venda de necessidades de um bem ou serviço é igual os custos incorridos na produção das mesmas quantidades.

O ponto crítico das vendas segundo Matarazzo (2010), Santos (2004), Pereira da Silva (2010), Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), pode ser definido em termos de valor, correspondendo neste caso, o montante de vendas necessário para cobrir os custos totais. Tendo em conta este conceito, no ponto crítico de vendas os lucros são nulos, tornando-se positivo para quantidades superiores e negativos para quantidades inferiores.

O cálculo do ponto crítico das vendas permitem efectuar simulações quanto aos resultados das empresas, sendo muito utilizado na realização de análises de viabilidade pois permite conhecer a dimensão mínima necessária para tornar o projecto lucrativo, existe situações em que o lucro é inferior em relação aos custos (prejuízo) e o contrário a empresa está tendo lucros.

Determinação do ponto crítico

Para a determinação do ponto crítico das vendas segundo Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), é relevante a presença dos seguintes elementos:

- Resultado (R)
 - Proveito (P)
 - Custos variáveis (CV)
 - Custos fixo (CF)
 - Quantidade (Q)
 - Preço de venda (PV)
- $$R = P - C$$
- $$R = P - (CV - CF)$$
- $$R = (Q * PV) - (Q * CV) - CF$$
- $$R = Q(PV - CV) - CF$$
- $$Q(PV - CV) - CF$$

A análise do ponto crítico segundo Matarazzo (2010), Santos (2004), Perreira da Silva (2010), Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), possibilita:

- Analisar o comportamento e influência de alguns parâmetros económico relevante.
- Determinar o espaço de variação do nível de actividade.
- Apreçar a viabilidade económico de novos investimentos em capital fixo.

Produtividade monetária

A produtividade económica do trabalho, avaliada em termos monetários, apresenta na seguinte fórmula:

$$P_m = VAB/Q = VAB/C \times C/S \times S/Q$$

Assim:

VAB/Q = Produtividade Económica

VAB/C = Taxa de Produtividade do Capital

C/S = Intensidade Tecnológica

S/Q = Custo médio do trabalho por produto

Estes indicadores fornecem a seguinte informação:

- A taxa de produtividade do capital ($VAB/\text{Capital}$ e exploração) mede a capacidade do capital de exploração para criar valor, isto é, indica o número de unidades de valores acrescentado por 90 unidades de capital investido.
- A intensidade tecnológica ($\text{Capital investido}/\text{Massa salarial}$) mede a relação do custo de capital com o custo do trabalho humano, ou seja, indica se a actividade é intensiva em capital ou intensiva em mão de obra.

- O custo médio do trabalho por produto (massa salarial/produção) mede o custo médio anual do factor trabalho incorporado em cada unidade produzida.

Uma explicação mais analítica da taxa de produtividade do capital (VAB/C) pode ser realizada através da sua desagregação em dois indicadores subsidiários:

$$VAB/C = VAB/VN \times VN/C$$

Em que:

VAB/VN = taxa de integração

VN/C = rotação do capital

Rentabilidade V. negocio = resultado líquido / volume de negócios

A utilização dos capitais aplicados expressa-se num coeficiente que, quando muito elevado, pode significar que a empresa esta a trabalhar perto do limite da capacidade ou, no inverso, pode significar a subutilização de recursos.

Rotação dos capitais aplicados = volume de negócios / capitais aplicados

Assim, segundo Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), o indicador económico da rentabilidade do capital aplicado (Rc) apura-se na seguinte equação:

Rentabilidade do capital = margem comercial x rotação do capital

Ou

Resultado líquido/capital investido = resultado líquido/vol. Negócios x vol. Negócios /capital investido

Para aumentar a rentabilidade do capital investido na exploração pode actuar-se sobre a margem (eficácia comercial) ou/e sobre a rotação do investimento (eficácia dos capitais). Assim, através de varias combinações de margem e rotação, é possível atingir-se a mesma taxa de rentabilidade do investimento, isto é, alternativas de rendimento do capital de exploração.

Exemplo: Margem = 15%

Rotação = 2

Taxa de rentabilidade de investimento = 15% x 2 = 30%

Margem = 5%

Rotação = 6

Taxa de rentabilidade de investimento = 5% x 6 = 30%

Limiar mínimo de rentabilidade

O Limiar de Rentabilidade segundo Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), corresponde a um determinado ponto económico (chamado ponto crítico das vendas), no qual o valor dos proveitos totais da actividade (volume de negócios) iguala o custo total dessa mesma actividade. Uma vez atingido esse ponto limiar, a empresa tem a garantia de que não terá prejuízo, embora também não registre Lucro, já que os custos fixos igualam a margem bruta (venda – custo das vendas) gerada pelo volume de negócios.

Este conceito fornece-nos muitas informações importantes, pois o ponto crítico das vendas mostra:

- O volume de vendas para o qual os proveitos igualam a custos totais conduzindo a um resultado nulo;
- E também, o volume de vendas que permite a obtenção de uma margem de contribuição suficiente para a cobertura de custos fixos.

Fórmulas para o cálculo do ponto crítico das vendas:

Ponto crítico das vendas em quantidade -> $Q^* = CF / mg(u)$

Ponto crítico das vendas em valor -> $V^* = CF / (mg(u) / pv(u))$

Os passos para o cálculo do Limiar de rentabilidade são as diferenças entre os custos fixos e custos variáveis:

- Os custos fixos (Cf) são os custos próprios da estrutura empresarial, que deverão ser assumidos independentemente do volume de negócios (Ex. salários, amortizações, custos financeiros, imposto sobre o rendimento);
- Os custos variáveis (Cv) são os custos que se assumem na razão directa das operações de produção e venda (Ex. consumo de matérias primas, serviços externos, impostos indirectos).

Margem de segurança ou lucro

De acordo com Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), podemos entender como um indicador estatístico do risco económico de exploração. Este indicador que nos apresenta a percentagem do volume de actividade efectivamente praticada para além do ponto crítico. Para calcularmos a margem de segurança é necessário um prévio conhecimento do ponto crítico das vendas estamos a referir (em valor ou em quantidade).

$Ms = \frac{\text{Preço de vendas} - \text{preço de custo}}{\text{Preço de venda}} \times 100$ ou

$Ms = \frac{\text{Margem bruto}}{\text{Preço de venda}} \times 100$ ou

$Ms = \frac{\text{Margem bruto}}{\text{Custo de preço}} \times 100$

Ponto crítico das vendas segundo Matarazzo (2010), Santos (2004), Perreira da Silva (2010), Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), entendem que é o ponto onde as receitas e as despesas são iguais, ou seja,

em que as vendas são suficientes para cobrir as despesas significa que não se perde nem se ganha dinheiro, estando-se somente a receber o valor que se gastou.

Segundo os autores referem que para determinar o ponto crítico, um empreendedor precisa saber:

- O risco do produto/serviço para clientes
- Os custos associados as que esta ser vendida (custo variável)
- As despesas habituais associadas a gestão do negócio (custo fixo)
 - Custos variáveis: Custos que variam directamente com número de unidade produzidas ou vendidas.

Desenho Metodológico

O presente capítulo trazemos uma breve apresentação acerca do procedimento metodológica e das técnicas escolhidas para a realização da presente investigação.

Neste contexto, visa fazer uma apresentação das técnicas, métodos e instrumentos que foram usados para efectivar a pesquisa com a temática relacionada com Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança.

Para Mattos (2005) a metodologia é sistematização de práticas na solução de problemas de pesquisa. É com este princípio que tentamos sistematizá-la de modo a alcançar os propósitos do estudo.

Segundo a ideia dos autores podemos perceber que a metodologia científica pode ser definida como um conjunto de procedimentos e abordagens técnicas intelectuais operacionalizáveis pela ciência para resolver questões atinentes a aquisição objectiva do conhecimento de uma forma sistemática no que se refere aos procedimentos metodológicos como: O paradigma é o tipo de pesquisa, a selecção dos participantes da pesquisa as técnicas de recolha de dados, as considerações éticas, a descrição do local do estudo e os procedimentos para análise dos dados provenientes da entrevista e da análise documental, abaixo apresentamos a tabela que ilustra os objectivos específicos da pesquisa, as questões levantadas e os conceitos chaves da pesquisa.

Paradigmas da investigação

Bardin (2010) definem paradigma como sendo uma estrutura mental assumida que serve para classificar o real antes do estudo ou investigação mais profunda que comporta elementos de natureza metodológico mais também metafísica, psicológica por ai em diante.

Para este estudo foi utilizado paradigmas interpretativo porque este paradigma valoriza a explicação e compreensão holística das situações, o carácter complexo e essencialmente humano da actividade de interpretação do real e o papel privilegiado que nessa actividade toma o plano da intersubjectividade resultante do encontro e interacção de múltiplos actores sociais entre os quais se inclui o investigador refere o (Amado, 2014).

Tipo de pesquisa

Para este foi utilizado o estudo qualitativo porque a pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (Bardin, 2010).

Método de pesquisa

Carvalho (2009), define o método científico como um processo racional que se emprega na investigação, ou é a linha de raciocínio adoptada no processo de pesquisa. Os métodos de abordagem, tradicionalmente divulgados em termos que fornecem as bases lógicas a investigação são: Método dedutivo, o método indutivo e o método hipotético dedutivo. Para este estudo vamos utilizar método indutivo.

Método Indutivo

Para este estudo foi utilizada método Indutivo, o conhecimento científico é o único caminho seguro para a verdade dos factos.

Para o Carvalho (2009), define Método indutivo, é uma operação lógica que vai do particular ao geral, ou ao contrário da dedução, não progride simplesmente pelas relações entre ideias. Considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos.

Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para reunir informações pormenorizadas, escolheu-se um conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos capazes em abordagem qualitativa, interpretar uma realidade com maior riqueza de detalhes, como é pertinente num estudo de caso: entrevistas, observação, análise documental e grupos de discussão focalizada. A opção por estas técnicas justifica-se pelo facto de ter-se escolhido uma abordagem qualitativa na modalidade de estudo de caso, pois as técnicas seleccionadas podem ser combinadas conforme diz Vilelas (2009) para obter informação muito credível.

Para colher informações em causa, foi utilizado estudo qualitativo de recolha de dados, nomeadamente:

- a) Entrevista semi-estruturada (para obtenção de dados primários do estudo)
- b) Análise documental (para obtenção de dados secundário)
- c) Observação (para obtenção de dados terciário)

Participantes

Para a selecção dos participantes, importa referir que nas pesquisas qualitativas os indivíduos do estudo geralmente não são chamados por sujeitos ou elementos da amostra, mas sim de participantes.

Entretanto, para este estudo tem como participantes (04) empreendedores todos eles empreendedores informais.

Apresentação e discussão de resultados

O resultado da pesquisa está organizada com base nas categorias que orientam o processo de apresentação e análise dos dados, como afirmamos anteriormente estas categorias emergiram a partir do nosso quadro teórico e dos dados das entrevistas com os participantes em nossa pesquisa acima referenciado as informações sobre a importância do estudo perspectiva da Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança. Assim vamos apresentar e discutirmos os resultados em torno dos objectivos específicos as seguintes questões: Qual é a utilidade da observância do Ponto crítico das vendas e margem de segurança? Quais são as vantagens do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança? Qual é a importância da Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança?

Utilidade da observância do Ponto crítico das vendas e margem de segurança

A categoria a cima, se procurou saber a utilidade da observância do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, nesta questão procuramos saber os participantes (E1, E2, E3 e E4), pudemos perceber que dos quatros entrevistados foram *unanimos em responderem que não conhecem e nunca ouviram falar do a utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança.*

Segundo as respostas dos empreendedores entrevistados, percebemos que têm fraca conhecimentos em matéria da Educação para os empreendedores na observância no uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança. Através da observância do uso do ponto critico das vendas permitem efectuar simulações quanto aos resultados das empresas, sendo muito utilizado na realização de análises de viabilidade pós permite conhecer a dimensão mínima necessária para tornar o projecto lucrativo, existe situações em que o lucro em inferior em relação aos custos (prejuízo) e o contrário a empresa esta tendo lucros. Segundo Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), para determinação do ponto crítico das vendas é relevante e visa: analisar o comportamento e influência de alguns parâmetros económico relevante.

EX: custo fixo e variável e preços unitários.

- Determinar o espaço de variação do nível de actividade.
- Apreciar a viabilidade económico de novos investimentos em capital fixo.

Ponto crítico das vendas é o ponto onde as receitas e as despesas são iguais, ou seja, em que as vendas são suficientes para cobrir as despesas significa que não se perde nem se ganha dinheiro, estando-se somente a receber o valor que se gastou.

As vantagens do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança

Quanto a essa categoria, se procurou saber qual é a vantagem da educação para os empreendedores a observância do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, segundo os nossos entrevistados (E1, E2, E3 e E4), *pudemos perceber que dos quatros entrevistados responderam que não conhecem as vantagens porque nunca ouviram falar do Ponto crítico das vendas e margem de segurança.* Para um

determinado ponto económico (chamado ponto crítico das vendas), no qual o valor dos proveitos totais da actividade (volume de negócios) iguala o custo total dessa mesma actividade. Uma vez atingido esse ponto limiar, a empresa tem a garantia de que não terá prejuízo, embora também não registre Lucro, já que os custos fixos igualam a margem bruta (venda – custo das vendas) gerada pelo volume de negócios.

Segundo Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), estes conceitos fornecem informações importantes, pois o ponto crítico das vendas mostra: O volume de vendas para o qual os proveitos igualam a custos totais conduzindo a um resultado nulo; E também, o volume de vendas que permite a obtenção de uma margem de contribuição suficiente para a cobertura de custos fixos.

Segundo os autores referem que para determinar o ponto crítico, um empreendedor precisa saber: o risco do produto/serviço para clientes; os custos associados as que esta ser vendida (custo variável); as despesas habituais associadas a gestão do negócio (custo fixo).

A importância da Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança

Para esta terceira categoria, procurou se analisar a importância da Educação para os empreendedores: utilidade do uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança. Segundo Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), Este instrumento fornece informações importantes, pois o ponto crítico das vendas mostra:

- O volume de vendas para o qual os proveitos igualam a custos totais conduzindo a um resultado nulo;
- E também, o volume de vendas que permite a obtenção de uma margem de contribuição suficiente para a cobertura de custos fixos.

Fórmulas para o cálculo do ponto crítico das vendas:

Ponto crítico das vendas em quantidade -> $Q^* = CF / (Pv-u)$

Ponto crítico das vendas em valor -> $V^* = CF / (mg(u) / pv(u))$

Exemplo:

Uma empresa que produz e comercializa o produto A apresenta de custos fixos no valor de 5.000. O preço de venda unitário é de 5 e o somatório dos custos unitários é de 2,50. Para calcularmos o ponto crítico das vendas em quantidade e em valor teríamos que fazer o seguinte:

$$Q^* = 5.000 / (5-2,5) = 2.000 \text{ Unidades}$$

$$V^* = 5.000 / (5 / 2,5) = 10.000$$

Estes valores significam que para a empresa conseguir cobrir todos os custos fixos tem de produzir e vender 2.000 unidades do produto A, o equivalente a 10.000 de vendas. Só a partir destes valores é que a empresa conseguiria obter algum lucro. Margem de segurança ou lucro para Netos (2012), Diniz (2015) & Fonseca (2024), entendem que este indicador nos apresenta a percentagem do volume de actividade efectivamente praticada para além do ponto crítico. Para calcularmos a margem de segurança é necessário

um prévio conhecimento do ponto crítico das vendas estamos a referir (em valor ou em quantidade). Para tal precisa por exemplo saber o custo de aquisição do bem a ser vendido aos clientes, o custo matérias-primas, custo de transporte, o custo de embalagem.

Considerações finais

A utilização correcta das ferramentas de controlo proporcionará à empresa melhor utilização de seus recursos, de forma mais consciente. Diante da realização da pesquisa, as questões de investigação não foram respondidas e foi tecido um referencial teórico para reflectir sobre a trajetória histórica da utilidade desse indicador para os empreendedores em Moçambique com ênfase de controlar os activos. É importante ressaltar que o uso de controlos permite ao gestor planear e controlar os recursos financeiros, facilitando a tomada de decisões futuras, assim como novos investimentos. A utilização dos controlos dá condições ao gestor de eliminar dificuldades financeiras e a visualização dos valores de custos e despesas, bem como os valores das entradas e das saídas, permitindo a correcta alocação dos recursos.

Nesta senda, podemos concluir que é importante promover a matéria da *Educação para os empreendedores* o, uso do Ponto crítico das vendas e margem de segurança, porque o cálculo do ponto crítico das vendas permitem efectuar simulações quanto aos resultados das empresas, sendo muito utilizado na realização de análises de viabilidade pós permite conhecer a dimensão mínima necessária para tornar o projecto lucrativo, existe situações em que o lucro é inferior em relação aos custos (prejuízo). Podemos concluir também que este instrumento bem aplicado permite ao gestor/empreendedor planear e controlar os recursos financeiros, facilitando a tomada de decisões futuras, assim como novos investimentos.

Referências Bibliográficas

- AMADO, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BARDIN, L. (2010). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BOAVIDA, João, DUJO, D. G. Ângela. (2007). *Teoria da Educação Contributos Ibéricos (1ª. Ed)- Coimbra*
- CARVALHO, J. E.(2009). *Metodologia do Trabalho Científico. «Saber Fazer» da investigação para dissertações e teses*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Escolar Editora
- DINIZ, N. (2015). *Análise das demonstrações financeira (1.Es)*. Rio de Janeiro: SESES.
- EDGAR, Morin. (2002). *Os setes saberes para a educação do futuro – Coleção: Horizontes Pedagógicas/88 –São Paulo. Cartaz editora*
- FONSECA, Caetano Jorge. (2024). *Educação e Comunicação para a Gestão Financeira: Desafios dos Gestores em controlar as finanças*. Novas Edições Académicas.
- GOMEZ, C.A. José; Freitas, P.M. Orlando; Callejas, V.German. (2014). *Edução e desenvolvimento Comunitário Local perspetivo pedagógico e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições
- MATARAZZO, D. C. (2010). *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

- MATTOS, P.LC.L.A. (2005). Entrevista não estruturada como forma de conversão: razões e sugestões para sua análise. *RAP: Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.4. nº, ISSN 0034-7612, ISSN on-line 1982-3134
- NETO, A.A. e Silva, C. A T. (2012). *Administração do Capital de Giro*. 3.ed.São Paulo: Editora Atlas, SA.
- PEREIRA DA SILVA, J. (2010). *Análise financeira das empresas*. 10. ed. São Paulo: Atlas.
- PAULO, F. (2019). *Direitos Humanos e Educação Libertadora, Gestão Democrática da Educação Pública* Cidade de São Paulo eBook
- SANTOS,L. (2004). *Fluxos de Caixa*. 3.Ed- Porto: Vida Económica (Grupo Editorial Peixoto de Sousa).
- VILELAS, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Silabo.

Avaliação do desempenho de professores no ensino secundário e seu contributo à melhoria da qualidade de educação

Evaluation of the performance of teachers in secondary education and their contribution to improving the quality of education

Olga João Caetano
703220255@ucm.ac.mz

Faculdade de Educação e Comunicação, UCM – Nampula

Felipe André Angst
fangst@ucm.ac.mz

Faculdade de Educação e Comunicação, UCM – Nampula

Resumo

O presente artigo debruça-se sobre a avaliação do desempenho de professores e seu impacto à melhoria da qualidade de educação numa escola secundária, e tem como objectivo geral, compreender como a avaliação do desempenho de professores influencia na melhoria da qualidade de educação. Tendo em conta a natureza desta investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se baseou na leitura cuidadosa de obras, artigos científicos, decretos, que abordam sobre o tema, com uma abordagem qualitativa no quadro do paradigma interpretativo. Os resultados revelaram que, a avaliação do desempenho dos professores visa a melhoria da qualidade da educação, visto que ela influencia directamente sobre a qualidade do ensino e serve como ferramenta importante e indispensável para medir a eficiência e eficácia do processo de ensino-aprendizagem, tendo um intenso impacto no processo de transformação social. Percebe-se que a melhoria da qualidade de educação está fortemente dependente da prática docente, daí que a avaliação da actuação docente no ensino secundário só pode contribuir para a melhoria da qualidade de educação, se estiver assente nos princípios de aperfeiçoamento das actividades do professor, que possibilitem a eficiência do seu trabalho como profissional de ensino, permitindo a existência de melhoramento dos resultados que se reflecte na melhoria da qualidade de educação.

Palavras-chave: professores, avaliação do desempenho, qualidade e educação.

Abstract

The present article focuses on the evaluation of teacher performance and its impact on improving the quality of education in a secondary school. Its main objective is to understand how the evaluation of teacher performance influences the improvement of education quality. Given the nature of this research, a bibliographic review was conducted, based on a careful reading of works, scientific articles, and decrees that address the topic, using a qualitative approach within the interpretive paradigm. The results revealed that teacher performance evaluation aims at improving the quality of education, as it directly influences the quality of teaching and serves as an important and indispensable tool for measuring the efficiency and effectiveness of the teaching-learning process, having a significant impact on the process of social transformation. It is understood that improving the quality of education is strongly dependent on teaching practices; thus, the evaluation of teacher performance in secondary education can only contribute to the improvement of education quality if it is based on principles that enhance teacher activities, enabling the efficiency of

their work as a teaching professional, and allowing improvements in results, which reflect in the improvement of education quality.

Keywords: teachers, performance evaluation, quality e education.

Introdução

Nos dias de hoje, observa-se o aumento de escolas secundárias a nível do país e com isto a preocupação com a qualidade da educação tendo como foco o professor que é o principal actor no processo de ensino e aprendizagem (PEA). É neste contexto que o presente trabalho de pesquisa apresenta um estudo sobre a avaliação do desempenho de professores no ensino secundário, olhando basicamente para os contributos que esta avaliação pode trazer para a melhoria da qualidade de educação.

Este aumento do número de escolas secundárias faz com que haja uma crescente busca de melhoria de qualidade em ensino, que passa pela avaliação dos serviços prestados e para avaliar a qualidade de educação implica também avaliar o desempenho do profissional docente - professor, como se referiu Cabrito (2009) que: “medir/avaliar a qualidade em educação será observar as práticas dos professores, compará-las com outras ou com propostas do que é ser bom professor” (p. 184).

Partindo deste pressuposto, é recorrente a avaliação do desempenho de professores no ensino secundário, que se realiza a partir observância de alguns indicadores previamente definidos pelo ministério da educação e desenvolvimento humano. É nesta vertente que foi desenvolvida esta pesquisa, com objectivo geral de compreender como a avaliação do desempenho de professores influência na melhoria da qualidade de educação.

A motivação para a escolha deste tema surgiu a partir da experiência profissional da autora, que observou que a avaliação do desempenho dos professores não resultava em melhorias do processo de ensino-aprendizagem (PEA) e muito menos da qualidade da educação nas escolas secundárias onde leccionou. Essa preocupação motivou o presente estudo a buscar mecanismos capazes de melhorar o processo de avaliação dos professores, oferecendo contribuições que garantam o aperfeiçoamento das suas atividades e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação. A avaliação, por sua própria natureza, está intrinsecamente ligada à ideia de progresso, sendo realizada com objetivos claros que pressupõem, em última instância, a melhoria contínua do processo educacional. Assim, é fundamental que o processo avaliativo dos professores seja orientado por princípios que promovam a evolução do desempenho profissional, impactando positivamente os resultados educacionais.

Assim, a avaliação do desempenho dos professores apresenta-se como uma ferramenta importante e indispensável, para medir a qualidade em educação, tomando o suporte de que “na garantia da qualidade, o professor é importante e indispensável pois, cabe a ele reconhecer se a aprendizagem foi alcançada pelo aluno ou não, pois só ele é capaz de conduzir o processo de ensino e aprendizagem de forma a garantir qualidade” (Nhambi & Nascimento, 2022, p. 5).

Perante este problema é levantada a seguinte questão de partida: como é que a avaliação do desempenho de professores no ensino secundário contribui para a melhoria da qualidade de

educação? É neste contexto que este estudo assume particular relevância na definição de uma nova dinâmica para a avaliação docente, com foco na busca contínua pelo conhecimento e na adoção de metodologias activas e inovadoras, promovendo uma educação de maior qualidade, por meio da melhoria das práticas pedagógicas e da eficiência no ensino.

Percebe-se a relevância deste estudo, na busca de melhoria permanente do trabalho docente, assente no comprometimento com a causa da educação e a satisfação profissional que se traduz no empenho e dedicação no seio do trabalho do professor, em prol do alcance dos objectivos educacionais com melhor qualidade.

Este artigo científico apresenta a seguinte estrutura: resumo, introdução, revisão da literatura, desenho metodológico, discussão dos resultados, conclusões e referências bibliográficas.

Revisão da Literatura

Professor

Segundo o REGEB (regulamento geral do ensino básico), o professor é uma pessoa que interage de forma dinâmica com o ensino, revelando-se nele e desenvolvendo-se a partir dele, num jogo de emoções e valores. Professor ou docente é uma pessoa que ensina a ciência, arte, técnica ou outros conhecimentos. Já Nhambi e Nascimento (2022) defendem que “o professor é alguém preparado cientificamente porque faz da ciência a base que sustenta toda sua actividade profissional a fim de tornar os alunos em melhores profissionais. Professor é considerado como guia que indica o caminho do contacto directo com o objecto a ser estudado de forma crítica, aos alunos”. (p. 1)

Por isso que podemos definir o professor como o instrutor e educador das gerações que, pela sua vocação, inspiração e motivação transmite o seu saber para dotar nos alunos, as competências necessárias /exigidas em cada ciclo de aprendizagem.

Avaliação do desempenho

A avaliação vem ganhando mais espaço nos últimos tempos, em quase todos sectores de actividade como é o caso da educação. No ensino secundário, o artigo nº 3 do diploma ministerial nº 7/2019 de 10 de Janeiro estabelece que a avaliação é uma componente curricular, presente em todo processo de ensino e aprendizagem, a partir da qual se obtém dados e informações, permitindo relacionar o que foi proposto e o que foi alcançado, analisar criticamente os resultados, formular juízos de valores e tomar decisões, visando promover o desenvolvimento de competências, melhorar a qualidade de ensino e do sistema educativo.

De acordo com a visão de Caetano (2008), a avaliação de desempenho pode ser entendida como um processo que visa identificar, observar, medir e melhorar o desempenho dos indivíduos, com a finalidade principal de alinhar esse desempenho aos objectivos da organização.

Deste modo, a avaliação do desempenho docente é o processo de descrever e julgar o mérito e o valor dos professores, tendo por base o seu conhecimento, competências, comportamentos e os resultados do seu ensino (Novoa, 1992). De facto, a avaliação do desempenho de professores é um processo no qual o seu desempenho é analisado, medido e avaliado em relação a determinados

critérios e padrões estabelecidos, com o objectivo principal de aprimorar o seu desenvolvimento profissional para garantir a qualidade do ensino.

Caracterização do trabalho dos Professores

Na caracterização do trabalho do professor, Pimenta e Anastácio, (2002) argumentam que o trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa a formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e acção, o que implica escolhas, valores, compromissos éticos, etc. Já o artigo 68 do diploma ministerial nº 61/2003 de 11 de Junho estabelece como dever do professor nas alíneas m), n), o) e p) respectivamente: preparar e planificar adequadamente as suas aulas; realizar e avaliar rigorosa e sistematicamente todas as actividades lectivas; contribuir para a formação integral do aluno, garantindo a sua participação activa no processo educativo; melhorar a qualidade do ensino, utilizando os métodos e os meios locais mais adequados.

Assim, o trabalho do professor é fruto de um processo em construção ao longo de uma carreira profissional e de sua própria vida que, segundo Nóvoa (1992), na compreensão do trabalho do professor, é fundamental analisar três processos essenciais: desenvolvimento pessoal, que se refere aos processos de produção da vida do professor; desenvolvimento profissional, que se refere aos aspectos da profissionalização docente, e desenvolvimento institucional, que se refere aos investimentos da instituição para a consecução de seus objectivos educacionais. Nhambi e Nascimento (2022) acrescentam que, “o professor tem como papel, determinar o objecto a ser transmitido com qualidade a fim de transformar o aluno e estabelecer a relação entre aluno e o objecto de estudo” (p. 4).

Em Moçambique, o trabalho dos professores no ensino secundário geral é definido através estatuto geral dos funcionários e agentes do estado, do estatuto dos professores e do regulamento geral do ensino secundário, em vigor no país.

Avaliação do desempenho de Professores

Um dos objectivos capitais da avaliação deverá ser a promoção da melhoria do ensino, tentando encontrar um padrão que garanta que as actividades desenvolvidas pelo professor são analisadas de forma ética e de acordo com o seu desenvolvimento profissional. Sendo assim, na avaliação do desempenho dos professores não basta só medir o aproveitamento pedagógico dos seus alunos, é preciso reparar outras vertentes que para Fernandes (2008), existem três principais pressupostos na avaliação de professores: a prestação de contas (para efeitos de progressão na carreira); o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento organizacional.

A avaliação de desempenho tem como propósito de ajudar o profissional a certas promoções e a sua participação na tomada de decisões sobre a administração das pessoas como promoções, desligamentos, incrementos salariais, movimentação, entre outros; proporcionar feedback e desenvolvimento informar sobre seu desempenho, considerando as expectativas da organização, e verificar as necessidades de melhoria, que poderão ser alcançadas por intermédio de treinamentos.

Mas nem sempre este processo é satisfatório, tendo sido constatado por Luís e Mulema (2021) que, o processo de avaliação de professores nas escolas secundárias, em Moçambique, é realizado somente pelo superior hierárquico (o director adjunto pedagógico e/ou o director da escola), limitando a participação de outros actores no processo. Dessa forma, torna-se essencial adoptar novas directrizes para a avaliação de desempenho dos professores, que, conforme Afonso (2007), só terão validade se forem inerentes à própria carreira e profissão docente. Isso significa que um professor pode obter sucesso em uma turma, mas não necessariamente alcançar o mesmo resultado em outra, mesmo dedicando-se igualmente a ambas, aplicando sua criatividade e demais qualidades pessoais (Cabrito, 2009).

De acordo com o Estatuto do Professor (Resolução nº 4/90 de 27 de Junho), a avaliação dos docentes rege-se pelo disposto nos artigos 76 a 78 do EGFE. Já o número 02 do artigo 39 do estatuto geral dos professores, em Portugal, diz que a avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade da educação e ensino ministrados, através do desenvolvimento pessoal e profissional do docente, bem como a adequação da organização do sistema educativo às necessidades manifestadas pela comunidade no âmbito da educação, e realiza-se de acordo com parâmetros previamente definidos, tomando em consideração o contexto sócio educativo em que o docente desenvolve a sua actividade profissional, devendo ser salvaguardados perfis mínimos de qualidade.

Assim, o desempenho do professor pode avaliar-se tendo em conta o seu comportamento, em contexto de trabalho, bem como a sua capacidade de pôr em prática as suas competências em proveito dos ganhos da aprendizagem dos alunos (Glickman *et. al.* 2004).

No entanto, a avaliação do desempenho de professor em Moçambique é realizada pela direcção de cada escola de acordo com o mérito individual que é condição essencial para a dignificação da profissão e para a auto-estima e motivação dos professores, mediante uma ficha de avaliação de desempenho que foi aprovada pela lei nº 19/2019 de 21 de Novembro, no artigo número 1.

O desempenho dos professores versus qualidade da educação

A questão da qualidade está relacionada a avaliação visto que, só podemos classificar a qualidade após uma avaliação do processo ou sistema. Para cabrito (2009),

Não faz sentido falar-se em “qualidade” se não possuímos um conjunto de instrumentos que permita medi-la e, naturalmente, um referente. Quando se mede algo é, necessariamente, para enveredar num processo comparativo. Quer isto dizer que falar em “qualidade em educação” exige que a meçamos em relação a uma qualidade padrão – que tem de ser perfeitamente compreendida e estabelecida, situação que nos remete para um processo de avaliação (p. 182).

É evidente que a qualidade do ensino depende directamente do desempenho dos professores. Gomes e Tarrinha (2010) afirmam que a qualidade do ensino é, em parte, determinada pela qualidade do professor, reconhecendo-o como o principal agente do processo de ensino-aprendizagem (PEA). No entanto, essa qualidade também é fortemente afectada pelo contexto em que ocorre. Assim, um professor considerado “de qualidade” pode não ser capaz de oferecer um ensino eficaz se houver uma disparidade entre as exigências do ambiente e seu conhecimento ou habilidades. Mate (2018) destacou essa questão, afirmando que “o problema do sistema

moçambicano é o grande desfasamento entre os objetivos estratégicos, sua interpretação e implementação (em termos de gestão e organização) e o desenvolvimento de ações" (p. 219).

Afonso (2007) enfatiza a ideia da valorização da carreira do professor, para a melhoria da qualidade de educação pois, para ele:

É preciso promover a autonomia e a auto-regulação do professorado, tanto a nível nacional como do ponto de vista do funcionamento de cada escola, através de medidas que apontem para alguns elementos de verticalização da carreira, associada ao exercício de funções de gestão intermédia, à supervisão e à avaliação de desempenho (p. 226).

Como se pode ver, a qualidade de ensino de uma instituição está estritamente relacionada com a qualidade dos professores que esta dispõe, já que a qualidade do professor é o melhor indicador de aprendizagem (Strauss, 2007 citado em Reifschneider, 2008). Maximiano (1995) afirma que, ao garantir a qualidade do sistema, automaticamente se assegura a qualidade dos produtos e serviços. Complementando essa ideia no contexto de ensino, Fernandes (2011) destaca que a avaliação deve ser usada para regular e melhorar as práticas pedagógicas e profissionais dos professores, promovendo assim a melhoria contínua da educação. Com isso, o autor sugere que, tanto na gestão quanto no ensino, a qualidade depende de processos eficazes de monitoramento e melhoria contínua.

A avaliação do desempenho de professores na melhoria da qualidade de educação

O artigo 40 do estatuto da carreira docente, em Portugal, descreve o contributo da avaliação do desempenho dos professores, tais como: a) contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente, b) contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente; e) diferenciar e premiar os melhores profissionais no âmbito do sistema de progressão da carreira docente; g) promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho; h) promover um processo de acompanhamento e supervisão da prática docente; i) promover a responsabilização do docente quanto ao exercício da sua actividade profissional.

Nesta linha, Simões (2000) apresenta algumas vantagens da avaliação de desempenho docente destacando que, o professor pode reflectir sobre as informações apresentadas na avaliação de desempenho e sentir-se motivado a partir de políticas de remuneração através de seu desempenho. No entanto, a avaliação de desempenho dos professores contribui para a formação continuada do professor, por meio do rompimento de sua inércia pessoal e fornece um *feedback* sobre sua actuação em prol da melhoria da qualidade de educação.

De acordo com Curado (2000), as práticas de avaliação dos professores devem favorecer seu desenvolvimento profissional e basear-se em um sistema de avaliação por pares, envolvendo os docentes activamente na preparação, implementação e acompanhamento do processo avaliativo" (p. 18). Por sua vez, Fernandes (2008) destaca que a avaliação deve nos ajudar a entender as realidades para que possamos transformá-las e melhorá-las.

Percebemos com os autores acima que, a avaliação do desempenho dos professores no ensino secundário tem um papel importante na melhoria da qualidade da educação, ao incentivar o

desenvolvimento profissional, a reflexão e a responsabilidade, bem como ao proporcionar um ambiente que valoriza a excelência educacional e toma decisões informadas com base em dados.

Desafios na avaliação do desempenho dos Professores

No que diz respeito à avaliação do desempenho dos professores no ensino secundário, Fernandes (2008) aponta para a discrepância entre o que é estabelecido pelas legislações superiores e o que realmente ocorre na prática. Em geral, os resultados desejados com essas avaliações não são efectivamente alcançados. Assim, a avaliação do desempenho dos professores encontra dificuldades que para Simões (2000):

A dificuldade de avaliar os professores deriva muito mais da incerteza que sobreleva a própria essência do ensino e da ausência de consensos a esse respeito, do que de problemas técnicos, sempre subalternos, para não dizer secundários (...). O objecto da avaliação dos professores é difícil de estabelecer, porque difícil de definir (p. 32).

Os estudos empíricos de Gomes e Tarrinha (2010) evidenciam, igualmente, algumas das limitações do modelo de avaliação do desempenho, a saber: a possibilidade de inflação das avaliações pela ausência da definição de um perfil de avaliador, com formação adequada e que retira validade ao processo de avaliação, a existência de quotas e a quantificação da avaliação, com consequências no ambiente de escola, progressão na carreira e desenvolvimento profissional dos professores.

Apesar dos desafios, é preciso realizar a avaliação do desempenho dos professores em todas as iniciativas que visem a melhoria do processo educacional e das atitudes profissionais dos envolvidos. Essa avaliação deve estar fundamentada nos princípios delineados nos documentos orientadores que regem esse processo.

Desenho metodológico

Para o alcance dos objectivos desta investigação, foi realizado um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa no quadro do paradigma interpretativo, que consistiu em compreender como é que a avaliação do desempenho de professores no ensino secundário contribui para melhoria da qualidade de educação. Na análise qualitativa trabalhou-se com interpretações, comparações, descrições e busca de entender o contributo da avaliação do desempenho dos professores no ensino secundário, tal como disse Vilelas (2009) que, a investigação qualitativa é a forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido ou privilegiam as suas experiências, e ao mundo em que elas vivem. O paradigma interpretativo foi importante para compreender as implicações concretas na qualidade da educação, a partir do modo como se avalia o professor, uma realidade empírica que se procura compreender a lógica e a necessidade de buscar permanentemente a melhoria da qualidade de ensino. Segundo o paradigma interpretativo o mundo social é concebido como um processo social emergente, criado pelos indivíduos sendo a realidade social, para Afonso (2005) “concebida como um complexo de pressupostos e significados partilhados intersubjectivamente” (p.34). Trata-se de um estudo bibliográfico que se baseou na leitura de várias obras, artigos científicos, livro, decretos, teses de vários autores que falaram sobre a avaliação do desempenho de professores no ensino secundário e seu contributo na melhoria da qualidade de educação. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já

analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de Web sites (Fonseca, 2002).

Discussão dos resultados

Características do trabalho do professor

Os resultados revelaram que o professor é alguém que está dotado de conhecimentos e metodologias para ensinar, que transmite o seu saber aos alunos de modo que estes tenham a capacidade de perceber a essência do objecto de estudo e que ganhem habilidades para a vida (saber, saber ser e saber estar). Tal como rege o regulamento geral do ensino básico que, o professor é uma pessoa que interage de forma dinâmica com o ensino, revelando-se nele e desenvolvendo-se a partir dele, num jogo de emoções e valores. Professor é uma pessoa que ensina a ciência, arte, técnica ou outros conhecimentos de forma estruturada para dotar nos alunos as competências exigidas em cada ciclo de aprendizagem.

O trabalho do professor é caracterizado por um processo contínuo de construção do conhecimento. Nesse sentido, Pimenta e Anastaciou (2002) afirmam que, para ensinar, o professor deve possuir conhecimentos e práticas que vão além de sua área de especialização. Isso evidencia a importância de uma formação abrangente, que integre tanto o domínio dos conteúdos específicos quanto o desenvolvimento de competências pedagógicas e didácticas.

Percebemos que o trabalho dos professores no ensino secundário está legislado através do diploma Ministerial nº 61/2003 de 11 de Junho, para além do estatuto geral dos funcionários e agentes do estado (EGFAE) e do estatuto dos professores, em vigor no país. Assim, o artigo 68 do diploma Ministerial nº 61/2003 de 11 de Junho estabelece como dever do professor nas alíneas m), n), o) e p) respectivamente: preparar e planificar adequadamente as suas aulas; realizar e avaliar rigorosa e sistematicamente todas as actividades lectivas; contribuir para a formação integral do aluno, garantindo a sua participação activa no processo educativo; melhorar a qualidade do ensino, utilizando os métodos e os meios locais mais adequados.

Ao caracterizar o trabalho do professor, Nhambi e Nascimento (2022) afirmam que o professor tem a responsabilidade de definir o conteúdo a ser transmitido com qualidade, com o objectivo de transformar o aluno e estabelecer a conexão entre ele e o objecto de estudo. Isso demonstra a importância crucial do professor na sociedade, visando um futuro estável em que haja uma população educada e instruída, capaz de valorizar os princípios estabelecidos e promover o bem-estar de todos.

Parece ser importante que, na planificação das suas actividades, o professor do ensino secundário deve ter em conta, para além dos planos temáticos e os conteúdos, as características da instituição, as necessidades gerais, a realidade concreta, e ter consciência de seus próprios propósitos, de sua visão de homem, de mundo e principalmente da natureza do aluno para o qual esta centrada a aprendizagem.

O modo de avaliação do desempenho de professores do ensino secundário

A prática de avaliar processos e actividades desenvolvidas em um determinado período é fundamental para definir directrizes que visem sua melhoria. A avaliação do desempenho dos professores é um processo que busca identificar, observar, medir e desenvolver suas práticas, com o objectivo principal de alinhar essas práticas aos objectivos da organização (Caetano, 2008). Assim, avaliar o desempenho docente implica observar as práticas em sala de aula e compará-las a um padrão estabelecido que caracteriza um bom professor. Como mencionado por Cabrito (2009), “medir/avaliar a qualidade em educação é observar as práticas dos professores e compará-las com outras ou com propostas do que é ser um bom professor” (p. 184).

De acordo com o estatuto do professor em Moçambique (Resolução nº 4/90 de 27 de Junho), a avaliação dos docentes rege-se pelo disposto nos artigos 76 a 78 do EGFE. E como forma de acompanhamento das actividades desenvolvidas pelos professores no ESG, nas escolas públicas, o ministério da educação e desenvolvimento humano criou formas de avaliar o desempenho dos professores, mediante ficha de avaliação de desempenho que foi aprovada pela lei nº 19/2019 de 21 de Novembro, no artigo número 1.

Como se depreende do numero 02 do artigo 39 do estatuto geral dos professores, em Portugal que, a avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade da educação e ensino ministrados, através do desenvolvimento pessoal e profissional do docente, bem como a adequação da organização do sistema educativo às necessidades manifestadas pela comunidade no âmbito da educação, e realiza-se de acordo com parâmetros previamente definidos, tomando em consideração o contexto sócio educativo em que o docente desenvolve a sua actividade profissional, devendo ser salvaguardados perfis mínimos de qualidade. Assim a avaliação do desempenho tem-se demonstrado como ferramenta ideal para que os processos educativos, no ESG sejam eficientes e eficazes para no alcance da qualidade desejada.

Essa análise leva-nos a crer que a melhoria da qualidade da educação está intimamente ligada ao desempenho dos professores em todos os níveis de aprendizagem. No caso do ensino secundário, é importante reflectir mais profundamente e implementar mudanças de paradigma para alcançar a qualidade desejada. Todos reconhecem a importância da avaliação como ferramenta para melhorar a qualidade dos serviços educacionais. No entanto, ensinar não é uma tarefa simples, requer que o professor se comprometa com um processo de aprendizagem contínua em sua prática profissional. Essa dedicação é essencial para promover um ensino eficaz e adaptado às necessidades dos alunos, contribuindo assim para a melhoria geral da educação.

Assim, a avaliação de desempenho tem como propósito ajudar o profissional a certas promoções e a sua participação na tomada de decisões sobre a administração das pessoas como promoções, desligamentos, incrementos salariais, movimentação, entre outros; proporcionar *feedback* e desenvolvimento informar sobre seu desempenho, considerando as expectativas da organização, e verificar as necessidades de melhoria, que poderão ser alcançadas por intermédio de treinamentos.

Portanto, não é suficiente apenas avaliar o desempenho do professor, é fundamental verificar se os objectivos que motivaram essa avaliação foram efectivamente alcançados. No contexto em análise, a busca pela melhoria da qualidade do ensino deve, em última instância, resultar na elevação da

qualidade da educação como um todo. Essa abordagem permite não apenas identificar áreas de melhoria, mas também garantir que as avaliações contribuam para um avanço significativo no processo educativo.

O contributo da avaliação do desempenho de professores na melhoria da qualidade de educação.

Observa-se uma crescente necessidade de avaliar o desempenho dos professores na busca pela qualidade do ensino. Conforme mencionado por Strauss (2007, citado por Reifschneider, 2008), a qualidade do ensino em uma instituição está directamente relacionada à qualidade de seus docentes. De fato, a eficácia do professor é um dos melhores indicadores de aprendizagem. Assim, a avaliação do desempenho docente não apenas visa à melhoria da qualidade do serviço educativo e da aprendizagem dos alunos, mas também à valorização e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos professores.

É importante ressaltar que, a avaliação do desempenho dos professores culmina com o processo de avaliação da qualidade em educação, permitindo que cada escola (cada professor, cada aluno, cada sistema) conheça o seu próprio desempenho, a fim de poder, em cada ano, lançar mão das medidas necessárias e possíveis para que aquele desempenho melhore, então a avaliação surge como o instrumento privilegiado para promover a qualidade em educação (Cabrito, 2009).

Em concordância com Cabrito, Fernandes (2009) salienta que, não é suficiente apenas avaliar, mas a avaliação deve nos ajudar a conhecer e compreender as realidades para que possamos transformá-las e melhorá-las. Para o efeito é necessário identificar os padrões com os quais se vão comparar para depois associar aos indicadores do desempenho que forem evidenciados no processo. Nesta vertente, Simões (2002) chama atenção da definição clara de padrões de desempenho, que sejam bem compreendidos pelos professores e adequados às condições e contextos existentes. Ele também enfatiza a necessidade de utilizar observações formais e informais, analisar os resultados dos alunos e recorrer a diversas fontes de dados.

Destacamos a seguir alguns contributos da avaliação do desempenho de professores no ensino secundário na melhoria da qualidade de educação, a saber: contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente; contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente; diferenciar e premiar os melhores profissionais no âmbito do sistema de progressão da carreira docente; promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho; promover um processo de acompanhamento e supervisão da prática docente; promover a responsabilização do docente quanto ao exercício da sua actividade profissional (artigo 40 do estatuto da carreira docente).

Daí mais uma vez transparece a necessidade da avaliação do desempenho dos professores, pelos contributos aqui apresentados, mais ainda, Simões (2000) apresenta algumas vantagens da avaliação de desempenho docente na medida em que o professor pode reflectir sobre as informações apresentadas na avaliação de desempenho e sentir-se motivado a partir de políticas de remuneração através de seu desempenho. Parece mais evidente que a avaliação de desempenho dos professores contribui para a formação continuada do professor, pela crescente busca da perfeição no desenvolvimento do seu trabalho.

O nosso posicionamento se apoia na ideia apresentada por Simões (2000) sobre as vantagens da avaliação do desempenho de professores pois, ela tem um papel importante na melhoria da qualidade da educação, ao incentivar o desenvolvimento profissional, a reflexão e a responsabilidade, bem como ao proporcionar um ambiente que valoriza a excelência educacional e toma decisões informadas com base em dados.

Portanto, avaliar o trabalho dos professores só faz sentido se tiver como objectivo melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o desenvolvimento profissional do docente, ajudando a atingir níveis cada vez mais elevados de competência, tendo em vista a excelência. Após o processo de avaliação do seu desempenho do professor espera o devido retorno para depois transformar em desafios os seus pontos fracos. Ele também espera o alcance ou superação das expectativas da escola, verificando as necessidades de melhoria, que poderão ser alcançadas por intermédio de treinamentos na implementação do plano de melhoria.

Conclusões

Concluimos a pesquisa tomando em conta a questão orientadora: “como é que a avaliação do desempenho de professores no ensino secundário pode contribuir para a melhoria da qualidade de educação”? Há que referir que o professor é uma pessoa que ensina a ciência, arte, técnica ou outros conhecimentos de forma estruturada para dotar nos alunos as competências exigidas em cada ciclo de aprendizagem. Percebemos que a função primordial do professor é ensinar. Então é preciso avaliar o seu desempenho pois, esta avaliação influencia directamente na qualidade do ensino e serve como ferramenta de melhoria da qualidade da educação, tendo um intenso impacto no processo de transformação social.

Percebemos que a avaliação do desempenho do professor no ensino secundário tem um impacto significativo na melhoria da qualidade da educação, pois ela visa identificar os desafios e dificuldades que os docentes enfrentam em seu trabalho, transformando esses obstáculos em oportunidades para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ela também evidencia a responsabilidade dos professores em adoptar metodologias activas e inovadoras, assegurando que o processo educativo seja eficiente e eficaz. Dessa forma, a avaliação não apenas orienta o desenvolvimento profissional dos professores, mas também contribui significativamente para a elevação da qualidade do ensino.

De fato, a avaliação do desempenho dos professores exerce um papel fundamental na melhoria da qualidade da educação, ao promover a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas. Para além de reforçar a responsabilidade dos docentes em relação ao sucesso do processo educativo, ela também contribui para a criação de um ambiente que valoriza a excelência educacional, orientando a tomada de decisões embasadas em dados e evidências, o que potencializa o impacto positivo sobre o ensino-aprendizagem.

Concluimos que a avaliação do desempenho dos professores no ensino secundário só contribuirá para a melhoria da qualidade da educação se estiver fundamentada em princípios voltados ao aperfeiçoamento contínuo das actividades docentes. Essa avaliação deve promover a melhoria das competências profissionais dos docentes, garantindo maior eficiência em seu trabalho pedagógico. Dessa forma, ao impulsionar o desenvolvimento profissional e a adopção de práticas eficazes, a

avaliação permitirá a melhoria dos resultados educacionais, reflectindo directamente na elevação da qualidade de educação.

Referências bibliográficas

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação*. Porto: Edições ASA.
- Afonso, N. (2007). *A avaliação das escolas no quadro de uma política de mudança da administração da educação*. Em conselho nacional de educação, avaliação das escolas. modelos e processos. Lisboa. CNE
- Cabrito, B. G. (2009). *Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?* 78 (29). Campinas: Cedes, p. 178-200.
- Caetano, A. (2008). *Avaliação de desempenho – O essencial que avaliadores e avaliados precisam de saber*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Curado, A. (2000) *Profissionalidade dos docentes: que avaliar? Resultados de um estudo interactivo de Delphi*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Ministério da educação.
- Fernandes, D. (2011). Avaliar para melhorar as aprendizagens: Análise e discussão de algumas questões essenciais. In I. Fialho & H. Salgueiro (Eds.), *Turma Mais e sucesso escolar: Contributos teóricos e práticos*. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia.
- Fernandes, D. (2009). *Avaliação para as aprendizagens: desafios e possibilidades*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Fernandes, D. (2008). *Avaliação do desempenho docente: desafios, problemas e oportunidades*. Lisboa: Texto Editores.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Gomes, A. F., & Tarrinha, L. (2010). *A Avaliação do Desempenho Docente: Reflexões e Práticas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Glickman, C. D., Gordon, S. P., & Ross-Gordon, J. M. (2004). *Supervisão e Liderança Instrucional: Uma Abordagem Desenvolvimental*. 6ª ed. Boston: Pearson.
- Luís, A. E. D. & Mulema, S. A. (2021). Avaliação do desempenho dos professores pelos seus alunos. Um Estudo comparativo entre professores de matemática e de português da escola secundária geral de Namacurra Sede, Moçambique. *ISSN 1980-4415 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v35n70a2435>*, p. 1073-1085.
- Mate, G. T. E. (2018). Qualidade da educação em Moçambique: colapso ou desafio? *Udziwi- Revista da Educação*, 30,213-233.
- Maximiano, A. C. A. (1995). *Introdução à Administração*. (4ª.ed.). São Paulo: Atlas.
- Nhambi, P. & Nascimento, S. (2022). O papel do professor na garantia da qualidade na educação. *Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1,1-9.
- Nóvoa, A. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa, Publicações Dom Qui-xote.
- Pimenta, S.G. e Anastaciou, L. (2002). *Docência no ensino superior*. São Paulo; Cortez.
- Reifschneider, M. B. (2008). *Considerações sobre avaliação de desempenho*. Ensaio, Rio de Janeiro, n. 58, p. 47-58.
- Simões, G. (2000). *A avaliação do desempenho docente: contributos para uma análise crítica*. Lisboa: Texto Editora.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Sílabo.

Legislação consultada

Diploma Ministerial nº 7/2019 de 10 de Janeiro

Diploma Ministerial nº 61/2003 de 11 de Junho

Lei nº 19/2019 de 21 de Novembro

Resolução nº4/90 de 27 de Junho

Contribuições da Pedagogia Descolonial no Laboratório de Aprendizagem do Ensino Fundamental

Contributions of Decolonial Pedagogy in the Elementary School Learning Laboratory

Márcia Helena Dutra Schmidt

Mestranda em Educação - Universidade La Salle - UNILASALLE, Brasil

marciahelenads@gmail.com

Master's student in Education - La Salle University - UNILASALLE, Brazil

Gilberto Ferreira da Silva

gilberto.ferreira65@gmail.com

Prof. Dr. La Salle University - UNILASALLE, Brazil

Resumo

O foco deste trabalho analisa o lugar ocupado pelas práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente do Laboratório de Aprendizagem (LA) pelo professor responsável, em uma escola pública da rede municipal de ensino de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil. Esta análise toma como apoio os pressupostos da pedagogia descolonial e as contribuições advindas das chamadas metodologias horizontais, que colocam em evidência as relações dialógicas entre os participantes do processo investigativo, propondo o esfrelamento de hierarquias clássicas, tais como a dicotomia entre pesquisador e pesquisados. Assim entende-se que nas metodologias horizontais, teoria e prática são parte de um mesmo processo e o conhecimento se dá de forma preventiva e em intercâmbio, gerando uma produção mútua de conhecimentos, situando-se na perspectiva dos estudos que valorizam a narrativa reflexiva como processo formativo para se pensar o que se faz, o que se vive e o que se projecta na educação básica. Para este estudo lançamos mão de situações docentes vividas por um dos autores, com sete anos de experiência docente junto ao LA. No acto de registar as experiências, com o auxílio da memória, foi possível destacar que as contribuições oriundas da pedagogia descolonial aliada aos princípios das metodologias horizontais realocam os modos de actuação docente no espaço do LA. A postura docente pautada nos princípios da horizontalidade possibilita uma acção dialógica no cotidiano escolar, provocando ao mesmo tempo, o exercício da crítica sobre o que se faz e o que se vive durante a acção educativa. Observou-se que dois elementos ingressam nesta dinâmica: a disponibilidade e a abertura para acolher o novo e experimentar a ocupação de novos lugares na docência.

Palavras-chave: Laboratório de Aprendizagem; Pedagogia Descolonial; Ensino Fundamental.

Abstract

The focus of this work is to analyze the place occupied by the pedagogical practices developed in the Learning Laboratory (LA) environment by the teacher in charge, in a public school in the municipal education network of a city in the metropolitan region of Porto Alegre/RS/Brazil. This analysis is supported by the assumptions of decolonial pedagogy and the contributions of so-called horizontal methodologies, which highlight the dialogic relationships between the participants in the research process, proposing the dismantling of classic hierarchies, such as the dichotomy between researcher and researched. Thus, it is understood that in horizontal methodologies, theory and practice are part of the same process and knowledge takes place in a preventive way and in exchange, generating a mutual production of knowledge, from the perspective of studies that value reflective narrative as a formative process for thinking about what is done, what is lived and what is projected in basic education. For this study, we used teaching situations experienced by one of the authors, who has five years' teaching experience at the LA. In the act of recording the experiences, with the help of memory, it was possible to highlight that the contributions coming from decolonial pedagogy allied to the principles of horizontal methodologies relocate the ways of teaching in the LA space. A teaching posture based on the principles of horizontality enables dialogic action in everyday school life, while at the same time provoking the exercise of criticism about what is done and what is experienced during educational action. It was observed that two elements enter into this dynamic: availability and openness to welcome the new and experiment with occupying new places in teaching.

Keywords: Learning Laboratory; Decolonial Pedagogy; Primary Education.

Introdução

Para o Painel 02 – Eixo Temático: O papel da educação e das ciências sociais na promoção do desenvolvimento do capital humano, das comunidades locais, da fraternidade, diálogo social e intergeracional, em prol do desenvolvimento sustentável, apresenta-se este trabalho que tem como foco analisar o lugar ocupado pelas práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente do Laboratório de Aprendizagem (LA) pelo professor responsável, em uma escola pública da rede municipal de ensino de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil. Corriqueiramente discute-se, na escola, sobre alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que prática metodológica o professor pode lançar mão para proporcionar maior desenvolvimento destes alunos e dos demais, não só com o intuito de sanar uma dificuldade apresentada pelo aluno, mas também que práticas pedagógicas podem ser utilizadas para prevenir possíveis falhas nos processos de aprendizagem escolar. Neste momento, a actuação docente junto ao LA tem revelado que o acto reflexivo e autor-reflexivo sobre práticas metodológicas que possam contribuir para o desenvolvimento das aprendizagens de alunos, tornam-se cada vez mais necessários aos docentes que actuam na educação básica da escola pública brasileira.

No contexto nacional brasileiro, o acesso à educação pública e gratuita é um direito garantido pela Constituição Federal/1988 e pela Lei de Directrizes e Bases da Educação – LDB/1996, o que quer dizer que, toda e qualquer criança, independentemente de raça, credo, sexualidade, classe social, tem garantido seu acesso à escola pública. Portanto, por este aspecto a escola apresenta-se como um ambiente inclusivo, porém este fato não apresenta garantia de que todos os alunos desenvolvam suas aprendizagens no mesmo nível e ao mesmo tempo, fato que pode acarretar em fracasso escolar. Por vezes a criança apresenta em seu processo de desenvolvimento de aprendizagem algum

factor que impede o desabrochar destas aprendizagens, situando-a em uma posição escolar inferior a de seus colegas de classe. Assim, na década de 90, pensando em minimizar as diferenças de aprendizagem entre os alunos e oportunizar maior desenvolvimento escolar àqueles que dele necessitam, é que surgem, em algumas escolas públicas do país, os chamados Laboratórios de Aprendizagem (LA). Lugar de onde se fala e para onde são encaminhados alunos com defasagem escolar.

Esta análise toma como apoio os pressupostos da pedagogia descolonial e as contribuições advindas das chamadas metodologias horizontais, que colocam em evidência as relações dialógicas entre os participantes do processo investigativo, propondo o esfrelamento de hierarquias clássicas, tais como a dicotomia entre pesquisador e pesquisados. Parte também de uma discussão sobre o que se entende por aprendizagem e possíveis dificuldades que esta aprendizagem pode apresentar. Neste texto apresenta-se o espaço ocupado pelo LA no ambiente da escola pública. Em seguida descreve-se a experiência de um dos autores do texto como referência prática para se pensar a actuação pedagógica em um LA, procurando estabelecer relações entre os pressupostos da pedagogia descolonial e das metodologias horizontais. Por fim, em formato de síntese, apresentam-se algumas questões que emergiram no processo reflexivo.

Sobre Aprendizagem

Por aprendizagem, entende-se o processo de desenvolvimento humano que envolve o ser em sua totalidade. A relação entre cognição, corpo, emoção e o vínculo com outras pessoas promove, no sujeito, o desenvolvimento das suas aprendizagens. A primeira relação de aprendizagem do sujeito se dá na relação vincular mãe/bebé e vai se estendendo na relação com os demais membros da família. Logo que a criança começa essa interação com a mãe e a família iniciam-se também suas aprendizagens e a partir destas a constituição da criança como sujeito.

Na definição de Fernández o acto de aprender: “transcorre no seio de um vínculo humano cuja matriz toma forma nos primeiros vínculos mãe-pai-filho-irmão, pois a prematuridade humana impõe a outro semelhante adulto para que a criança, aprendendo e crescendo, possa viver”. Na compreensão da autora, a aprendizagem pode ser entendida como “um processo cuja matriz é vincular e lúdica e sua raiz corporal; seu desdobramento criativo põe-se em jogo através da articulação inteligência-desejo e do equilíbrio assimilação-acomodação” (Fernández, 1991, p. 48).

Assim, entende-se que os processos de aprendizagem das crianças, além de apresentarem características individuais próprias, apresentam também, características advindas do meio ambiente em que vive o que vai corroborar para que cada sujeito apresente características específicas em seus processos de aprendizagem. Este aspecto é vital para que o professor entenda que cada aluno é um ser único e que ao ingressar na escola a criança traz consigo sua bagagem de aprendizagens, que sabemos que são aprendizagens diferentes das aprendizagens escolares, mas que terão forte influência sobre estas.

Nesse sentido Vigotsky afirma que o desenvolvimento e o aprendizado se inter-relacionam desde o nascimento da criança e que para entender as relações reais entre o processo de desenvolvimento

e a capacidade de aprendizagem é preciso determinar dois níveis de desenvolvimento, que são:

Nível de desenvolvimento real, isto é, é o nível das funções mentais da criança que se estabelecem como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados. [...] *Zona de desenvolvimento proximal*, é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o *nível de desenvolvimento potencial*, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vigotsky, 2007, p. 95-97).

Desta forma o autor esclarece que a zona de desenvolvimento real reflecte as aprendizagens já adquiridas pela criança, enquanto a zona de desenvolvimento proximal reflecte as funções que ainda não amadureceram.

Outro aliado dos estudos sobre aprendizagem são os estudos neurocientíficos que ao analisar o desenvolvimento neurobiológico nos apresenta a *plasticidade cerebral*, isto é, “a capacidade que o cérebro tem de se modificar não apenas durante o desenvolvimento do indivíduo a partir das experiências vividas que constituem o aprendizado, mas também a partir da recuperação do cérebro após uma lesão” (Rotta, Bridi Folho & Bridi, 2018, p. 167).

Até aqui vimos como se dá o desenvolvimento das aprendizagens de modo geral, sem nenhuma intercorrência, supondo que nada o impeça, o desenvolvimento se dará de forma tranquila e o sujeito avançará em seus processos de aprendizagem. Porém, pergunta-se: e se houver alguma intercorrência durante este caminho? E se a criança apresentar dificuldades para atender as expectativas impostas pela família ou pela escola? Mais ainda, e se houver alguma inabilidade neurobiológica imperceptível a olho nu? Então, nestes casos encontramos os alunos com Dificuldades ou Transtornos de Aprendizagem.

Encontrámos maior número de alunos com dificuldade de aprendizagem, por ser um processo no qual o sujeito apresenta dificuldades para atender as demandas de aprendizagem que lhe são impostas, seja na família ou na escola, evidenciadas de modo geral quando a criança ingressa no ambiente escolar, podendo ser superada com apoio afectivo, empatia, acolhimento e o uso de metodologias adequadas por parte dos docentes envolvidos.

Quanto aos Transtornos de Aprendizagem, estes, em menor número, por ser interno ao sujeito, de ordem neurobiológica, que compreendem uma inabilidade específica, e requerem atendimento com profissionais especializados da área médica e atendimento com professor especializado dentro da escola.

Estes estudos agregam importantes conhecimentos aos docentes, mais ainda para aqueles que se dispõem ao exercício da docência com crianças que apresentam dificuldades ou transtornos em seus processos de aprendizagem, propiciando ao docente encontrar a estratégia metodológica mais adequada para atender os alunos que necessitam de apoio.

O Espaço Laboratório de Aprendizagem

Entre idas e vindas de governos de direita ou de esquerda, a educação pública está sempre em pauta. A busca por melhoria na qualidade do ensino está sempre em evidência. Entre as décadas de

80 e 90, nosso país passava por um momento de democratização geral e a educação acompanhava este processo. Neste emaranhado a escola pública enfrentava muitas dificuldades em relação aos processos de aprendizagem e muitos alunos estavam fadados ao fracasso escolar. A busca por soluções fazia-se urgente.

Neste contexto a cidade de São Paulo enfrenta um caos educacional e convida Paulo Freire para assumir a Secretaria de Educação do Estado. Enquanto secretário de educação Freire propõe alternativas para uma educação pública popular, democrática e de qualidade que favorecesse a inclusão social, a permanência das crianças e jovens na escola até a conclusão de seus estudos abrindo espaço para o desenvolvimento das aprendizagens. É neste contexto geopolítico e epistemológico que a rede municipal de educação de São Paulo rompe paradigmas e instaura a educação por Ciclos de Formação

A proposta de Freire implantada na rede municipal de educação de São Paulo ressoa em outras cidades brasileiras que igualmente pensam a escola pública como espaço múltiplo de desenvolvimento de aprendizagens. Assim, nesta perspectiva epistemológica e rompendo com um modelo eurocêntrico de educação nascem país afora os Ciclos de Aprendizagem, Escola Plural (Belo Horizonte/MG), Escola Cidadã (Porto Alegre/RS), Escola Sarã (Cuiabá/MT) entre outros movimentos. Com denominações diferentes estes programas se entrecruzam na busca por alternativas que possam minimizar as diferenças de aprendizagem na escola pública.

É este momento de transformações que marca o surgimento dos Laboratórios de Aprendizagem (LA) em parte das escolas públicas brasileiras. Um espaço alternativo dentro da escola, que busca, por meio de propostas metodológicas múltiplas, reduzir as diferenças de aprendizagem entre os alunos de uma mesma classe. Sem qualquer legislação nacional específica que determine sua implantação, fica a critério de cada rede pública de ensino criar este espaço e delinear seu funcionamento.

Entre os anos de 2008/2009 a Secretaria Municipal de Educação de Sapucaia do Sul/RS (SMED), nosso local de fala, inicia a criação dos LAs nas escolas da rede, deixando a cargo de cada unidade escolar a implantação deste espaço. Desde então, classificado como um projecto da secretaria municipal de educação o LA é sector obrigatório nas escolas municipais. Instituído através da Lei Ordinária Nº 3.645/2015, o Plano Municipal de Educação (PME) 2015/2025 apresenta o LA como uma das estratégias de garantia de aprendizagem para os alunos.

Na escola desde onde se pretende tomar referências da prática educativa, para esta análise, o espaço do LA foi instaurado em 2009. Hoje o Laboratório de Aprendizagem é um sector da escola, para o qual é designada uma professora que possa auxiliar os alunos a superarem suas dificuldades de aprendizagem. Sabe-se que cada sujeito, por sua individualidade e especificidade apresenta um jeito próprio de aprender que nem sempre acompanha o ritmo de seus colegas de turma ou a metodologia utilizada pelo professor e quando esta diferença coloca o aluno em um lugar de aprendizagem muito distante de seus colegas de sala de aula, então o aluno é encaminhado ao LA para que, junto com a professora responsável, encontre alternativas que auxiliem o desenvolvimento de suas aprendizagens. Em muitos contextos escolares, a relação entre a professora do LA e os demais professores da escola, equipe directiva e pedagógica se dá por um viés descolonial horizontal colaborativo, em outros as relações estão perpetuadas pela colonialidade e a professora do LA segue sua trilha solitária.

O encaminhamento é realizado pelo professor regente da turma através de formulário específico para este fim fornecido pelo LA. De posse dos encaminhamentos a professora do LA juntamente com a equipe pedagógica, orientação e supervisão, organiza a ordem dos atendimentos, priorizando alunos que apresentam maior atraso escolar. Após essa triagem, as famílias dos alunos seleccionados são chamadas até a escola para uma conversa, onde se esclarece como se dará o trabalho do educador e qual o lugar que a família pode ocupar no sentido de colaborar para uma maior eficácia da proposta do trabalho.

Pedagogia descolonial, metodologias horizontais e o LA

Para se pensar educação hoje, entende-se que é preciso disponibilidade para romper com paradigmas enraizados por uma cultura de hierarquias clássicas monopolizadoras, dominantes, neste sentido, para esta análise, toma-se como apoio os pressupostos da pedagogia descolonial e as contribuições advindas das chamadas metodologias horizontais.

Por pensamento descolonial entende-se a acção que envolve a retomada dos valores que orientam o sentido do ser, do saber e do viver, isto é, descolonizar não é meramente um conceito que se trabalha desde o ponto de vista teórico, mas sim uma tomada de posição que remete a mudança para além da apropriação teórica, e deve vir acompanhada de acção. Para Mignolo, “descolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes; trata-se antes de outra opção” (2017, p. 15), uma opção que permite olhar para além do existente e pensar para além das referências eurocêntricas.

O giro geo-epistémico e político proposto pela descolonialidade implicam em repensar igualmente as metodologias que contribuem para a produção do conhecimento. Por este viés entende-se que as contribuições de Berkin (2020) e Berkin & Kaltmeier (2012) referente às Metodologias Horizontais e Produção Horizontal de Conhecimentos que têm como ponto de partida o diálogo, estão em consonância com a pedagogia descolonial. No pensamento horizontal a relação dialógica é factor decisivo na construção de conhecimentos entre os sujeitos, “De esta manera, el intercambio horizontal y recíproco es el punto de partida para producir conocimientos, cuyas condiciones deben ser negociadas permanentemente con los otros en el campo” (Berkin & Kaltmeier, 2012, p. 12).

Ocaña, Lopez & Conedo (2018) apresentam uma discussão ampla sobre pedagogia descolonial e concluem que a pedagogia descolonial deve partir de um olhar crítico, porém, desde uma perspectiva também descolonial, sem cair na armadilha de centrar os saberes, pensamentos e fazeres, como a colonialidade vem fazendo.

Como apresentado anteriormente o LA é um espaço alternativo dentro da escola que atende alunos com dificuldades em seus processos de aprendizagem e tem o intuito de oportunizar, através de práticas metodológicas outras, um espaço diferenciado aos alunos para que possam experimentar outros modos de desenvolver habilidades e competências ainda não reveladas, tornando-se capaz de apropriar-se de si e do lugar a que pertence.

Com uma prática docente de sete anos, como professora responsável pelo LA, observa-se que os processos auto-reflexivos constante para definir a metodologia mais adequada para cada aluno é fundamental, pois cada sujeito possui em sua individualidade formas diferentes para construir suas

aprendizagens, cada um carrega consigo emoções, sentimentos muito particulares e por vezes, por sentirem-se seguros e acolhidos neste espaço relatam suas angústias, desconfortos e emoções, o que torna o trabalho docente complexo e desafiador, como se pode observar através de alguns relatos de alunos que resgatamos na memória (Dutra Schmidt e Silva, 2022).

Uma menina do 3º ano fundamental diz: “É que eu não consigo ouvir o que a nossa sora diz, as colegas não calam a boca um minuto, nossa sora pede para ficar quieta, mas elas não ficam e daí eu não consigo me concentrar”. Outra menina, também do 3º ano pergunta: “Tu me ajuda naquelas continhas de unidade e dezena? A sora não fez mais, e a minha mãe me ajudou um pouco, mas eu ainda não entendi muito bem”. Outra aluna, esta do 2º ano, muito preocupada com a possibilidade de reprovação pergunta: “É verdade que seu eu não aprender a ler eu vou rodar e ficar no 2º ano? A minha sora que disse e a mãe disse que é verdade. É verdade mesmo?” E ainda um menino, aluno do 6º ano desabafa: “- Sora, eu tento, mas eu não consigo parar. Ficar sentado o tempo todo só ouvindo o professor falar não dá, eu preciso levantar ou desenhar, mas eu não incomodo ninguém”. Expressos com linguagem simples e sincera, estes discursos inquietos ditos trazem nas entrelinhas, conteúdos que permitem a reflexão do quanto estas crianças se sentem em descompasso com o sistema escolar.

Desponta a possibilidade de uma pedagogia “outra”, que respeite as especificidades de cada sujeito, sua diversidade e pluralidade. O trabalho potencialmente que pode ser realizado nos Laboratórios de Aprendizagem (LA) pode contribuir para a criação de posturas menos rígidas na relação com a produção do conhecimento e com as diversas e diferentes aprendizagens, a que os estudantes são estimulados a desenvolver. É neste sentido, que apontamos a pedagogia descolonial como primeira escolha para a actuação da prática docente no LA e também na sala de aula regular.

Considerações Finais

Tomou-se por referencia para a construção deste trabalho a experiência de uma educadora, actuante no laboratório de aprendizagem. A estratégia para acerrar as informações pautaram-se por aquilo que a memória permitiu resgatar e pela descrição feita no registro, situações do cotidiano foram sendo apresentadas. Algumas questões, ao final deste processo podem ser evidenciadas.

O próprio exercício de registro, leitura e reflexão dos dados resgatados do cotidiano do trabalho no espaço do laboratório de aprendizagem acabou por se constituir em uma estratégia de processo auto-formativo, com isso colocando em prática a já clássica ideia do educador que ao pensar sobre sua prática de forma sistematizada, acaba por aperfeiçoá-la, experimentando desse modo o exercício da “práxis educativa”.

O desafio de horizontalizar as relações de ensino aprendizagem no LA, com crianças que apresentam dificuldades escolares passam por um processo de tradução para uma linguagem própria dos sentimentos e visões de mundo a partir da vivência e experiência de vida familiar e daquilo que vão entrando em contacto no ambiente escolar. Observa-se neste sentido a importância do professor, em um primeiro momento, exercitando de forma consciente o acto da escuta, ampliando as possibilidade e vivência na escola, já não mais limitada a um espaço de

aprender, mas também um espaço para se constituir como sujeito que produz e é reconhecido como produtor de narrativa e de discurso.

Uma última questão diz respeito ao que de fato contribui a perspectiva da descolonialidade no ambiente da escola e das práticas específicas que ocorrem no laboratório de aprendizagem. Aqui se observa um movimento, que ao tomar pressupostos da descolonialidade, se desloca da centralidade, o conhecimento “oficial” hegemônico, abrindo espaço e oportunidade para novas reflexões, uma delas é o reconhecimento dos saberes oriundos da própria comunidade local, onde se insere a escola.

Referências

- Berkin, S. C. & Kaltmeier, O. **En Dialogo: Metodologías horizontales en Ciencias Sociales y Culturales**. Barcelona: Gedisa Editorial. 2012.
- Berkin, Sarah Corona. **Produção horizontal del conocimiento**. Bielefeld: CALAS/Maria Sibylla Merian Center, 2020.
- Dutra Schmidt, M. H., & Da Silva, G. F. (2023). **Metodologias horizontais nos primeiros anos do ensino fundamental: um desafio descolonial**. *Revista Profissão Docente*, 22(47), 01–18. <https://doi.org/10.31496/rpd.v22i47.1440>.
- Fernández, A. (1991). **A inteligência aprisionada**. Tradução Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas. 261p.
- Mignolo, W. (2017). **Desafios Decoloniais Hoje**. *Epistemologias Do Sul*. Foz Do Iguaçu/Pr, 1(1), 12-32. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>.
- Ocaña, A. O.; López, M. I. A. & Conedo, Z. E. P. (2018). **Decolonialidad de la educación: Emergencia/urgencia de una pedagogía decolonial**. Colombia. Colección: Ciencias Sociales – Serie Educación y Pedagogía. Editorial UNIMAGDALENA.
- Rotta, N. T.; Bridi Filho, C. A. & Bridi, F. R. S. (2018). **Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: Abordagem Multidisciplinar**. Porto Alegre, RS ARTMED.
- Vigotski, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Mena Barreto, Solange Castro Afeche. 7a ed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique como Dispositivo de Formação Contínua de professores

Luísa Soares dos Santos

lsantos@ucm.ac-mz

Universidade Católica de Moçambique
Instituto de Educação à Distância

Resumo

O presente artigo, constituiu-se como uma síntese do trabalho de pesquisa realizado com um grupo de 10 professores do Instituto de Educação à Distância (IED) da Universidade Católica de Moçambique. O objectivo do estudo consistiu em compreender o Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique como dispositivo de formação contínua de professores. Começou-se por enquadrar teoricamente e metodologicamente o estudo debruçando-se sobre a Universidade Católica de Moçambique, concretamente o Instituto de Educação à Distância, no contexto de formação, formação contínua de professores, modelos teóricos de análise da formação de professores, formação contínua como um desenvolvimento pessoal e profissional, mudança e inovação. Procurou-se dar voz aos entrevistados não só na possibilidade de partilharem as suas vivências pessoais, sociais e profissionais, mas também para que o indivíduo possa falar abertamente com palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. Para o aprofundamento e enriquecimento da pesquisa, e tendo em conta o contexto em causa, utilizou-se como instrumento de recolha de informações a entrevista semi-estruturada de carácter narrativo, que permitiu e facilitou a reflexão sobre a realidade utilizando aspectos teóricos que fundamentam o artigo e obtendo temas a partir da inscrição de entrevista. O discurso dos professores permitiu identificar algumas temáticas recorrentes que são: formação, experiência e desenvolvimento profissional, reflexão sobre as práticas e mudança de atitude na prática do ensino que é analisada na discussão dos resultados.

Palavras-chave: Ensino; Formação e formação de professores.

Summary

This article was a synthesis of the research work carried out with a group of 10 teachers from the Institute of Distance Education (IED) at the Catholic University of Mozambique. The objective of the study was to understand Distance Learning at the Catholic University of Mozambique as a device for continuous teacher training. We began by theoretically and methodologically framing the study by focusing on the Catholic University of Mozambique, specifically the Institute of Distance Education, in the context of training, continuous teacher training, theoretical models of analysis of teacher training, continuous training as personal and professional development, change and innovation. We sought to give the interviewees a voice not only in the possibility of sharing their personal, social and professional experiences, but also so that the individual can speak openly with the words they wish and in the order that suits them. To deepen and enrich the research, and taking into account the context in question, a semi-structured narrative interview was used as an instrument for collecting information, which allowed and facilitated reflection on reality using theoretical aspects that underlie the article and obtaining themes from the interview application. The teachers' speech made it possible to identify some recurring themes, which are: training, experience and professional

development, reflection on practices and change of attitude in teaching practice, which is analyzed in the discussion of the results.

Keywords: Teaching; Teacher education and training.

Fundamentação Teórica

Formação de Professor através do Ensino à Distância

A noção da formação pode ser vista numa vertente de experiência de vida, da reflexão, da capacidade de contar a sua realidade; a pessoa ao longo da sua formação encontra um espaço para reproduzir o seu saber. O sentido produzido no acto de formação deve-se tornar manifesto, atribuindo a experiência de formação na sua vida pessoal, interpessoal, profissional, científica e pedagógica. Neste âmbito interessa-nos abordar os tipos de formação do ramo profissional: formação profissional específica, podemos chamar também de formação inicial e formação profissional contínua. A primeira é procurada pelos estudantes que decidem iniciar a vida e a segunda é mais procurada pelos professores ou profissionais em exercício que supostamente queiram adquirir novas competências, actualização das suas, aumentar possibilidades de sucessão da carreira, etc.

Ao longo da formação, cada formando neste caso, o professor em formação deve de forma consciente entender a formação como algo de extrema importância para o seu projecto profissional. Por isso, reflectir sobre as finalidades de formação é hoje mais um desafio para os professores do ensino básico que frequentam os cursos de licenciaturas em ensino de diversos cursos no Instituto do Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique. A formação não deve ser vista ou entendida como uma forma de **“preparação para o trabalho”**, mas sim entendida como um **“processo de aprendizagem no e pelo trabalho”** (Canario, 1999, p. 94). Neste sentido, a prática não é uma concretização de receitas é o ensino que oscila entre a rotina e a improvisação, pois os acontecimentos que constituem o quotidiano escolar, não escolar nunca mais serão os mesmos. (Perrenoud, 2002), acrescenta que na formação inicial os/as participantes devem possuir capacidades de auto-regulação e de aprendizagem a partir de sua própria experiência e do diálogo com outros profissionais.

Segundo o decreto nº 35/2009 de 7 de Julho do regulamento do ensino à distância reconhece, que a educação à distância já é praticada em Moçambique. Reforça-se neste decreto-lei que as instituições executoras da educação à distância devem cumprir com o regulamento.

O que está a acontecer relacionar-se com a formação de professores à distância? Formação à distância como o próprio nome diz, implica **“criar um espaço para gerar, promover e implementar situações em que os alunos aprendam”** (Litwin, 2000, p.13). Neste sentido, espera-se um grande envolvimento por parte do estudante criando uma dinâmica de estudo, a escolha de espaço e tempo do estudo ao seu critério, esperando que ocorra uma formação efectiva, que possa produzir resultados.

Em contraponto, (Oliveira, 2003) na sua pesquisa revela que a formação à distância interessa a muitos. Esta formação **“está sendo construída em seus pontos altos e baixos e com um matriz especial por atender as demandas diversificadas da agenda do novo tempo”** (p.34). Neste ponto de

vista e segundo a autora, parece-nos que esta formação/educação não veio resolver todo o problema apesar de ser muito procurada, mas existe aqui uma vantagem em relação as construções de edifícios; como por exemplo: os serviços crescem sem serem precisos a construção de mais edifícios para esta modalidade de ensino.

Hoje o ensino à distância em Moçambique e no caso concreto da Universidade Católica de Moçambique ainda é usada o material impresso, embora haja alguns cursos que são ministrado na plataforma moodle. Um dos aspectos importantes é que, apesar desta distribuição do material impresso que os estudantes têm procurado para aprofundar os seus estudos “os programas do ensino à distância estão a contribuir para a melhoria da qualidade de ensino tanto a nível secundário como superior” (EEaD, p.18).

Nos últimos anos temos vindo a constatar o número dos aderentes do ensino à distância, que é uma das possibilidades para a formação contínua de professores. Procurando analisar e observando o plano curricular e programas do ensino na Universidade Católica de Moçambique e em particular no Instituto do Ensino à Distância, nota-se que há maior aderência de estudantes no ensino à distância. Pelo facto de que ao longo da formação usarem as novas tecnologias ao longo da sua aprendizagem, o material facultado em formato de digital permite que tenham confiança em si mesmos de modo a desenvolverem competências, de aprenderem de forma autónoma e a construir o seu conhecimento na perspectiva dos seus objectivos pessoais e profissionais (Fagundes, 2006).

A formação de professores em exercício através do ensino à distância deverá permitir que o professor em formação construa a sua identidade “desenvolvendo as capacidades de auto-socioconstrução do *habitus*, do *savoir-faire*, das representações e dos saberes profissionais” (Perrenoud, 2002, p 44). Neste panorama, a formação dos professores através do ensino a distância terá que ter em conta as “dez grandes famílias de competências”(Perrenoud, 2000), assim, tendo em conta a existência de vários tipos de competências procurará enquadrá-lo e invocá-lo em situações necessárias em plena actividade profissional.

Modelos teóricos de análise da Formação de professores

Ao longo da história da formação dos professores têm surgido vários programas e modelos que reflectem diferentes formas e compreensões sobre o professor e o seu papel das práticas profissionais. No entanto, diversos autores têm colocado a centralidade da reflexão na formação profissional da docência, como por exemplo: Demailly (1992), Marcel Lesne (1977), Zeichner (1993) e Canário (1999).

Na esteira de Demailly (1992), “ pensar em estratégias de formação e processos de socialização profissional de professores” do ensino básico “implica descodificar um certo número de conceitos” (p.142). Neste panorama, quando um professor do ensino básico continua a sua formação, espera-se a melhoria na qualidade do sistema do ensino, criação de iniciativas. Quando o professor em exercício procura formação ou está em formação na abordagem de Demailly (1992) “trata-se de qualquer maneira, de uma aprendizagem em situação, mas com dissociação espaço-temporal dos momentos de acção e dos momentos de constituição de novas competências, acompanhada de uma actividade reflexiva e teórica sustentada por uma ajuda externa” (p.145).

Nos modelos de formação (forma universitária, forma escolar, modelo formativo contratual e forma interactiva - reflexiva) enunciados pela autora Demailly (1992), os formadores na sua prática de formação aplicam um e outro, o que se pode aplicar, ou seja, os docentes tutores nas suas sessões aplicam um e outro no domínio da formação de professores em exercício de modo que estes possam desenvolver as suas competências.”. Os professores tutores “têm de ensinar saberes que são definidos exteriormente num programa oficial” (p.145).

Zeichner(1993) indicou para a realidade norte-americana, quatro tradições de formação de professores (tradição académica, tradição de eficiência social, tradição desenvolvimentista e tradição da reconstrução social), indicando prioridades e significado de cada uma. Cada tradição apresenta uma concepção de escola e sociedade que emerge do contexto histórico, social e educacional...os diversos programas de formação existentes reflectem com maior ou menor focalização, os elementos presentes em cada tradição.

A Formação Contínua como um desenvolvimento pessoal e profissional

Segundo Canário (2005) “a segunda metade do século XX é marcada de modo simultâneo e paradoxal pelo triunfo do processo de escolarização ao nível do planeta e pela emergência de problemas estruturais do funcionamento dos sistemas educativos que configuram desde os finais dos anos 60” (Canário, 2005, p. 122), como uma “crise mundial de educação”.

O autor cita quatro factores mas citarei apenas um deles: “ a emergência de novas formas de regulação, aos diferentes níveis dos sistemas escolares, de novas formas de divisão do trabalho, ao nível dos estabelecimentos do ensino, traduziu-se por uma tendencial “proletarização” do ofício do professor, que escapa ao controlo sobre o exercício do seu próprio trabalho.” (Canário, 2005, p. 122). Hoje, a sociedade mudou, trouxe-nos novos desafios. Neste sentido, no contexto das sociedades actuais, o papel da escola e dos professores deve ser o agente de mudança e de transformação, sendo estes, levados a serem capazes de desenvolver estratégias institucionais e fundamentadas que, conforme Sá – Chaves, (2000a) «visem a melhoria e a qualidade da educação de todos os alunos, de modo a promover uma formação de base que responda ao pluralismo e às novas necessidades e exigências dessa mesma sociedade» (....)

Neste contexto, a formação de professores, e tal como salienta Esteves (2002, p.907) “surge frequentemente como vector estratégico imprescindível para sustentar mudanças de diversa natureza a introduzir no domínio da educação”. Na esteira de Nóvoa (1992), “a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma «nova» profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas” (Nóvoa, 1992, p. 24).

Nesta perspectiva “estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre percursos e os projectos próprios com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional” (ibidem). Neste sentido, podemos dizer que o professor é uma pessoa. “**Professor enquanto pessoa**” (Paquay e Wagner, 2001, p. 139 cit. in Perrenoud, 1982) é aquele que está em constante desenvolvimento pessoal e relacional. É evidente que esta competência não pode ser seguida minuciosamente, pois trata-se de um referencial que

pode servir de exemplo para caracterizar o professor. É um modelo daquilo que pode ser um professor.

Neste ponto de vista, é importante ter em conta que “uma parte importante da pessoa é o professor” (Nias, 1991 cit. in Nóvoa, 1992, p. 25) por isso, é necessário “(re) encontrar espaços de interacção entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (Nóvoa, 1992, p. 25). Neste âmbito, a formação não deve ser compreendida só a partir dos momentos em que o indivíduo faz ou acumula créditos nos cursos de formação; números de cargas horárias no âmbito da formação; quando participa em jornadas; conferências e outros eventos educativos. Cabe sim ao sujeito depois de uma acção de formação fazer um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas de modo a construir a sua identidade pessoal.

Assim numa lógica formativa, através deste trabalho de reflexão, já de si importante pela visibilidade que concede à prática educativa e ao vivido, ele ultrapassa o individual e atinge o colectivo da instituição escolar.

Deste modo, é importante que o sujeito compreenda que a “formação é um processo interactivo e dinâmico” (Nóvoa, 1992, p. 26). No entanto, “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando” (ibidem).

Assim sendo, é fundamental o diálogo, o trabalho colaborativo e criativo para, a partir daí, investigar e colocar em prática a mudança tal como diz Zeichner (1993), «a disposição e a capacidade de estudarem a maneira como ensinam e de a melhorar com o tempo, responsabilizando-se pelo seu próprio desenvolvimento profissional» (Zeichner, 1993, p. 17).

Segundo Nóvoa (1992) “o trabalho centrado na pessoa do professor e na sua experiência é particularmente relevante nos períodos de crise e de mudança, pois uma das fontes mais importantes de stress é o sentimento de acção de que não se dominam as situações e os contextos de intervenção profissional” (Nóvoa, 1992, p. 26). Neste sentido, “é preciso um tempo para acomodar as inovações e as Neste âmbito, a faculdade de perceber a actividade profissional reflexivo, segundo Schön (1992), passa pela distinção dos diferentes conceitos que integram o pensamento prático: “conhecimento na acção, reflexão na acção e reflexão sobre a acção”. O conhecimento na acção é o conhecimento demonstrado pelo profissional na execução da acção, é o saber fazer e o saber explicar dinâmico que reformula a própria acção.

Os conceitos “conhecimento na acção, reflexão na acção e reflexão sobre a acção” (Schön, 1992) são relevantes no âmbito de mudanças para refazer as identidades” (Cole & Walker, 1989 cit. in Nóvoa, 1992, p. 26).

desenvolvimento profissional dos professores e outros profissionais e remete para a consolidação no terreno profissional de espaços de (auto)formação participada. Os momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais e profissionais são momentos em que cada um produz a «sua» vida, o que no caso dos professores é também produzir a «sua» profissão (Nóvoa, 1992,p.26).

Sob este ponto de vista, “ a formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente” (Nóvoa, 1992, p. 27), mas é necessário abordar ao longo da formação os modelos e práticas de formação que favoreçam uma reflexão de “professores reflexivos” (ibidem), que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento a nível da sua profissão e “que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas” (idem,p.27).

Segundo Nóvoa (1992), “a formação passa por processos de investigação, directamente articulados com as práticas educativas” (Nóvoa, 1992, p. 28). A investigação em geral caracteriza-se por utilizar os conceitos, as teorias, a linguagem, as técnicas e os instrumentos com a finalidade de dar resposta aos problemas e interrogações que se levantam nos mais diversos âmbitos de trabalho. Esta é uma metodologia de investigação orientada para uma “necessidade de passar da teoria à prática” (Morin, 1985, p. 3). Tendo em consideração o trabalho de Zeichner (1993) as autoras Marsh e Vagliardo (2002), definem Investigação – acção como a “pesquisa sistemática pelos/as práticos/as acerca das suas próprias práticas” (Zeichner, 1993, p. 200 cit. in Marsh & Vagliardo, 2002, p. 3).

Formação Contínua, Mudança e Inovação

Hoje em dia fala-se, partilha-se, dialoga-se sobre o conceito de inovação. Mas afinal o que é a inovação? Numa aula do Mestrado em Ciências da Educação surgiu um debate que consistiu em explicar o que cada um entendia sobre o conceito de inovação. Dentro das várias ideias surgiram opiniões e concepções sobre o que significava este conceito. Assim, citaremos algumas delas:

- ❖ **Novas soluções** (pensar de uma outra forma, ter novos olhares, repensar novas possibilidades e soluções);
- ❖ **Nova atitude pessoal** (avaliação e autoavaliação dentro de si);
- ❖ **Nova obrigação da Escola** (repensar a estrutura e a forma como são vistas as salas de aula, melhor a nível da orgânica das escolas a formação dos professores);
- ❖ **Mudança Relação Prof/Aluno** (fornecer processos mais dinâmicos que dêem sentido ao processo de aprendizagem; novas estratégias para melhorar acção; método do ensino, alunos e acção dos professores, inovar nas técnicas e nas metodologias, preparar os alunos para um mundo em mudança constante);
- ❖ **Adaptação à Mudança Social** (estar atento às mudanças da sociedade, acompanhar as mudanças e a sua velocidade).

Resumindo: **innovar para que a educação se torne mais actual de modo a responder as exigências da sociedade.**

Alguns autores como Amiguinho (1992) e Fernandes (2000) fazem questão de distinguir os conceitos de mudança e de inovação.

Segundo Fernandes (2000) “o conceito de mudança aparece frequentemente associado ao de evolução gradual, sendo utilizado para referir as alterações provocadas por agentes internos ou externos, concretizadas de forma progressiva” (Fernandes, 2000, p. 48).

Para Amiguinho (2000) a mudança “é um processo lento e contínuo, quase inerente à continuidade e à regulação dos sistemas” (Amiguinho, 1992, p. 54). Também Pastiaux-Thiriart (1986, p. 14 cit. in Amiguinho, 1992, p. 54) refere que a mudança “implica transformações que ultrapassam o indivíduo”. Já o conceito de inovação “pressupõe uma acção de transformação intencional, consciente e deliberada” (Amiguinho, 1992, p. 54).

Segundo Canário (2000) “ a enfatização da inovação no quadro da aprendizagem ao longo da vida para ser compreendida, precisa ser colocada num enquadramento mais geral que nos é dado pelo recente programa de apoio à inovação com o sugestivo (e “ousado”) título de “Inovar para Crescer, Inovar para Vencer” (Canário, 2000, p. 42). Este ponto de vista, no início do parágrafo deste documento e na esteira de Canário “esclarece-nos sobre o sentido geral da promoção da inovação, processo do qual as empresas são as protagonistas principais” (idem, p. 42).

A inovação é hoje um fator chave da competitividade. Para vencer o atraso estrutural, para conseguir um salto qualitativo reforçando a competitividade na coesão social, o país tem de dotar-se de um programa integrado de apoio à inovação (Canário, 2000, p. 42).

É de salientar que, para que haja inovação os inovadores e os modos de fazer essa inovação “devem ser adoptados por outras práticas” (Perrenoud, 2002, p. 89).

Para Chevrolet (1979) “examinando os valores propostos pela formação permanente não podemos deixar de nos interrogar” (Chevrolet, 1979, p. 94). Após a formação inicial na Universidade, seja qual for o nível, o sujeito, por uma qualquer necessidade, procura sempre uma formação.

Ao longo do tempo observamos o ambiente que nos rodeia vendo os sujeitos, no mundo de trabalho preocupados apenas com o seu modo de vida sem terem tempo de fazer uma “paragem”. A sociedade e o meio social do indivíduo vão-se modificando na medida em que este se insere num dos determinados grupos sociais (família, escola, grupo de amigos, de trabalho...) possuindo uma determinada cultura; é através do processo de socialização que o comportamento individual se adapta, segundo os padrões de cultura de uma determinada sociedade. Os aspectos acima referidos vão exercer uma forte influência na nossa forma de ser e de reagir: indiciam normas, atitudes, concepções do mundo, que são interiorizados e integrados no próprio sujeito e na sociedade.

Reflectirmos sobre a formação contínua e a mudança é pensarmos no mundo da formação e no mundo do trabalho porque “a análise das relações entre estes dois mundos não pode limitar-se a uma lógica meramente tecnicista que encararia os sistemas de formação apenas como instância de socialização profissional, ignorando o seu papel histórico na regulação social” (Pereira, 2001, p. 31). A formação contínua segundo a autora “emergia em Portugal, com um sentido adaptativo que pretendia esbater os desequilíbrios entre as qualificações adquiridas e as qualificações requeridas, ajustando as formações, às evoluções previsíveis dos empregos” (idem, p. 33).

Sobre este mesmo assunto supracitado, Dubar (1990 cit in Pereira, 2001) refere,

Pensar a formação contínua como um efeito cumulativo de formações individuais, que nos contextos de trabalho despoletariam as capacidades de adaptação do trabalhador às evoluções técnicas contribuindo assim para o êxito das empresas, não tem em conta

os processos sociais complexos que estão na base das transformações que afetam o sistema produtivo (Dubar, 1990 cit. in Pereira, 2001, p. 33).

No entanto, Pereira (2001) diz que “num curto período revolucionário que se seguiu a Abril de 1974 pretendeu-se pôr em causa as lógicas de instrumentalização do sistema de formação face às necessidades do mundo do trabalho” (Pereira, 2001:34). Neste sentido, segundo a autora, “a educação assumiu, sobretudo, uma função de inculcação ideológica, no sentido de apoiar a definição de novos princípios organizativos, tanto para as relações de produção como para as relações de reprodução social” (Pereira, 2001, p. 34).

Para a mesma autora, na formação profissional contínua “assistiu-se, então, uma forte desestabilização que desarticulou a sua adequação instrumental aos postos de trabalho” (idem, p. 34).

Opções metodológicas

O presente artigo enquadra-se dentro da abordagem qualitativa e recorreremos, ainda, ao estudo de caso, pois entendemos que foi o mais adequado para compreender a realidade em estudo no contexto da Universidade Católica de Moçambique, no Instituto do Ensino à distância e em concreto na formação contínua de professores nos diversos cursos de ensino. O trabalho de pesquisa fez-se de forma a “compreendermos melhor os significados de um acontecimento, captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização” (Quivy, 2008, p. 19).

Instrumentos de recolha de informação

Na pesquisa achou-se pertinente utilizar a entrevista semi-estruturada por considerar uma técnica apropriada a este trabalho e, também como forma de colher informações. Também, porque com este tipo de entrevista há possibilidade de interação que se estabelecem entre entrevistador e entrevistado e a flexibilidade na abordagem dos assuntos, ainda que o entrevistador se oriente por um guião de questões. Este instrumento de recolha permitiu obter informações e esclarecimentos de um pequeno grupo de professores que frequentamos cursos de ensino no Instituto de Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique.

Número dos participantes

Os elementos que participaram na nossa pesquisa foram os dez professores que frequentam os cursos de ensino no Instituto de Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique.

Escolhemos estes dez professores, porque tiveram a formação básica e leccionam em algumas escolas do ensino básico. É de salientar que tratando-se de um estudo qualitativo o número dos participantes responde às nossas inquietações, porque os dados e as informações que foram recolhidos proporcionaram uma descrição detalhada de acontecimentos que nos ajudaram a construir conhecimentos sobre um determinado contexto. Não nos interessou a quantidade dos participantes, mas sim o conteúdo das informações que estes participantes puderam fornecer-nos de modo a responder à nossa temática. Pretendeu-se compreender realidades, buscaram-se significados que puderam estar subjacentes a determinados fenómenos.

Apresentação e discussão dos resultados

A partir da transcrição da entrevista sem-estruturada de carácter narrativo efectuou-se uma leitura que tornou possível obter uma ideia global do seu conteúdo e conhecer os temas em torno dos quais estava articulado o discurso dos entrevistados e também a partir da informação fornecida pela mesma que permitiu identificar algumas temáticas mais recorrentes dos discursos dos professores que são:

Formação

Uma das temáticas que ressaltam o discurso dos professores, focando sobretudo a dimensão da formação contínua expressando-se numa visão positiva quando dizem:

A formação contínua é um grande ganho para o professor, pois constitui um processo de auto acompanhamento na dinâmica do processo do ensino-aprendizagem...importa referir que quando se fala de formação contínua não se refere ao aumento de continuação de estudos, apenas de bolsas de estudo oferecidas pelas instituições de tutela... (opinião dos professores).

A formação contínua segundo a opinião dos professores inqueridos é entendida como:

a participação em pequenos seminários, em forma de jornadas pedagógicas ou em workshops, para discutir alguns assuntos de grande relevância...esta formação revela grandes ganhos aos professores na aquisição de novas metodologias de ensino, aplicação de novos métodos e manuseio de novos meios de ensino (opinião do professor).

Neste âmbito, a formação contínua não deve ser compreendida só a partir de momentos em que o indivíduo faz ou acumula créditos nos cursos de formação, números de cargas horárias no âmbito da formação, quando participa em jornadas, conferências e outros eventos educativos, mas sim cabe ao sujeito/ professor depois de uma acção de formação fazer um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas de modo a construir a sua identidade pessoal e profissional.

Experiência e desenvolvimento profissional

Os entrevistados salientam que pela experiência que tem na escola onde leccionam olham o desenvolvimento profissional como uma tarefa difícil o que é um grande desafio na prática profissional:

Trabalho nesta escola há quatro anos, a população discente e famílias actualmente tem uma grande liberdade e olha a escola como um lugar de lazer. O professor perdeu autonomia/ autoridade perante o aluno. Os pais não ajudam a escola e nem acompanham a educação dos seus filhos... isso faz com que o professor desgaste muitas energias tentando manter o aluno até ao final do ano lectivo, o que não tem sido fácil (opinião do professor).

O clima da escola influencia bastante a carreira profissional...as péssimas condições de trabalho, escola com turmas esgotadas, direcção autoritária, falta de incentivos por parte de quem é de direito, atrasos no pagamento de horas extras...entre outras situações, que influenciam a carreira... (opinião do professor).

Falar do desenvolvimento profissional docente segundo Sá-Chaves (1997), refere-se de uma forma específica ao domínio de conhecimentos sobre o ensino, as atitudes face ao acto educativo, ao papel do professor e do aluno, as suas relações interpessoais, as competências envolvidas no processo pedagógico e ao processo reflexivo sobre as práticas do professor.

Nos dias de hoje ser professor é ser um profissional com grandes desafios, principalmente o de formar as crianças em matérias que mexem com a vida da comunidade (opinião do professor).

Os professores têm uma extrema responsabilidade de educar o aluno e lhe transmitir conteúdos com vista a vê-los aprendendo e assimilando tudo aquilo que é novo (opinião do professor).

O desenvolvimento profissional do professor pode também ser entendido como um processo contínuo envolvendo alguns aspectos fundamentais que poderão ser articulados no melhoramento do ensino e aprendizagem. Como por exemplo a vertente do saber, saber-fazer, saber - ser. A vertente do saber no professor está associada com “a aquisição e organização de conhecimentos específicos da área das ciências de educação e especialidade do ensino”. A segunda vertente, associamo-lo ao próprio “desempenho profissional e que tem a ver com as atitudes face ao acto educativo, o papel do professor e do aluno” implementado as actividades e estratégias do ensino; e por último, a vertente do *saber ser* e uma dimensão que “ engloba as percepções sobre o próprio professor e a sua actuação profissional”, envolvendo a componente de “relações interpessoais, bem como as suas expectativas e motivações” sempre associadas ao desempenho das suas funções de docência e a sua formação (Sá-Chaves, 1997, p. 96).

Reflexão sobre as práticas

Os entrevistados reconhecem que o processo reflexivo contribui para o seu desenvolvimento profissional na medida em que permite a percepção, visão dos problemas encontrados.

Ao entrar no mundo do trabalho após a minha formação inicial o impacto foi um pouco difícil, porque quando cheguei recebi uma turma de quarta classe e a sala foi debaixo da mangueira com um quadro pequeno, tornou difícil para dar aulas naquela condição. Mas me adaptei-me até facilitar o processo de ensino e aprendizagem (opinião da professora).

É necessário que a escola cumpra a sua missão, de modo a motivar os alunos, indo de encontro àquilo que cada um traz como capital cultural e aprofundar essas vivências... para criar aprendizagens significativas...além desta ideias, ainda segundo a entrevistada o tipo de desafio se calhar é diferente; há lições de vida que numas, o caso desta, fazem de nós melhores profissionais, seres mais sensíveis, capazes de entender cada aluno como um ser singular, com deveres, mas também com direitos, e sobretudo entender que a missão da escola pública é dar a cada um o que cada um precisa, não tratar todos como se de um se tratasse, considerar um aluno como um todo e não apenas na vertente do sucesso escolar.

no processo de ensino-aprendizagem recorremos a abecedários, cartazes com imagens que ilustram aquilo que pretendemos alcançar [...] cantamos, dançamos, aproximamos do aluno na sua carteira [...] mandamos o aluno para o quadro para ver se o aluno possa tirar medo do professor e escrever aquilo que sabe sobre a matéria que iremos abordar... (opinião da professora).

O professor deve procurar avaliar o seu trabalho para fazer melhor; para que tenha uma maior riqueza é importante que troque ideias com os colegas o que ajudará a abrir novos horizontes... tal como diz Hameline, 1991 “o esforço da formação passa sempre pela mobilização de vários tipos de saber: saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada e saberes de uma militância pedagógica” (Hameline,1991 cit in Nóvoa, 1992, p. 28). Neste contexto, espera-se que a engenharia social, no sentido de novas propostas, leve os professores a pensar, a abandonar e a criar ideias. Sendo assim, é fundamental o diálogo, trabalho colaborativo e criativo para, a partir daí, investigar e colocar em prática a mudança tal como diz Zeichner (1993), “a disposição e a capacidade de estudarem a maneira como ensinam e de a melhorar com o tempo, responsabilizando-se pelo seu próprio desenvolvimento profissional” (Zeichner, 1993, p. 17).

Mudanças de atitude na prática do ensino

Dos professores entrevistados afirmam que não será assim tão fácil mudarmos a nossa forma de ensinarmos porque:

A escola como uma organização é complexa, não falta algumas tensões e conflitos que são solucionados dentro da escola...o aspecto de “antiguidade” do corpo docente em relação ao corpo directivo, é algo que nos remete a muitas preocupações durante o trabalho, este é um aspecto (opinião do professor).

Podemos tentar mudar sobretudo o nosso relacionamento para com os alunos ou seja a relação pedagógica professor/aluno. Em relação a parte do desempenho profissional como professor/a considero que:

a missão da escola pública é dar a cada um o que cada um precisa, não tratar todos como se de um se tratasse, considerar um aluno como um todo e não apenas a vertente do sucesso escolar. Hoje o saber é efémero, por vezes obsoleto, importa desenvolver competências, prepará-los para a vida, não exigir que saibam a informação que está disponível em tudo quanto é sítio, Net, redes sociais, enfim... (opinião da professora).

Neste ponto de vista e na esteira de Baptista (2005) os professores têm a obrigação de pensar, ou seja, eles não se devem limitar, apenas, em cumprir com os normativos que lhes são impostos. Porém, um professor atento deve estar, constantemente, a equacionar as suas práticas de acordo com a diversidade dos alunos, procurando prepará-los para pensar criticamente, para lutarem individual e colectivamente por uma sociedade mais justa. Assim sendo, é na escola que se devem consolidar os direitos sociais e humanos.

A Cosme (2009) acrescenta ainda, que a escola deve ser vista como um espaço de formação, em que as vivências e experiências profissionais de cada professor podem constituir um instrumento ao serviço de uma reflexão que se constrói em cooperação a partir de projectos, de desafios e de incertezas vividos no quotidiano de uma sala de aulas.

É no fundo uma questão de entender que os professores devem possuir uma forte visão crítica para colocar questões pertinentes acerca do que ensinam, como devem ensinar e que objectivos prosseguir, tornando a reflexão e a acção críticas num projecto social.

Considerações finais

As considerações finais, deste trabalho, não remetem só para uma conclusão, mas também para um (re)começo de pesquisas e considerações sobre vivências e carências que me motivam e desafiam a reflectir, agindo sobre a Competência Profissional.

Esta reflexão é, no meu entender, urgente no actual contexto das sociedades e permitir-me-á uma análise metódica sobre as experiências de formação dos professores que frequentam o Instituto de Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique.

No momento final dessa reflexão, é oportuno retornar alguns aspectos que me parecem mais pertinentes, relativamente à função docente; o modo como os professores participam na construção do seu conhecimento sobretudo no que toca à racionalidade profissional. Portanto, face ao apelo à educação e formação ao longo da vida as configurações da profissão docente exigem respostas urgentes para o sistema escolar. O texto de Cosme (2009) faz uma abordagem à questão da racionalidade sob duas vertentes:

- a) A racionalidade que entende que os conhecimentos e as experiências dos professores deverão deixar-se dominar pelo conhecimento científico que os especialistas produzem;
- b) Outra racionalidade a partir do conhecimento produzido estabelece leis ou normas entre factos que sejam interpretados como sendo causa e efeito. Essas normas têm um carácter predictivo o que para a racionalidade técnico-científica é vantajoso numa altura em que o professor pode antecipar as situações e consequências destas.

Sugestões de recomendações

- ✓ Preparar os professores a luz dos desafios que se colocam hoje nas escolas;
- ✓ É necessário ter um(a) especialista em educação nas sessões;
- ✓ Pesquisa mais profunda (investigação - acção)

Referências Bibliográficas

- Amiguiño, A. (1992). *Viver a Formação. Construir Mudança*. Lisboa, Portugal: Educa.
- Baptista, I. (2005). Capacidade Etica e desejo metafísico. In I. Baptista, *Racionalidade pedagógica e sabedoria ética* (pp. 229-253). Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Canário, R. (1999). *Formação de Adultos e Modos de trabalho Pedagógicos*. In *Educação de Adultos - um campo e uma problemática*. Lisboa, Portugal: Educa.
- Canário, R. (1999). *Gestão da Escola: como elaborar o plano de formação*. Lisboa, Portugal: Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2000). Aprendizagem ao longo da vida. Análise crítica de um conceito e de uma crítica. *Psicologia da Educação n. 10/11 são Paulo*, 29-52.
- Canário, R. (2005). *O que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto, Portugal: Porto: Educa.
- Chevrolet, D. (1979). *A Universidade e a Formação Contínua*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.

- Cosme, A. (2009). *Ser Professor: A acção Docente como uma acção de Interlocução Qualificada*. Porto: Portugal: Livpsic.
- Desmally, L. (1992). Modelos de Formação Contínua e Estratégias de Mudança. In A. Nóvoa, *Formação de Professores e Profissão Docente* (pp. 139-152). Lisboa: Portugal: D. Quixote.
- Fagundes, L. (2006). Desafios de Educação a Distância na Formação de Professores. In L. Fagundes, *A formação de professores na licenciatura presencial e na licenciatura a distância: semelhanças e diferenças*. (pp. 67- 68). Brasília, Brasil: DF: SEED.
- Fernandes, M. (2000). *Mudança e Inovação na Pós- Modernidade - Perspectivas Curriculares* . Porto, Portugal: Porto Editora.
- Litwin, E. (2000). *Educação a Distância. Temos para o debate de uma agenda Educativa*. Porto Alegre, Brasil: Porto Alegre.
- Nóvoa, A. (1992). professores e sua Formação. In A. Nóvoa, *Formação de Professores e Profissão Docente* (pp. 15-33). Lisboa, Portugal: D, Quixote.
- Oliveira, E. (2003). *Educação a Distância na transição paradigmática*. SP Papirus, Brasil: Coleção Magistério: Formação e Trabalho.
- Paquay, L. &. (2001). Competências Profissionais privilegiadas nos estágios e na video-formação. In P. Perrenoud, *Formando Professores Profissionais. Quais estratégias? Quais competências?* (pp. 139-158). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Perreira, F. (2001). *Transformação Educativa e Formação Contínua de professor. Os equívocos e as possibilidades. Políticas de Educação*. Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional.
- Perrenoud, P. (2002). *A Prática Reflexiva no Ofício Professor- Profissionalização e Razão Pedagógica*. Porto Alegre, Brasil: Porto Alegre.
- Quivy, R. &. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Paris, França: Gadiva.
- Sá- Chaves, I. (1997). *Percursos de Formação e Desenvolvimento Profissional*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Schön, D. (1992). Formar Professores com Profissionais Reflexivos. In A. Nóvoa, *Os professores e a sua Formação* (pp. 79-91). Lisboa, Portugal: D. Quixote.
- Zeichner, K. M. (1993). *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Lisboa, Portugal: Educa.

Antropologia

Contributo da Antropologia Forense na Descoberta da Identidade do Indivíduo, cujos Restos Mortais Estão em decomposição

The Contribution of Forensic Anthropology in Discovering the Identity of the Individual, whose Mortal Remains Are Burned or in Decomposition

Iracema Maria de Azevedo Carvalho
Mestre em Ciências Jurídicas Publico Forense
irazevedo@ucm.ac.mz

Resumo

Antropologia forense é muito importante para descoberta da verdade material, o estudo tem como objectivo geral, analisar o contributo que antropologia forense dá no âmbito do Direito, e como objectivos específicos, identificar os métodos aplicados pelo antropólogo forense para a identificação do indivíduo, cujos restos mortais são queimados ou em decomposição; descrever o local de crime como elemento para identificar o indivíduo; e por fim, descrever o trabalho de um antropólogo forense. E tem-se como questão de partida a seguinte: qual é o contributo que a Antropologia Forense dá ao Direito na busca da verdade material? Para tal a pesquisa foi descritiva, usando procedimentos técnicos tais como bibliográficos (livros e artigos científicos). Conclui-se que a Antropologia Forense contribui significativamente, com os seus métodos, para a descoberta da verdade material. Um antropólogo forense é basicamente um profissional que estuda os esqueletos, corpos decompostos ou quaisquer outros restos humanos e ajuda na identificação de um indivíduo cujos restos mortais são queimados ou em decomposição, isto, com auxílio de outras ciências, como medicina legal, biologia, odontologia.

Palavra - chaves: Antropologia Forense, Restos Mortais, Queimados ou em Decomposição.

ABSTRACT

Forensic anthropology is very important for discovering material truth. The study's general objective is to analyze the contribution that forensic anthropology makes in the field of Law, and the specific objectives are to identify the methods applied by the forensic anthropologist to identify the individual whose remains are burned or in decomposition; Describe the crime scene as an element to identify the individual, whose remains are burned or decomposed; and finally, Describe the work of a forensic anthropologist. And we have the following starting question: What is the contribution that Forensic Anthropology makes to Law in the search for material truth? Forensic Anthropology is a science that studies and applies methods. Using these methods, an excavation of the place where the body was found will be carried out, and then information will be collected around the area of the crime. After collecting the evidence, it will be taken to the laboratory to apply the technique, such as human osteology which will lead us to bring the identity of the individual or cadaveric remains, through the bones or dental arch. To this end, the research was descriptive, using technical procedures such as bibliography (books and scientific articles). It should be noted that in the debate on literary

works inherent to the topic, it is concluded that Forensic Anthropology contributes significantly with its methods to the discovery of material truth. A forensic anthropologist is basically a professional who studies skeletons, decomposed bodies or any other human remains and helps identify an individual whose remains are burned or in decomposition, with the help of other sciences, such as forensic medicine, biology.

Key words: Forensic Anthropology, Mortal Remains Burned or in Decomposition

Introdução

A criminalística é uma ciência que vem para auxiliar o Direito Penal e o Direito Processual Penal é indispensável para qualquer manobra de índole processual, visto que a criminalística vem para trazer vestígios e indícios para a investigação, descoberta e/ou a reconstituição da verdade material do acto delitivo cometido pelo criminoso e considerado penalmente relevante.

O fenómeno da criminalidade tem preocupado o mundo e em particular a sociedade moçambicana, visto que as entidades competentes estão a envidar esforços no sentido de combater o acto.

A criminalística verifica os meios e os modus operandos de como foi praticado um delito, visando fornecer informações para que o processo seja dinâmico, onde por sua vez teremos aqui a intervenção do antropólogo forense junto com outras ciências afins para se puder identificar o individuo carbonizado ou decomposto.

O decurso da história constata-se que o Direito e medicina sempre buscaram harmonizar a vida do ser humano, cada um com seus objectivos e aspectos próprios, tem como foco o homem.

Se por um lado o direito se preocupa com o homem integrado no meio social, com regras e leis que organizam seus direitos e obrigações, a medicina busca cuidar de sua fisiologia para preservação de sua vida e manutenção de sua saúde.

A pesquisa surge no âmbito do interesse sobre os estudos da área forense que já vem desenvolvendo devido a área de formação.

Para além da introdução o artigo contem 3 secções que iram abordar aspectos relevantes para o estudo, temos a descrição do trabalho de um antropólogo forense, Fundamentos de Medicina Legal e Identificação Humana, Os Métodos e Técnicas Aplicadas Pelo Antropólogo Forense.

Objectivo Geral

Analisar o contributo da Antropologia forense no âmbito do Direito.

Objectivos Específicos

- a) Descrever o local de crime como elemento para identificar o individuo, cujo os restos, são queimado ou em decomposição.
- b) **Descrever o trabalho de um antropólogo forense.**

- c) Identificar quais os métodos aplicados pelo antropólogo forense para identificar o indivíduo, cujo restos mortais são queimado ou em decomposição.

Justificativa

Justificativa do tema é inerente ao interesse na área forense, por ter se formado em Ciências Jurídicas Publico Forense, pretendendo assim desenvolver temas ligados aspectos forense.

Problema

Ligação entre duas ciências (Antropologia forense e o Direito) quando há violação de um dos direitos ligados ao bem jurídico(vida, saúde, integridade física e psicologia). É importante aplicar-se a criminalística, principalmente quando haja dificuldades para recolher os elementos de prova para o processo penal provenientes de corpos das vítimas queimados ou em decomposição. Esta dificuldade em algum momento compromete a descoberta da verdade material, porque dificilmente pode se auferir a causa da morte da vitima ou estabelecer um nexo de causalidade entre a conduta do agente do crime o resultado dai que é importante, que antropologia forense traga a identidade da vitima as prováveis causas da morte por ser um elemento crucial na descoberta da verdade material e a identificação do cadáver no que concerne na identidade do cadáver. .

Como questão de partida temos a seguinte pergunta:

Qual é o contributo que Antropologia forense dá ao Direito na busca da verdade na identificação da identidade de corpos de indivíduos em decomposição ou queimados?

Metodologia

Tipo de pesquisa: Descritiva

Técnicas de Pesquisa: Bibliográfica (Livros e artigos científicos que vão ajudar na pesquisa das matérias inerentes ao tema abordado).

Revisão da literatura

Definição dos conceitos: Local de Crime, Antropologia Forense, Identidade e Identificação, Osteologia.

De acordo com Rebelo (1996) entende que o local de crime é a Porção do espaço compreendido num raio que tendo por origem o ponto no qual foi constatado o facto, se entenda de modo a abranger todos os lugares em que parece, ou presumivelmente á consumação do delito.

Dizer que o local de facto é local de crime, observando as definições dos autores acima mencionados é onde ocorre um acontecimento cometido por vontade humana e é ai onde aparece a polícia de protecção com o intuito de preservar todos os vestígios encontrados para puder dar suporte ao processo-crime.

Para (Beleza 198) Crime é uma acção, típica, ilícita e culposa.

De acordo com Costa, citado por Mubarak (2015), Antropologia Forense tem como objecto de estudo os corpos carbonizados, corpos em decomposição, corpos simi- esqueletizados ou esqueletizados, ossadas, restos humanos não identificados. Esta área optica deste autor relaciona-se quase que directamente á odontologia legal e á genética forense e utilizando se técnicas seguras e não empíricas, busca a identidade humana ou sua exclusão.

Para Grego citado por Mubarak (2015), Antropologia Forense procede ao estudo da identidade e identificação, como a datiloscopia, papiloscopia, iridologia, exame de ADN etc. estabelecendo critérios para a determinação indubitável e individualizada da identidade do esqueleto.

Descrição do Trabalho de um Antropólogo Forense

Mubarak (2015).“A carreira de um Antropólogo Forense exige amplo estudo e pesquisa. Os requisitos básicos para se tornar um antropólogo forense um bacharelato em antropologia. Este grau de Bacharel é seguido por um curso de mestrado em Antropologia e Doutorado em Antropologia, assim, um estudante requer quase 20 anos para completar os requisitos educacionais de uma antropologia forense. Depois que o aluno tem que passar por treinamento especial de laboratório, sob a orientação de autoridades policiais e laboratórios de crime. Depois que o aluno se qualifica em todos os requisitos educacionais e de treinamento para se tornar um antropólogo forense, ele pode escolher o campo de interesse. O antropólogo forense pode trabalhar para as forcas militares, agências privadas legais ou para as universidades. (ibidem)

O antropólogo forense trabalhar em conjunto com outros profissionais, como odontólogos, patologistas e investigadores de homicídios. (ibidem)

Antropólogo forense em universidades ou sector de educação precisam orientar os estudantes de forense organizando diversas oficinas relacionados à aplicação da lei. (ibidem)

Mubarak (2015). Antropologia forense é uma área que lida com a aplicação de leis da antropologia física para o processo legal, um antropólogo forense é basicamente um profissional que estuda os esqueletos, corpos decompostos ou quaisquer outros restos humanos e ajuda na identificação de um individuo. Em outras, palavras um antropólogo forense auxilia na identificação de um individuo cujos restos são queimados ou decompostos, ajudando nos processos legais, bem como por razões humanitárias.

Mubarak (2015). “Antropologia é uma das subdisciplinas da antropologia física. Ela subdivide-se em três ramos importante: A antropologia forense, arqueologia forense e antropologia cultural forense. Suas maiores aplicações são dentro de investigações criminais e na paleoantropologia humana “.

Antropologia forense é o ramo da medicina legal que tem como principal objecto a identidade e identificação do ser humano. Utilizando conhecimentos da antropologia geral, com clara importância na espera penal. A antropologia física forense trata da identificação de restos humanos esqueletizados devido a sua grande relação com a bilogia e a osteologia. Também examina, quando possível, as causas da morte, retratando e reconstituindo a cena da morte, através do exame dos ossos e das lesões, com auxílio de criminalistas e médicos forense. (ibidem).

(Associação Portuguesa de Ciências) “Antropologia forense ocupa-se de vários aspectos da investigação médico-legal, relacionada com a morte, nomeadamente quando a cadáver do individuo se encontra em decomposição ou esqueletizados”

“Nestes casos o antropólogo forense aplica conhecimentos e princípios teóricos e práticos desenvolvidos e utilizados pela antropologia, biologia e pela arqueologia para responder a questões relacionadas com a identidade, como seja o sexo, idade, assim como as circunstâncias da morte.”

“Através da análise e estudos detalhados dos restos ósseos e dentários do individuo e do contexto físico em que ele foi encontrado.” O objectivo da Antropologia forense è: Determinar a identidade do individuo(origem dos restos),Determinar a data da morte, determinar a causa da morte, determinar o modo da morte(homicídio, suicídio, acidente),Interpretar as circunstâncias da morte.(ibidem)”.

Fundamentos de Medicina Legal e Identificação Humana

A Perícia em Medicina Legal

A Medicina Legal define-se pela ciência que aplica os conhecimentos dos diversos ramos da Medicina às solicitações do Direito, tendo como principal fundamento o restabelecimento dos interesses do homem com base na ordem colectiva (França, 2015). Normalmente descrita como ciência de vertente criativa, esta constitui uma disciplina em constante desenvolvimento e que, ao longo das décadas, se tem vindo a adaptar pertinentemente à evolução das diligências no panorama social (Calabuig, 2004). Segundo Croce e Croce Júnior (2012) e França (2015) citado por Pereira, Márcia (2018,) de modo a reunir condições que visam satisfazer os seus propósitos, a Medicina Legal (ciência que estuda a vida e a morte), deve servir-se de conhecimentos médicos especificamente relacionados com as mais diversas áreas desde a Patologia, Fisiologia, Traumatologia, Psiquiatria, Microbiologia e Parasitologia, Radiologia, Ginecologia, Anatomia Patológica, entre outras. Deve também garantir um alicerce multidisciplinar, permanecendo em contacto não só com todas as especialidades médicas e biológicas, como outros modelos técnico-científicos como a Antropologia, Física, Química, Entomologia, Balística, Toxicologia, entre outras. Por perícia médico-legal entende-se todo o conjunto de procedimentos médicos que visam esclarecer factos específicos directamente relacionados com uma decisão judicial.

De acordo com Perreia, Márcia (2018), citado por (Croce & Croce Júnior, 2012) Para isso, todos os profissionais devem servir-se de provas concretas, as quais devem sobretudo ser recolhidas através de exames laboratoriais, exames clínicos, exumação e necropsia. As perícias devem ser realizadas nas instituições médico-legais e no devido cumprimento dos parâmetros procedimentais. Para além disso, devem ser conduzidas por médicos ou técnicos qualificados para o desempenho de tarefas que lhes são previamente incumbidas, como a recolha de provas com interesse judicial, no sentido de se prestarem esclarecimentos acerca dos factos (França, 2015)

citado por Perreia, Márcia (2018). De um modo geral, a perícia pode ser realizada nos vivos, cadáveres e remanescentes esqueléticos (França, 2015).

Nos vivos, o acto pericial visa sobretudo determinar a identidade e parâmetros biológicos como a idade, raça, sexo e altura; o estudo das lesões corporais no contexto de violência doméstica ou acidentes de trabalho; investigação de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual; determinar a exclusão da paternidade; comprovar a existência de doenças do foro psiquiátrico; determinar parâmetros associados a doenças profissionais, entre outros (Croce & Croce Júnior, 2012).

citado por Perreia, Márcia (2018), citado por (França 2015) nos cadáveres, a perícia objectiva estabelecer a identidade assim como estimar a causa da morte, o tempo decorrido após a morte e ainda a recolha de indícios que permitam reconhecer os mecanismos associados a determinado evento. Nos esqueletos, fundamentalmente, as mesmas têm como finalidade a identificação dos restos, diferenciação de lesões ante-mortem e post-mortem e quando possível, a causa da morte (França, 2015).

Aplicabilidade da Identificação

Como foi anteriormente exposto, a perda da identidade pode ser um problema atribuído tanto a pessoas vivas, como a cadáveres cujas características físicas podem ou não estar preservadas (Payne-James *et. al.* 2011) citado por Filipa Pereira (2018). O mesmo autor reforça ainda que uma avaliação pormenorizada dos restos mortais para a atribuição da identidade é uma tarefa desempenhada essencialmente pelo Patologista Forense, Odontologista Forense, Antropólogo Forense, Radiologista, entre outros profissionais cuja aptidão se verifique necessária. Cada um deles deve utilizar uma base de conhecimentos científicos que lhes permita antecipar o tipo de características que poderão ser proveitosas para estabelecer a identidade num caso específico. Em alguns cenários, as alterações de natureza post-mortem podem ser muito evidentes, o que dificulta não só o reconhecimento realizado por familiares, amigos ou conhecidos da vítima como a tentativa de acerto da identidade por parte de peritos destacados para esse fim. O estado de preservação cadavérica pode ser muito divergente, estando amplamente associado ao contexto em que a morte do indivíduo ocorreu (R.N. Oliveira *et. al.*1998).

Como já foi referido, apesar do termo “identificação humana” nos remeter normalmente para a identificação de cadáveres, a identificação também é um acto direccionado aos vivos, importando assim referir os termos em que a mesma ocorre, em ambas as partes. A identificação dos vivos é efectuada em casos de sujeitos desaparecidos, disputas da paternidade, doentes mentais com estados patológicos de amnésia e transtornos de consciência, usurpações da personalidade, casos de menores vulneráveis quando estes não se fazem acompanhar por nenhum adulto ou responsável legal, indivíduos que não estão na posse de documentos válidos de identificação e ainda em situações de recusa da identidade (Calabuig, 2004; França, 2015) citado por Pereira, Márcia (2018,).

Esta também pode ser frequentemente realizada sob o domínio inovador das técnicas e conhecimentos da Antropologia Forense. Alguns exemplos são descritos em casos de roubos, nos quais as imagens bidimensionais distorcidas dos sistemas de videovigilância são o único meio através do qual é possível fazer corresponder um determinado perfil mediante o estudo das características fisionómicas e métricas (E. Cunha & Cattaneo, 2006).

citado por Perreia, Márcia (2018), citado por Calabuig (2004) refere que na prática forense, os casos de identificação de cadáveres podem corresponder a três tipos distintos, nomeadamente cadáveres recentes, restos cadavéricos ou restos esqueletizados.

citado por Perreia, Márcia (2018) Cadáveres recentes e restos cadavéricos correspondem mais frequentemente a vítimas de homicídio; vítimas de desastres de massa naturais como inundações, naufrágios, erupções, incêndios florestais, sismos, tsunamis e desastres acidentais e/ou provocados como incêndios em locais públicos, acidentes aéreos, acidentes ferroviários, ataques terroristas, etc. Aplica-se fundamentalmente a todas as vítimas desconhecidas e cujos corpos se encontram em processo de decomposição cadavérico recente ou avançado; putrefacção; mutilação; carbonização, entre outros estados de preservação que dificultam a viabilidade do seu reconhecimento. Em casos muitos específicos, geralmente nos quais não são ainda verificadas alterações significativas, podem ser aplicados ao cadáver recente recursos baseados nas características visuais.

citado por Perreia, Márcia (2018) Restos esqueletizados, por sua vez, correspondem à identificação de remanescentes ósseos isolados que podem resultar de crimes contra a humanidade. Em relação aos casos anteriores, o seu estudo pode apresentar algumas limitações, dada a disponibilidade reduzida de vestígios físicos para recolha e posterior análise.

Métodos e Técnicas Aplicadas Pelo Antropólogo Forense

De acordo com Associação Portuguesa De Ciências Forense, o trabalho de um antropólogo forense, começa no local de crime e estende-se até ao laboratório, dividindo-se em 3 etapas:

1ª Etapa: Antropologia Forense: é feita uma escravatura minuciosa do local onde se encontra o corpo;

2ª Etapa: Antropologia Social: consiste na recolha de informações em redor da área do crime (entrevistando as pessoas da região, consulta de arquivos).

3ª Etapa: Investigação: Laboratorial é uma aplicação de técnicas como a osteologia humana (área que se debruça sobre o estudo dos ossos que compõem o esqueleto).

De acordo como o posicionamento dos autores supra citados é a através dos métodos e técnicas que antropologia forense ajuda ao Direito para a descoberta da verdade material. Salientar que o antropólogo forense para desempenhar o seu papel precisa ou necessita de auxilio de outras ciências como por exemplo arqueologia, osteologia, para se puder alcançar o sucesso desejado. Deve-se olhar primeiro para o local do crime ou local de sucesso, para se recolher ossos, arcadentaria e mais evidencias que possam facilitar na identificação cadavérica. Antropologia forense não só busca a identidade cadavérica somente, mas também pode-se descobri a idade, sexo, a hora da morte.

Conclusões

Conclusão

Como corolário, a participação de antropólogo forense se inicia no momento da recuperação das evidências, que são extremamente importantes para esclarecimento dos factos. Assim com a aplicação dos métodos e técnicas próprias e possível atingir os resultados pretendidos das análises feitas.

Para se identificar os restos mortais carbonizados e em decomposição, começa por se identificar o local do crime, que será feita uma escavação do local onde o corpo foi encontrado. E de seguida recolha de informações ao redor da área do crime, após a recolha das evidências leva-se ao laboratório para ser aplicada a técnica como a osteologia humana. Para se ter ou conhecer a identidade.

Portanto, os autores mencionados no artigo comungam com as mesmas ideias que a antropologia forense é uma ciência que ajuda na descoberta da identidade do indivíduo carbonizado e esqueletizado e vão mais além, onde se pode também identificar, o sexo, a data da morte, a causa da morte, a raça e idade.

É através dessas técnicas e métodos usados pelos antropólogos forenses com auxílio de outras ciências que contribuem para o esclarecimento do crime.

Referencias Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FORENSE (APCF). Disponível em: http://apcforenses.org/?page_id=18. Acedido a 08 de Julho de 2022.
- Beleza, T. P.(1984).*Direito Penal*. 1º volume, 2º Edição Revista e Actuaizada- Lisboa Portugal.
- Rebelo, (1996) *Elementos da Criminalística*. 3ª Edição, São Paulo.
- Mubarak, R. (2016). *Direito Penal e Criminalística, da Teoria Universal à realidade Nacional*, 2016,Escolar Editora, Editores e Livresiros ,Lda. Maputo Moçambique.
- Mubarak, R. (2016). *A criminologia e a Criminalística Contemporânea: Desafios do Jurista na Justiça Criminal, Teorias Universais e Praticas Moçambicanas*. Maputo, Moçambique. Escolar Editora, Editores e Livros, Lda. Maputo Moçambique.
- Pereira, M. F. G. (2018). *Identificação Humana através das particularidades ósseas no exame radiográfico da coluna vertebral e Torax*, UP.